



Cira Arqueologia

N.º 7





Cira Arqueologia

EDIÇÃO

Câmara Municipal de Vila Franca de Xira
Presidente Alberto Mesquita

PELOURO DA CULTURA

Vereadora Manuela Ralha

COORDENAÇÃO GERAL

Departamento de Cultura e Turismo
Divisão de Cultura Museus e Património Histórico
Centro de Estudos Arqueológicos de Vila Franca de Xira-CEAX

COORDENAÇÃO EDITORIAL

Divisão de Cultura Museus e Património Histórico
Centro de Estudos Arqueológicos de Vila Franca de Xira-CEAX
João Pimenta

TEXTOS

Ana Margarida Arruda
António Marques
Cristina Nozes
David Gonçalves
Elisa de Sousa
Henrique Mendes
João Pimenta
José Pedro Henriques
Inês Conde
Inês Morais Viegas
Manuela Ralha
Margarida Rodrigues
Nuno Ferreira
Rodrigo Banha da Silva
Tânia Casimiro.

REVISÃO DE TEXTOS

João Pimenta
Inês Conde

DESIGN GRÁFICO E PAGINAÇÃO
DIVISÃO DE COMUNICAÇÃO E IMAGEM

Tiago Nunes

TIRAGEM

200 exemplares

DATA DA EDIÇÃO

Dezembro 2019

CAPA

Fotografia aérea Monte dos Castelinhos - Urbanismo de época Augustana:
fotografia João Machado

Os artigos são da inteira responsabilidade dos autores

ISSN

2183069X

DEPÓSITO LEGAL

468560/20

Apresentação - Vereadora da Cultura	5
1 O sítio de Vale de Tijolos e outros dados acerca da ocupação proto-histórica da margem esquerda do estuário do Tejo JOÃO PIMENTA, HENRIQUE MENDES, ELISA DE SOUSA, ANA MARGARIDA ARRUDA	6
2 A cerâmica cinzenta de Porto do Sabugueiro (Salvaterra de Magos, Portugal) MARGARIDA RODRIGUES, JOÃO PIMENTA, ELISA DE SOUSA, HENRIQUE MENDES, ANA MARGARIDA ARRUDA	32
3 As dinâmicas de povoamento romano em torno de Monte dos Castelinhos: I - O sítio de Quinta de Meca JOÃO PIMENTA, HENRIQUE MENDES, INÊS CONDE, NUNO FERREIRA	58
4 Lisboa Romana <i>Felicitas Iulia Olisipo</i> – um projeto sem fronteiras ANTÓNIO MARQUES, CRISTINA NOZES, INÊS MORAIS VIEGAS	92
5 A Intervenção arqueológica do Centro de Saúde de Alhandra: espaço de culto e morte no século XVIII HENRIQUE MENDES, DAVID GONÇALVES, JOÃO PIMENTA	110
6 Materialidades quotidianas de Idade Moderna em Alhandra. Os contextos arqueológicos da escavação do Centro de Saúde TÂNIA MANUEL CASIMIRO	230
7 Cerâmica oriental em Alhandra. Objectos da escavação do Centro de Saúde JOSÉ PEDRO HENRIQUES, TÂNIA MANUEL CASIMIRO	244
8 Cachimbo de cerâmica provenientes da escavação do Centro de Saúde de Alhandra JOÃO PIMENTA, RODRIGO BANHA DA SILVA	252

Campo Arqueológico
de Monte dos
Castelinhos 2018.
Fotografias
João Machado
e João Pimenta



Museu Municipal de Vila Franca de Xira

Rua Serpa Pinto, 65
2600-263 Vila Franca de Xira
Tel.: 263 280 350

E-mail: museumunicipalvfxira@cm-vfxira.pt
Site: www.museumunicipalvfxira.pt

Revista Cira Arqueologia n.º 7

O presente volume da Revista CIRA Arqueologia é a mais recente realização de um objetivo da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira concretizado através do seu Centro de Estudos Arqueológicos, a edição regular de uma revista de arqueologia.

Criada em 2012, esta publicação tem-se pautado pelo respeito de uma linha editorial coerente. Centrando-se numa primeira linha, na investigação das ocupações humanas pré-territas, sobre o território administrativo Municipal. Mas tendo presente, desde o primeiro volume, que as atuais fronteiras administrativas não existiam para períodos mais recuados, sendo necessário contextualizar de forma mais alargada. Analisando-se assim os sítios e as comunidades a uma escala mais ampla como a da península de Lisboa e Vale do Tejo.

A Revista CIRA Arqueologia tem vindo a assumir-se, como forma privilegiada de dar público conhecimento dos principais trabalhos desenvolvidos no âmbito das atividades do Centro de Estudos Arqueológicos de Vila Franca de Xira – CEAX. Os sete volumes já produzidos atestam de forma eloquente a qualidade e a dinâmica do trabalho ali produzido.

Um dos papéis das autarquias portuguesas consiste no inventário e defesa do património que nelas se conserva e que herdou dos seus antepassados. O Município de Vila Franca de Xira tem na última década vindo a apostar de uma forma sustentada e consistente no conhecimento do seu passado. Prova desse empenho é a realização e atempada publicação da Carta Arqueológica do seu território, as sucessivas exposições de arqueologia patentes em diversos espaços e enquadramentos institucionais, assim como, nas sucessivas campanhas de escavações arqueológicas de investigação no sítio de Monte dos Castelinhos.

Esta publicação que muito nos apraz apresentar, é constituída por oito artigos em que participam catorze investigadores incidindo a sua temática desde a Idade do Bronze até ao século XVIII.

É de sublinhar os quatro artigos que assumem um cariz monográfico em torno dos trabalhos de escavação arqueológica conducentes à construção do Centro de Saúde de Alhandra. Obra importante para os cidadãos de Alhandra. Este espaço dedicado à Saúde, pelo qual hoje se acede de forma quase telúrica, pelo antigo portal da Ermida de São Francisco ligando-se assim o passado com a atualidade. Nestes estudos ora trazidos a público, documenta-se a pertinência que estas investigações tiveram na salvaguardar de património e de conhecimento, que de outra forma se tinha obliterado. Provando-se uma vez mais, que o CEAX não se limita a escavar e a “atrapalhar” as obras, mas antes pelo contrário que o seu trabalho é essencial para a construção de uma memória coletiva da nossa comunidade, comunidade essa de que estes ossos encontrados em Alhandra nos falam de forma tão direta e apelativa.

A VEREADORA DA CULTURA



MANUELA RALHA

➤ O sítio de Vale de Tijolos e outros dados acerca da ocupação proto-histórica da margem esquerda do estuário do Tejo¹

JOÃO PIMENTA

CENTRO DE ESTUDOS ARQUEOLÓGICOS VILA FRANCA DE XIRA – CEAX/ UNIVERSIDADE DE LISBOA – FACULDADE DE LETRAS – UNIARQ (CENTRO DE ARQUEOLOGIA)

HENRIQUE MENDES

CENTRO DE ESTUDOS ARQUEOLÓGICOS VILA FRANCA DE XIRA – CEAX

ELISA DE SOUSA

UNIVERSIDADE DE LISBOA – FACULDADE DE LETRAS – UNIARQ (CENTRO DE ARQUEOLOGIA)

ANA MARGARIDA ARRUDA

UNIVERSIDADE DE LISBOA – FACULDADE DE LETRAS – UNIARQ (CENTRO DE ARQUEOLOGIA)

RESUMO

A colina de topo aplanado de Vale de Tijolos, em Almeirim, corresponde a uma instalação romana de tipo *villa*, sob a qual se desenvolveu uma ocupação pré e proto-histórica. O estudo dos materiais desta última evidenciou a integração do sítio no quadro regional e local da Idade do Ferro. A divulgação deste sítio e dos seus materiais torna ainda mais evidente a densidade do povoamento orientalizante da margem esquerda do curso superior do estuário do Tejo.

ABSTRACT

The flat-topped hill of Vale de Tijolos, in Almeirim, corresponds to a Roman villa under which a pre-historic and proto-historical occupation developed. The study of these latter materials shows the integration of this site within the regional and local Iron Age framework. The dissemination of the data retrieved in this site and its material culture makes even more evident the density of the Orientalizing settlement on the left bank of the upper course of the Tagus estuary.

1. Introdução

O sítio arqueológico de Vale de Tijolos, Almeirim (Figura 1), corresponde ao CNS N.º 3110 da Base de dados Endovélico, sendo conhecido, na literatura arqueológica, pelos vastos vestígios de superfície datados de época romana, ainda hoje particularmente bem visíveis e que devem corresponder a uma *Villa* e à(s) sua(s) necrópole(s) (Henriques, 1982, 1987; Quinteira, 1996, 1997).

A ampla área de dispersão dos materiais arqueológicos espalha-se pelo topo e encostas de uma colina aplanada no topo que se debruça sobre o Vale de Tijolos a nascente e sobre o pego da Rainha a norte, alcançando cerca de 7 hectares de extensão (Henriques, 1982).

As mais antigas referências ao sítio e às suas ocupações pretéritas remontam aos anos 20 do século passado. Em 23 de Fevereiro de 1923, foi publicado no Correio da Estremadura, um artigo intitulado “Alguns subsídios para uma monografia de Almeirim”, surgindo aí uma interessante referência à descoberta na Quinta de Vale de Tijolos do “(...) achado de um púcaro de barro com cerca de 80 moedas de prata, romanas, dos Imperadores Tito, Vespasiano, Nerva, Trajano e Adriano.” (Vasconcelos, 1923).

¹Trabalho realizado no âmbito do Projecto FETE – Fenícios no Estuário do Tejo (PTDC/EPH-ARQ/4901/2012).

Em 1949, na sequência da realização de trabalhos agrícolas, novos materiais romanos foram recolhidos no sítio, concretamente uma ânfora completa e uma moeda do Imperador Calígula, situação descrita por Henriques, em 1987. No trabalho deste mesmo autor, referiu-se ainda que “aparecem em determinados locais vestígios de fundações” e relatou-se a destruição de um túmulo romano na sequência do alargamento da área de estacionamento existente a entrada da Quinta, junto à Estrada Nacional N.º118, o que terá acontecido na década de 80, momento em que se recolheu uma significativa colecção de materiais arqueológicos, essencialmente cerâmicos, que actualmente se encontram depositados na sede da Associação de Defesa do Património Histórico e Cultural do Concelho de Almeirim.

No Museu Nacional de Arqueologia, preserva-se, sob o Código MNAE 0535, um apreciável conjunto de espólios de época romana provenientes deste sítio. Pouco sabemos sobre o contexto que deu origem a estas recolhas, desconhecendo-se quem as efectuou. Entre os materiais, porém, existe uma etiqueta, manuscrita, datada de 11 do 8 de 1964, onde se lê “Vale de Tijolo”.

Em meados dos anos noventa do século passado, António Quinteira, no âmbito da sua dissertação de mestrado apresentada à Universidade do Minho (Quinteira, 1997), realizou trabalhos de prospecção em Vale de Tijolos, sítio que individualizou e definiu como *Villa*. Publicaram-se então alguns materiais, nomeadamente uma pequena, mas significativa, colecção de artefactos metálicos (Quinteira, 1997).

O Projeto de Investigação MOCRATE, Monte dos Castelinhos e a romanização do Baixo-Tejo, que dois de nós (J.P. e H.M.) levam a efeito desde há vários anos, deu origem a uma nova abordagem ao sítio e aos seus materiais, que têm vindo a ser estudados e publicados, como é o caso das marcas das ânforas (Fabião, *et al.* 2016) e da *Terra Sigillata*, sobre a qual já foi efetuada uma leitura geral (Silva, 2012). Outros estudos mais específicos foram também já divulgados (Silva, Pimenta e Mendes, 2017).

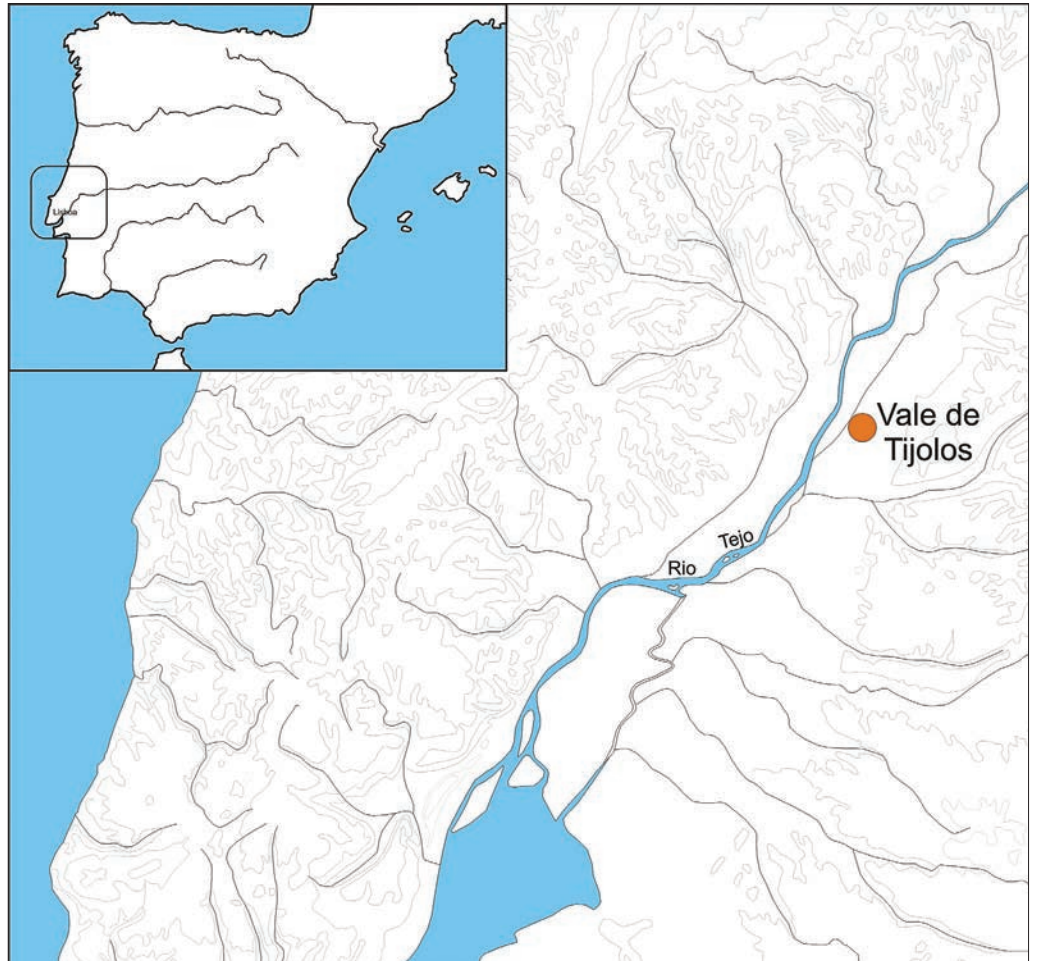
Estes trabalhos, associados à análise das cerâmicas finas, das ânforas e do conjunto de metais, que se encontra em curso, permitem consolidar a hipótese de a ocupação romana do sítio remontar aos meados do século I a.C. Estão presentes as ânforas vinárias itálicas do tipo Dressel 1, ânforas do Guadalquivir do tipo Ovóide 4 e 6, cerâmica campaniense, imitações em cerâmica cinzenta de formas de campaniense, paredes finas, etc. Entre o espólio metálico estão atestadas duas Glande *Plumbeae* e um Quinário de *Augustus* com cunhagem em Mérida (RIC I, 1a), com datação entre 25 a 23 a.C. (Guerra e Pimenta, 2013, p. 58).

No decorrer destes trabalhos, deparámo-nos com uma inesperada e até ao momento desconhecida ocupação anterior, datada de época proto-histórica, em concreto da Idade do Bronze, que algumas cerâmicas manuais e um conjunto de braceletes de bronze testemunham (Soares, *et al.*, 2015). Tendo presente estas evidências, no quadro do projecto de investigação FETE – Fenícios no Estuário do Tejo (PTDC/EPH-ARQ/4901/2012), financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia, voltámos ao local com o intuito de localizar e aprofundar as observações sobre essa presença proto-histórica.

Os dados recuperados no contexto de estes novos trabalhos de campo, que implicaram visitas ao local após a realização de trabalhos agrícolas, permitiram verificar que, sob a forte presença romana da *Villa* aqui existente, houve ocupações anteriores, testemunhadas por um pequeno, mas coerente espólio, que permite atestar uma ocupação da fase final da Idade do Bronze, mas também identificar uma ocupação da Idade do Ferro, que até ao momento era desconhecida, e que contribui para o estudo das dinâmicas de povoamento do Estuário do Tejo.

Figura 1

Planta de localização do sítio de Vale de Tijolos no mapa da Península Ibérica em geral e do vale do Tejo em particular.

**Figura 2**

Localização da estação de Vale de Tijolos na folha n.º 363 da Carta Militar de Portugal 1:25000.

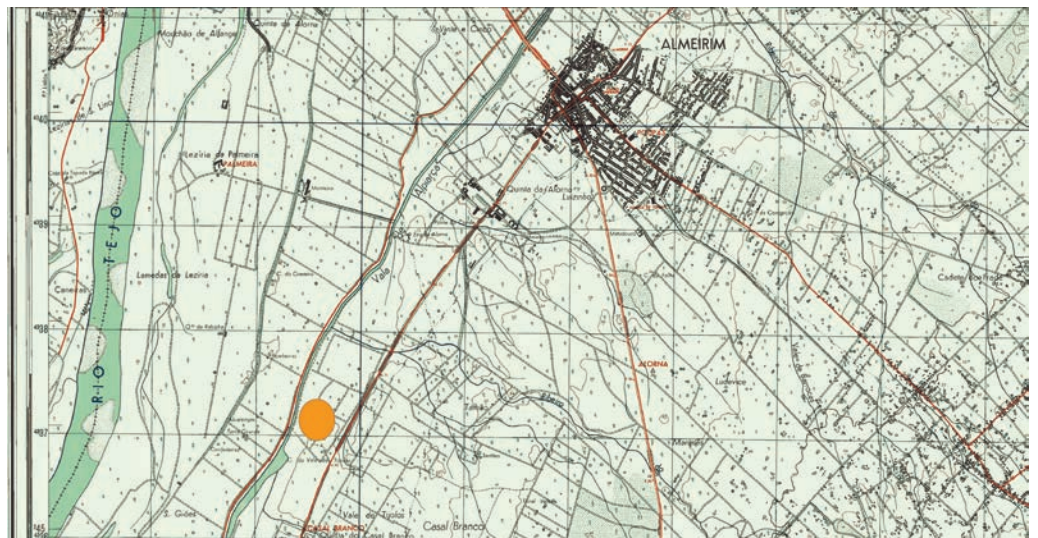
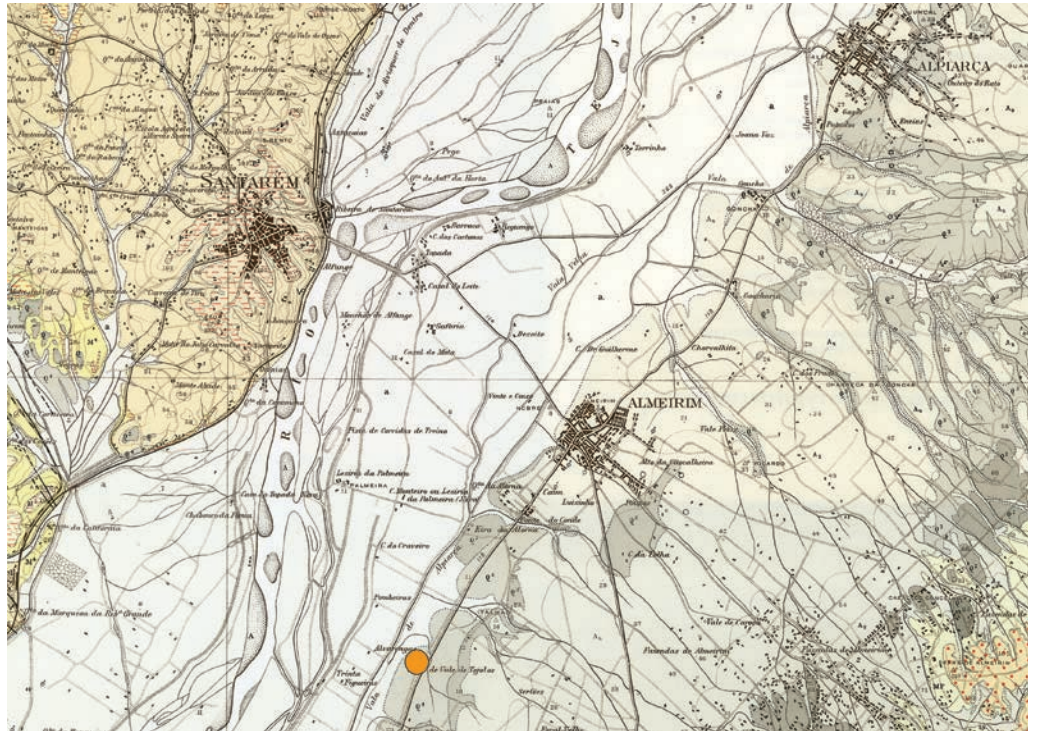


Figura 3

Localização da estação de Vale de Tijolos na folha n.º 31A Santarém, da Carta Geológica de Portugal 1:50.000.

**Figura 4**

Vista geral da implantação do sítio de Vale de Tijolos, com a alcáçova de Santarém em plano de fundo. Fotografia Henrique Mendes.



Figura 5
Terrenos de Vale de Tijolos na sequência de trabalhos agrícolas. Fotografia Henrique Mendes.



2. Os materiais

A Pré-História

Como em outros sítios da mesma região e com idêntica localização específica e implantação (Porto do Sabugueiro, Eira da Alorna, Alto dos Cacos, Cabeço da Bruxa) a ocupação humana deste lugar iniciou-se, ainda, durante a Pré-História.

Deste momento, foram recuperados dois artefactos de pedra polida (anfíbolito?), concretamente um machado e uma enxó, que podem associar-se ao Neolítico Final/Calcolítico. O primeiro, de gume em bisel, não conserva o talão, sendo uma das faces convexa e a outra plana. A enxó, completa, mas consideravelmente deteriorada, apresenta as duas faces planas e um gume assimétrico. A secção de ambos os artefactos é sub-retangular, o que permite avançar com uma cronologia calcolítica (figura 6, n.º 1 e 2).

À mesma fase podem, eventualmente, associar-se os dois elementos de mó (um dormente e um movente), ainda que o dormente de mó possa igualmente inserir-se nas tipologias deste tipo de utensílios já proto-históricas (figura 8, n.º 7 e 8).

Alguns dos vasos cerâmicos recolhidos devem igualmente corresponder a esta ocupação pré-histórica. É o caso, por exemplo, da taça de carena alta e bordo reentrante (Fig. 9, n.º 13), forma típica do Neolítico Final / Calcolítico Inicial, bem representada em quase todos os sítios desta cronologia do Sudoeste peninsular, e também da Península de Lisboa. Entre estes últimos, mencione-se, a título de exemplo, a sua presença no povoado da Espargueira - Serra das Éguas (Encarnação, 2010), em Leceia – Oeiras (Cardoso, 2007) e na Travessa das Dores (Neto, Rebelo & Cardoso 2015). Na região concreta em que se insere o sítio que agora se publica, estes mesmo materiais surgiram no Alto dos Cacos (Sousa *et*

al. 2016/2017) e na Eira da Alorna (Pimenta *et al.* 2018), ambos também em Almeirim.

Outros exemplares cerâmicos fabricados à mão devem também caber no 3º milénio a.n.e.. Falamos, concretamente da taça também com carena alta, mas de bordo recto e vertical ilustrado na Figura 9, onde tem o nº 11.

Mais complexa é a situação da taça hemisférica (Fig. 9, nº 14), que pode pertencer, indistintamente quer ao Neolítico/Calcolítico, quer à Idade do Bronze, quer ainda à Idade do Ferro.

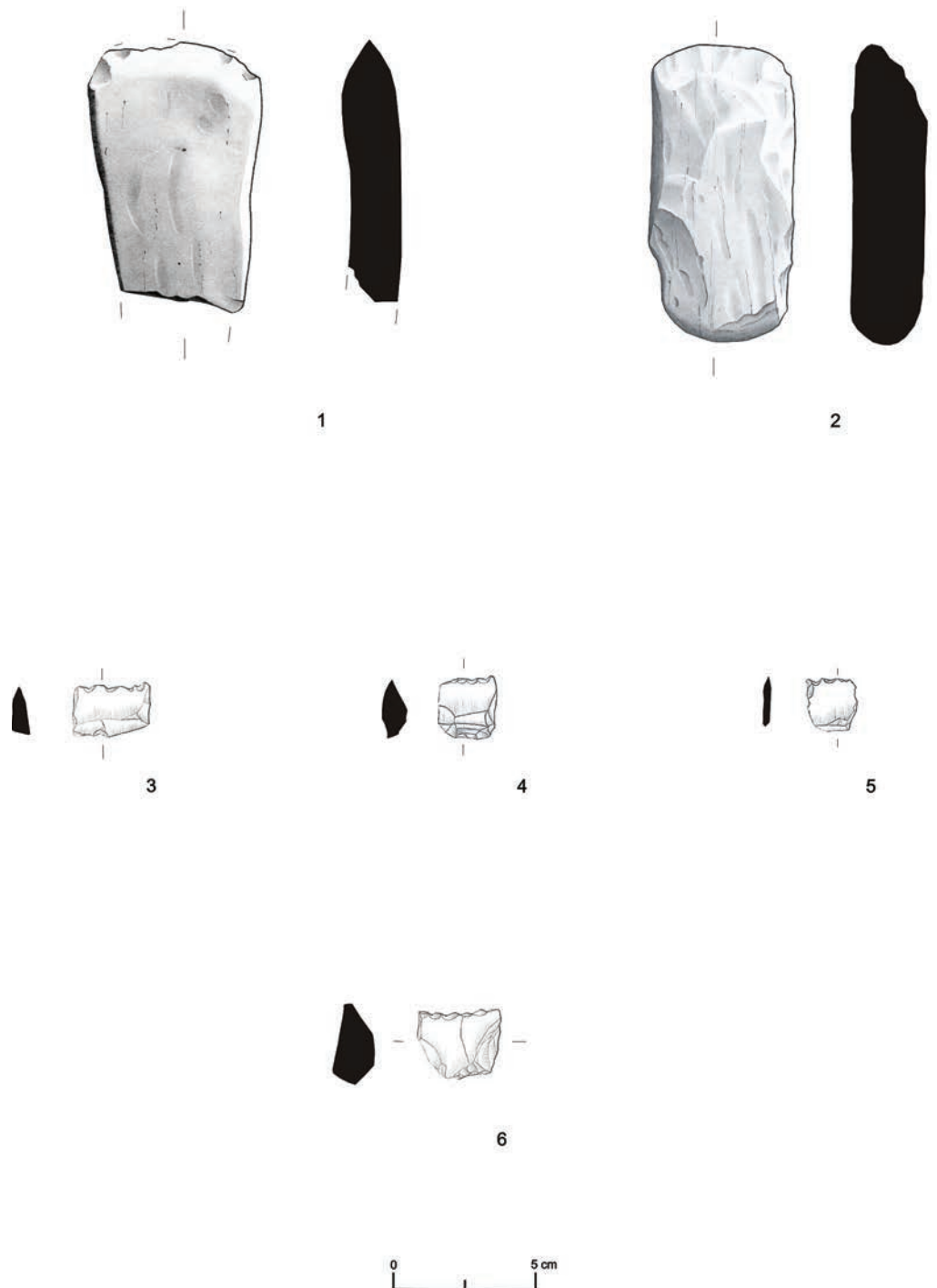


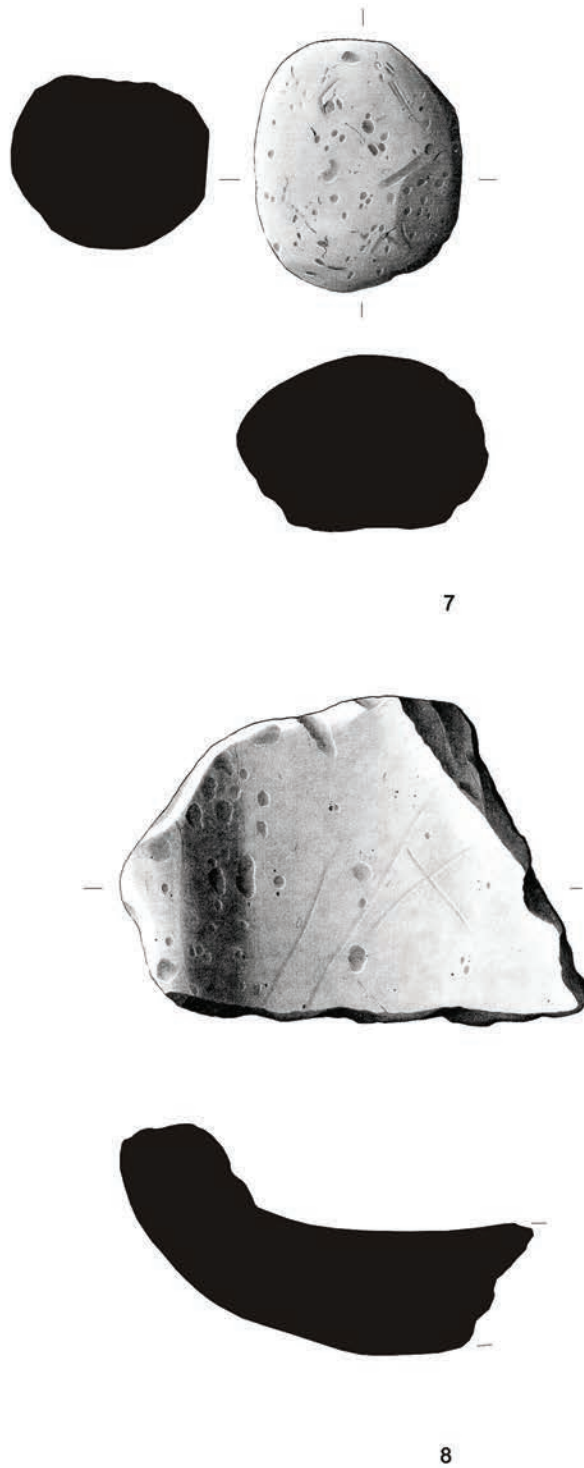
Figura 6

Peças líticas: N.º 1 enxó em anfíbolito; N.º 2 machado em anfíbolito; n.º 3 a 6 dentes de foice em sílex. Desenhos de Inês Conde.

Figura 7

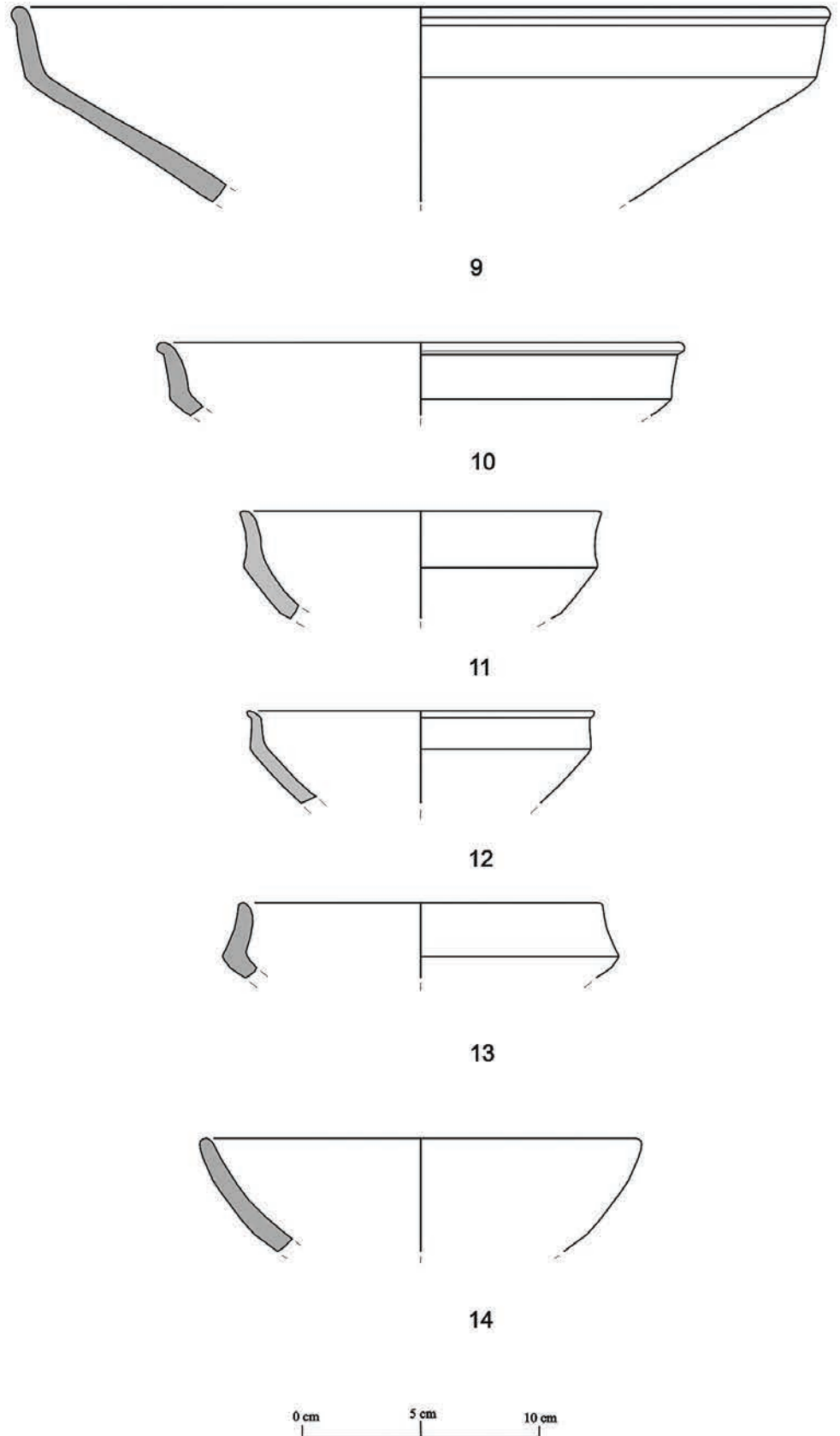
Elementos de dente de foice em sílex com o típico brilho de cereal. Fotografia Henrique Mendes.



**Figura 8**

Peças líticas: N.º 7 movente de mó em granito; N.º 2 dormente de mó barquiforme em granito. Desenhos de Inês Conde.

Figura 9
Cerâmicas manuais.
Desenhos de Inês Conde.



A Idade do Bronze

Uma ocupação do sítio durante a fase final da Idade do Bronze pode ser defendida, mesmo que os “fosséis directores” cerâmicos deste período não se encontrem representados, de forma inequívoca, no conjunto do espólio. A ausência de cerâmica com decoração bruniada ou de taças de carena baixa, com ou sem mamilos, deve ser realçada, até porque nos outros sítios da mesma época do concelho de Almeirim (Alto dos Cacos e Eira da Alorna) elas estão presentes.

Ainda assim, alguns dos esféricos altos (Fig. 10, n.º 19 e 20), dos potes de colo curto e perfil em S, com ou sem bordo denteado (Fig. 10, n.º 15, 16 e 17), e das taças carenadas (Fig. 9, n.º 9 e 10) podem, com algumas reservas, ser integrados nesta cronologia, tal como, para as mesmas formas e idênticas reservas, foi considerado para os sítios próximos já citados. De facto, sabemos que vasos com estas mesmas morfologias podem pertencer à Idade do Ferro, recolhendo bons paralelos regionais, nomeadamente em Santarém em níveis claramente sidéricos (Arruda 1999-2000; Sousa e Arruda 2018), inclusivamente os potes que apresentam decoração denteada sobre o bordo.

Ao Bronze Final pertencem, quase seguramente, os quatro denticulados de sílex, pertencentes a elementos de foice, que conservam ainda o característico brilho de cereal (figura 6, n.º 3 a 6 e figura 7). É um artefacto bem representado na Estremadura em sítios da segunda metade do 2.º milénio, constituindo a Tapada da Ajuda, em Lisboa (Cardoso e Silva 2004), e o Abrunheiro, em Oeiras (Cardoso 2010-2011), excelentes exemplos, sobretudo pela sua abundância (várias centenas). Outros, porém, devem ser referidos, justamente pela proximidade relativamente a Vale de Tijolos, concretamente os da Eira da Alorna (Pimenta *et al.* 2018).

Os três braceletes de bronze (um completo e dois fragmentos), de secção circular e quadrangular (Soares *et al.* 2015), devem também ser adscritos a esta ocupação proto-histórica (figura 11, n.º 21 a 23, e figura 12). De facto, e mesmo sabendo que estes artefactos de adorno foram ainda usados durante uma fase avançada da Idade do Ferro, como ficou evidenciado nas escavações de Chões de Alpompé (Vale de Figueira, Santarém), a verdade é que eles são especialmente conectados com o final da Idade do Bronze, em vastas áreas da Europa atlântica (Coffyn, 1985), e muito especialmente na própria região em que Vale de Tijolos se insere. Recorde-se que as necrópoles de Alpiarça, concretamente a do Meijão, mas também as de Tanchoal e de Cabeço da Bruxa, ofereceram pulseiras desta mesma tipologia (Marques & Andrade 1974; Kalb & Hock 1988; Vilaça, Cruz & Gonçalves 1999). As do sítio que agora se publica foram já alvo de análises químicas, que permitiram provar o seu fabrico em liga binária (cobre e estanho), sem arsénio e com adições de chumbo e ferro inexistentes e/ou insignificantes (Soares *et al.* 2015).

Figura 10
Cerâmicas manuais.
Desenhos de Inês Conde.

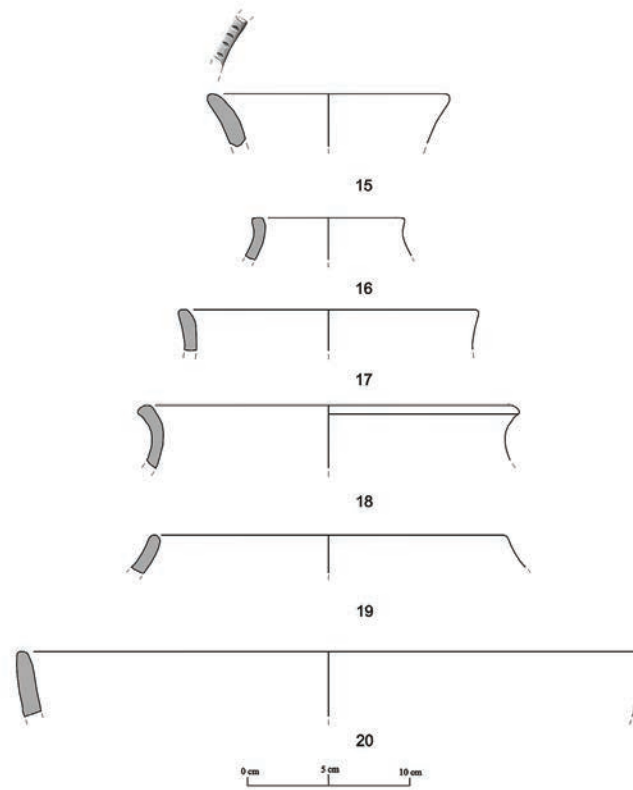


Figura 11
Braceletes em bronze.
Desenhos de Inês Conde.

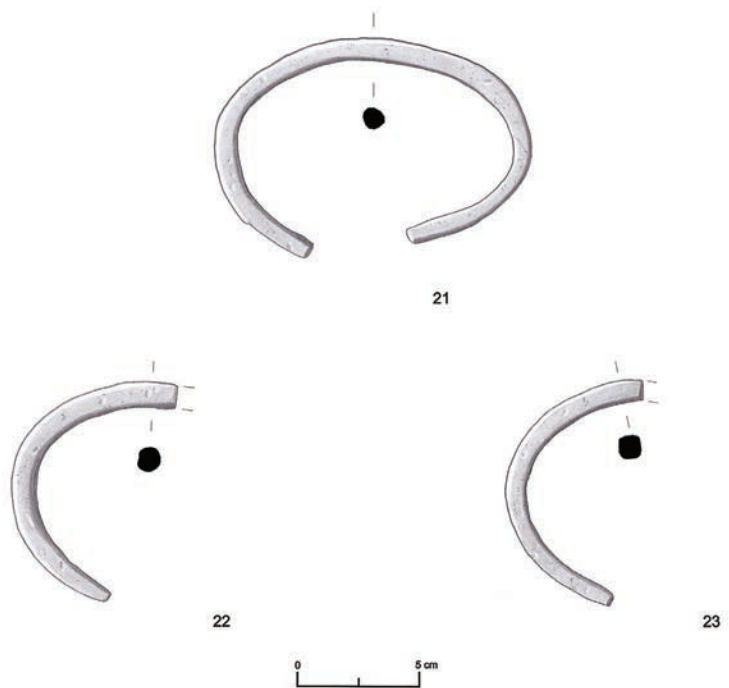


Figura 12
Braceletes em bronze.
Fotografia Henrique
Mendes.



A Idade do Ferro

A ocupação da Idade do Ferro de Vale de Tijolos está confirmada por um conjunto de materiais maioritariamente cerâmicos. Entre estes, destacam-se as ânforas, pertencendo três (Fig. 13, n.º 25, 26 e 27) ao Tipo 1 do Estuário do Tejo (Sousa e Pimenta 2014), duas a uma forma de transição entre os Tipos 1 e 3 (Fig. 13, n.º 24 e 28), uma do Tipo 3 da mesma tipologia (Fig. 13, n.º 29) e uma outra do Tipo 5 (Fig. 13, n.º 30).

No que se refere ao fabrico, o exemplar do Tipo 5 apresenta características que o aproximam do que foi considerado uma produção de Porto de Sabugueiro (Sousa e Pimenta 2014) e todos os restantes, independentemente do tipo específico, parecem ter sido importados da foz do Estuário do Tejo. Estas ânforas são as mais características da Idade do Ferro da região, estando presentes em todos os sítios da foz e dos cursos médio e superior de ambas margens, podendo ainda acrescentar-se que os modelos em que se inspiram são, pelo menos originalmente, fenícios ocidentais. Tratando-se de materiais recolhidos à superfície, e, portanto, destituídos de contexto, torna-se difícil uma avaliação da cronologia para qualquer um dos exemplares em análise. Como sabemos, o fabrico do Tipo 1 deve ter-se iniciado, pelo menos, no século VII a.n.e. (Sousa & Pimenta 2014), mas perdurou até ao IV/III a.n.e., de acordo com os dados do Cabeço Guião, no Cartaxo (Arruda *et al.* 2017). O início da produção do Tipo 3 foi situado no século VI a.n.e., tendo subsistido até ao século IV/III a.n.e. (Sousa & e Pimenta 2014). Para o tipo 5 não foi possível adiantar qualquer datação em concreto, dadas as circunstâncias de recolha da totalidade de exemplares que o integrem, tendo sido até ao momento identificado apenas no sítio do Porto do Sabugueiro (Sousa & e Pimenta 2014). As asas têm perfil circular ou oval com sulco mesial, podendo ter pertencido a qualquer dos tipos definidos (Fig. 13, n.º 31 e 32). Ainda assim, as últimas podem ser mais tardias (séculos V a III a.n.e.).

O conjunto cerâmico engloba ainda dois fragmentos de asas bífidas, que devem ter pertencido a *pithoi*, não sendo possível avançar muito mais acerca dos vasos a que terão pertencido, (Fig. 13, n.º 33 a 34). Pode adiantar-se, contudo, que as características intrínsecas que evidenciam, concretamente serem bífidas, obriga a considerar uma datação da I Idade do Ferro (séculos VII/VI a.n.e.). A presença de *pithoi* nos sítios orientalizantes peninsulares, em geral, e nos do Estuário do Tejo, em particular, é uma constante, parecendo inútil a sua enumeração exaustiva. Como exemplos significativos, citem-se os de Lisboa e os de Santarém (Arruda 1999-2000), e, pela proximidade geográfica, os da Eira da Alorna (Pimenta *et al.* 2018), do Alto dos Cacos (Sousa *et al.* 2016/2017) ou do Alto do Castelo (Arruda *et al.* 2014).

No grupo da cerâmica de armazenamento cabem ainda dois bordos, de perfil em S, que terão pertencido a potes (Fig. 13, n.º 35 e 36). O seu amplo diâmetro indicia a sua pertença a vasos de dimensões apreciáveis, mas fechados, formas que se documentam igualmente em todos os sítios sidéricos da região, e não só, sobretudo em contextos atribuíveis à 2ª Idade do Ferro (século V a III a.n.e.) (Sousa 2014).

A cerâmica cinzenta está representada por cinco fragmentos. Dois pertencem a tigelas de bordo engrossado (forma 1Aa do estuário do Tejo - Sousa 2014) a forma mais comum nesta categoria, e que é transversal a toda a Idade do Ferro peninsular, quer do ponto de vista geográfico quer do cronológico (Fig. 14, n.º 37 e 38). Registe-se, porém, o que resta da decoração incisa na superfície interna de uma delas, que parece ser ter feito parte um pentagrama (Fig. 14, n.º 37). As estrelas de cinco pontas são frequentemente gravadas em vasos de cerâmica cinzenta, concretamente tigelas de bordo engrossado, havendo abun-

dantes exemplos na Extremadura espanhola, concretamente na necrópole de Medellín (Llorio 2008: 762, Fig. 849). No litoral português, podemos chamar à colação o exemplo de Abul B (Mayet & Silva 2000: 210, Fig. 79, n.º 108), sítio de fundação oriental localizado, na margem direita do estuário do Sado, e também o da necrópole de Vale da Palha, em Sesimbra (Arruda & Cardoso 2015: 307). O outro fragmento de tigela do tipo 1Aa exhibe também uma marca incisa triangular na superfície externa, ainda que esta seja de difícil leitura (Fig. 14, n.º 38). Um outro exemplar que mantém a mesma morfologia geral dos vasos anteriores distingue-se por exibir um bordo bem assinalado na zona exterior (Fig. 14, n.º 39).

Um outro fragmento (Estampa 14, n.º 41) pode também ser incluído na categoria das tigelas, apesar da sua dimensão ser mais reduzida do que é habitual. O bordo é em bisel, e na parede externa é visível uma canelura larga que o separa do corpo através de um ressalto. Recolhe paralelo formal na Alcáçova de Santarém (Sousa e Arruda 2018: Fig. 13, n.º 8; Fig. 16, n.º 113).

Mais raro é o prato (Fig. 14, n.º 40) de bordo evertido e fundo interno separado do corpo através de ressalto. No que se refere ao bordo, e nesta categoria, o paralelo mais próximo é o da Travessa do Chafariz d'el Rei (Filipe *et al.* 2014: fig. 10 – n.º 6), que infelizmente foi recuperado em níveis que não permitem atribuir-lhe qualquer cronologia segura. As características do fundo interno, delimitado por um ressalto bem marcado é conhecido na necrópole do Senhor dos Mártires, em Alcácer do Sal (Gomes 2016: Estampa XXIX, n.º 378), sendo, no entanto, muito mais comum em produções de engobe vermelho, na área do estuário do Sado, como é também o caso do espaço funerário anteriormente citado (*Ibidem*: XXXIV, n.º 450 e 452) e de Abul B (Mayet & Silva 2000: 208: Fi. 77, n.º 89), datado do século V a.n.e., ainda que nestes casos este elemento seja mais bem marcado. Estas circunstâncias, bem como as próprias características de fabrico (pasta dura, muito depurada, superfícies bem alisadas e paredes consideravelmente finas) permitem avançar para uma cronologia relativamente tardia dentro da Idade do Ferro, talvez da 2ª metade do milénio a.n.e., não sendo ainda claro se poderá ou não integrar produções do período romano-republicano.

Designámos por cerâmica de engobe vermelho dois dos fragmentos recuperados no local. Um deles exhibe um bordo largo e aplanado, apesar de o engobe, pouco aderente e muito mal conservado e de tonalidade avermelhada, ter sido aplicado na superfície externa (Fig. 14, n.º 42). Este facto separa-os dos seus congéneres “clássicos”, frequentes no contexto regional, em todos os sítios com esta cronologia de ocupação. O outro fragmento corresponde a uma tigela de perfil semi-hemisférico, estando o engobe conservado na zona interna, sendo uma forma já documentada em Lisboa, concretamente entre o século VI e V a.C. (Sousa, 2017), (Fig. 14, n.º 43).

Incluímos na categoria de cerâmica utilitária dois cossoiros (um completo e um fragmento de outro). Ambos foram cozidos em ambiente redutor, o que justifica a cor cinzenta das suas superfícies, possuindo diâmetros idênticos, entre os 4,5 cm e os 4,7 cm (Fig. 15, n.º 44 e 45). Apresentam perfil cónico, cabendo, assim, no tipo C de Teresa Pereira (2013).

Estes artefactos são frequentes em contextos sidéricos em geral, sendo muito bem conhecidos na região, concretamente em Porto de Sabugueiro, onde os nossos exemplares recolhem bons paralelos formais e tecnológicos (Pereira 2016/2017).

Entre os espólios que foram recolhidos no sítio e que atribuímos, ainda que com algumas reservas, à Idade do Ferro conta-se ainda um conjunto de sete contas de colar de

vidro azul opaco, de perfil geral anelar (Fig. 15, n.º 46 a 51 e fig. 16). Trata-se da forma mais comum neste tipo de artefacto de adorno, quer na área em concreto do estuário do Tejo, muito especialmente do seu curso superior (Antunes 2000; Arruda *et al.* 2016), quer na Península Ibérica em geral. Há dados que permitem admitir uma produção regional, concretamente em Porto de Sabugueiro (Arruda *et al.* 2016), não sendo impossível pensar que sendo o conjunto em apreço é de aí originário.

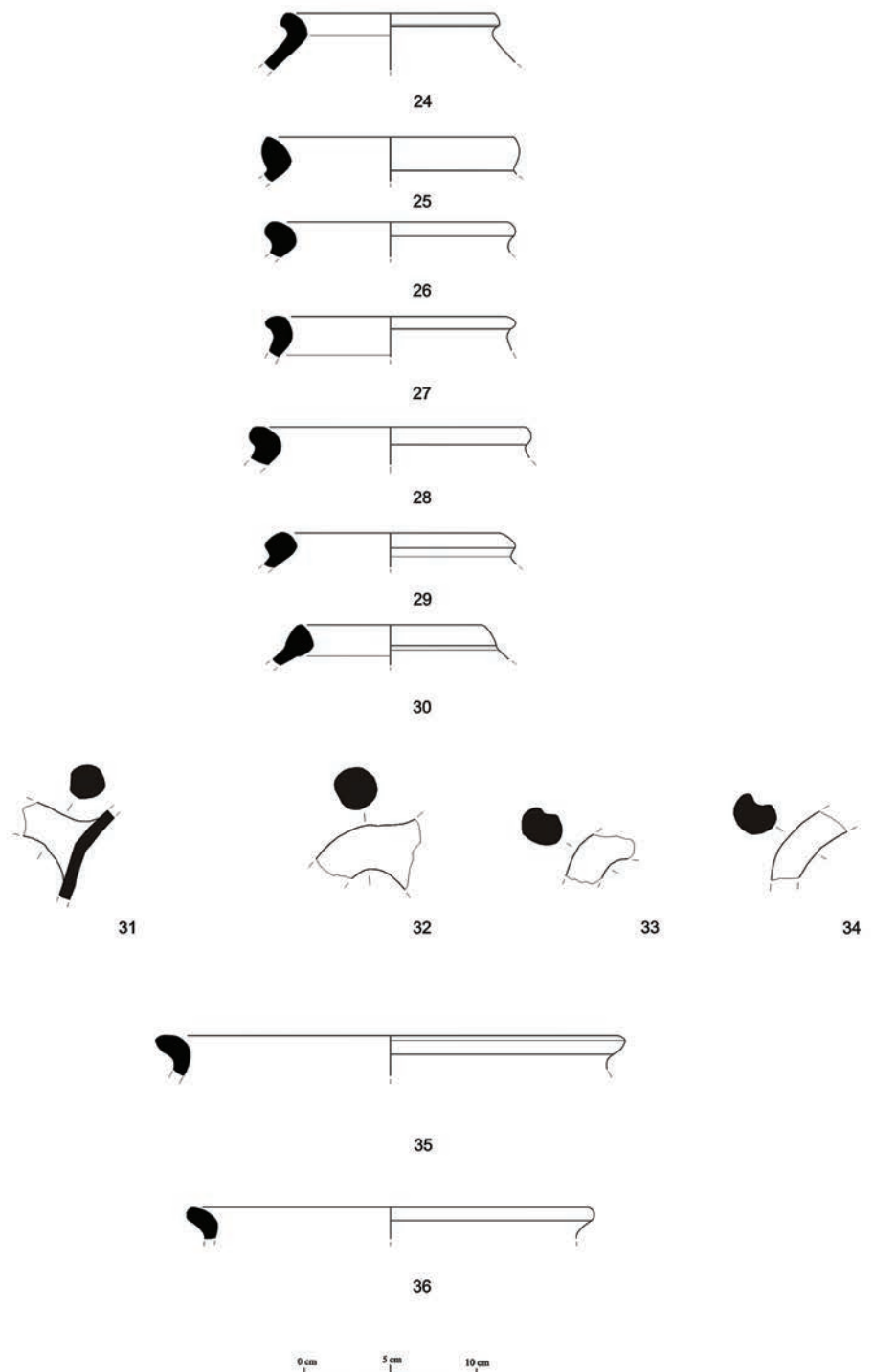


Figura 13

N.º 24 a 30 fragmentos de bocais de ânfora da Idade do Ferro; N.º 31 e 32 fragmentos de asa de ânfora; N.º 33 e 34 fragmentos de asas bífidas; N.º 35 e 36 fragmentos de bocal de *pithoi*. Desenhos de Inês Conde.

Figura 14

N.º 37 a 41 cerâmica cinzenta fina polida;
 N.º 42 e 43 fragmentos de verniz vermelho.
 Desenhos de Inês Conde.

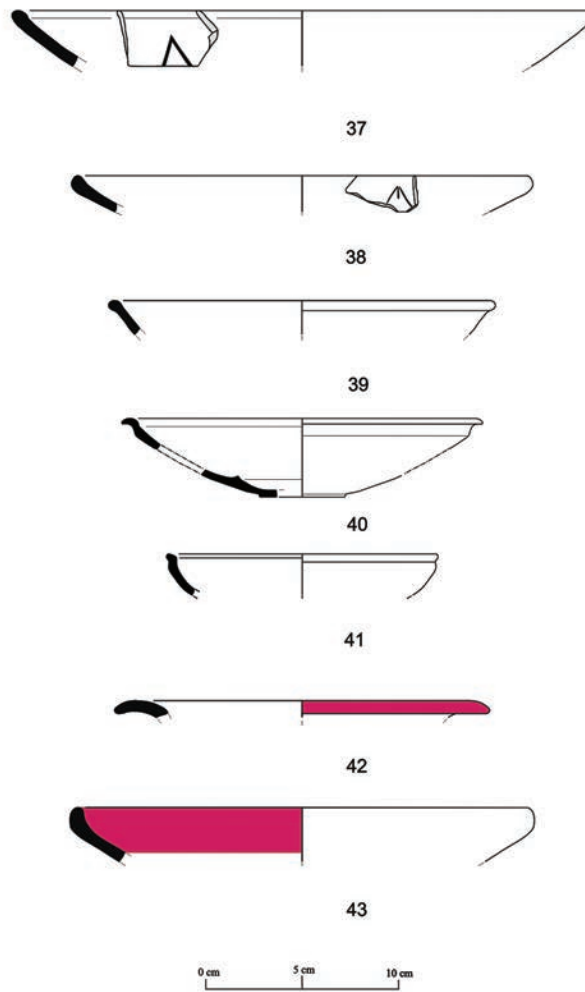


Figura 15

N.º 44 a 45 cossoiros em cerâmica cinzenta; N.º 46 a 51 contas de colar de vidro de tom azul opaco.
 Desenhos de Inês Conde.

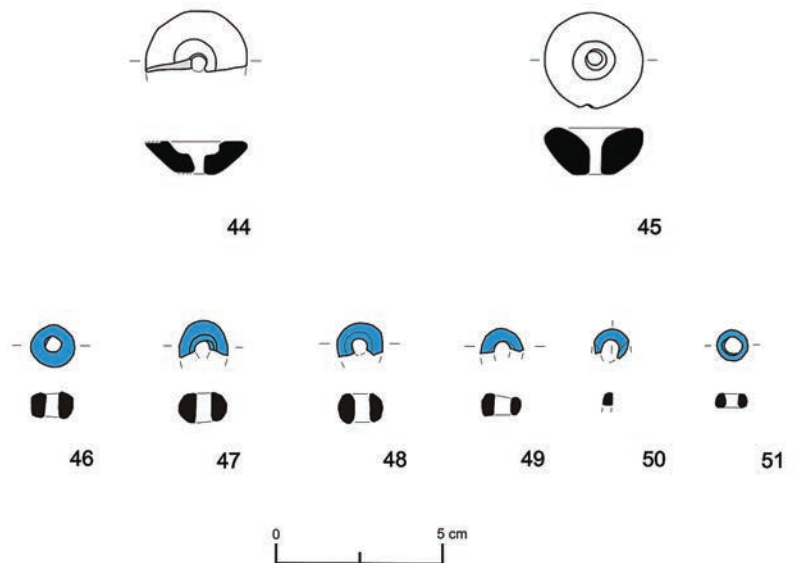
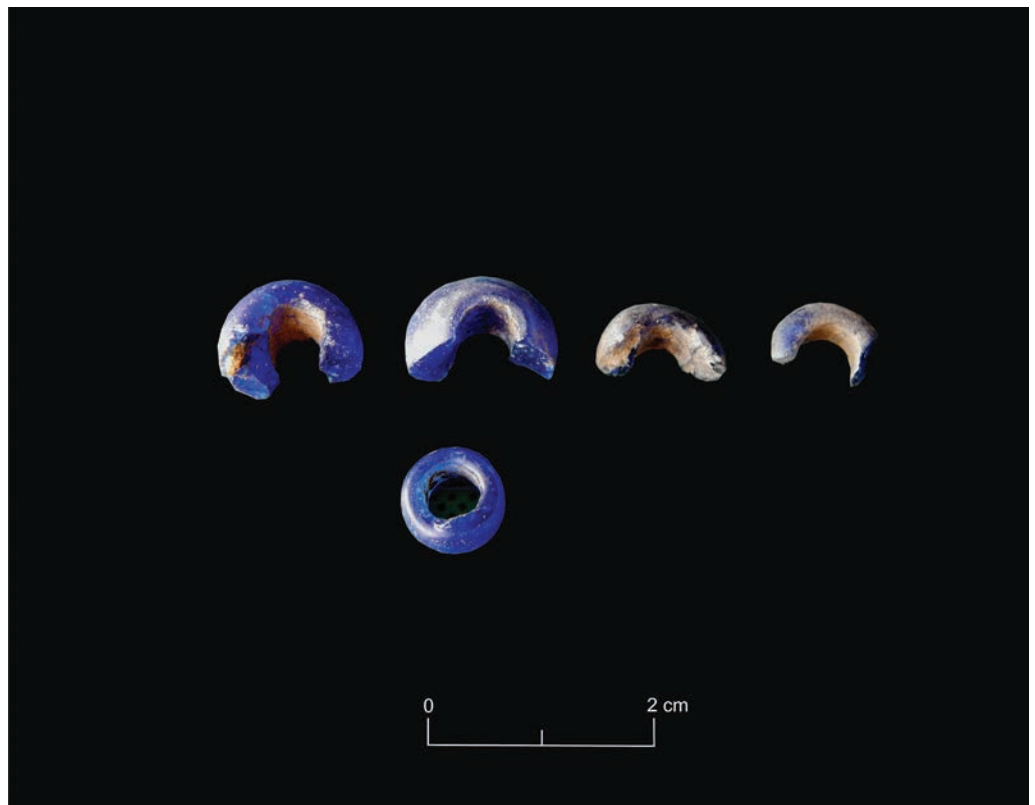


Figura 16
 Conjunto de contas
 de colar de vidro.
 Fotografia Henrique
 Mendes.



3. Outros sítios e outros materiais

Na área em que se implanta o sítio que agora apresentamos existem outros dados que, não justificando estudos individuais, merecem ser divulgados pela sua importância intrínseca (Fig. 17)

No âmbito das prospeções do projeto FETE uma visita às margens do rio Tejo em frente a Santarém, conduziu à deteção e recolha num areeiro aí existente de um bocal de ânfora pré-romana, (Fig. 17, n.º 1). Qual o contexto desta peça, não é de fácil interpretação, contudo a sua procedência será o leito do rio Tejo, de onde esta indústria explora a sua matéria-prima. Trata-se de um bordo de ânfora de tipo R1, cuja pasta evidencia uma origem malaguenha, (Fig. 18, n.º 1 e Fig. 19). A morfologia do bordo, concretamente a verticalidade da parede do lábio, e o ressalto bem marcado na ligação deste ao corpo permitem integrá-lo no tipo 10.1.1.1., o que lhe fornece uma cronologia do século VIII / VII a.n.e. Tal como em relação ao recipiente anterior este tipo concreto de contentor fenício ocidental está atestado em quase todos os sítios da Idade do Ferro orientalizante do Sudoeste peninsular, sendo, portanto, impossível, e até irrelevante, a apresentação exaustiva de paralelos. Resta-nos, assim, referir a sua presença em Lisboa (entre outros, Arruda 1999-2000; Pimenta, Sousa e Amaro 2015; Sousa e Guerra 2018), em Santarém (Arruda 1999-2000; Sousa e Arruda 2018) e no Porto do Sabugueiro (Sousa *et al.* no prelo).

Com informação igualmente escassa, temos que referir os dados que atestam uma ocupação sidérica na área da *Villa Romana da Azeitada*, (Fig. 17, n.º 2). De facto, preserva-se no Museu da Associação de Defesa do Património Histórico e Cultural do Concelho de Almeirim, alguns materiais com esta proveniência que permitem essa leitura. Destaca-se entre eles um prato de bordo largo e pendente, com a superfície interna coberta com en-

gobe vermelho, (Fig. 18, n.º 3). A sua presença a par de alguns fragmentos de asas bífidas e bocais de *pithoi*, indiciam que, tal como em Vale de Tijolos, sob a ocupação romana terá existido uma da Idade do Ferro. A morfologia do prato em análise surge em Santarém e em Lisboa, sobretudo em contextos datados em torno ao século VII e VI a.n.e. (Arruda, 1999-2000; Sousa, 2017; Sousa e Arruda, 2018).

O *oinochoé* da forma 6 do grupo mediterrâneo II de Harden (Alarcão & Alarcão 1963) terá sido recuperado numa sepultura romana localizada nos terrenos do Conde de Sobral, em Almeirim, que apenas conseguimos relacionar com a atual Quinta do Casal Branco ainda que sem uma localização certa a nível do terreno (Fig. 17, n.º 3). Sendo verdade que a datação intrínseca de esta peça de vidro se deve balizar entre os séculos IV e III a.n.e. é difícil relacioná-la com as ocupações a que nos temos vindo a referir, apesar de tal não ser completamente impossível.

A urna de tipo Cruz del Negro apareceu na sequência de trabalhos de prospeção nas margens do rio Tejo, em Benfica do Ribatejo, sem qualquer contexto arqueológico específico, visto que foi recolhida na praia (Fig. 17, n.º 4). Possui bordo evertido, de perfil triangular, colo cilíndrico, de paredes rectas, com moldura na área mesial da qual arrancam as asas, bífidas, (Fig. 18, n.º 2 e Fig. 20). Do corpo resta apenas o terço superior, que, no entanto, deixa antever uma forma oval. A superfície externa está muito degradada, não se tornando possível verificar a existências das típicas banda e linhas paralelas com que habitualmente estão decoradas. As características formais permitem integrá-la no sub-tipo 3 de Medellín (Torres Ortiz 2008: 640, podendo assim ser datada em torno à segunda metade do século VII a.n.e.. As urnas de tipo “Cruz del Negro” são um dos elementos mais característicos da Idade do Ferro orientalizante peninsular, e não só, funcionando habitualmente como urnas cinerárias. O seu aparecimento em contextos domésticos, contudo, deixa antever uma sua utilização também como vasos de armazenamento. A distribuição geográfica deste tipo de vasos é muito ampla na Península Ibérica e no próprio território actualmente português, razão pela qual nos limitaremos a referir os exemplares do estuário do Tejo, como é o caso de Lisboa (Arruda 1999-2000; Pimenta, Silva & Calado 2014; Fernandes *et al.* 2013), de Porto de Sabugueiro (Pimenta e Mendes 2008) e de Santarém (Arruda 1999-2000; Sousa e Arruda 2018).

O sítio arqueológico do concheiro mesolítico da Fonte do Padre Pedro, em Muge (Salvaterra de Magos), ofereceu em trabalhos de prospeção aí realizados nos anos noventa do século passado, alguns materiais que obrigam a considerar que este local foi habitado durante o 1º milénio a.n.e. (Batata e Gaspar, 1993), (Fig. 17, n.º 5). Infelizmente a informação disponível é escassa, resumindo-se ao material então recolhido e que se encontra depositado nas reservas do Museu de Salvaterra de Magos, da sua observação destaca-se a presença de uma asa de ânfora pré-romana e um bocal de cerâmica cinzenta fina polida correspondendo a uma tigela de bordo engrossado (forma 1Aa do estuário do Tejo - Sousa 2014).

Por último, igualmente na margem esquerda do Tejo, mas mais a Sul, já na bacia fluvial do rio Almansor, existe uma referência antiga, que tem vindo a passar despercebida nas sínteses sobre a Idade do Ferro. Trata-se da notícia da recolha de alguns materiais “Lusitano Romanos em Coruche” (Ribeiro, 1976). Este artigo publicado na Revista de Guimarães reporta-se à recolha, em Março de 1959, a cerca de 1 300 metros da vila de Coruche, no caminho da Aldeia da Erra de uma série de vasos na sequência de trabalhos agrícolas. No artigo é explícita a existência de “peças de duas épocas distintas”, entenda-se materiais pré-romanos e vasos de época Romana (Ribeiro, 1976, p. 182). Não sendo hoje possível,

pelo menos até ao momento, aceder aos materiais, baseamos a nossa interpretação dos mesmos nas fotografias disponíveis no artigo e na sua descrição. A peça representada na figura 1 do artigo supracitado corresponde a um bocal de ânfora pré-romana do tipo R1, com decoração em bandas policromas vermelha, castanha avermelhada e cinzenta, mas do qual na impossibilidade de observação direta da pasta não podemos propor uma origem (Fig. 21, n.º 1). As peças representadas na figura 2 correspondem a um fragmento de asa bífida de *pithoi*, e a uma asa de ânfora (Fig. 21, n.º 2 e 3).

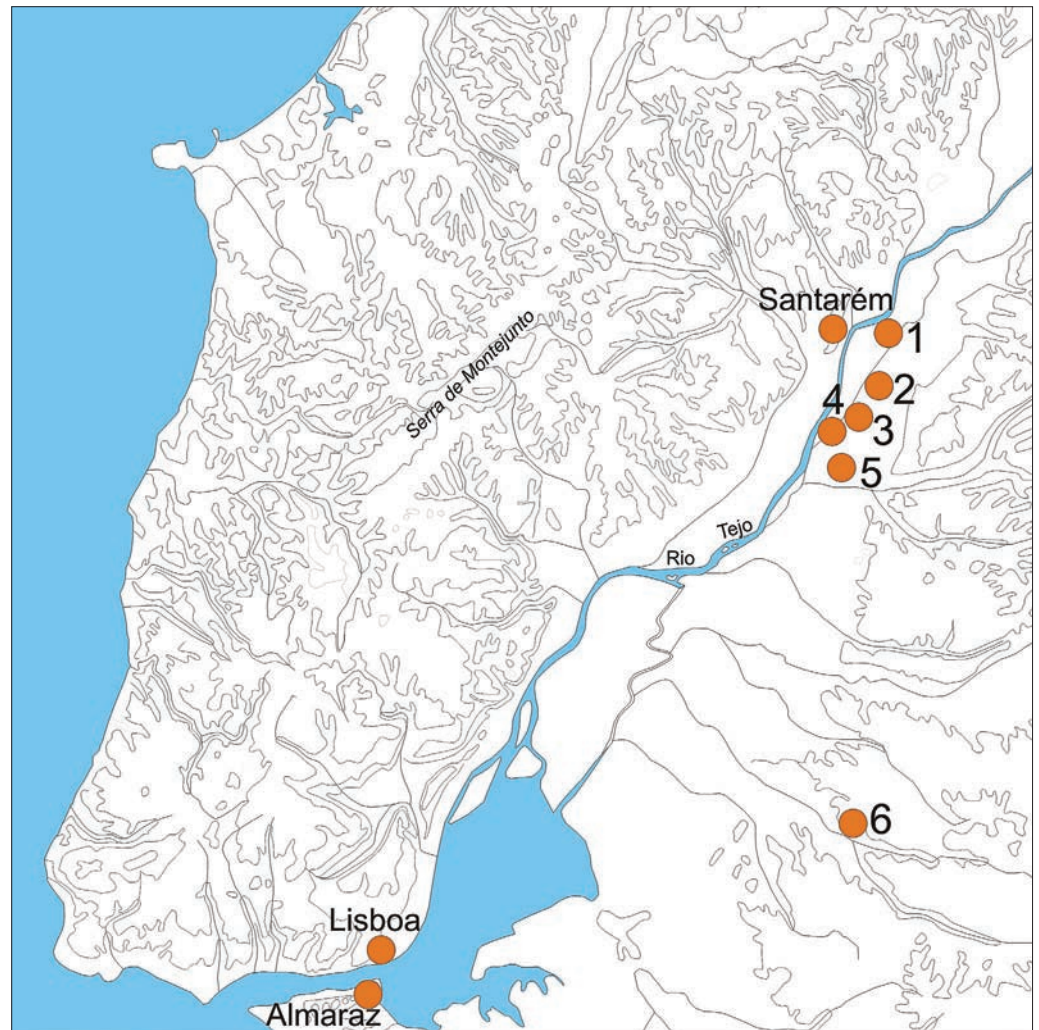
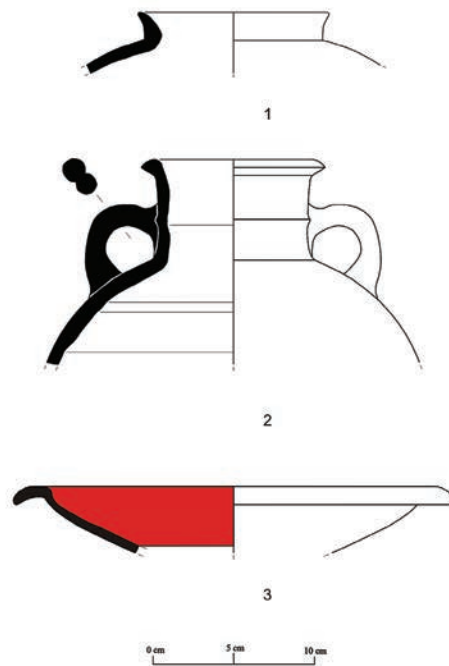


Figura 17

Planta de localização de Vale de Tijolos e dos outros sítios em análise, no mapa do baixo Tejo e península de Lisboa: N.º 1 – Areeiro da Tapada; N.º 2 Quinta do Casal Branco; N.º 3 Azeitada; N.º 4 Benfica do Ribatejo; N.º 5 Fonte de Padre Pedro; N.º 6 Erra – Coruche.

Figura 18

N.º 1 bocal de ânfora do tipo 10.1.1.1. proveniente de Tapada – Almeirim; N.º 2 urna de tipo Cruz del Negro de Benfca do Ribatejo – Almeirim; N.º 3 prato de engobe vermelho de Azeitada – Almeirim. Desenhos de Inês Conde e João Pimenta.

**Figura 19**

Bocal de ânfora do tipo 10.1.1.1. proveniente de Tapada – Almeirim. Fotografia Henrique Mendes.





Figura 20
Urna de tipo Cruz del Negro proveniente de Benfca do Ribatejo – Almeirim. Fotografia Henrique Mendes.

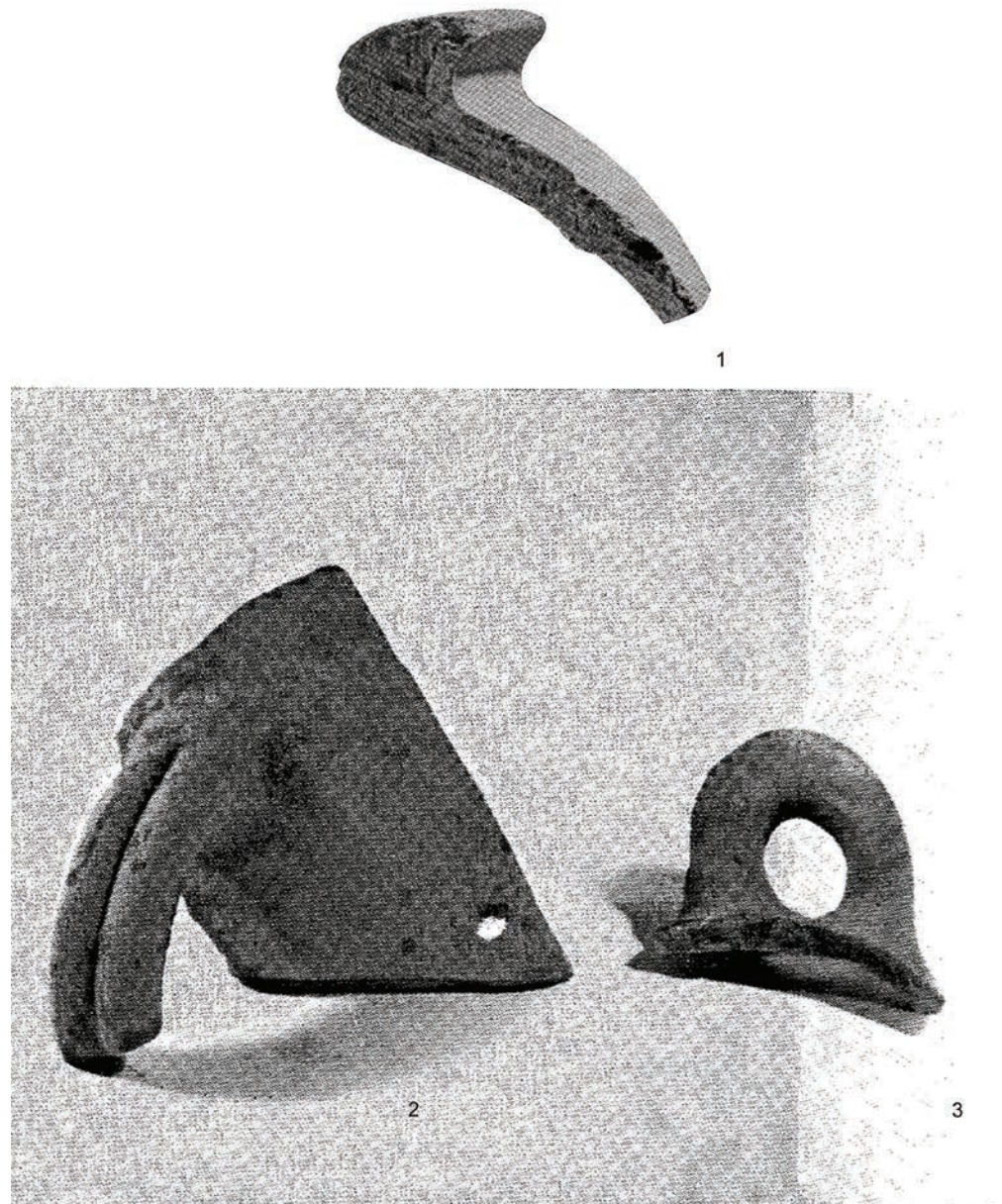


Figura 21
Materiais de
cronologia pré-
romana provenientes
da Aldeia da Erra
– Coruche, segundo
Margarida Ribeiro,
1976, p. 182, fig. 1 e 2,
modificado.

4. Breves considerações finais

Os vários trabalhos de campo efectuados na margem esquerda do estuário do Tejo em contextos diversos permitiram recuperar importantes conjuntos de materiais da Idade do Ferro, que têm vindo a ser estudados e devidamente publicados (Pimenta e Mendes, 2008; Arruda *et al.* 2014; Pimenta *et al.* 2014, 2018; Sousa *et al.* 2016/2017). A investigação desenvolvida veio evidenciar uma invulgar concentração de sítios com ocupação sidérica de tipo orientalizante nos concelhos de Alpiarça (Alto do Castelo, Cabeço da Bruxa), Almeirim (Eira da Alorna, Alto dos Cacos, Vale de Tijolos) e Salvaterra de Magos (Porto de Sabugueiro, Fonte do Padre Pedro), com diferentes tipos de implantação, uns em altura e relativamente bem destacados na paisagem, outros, mais ribeirinhos e planos. Todos estão, no entanto, localizados nas proximidades do rio e com ele devem ser relacionados. Por outro lado, a densidade do povoamento tem de ser devidamente valorizada, e a proximidade dos sítios entre si deixa antever um funcionamento em rede, em padrões que ainda não conseguimos esclarecer na sua totalidade. Parece também importante insistir na fertilidade dos terrenos onde se implantam estes sítios, fertilidade que, aliás, acabou por determinar, em grande parte, a sua destruição.

BIBLIOGRAFIA

- ALARCÃO, J.; ALACÃO, A. (1963) - Vidros romanos do Museu de Martins Sarmiento. *Revista de Guimarães*, 73 (1-2), p. 175-209.
- ANTUNES, A. S. (2000) Vidros romanos da Alcáçova de Santarém. *Revista Portuguesa de Arqueologia* 3-2, 2000, p. 153-199.
- ARRUDA, A. M. (1999-2000) - *Los Fenicios en Portugal. Fenicios y mundo indígena en el centro y sur de Portugal (siglos VIII-VI a.C.)*. Barcelona.
- ARRUDA, A. M.; CARDOSO, J. L. (2015) – A necrópole da Idade do Ferro de Vala da Palha (Calhariz, Sesimbra). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras, 22, p. 301-314.
- ARRUDA, A. M.; PEREIRA, C.; PIMENTA, J.; SOUSA, E.; MENDES, H.; SOARES, R. (2016) – As contas de vidro do Porto do Sabugueiro (Muge, Salvaterra de Magos, Portugal). *CuPAUAM*. Madrid, 42, p. 79-101.
- ARRUDA, A. M.; SOUSA, E.; PIMENTA, J.; MENDES, H.; SOARES, R. (2014) - Alto do Castelo's Iron Age occupation (Alpiarça, Portugal). *Zephyrus*. Salamanca, 74, p. 143-155.
- ARRUDA, A. M.; SOUSA, E.; BARRADAS, E.; BATATA, C.; DETRY, C.; SOARES, R. (2017) – O Cabeço Guião (Cartaxo – Portugal): um sítio da Idade do Ferro do Vale do Tejo. In CELESTINO PÉREZ, S. e RODRÍGUEZ GONZÁLEZ, E. (eds.), *Territorios comparados: los vales del Guadalquivir, el Guadiana y el Tajo en época tartésica*. Madrid: CSIC, p. 319-361.
- BATATA, C.; GASPAS, F. (1993) – Novos dados sobre a estação arqueológica de Porto do Sabugueiro (Muge, Salvaterra de Magos). *O Foral. Conselho de Salvaterra de Magos da Pré-história ao século XVIII*. Câmara Municipal de Salvaterra de Magos, p. 24-34.
- CARDOSO, J. L. (2007) - As cerâmicas decoradas précampaniformes do povoado pré-histórico de Leceia: suas características e distribuição estratigráfica. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*, 14, Oeiras. Centro de Estudos Arqueológicos do Concelho de Oeiras/Câmara Municipal de Oeiras, p. 9-276.
- CARDOSO, J. L. (2010-2011) - O casal agrícola do Bronze Final de Abrunheiro (Oeiras). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 18, p. 33-74.
- CARDOSO, J. L.; SILVA, I. M. (2004) - O povoado do Bronze Final da Tapada da Ajuda (Lisboa): estudo do espólio cerâmico. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 7:1, p. 227-271.
- COFFYN, A. (1985) - *Le Bronze Final atlantique dans la Péninsule Ibérique*. Paris: Boccard.
- ENCARNAÇÃO, G. C. G. da (2010) – As Cerâmicas Carenadas do povoado da Espargueira (Serra das Éguas, Amadora). Dissertação de Mestrado em Arqueologia apresentado à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Orientado pelo Professor Doutor Victor S. Gonçalves. Policopiado.
- FABIÃO, C.; GUERRA, A.; ALMEIDA, J.; ALMEIDA, R. R.; PIMENTA, J.; FILIPE, V. (2016) - *Marcas de ânforas romanas na Lusitânia (do Museu Nacional de Arqueologia de Lisboa ao Museo Nacional de Arte Romano de Mérida)*. Union Académique Internationale / Académida das Ciências de Lisboa. Corpus Internationale des Timbres Amphoriques (Fascilule 19). Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa (UNIARQ).
- FERNANDES, L.; PIMENTA, J.; CALADO, M.; FILIPE, V. (2013) - Ocupação sidérica na área envolvente do teatro romano de Lisboa: o Pátio do Aljube. *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 16. Lisboa: DGPC, p. 167-185.
- FILIPE, V.; CALADO, M.; LEITÃO, M. (2014) - Evidências orientalizantes na área urbana de Lisboa. O caso dos edifícios na envolvente da Mãe de Água do Chafariz d'El Rei. In ARRUDA, A. M. (ed.), *Fenícios e Púnicos, por terra e mar. Actas do VI Congresso Internacional de Estudos Fenícios e Púnicos*, Lisboa, p. 736–747.
- GOMES, F. (2016) - *Contactos culturais e discursos identitários na I Idade do Ferro do Sul de Portugal (séculos VIII-V a.n.e.): leituras a partir do registo funerário*. Dissertação de Doutoramento em Arqueologia. Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- GUERRA, A.; PIMENTA, J. (2013) – Os projéteis de funda do Monte dos Castelinhos e a dispersão destes materiais no território português. In *Catálogo Exposição Monte dos Castelinhos (Castanheira do Ribatejo) Vila Franca de Xira e a conquista romana no Vale do Tejo*. Museu Nacional de Arqueologia e Museu Municipal de Vila Franca de Xira, p. 47-58.
- HENRIQUES, EURICO (1982) – Elementos para a Carta Arqueológica do Concelho de Almeirim. Almeirim. Texto manuscrito. 19/12/82. Processo 82/1 (242) IGESPAR.
- HENRIQUES, EURICO (1987) – *Levantamento Arqueológico do Concelho de Almeirim*. Almeirim. Processo 82/1 (242) IGESPAR.
- KALB, P.; HÖCK, M. (1988) - O povoamento pré-histórico de Alpiarça. *Arqueologia*, 17, p. 193-200.

- LORRIO, A. J. (2008) - Cerâmica gris, In, ALMAGRO-GORBEA, M. (dir.), *La necrópolis de Medellín II. Estudio de los hallazgos*. Madrid, vol. 2, p. 673-723.
- MARQUES, G.; ANDRADE, G. M. (1974) - Aspectos da proto-história do território português. 1 - Definição e distribuição geográfica da cultura de Alpiarça (Idade do Ferro). *Actas do III Congresso Nacional de Arqueologia* (Porto, 1973). Porto: Junta Nacional de Educação, p. 125-148.
- MAYET, F.; SILVA, C. T. (2000) - *Le site phénicien d'Abul (Portugal)*. Comptoir et sanctuaire. Paris: De Boccard.
- NETO, N.; REBELO, P.; CARDOSO, J. L. (2017) - O sítio Neo-Calcolítico da Travessa das Dores (Ajuda-Lisboa). In *I Encontro de Arqueologia de Lisboa. Uma Cidade em Escavação*. Centro de Arqueologia de Lisboa – CAL. p. 25-37.
- PEREIRA, M. (2016/2017) – Os cossoiros de Porto de Sabugueiro (Muge, Salvaterra de Magos). *Cira – Arqueologia*. Vila Franca de Xira, 5, p. 55-75.
- PEREIRA, T. (2013) – Por um fio: tipologia e função do conjunto de cossoiros de Cabeça de Vaia monte (Monforte, Portugal). In ARNAUD, J. M., MARTINS, A., NEVES, C. (coord.), *Arqueologia em Portugal. 150 anos. Actas do I Congresso da Associação dos Arqueólogos Portugueses*, Lisboa, p. 681-691.
- PIMENTA, J.; MENDES, H. (2008) – Descoberta do povoado pré-romano de Porto do Sabugueiro (Muge). *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. Vol. 11. Número 2, p. 171-194.
- PIMENTA, J.; MENDES, H.; ARRUDA, A. M.; SOUSA, E.; SOARES, R. (2014) – Do pré-romano ao Império: a ocupação humana do Porto do Sabugueiro (Muge, Salvaterra de Magos). *Magos. Revista Cultural do Concelho de Salvaterra de Magos. Salvaterra de Magos*, 1, p. 39-58.
- PIMENTA, J.; SILVA, R.; CALADO, M. (2014) - Sobre a ocupação pré-romana de *Olisipo*. A intervenção arqueológica urbana da Rua de São Mamede ao Caldas n.º 15. In ARRUDA, A. M. (ed.), *Fenícios e Púnicos, por terra e mar. Actas do VI Congresso Internacional de Estudos Fenícios e Púnicos*. Lisboa, vol. 2, p. 712–723.
- PIMENTA, J.; SOUSA, E.; AMARO, C. (2015) - Sobre as mais antigas ocupações da Casa dos Bicos, Lisboa: da *Olisipo* pré-romana aos primeiros contactos com o mundo itálico. *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 18. Lisboa: DGPC, p. 161-180.
- PIMENTA, J.; SOUSA, E.; MENDES, H.; HENRIQUES, E.; ARRUDA, A. M. (2018) – A Eira da Alorna (Almeirim): as ocupações pré e proto-históricas. *Cira Arqueologia*. Vila Franca de Xira, 9, p. 9-49.
- RIBEIRO, M. (1976) - Vasos lusitano-romanos de Coruche. *Revista de Guimarães*. Vol. 85. Guimarães: Sociedade Martins Sarmiento, p. 269-284.
- QUINTEIRA, A. J. F. (1996) – *Scallabis, análise contextual e perspectivas de estudo*. Dissertação apresentada à Universidade do Minho para obtenção do grau de Mestre. Policopiado.
- QUINTEIRA, A. J. F. (1997) – Estação arqueológica de Vale de Tijolos, Almeirim. In Munda. Coimbra: Grupo de Arqueologia e Arte do Centro. N.º 34, p. 23-30.
- SILVA, R. B. (2012) – *As “marcas de oleiro” na terra sigillata e a circulação dos vasos na Península de Lisboa*. Dissertação para a obtenção do grau de Doutor em História, especialidade em Arqueologia, orientada pela Professora Dr.ª Rosa Varela Gomes, apresentada a Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (policopiado).
- SILVA, R. B.; PIMENTA, J.; MENDES, H. (2017) – As «Marcas de Oleiro» na Terra Sigillata de Vale de Tijolos (Almeirim). E as dinâmicas comerciais no *Ager Scallabitanvs* durante o principado. *Arqueologia em Portugal 2017 – Estado da Questão*. Associação dos Arqueólogos Portugueses, p. 1205-1217.
- SOARES, A. M.; ARAÚJO, M. F.; VALÉRIO, P.; PIMENTA, J. (2015) - Composição elementar de artefactos metálicos de Vale de Tijolos e da Eira da Alorna (Almeirim): A metalurgia do Bronze Final no território nacional. *CIRA Arqueologia*. N.º 4. Museu Municipal de Vila Franca de Xira, p. 11-18.
- SOUSA, E. (2014) – *A ocupação pré-romana da foz do Estuário do Tejo*. Lisboa: Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa. Estudos e Memórias 7. Lisboa: UNIARQ.
- SOUSA, E. (2017) - A cerâmica de engobe vermelho de Lisboa. In *I Encontro de Arqueologia de Lisboa. Uma cidade em escavação*. Lisboa: Câmara Municipal e Centro de Arqueologia de Lisboa, p. 212-221.
- SOUSA, E.; ARRUDA, A. M. (2018) - A I Idade do Ferro na Alcáçova de Santarém (Portugal): os resultados da campanha de 2001. *Onuba*. Huelva, 6, p. 57-95.
- SOUSA, E.; GUERRA, S. (2018) - A presença fenícia em Lisboa: novos vestígios descobertos no alto da colina do Castelo de São Jorge. *Saguntum*. Valência, 50, p. 57-88.
- SOUSA, E.; PIMENTA, J. (2014) – A produção de ânforas no Estuário do Tejo durante a Idade do Ferro. In MORAIS, R., FERNÁNDEZ, A., SOUSA, M. J. (eds.), *As Produções Cerâmicas de Imitação na Hispânia. Monografias Ex Officina Hispana II*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, vol. 1, p. 303- 316.
- SOUSA, E.; PIMENTA, J.; MENDES, H.; ARRUDA, A. M. (2016/2017) – A ocupação Proto-Histórica do Alto dos Cacos (Almeirim, Portugal). *Cira – Arqueologia*. Vila Franca de Xira, 5, p. 9-32.

- SOUSA, E.; PIMENTA, J.; SILVA, I.; MENDES, H.; ARRUDA, A. M.; DORADO ALEJOS, A. (no prelo) - Ânforas da Idade do Ferro e de tradição pré-romana do Porto do Sabugueiro (Muge, Portugal).
- TORRES ORTIZ, M. (2008) – Urnas de Tipo Cruz del Negro. In ALMAGRO-GORBEA, M. (dir.), *La necrópolis de Medellín. II. Estudio de los Hallazgos*. Madrid: Real Academia de la Historia. p. 631-654.
- VASCONCELOS, F. de (1923) - Alguns subsídios para uma monografia de Almeirim. *Correio da Estremadura*, N.º 1672 de 23 de Fevereiro de 1923
- VILAÇA, R.; CRUZ, D. J.; GONÇALVES, A. A. H. B. (1999) - A necrópole de Tanchoal dos Patudos (Alpiarça, Santarém). *Conimbriga*, 38, p. 5-29.

➤ A cerâmica cinzenta de Porto do Sabugueiro (Salvaterra de Magos, Portugal)¹

MARGARIDA RODRIGUES

MESTRANDA EM ARQUEOLOGIA PELA FACULDADE DE LETRAS DE LISBOA.

JOÃO PIMENTA

CENTRO DE ESTUDOS ARQUEOLÓGICOS DE VILA FRANCA DE XIRA - CEAX;

UNIARQ (CENTRO DE ARQUEOLOGIA DA UNIVERSIDADE DE LISBOA). FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DE LISBOA.

ELISA DE SOUSA

UNIARQ (CENTRO DE ARQUEOLOGIA DA UNIVERSIDADE DE LISBOA). FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DE LISBOA.

HENRIQUE MENDES

CENTRO DE ESTUDOS ARQUEOLÓGICOS DE VILA FRANCA DE XIRA - CEAX;

ANA MARGARIDA ARRUDA

UNIARQ (CENTRO DE ARQUEOLOGIA DA UNIVERSIDADE DE LISBOA). FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DE LISBOA.

RESUMO

As intervenções arqueológicas que ao longo dos anos têm sido realizadas em Porto do Sabugueiro têm permitido recolher materiais de diversas cronologias, entre estes um grande conjunto pertencente à Idade do Ferro. Destaca-se deste conjunto a cerâmica cinzenta, que se pretende abordar neste trabalho. O estudo que aqui se realiza debruça-se, primeiramente, sobre as características morfológicas do conjunto, cuja classificação foi realizada utilizando tipologias já estabelecidas anteriormente para o Estuário do Tejo. A partir desta, é possível tecer considerações tanto sobre a cronologia de ocupação do sítio na Idade do Ferro, como também sobre a função que esta categoria cerâmica desempenha neste contexto.

ABSTRACT

The archaeological works that have been carried out over the years in Porto do Sabugueiro have allowed the recovery of material from several chronologies, among these a significant assemblage from the Iron Age. From this set stands out the grey wares, which we intend to address in this paper. The study done here focuses, firstly, on the morphological characteristics of the ensemble, which was classified using typologies previously established for the Tagus Estuary. Based on this it is possible to make some considerations both on the chronology of the occupation of the site during the Iron Age, as well as on the function of this ceramic category in this context.

1. Introdução

O conjunto de cerâmica cinzenta que aqui se publica é proveniente de Porto do Sabugueiro, sítio arqueológico ribeirinho, plano com poucas descontinuidades altimétricas, de cota baixa, localizado na margem esquerda do Tejo, no Concelho de Salvaterra de Magos, Freguesia de Muge. A ocupação humana é ampla diacronicamente (desde o Mesolítico até momentos avançados de época romana) e está documentada numa vasta área com cerca de 25 ha. (Pimenta *et al.* 2014; Arruda *et al.* 2016).

¹ Trabalho realizado no quadro do projecto “Fenícios no Estuário do Tejo” (FCT PTDC/EPH-ARQ/4901/2012).

As características dos solos (arenosos), a submersão frequente pelas águas do Tejo em momentos de cheia, a intensa exploração agrícola dos terrenos pertencentes à Casa do Cadaval e a extracção de areias são factores que contribuíram para o deficiente estado de conservação dos níveis arqueológicos, maioritariamente revolvidos e/ou destruídos, apesar de ter sido já possível a escavação de contextos preservados (Pimenta & Mendes 2013).

Apesar destes condicionalismos, a importância do sítio, expressa nos enormes conjuntos de materiais dispersos por várias instituições, alguns já publicados (Oleiro 1960-1; Pereira 1975; Cardoso & Rodrigues 1996; Pimenta & Mendes 2008, 2013; Pimenta et al. 2014; Arruda et al. 2016; Pereira 2017), é grande para todas épocas documentadas, muito especialmente para a Idade do Ferro e época romano republicana. Para a primeira, citem-se as ânforas, maioritariamente de produção local (Sousa *et al.* no prelo), os vasos de armazenamento pintados em bandas de tipo *pithoi*, a “urna” de tipo Cruz del Negro, os pratos e as taças de engobe vermelho (Pimenta *et al.* 2014) e a grande abundância de cerâmica cinzenta, que se estuda neste trabalho. Acrescenta-se a este vasto conjunto cerâmico os dois escaravinhos “egípcios”, datados entre os meados do séc. VII e o séc. VI a.n.e. (reinado de Thutmosis III) (Pereira 1975), algumas contas de colar de vidro azul (Arruda *et al.* 2016), e ainda alguns metais como um pendente de bronze em forma de sanguessuga (Pimenta *et al.* 2014).

Recorde-se ainda que todos os espólios citados no parágrafo anterior são resultado de intervenções de características diversas no sítio, ocorridas ao longo de vários anos em circunstâncias e enquadramentos distintos, que já foram detalhadamente enunciados em trabalhos anteriores (Pimenta & Mendes 2008, 2013; Pimenta *et al.* 2014; Arruda *et al.* 2016).

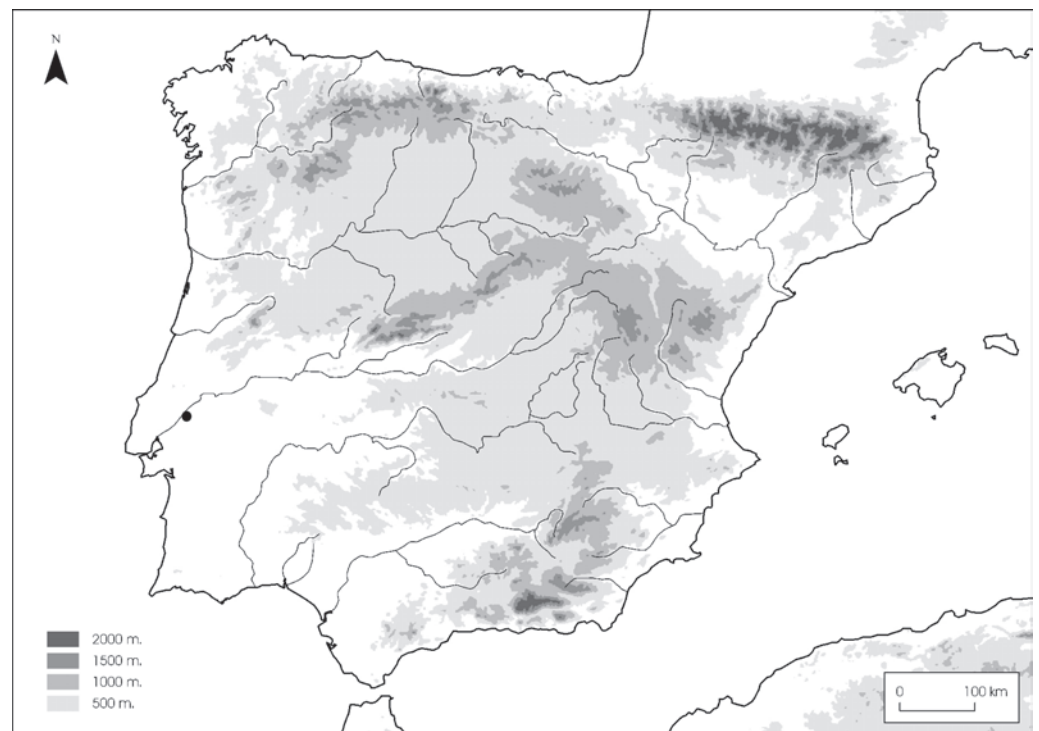


Figura 1
Localização do Porto do Sabugueiro no território peninsular.

2. O conjunto de cerâmica cinzenta de Porto do Sabugueiro

Metodologia da abordagem ao conjunto

Os materiais agora estudados resultam, maioritariamente, de trabalhos de prospecção e escavação levados a efeito na primeira metade do presente século por dois de nós (J.P. e H.M.), tendo alguns deles sido já alvo de publicação (Pimenta & Mendes 2008, 2013; Pimenta *et al.* 2014). Trata-se, sobretudo, de espólios descontextualizados, com a excepção de algumas peças recolhidas em contexto primário durante as intervenções de 2013, tendo-se consciência de que alguns deles podem pertencer, indistintamente, quer à Idade do Ferro quer à Época romano-republicana. Ainda assim, a vastidão e a qualidade do conjunto justificam uma análise global e a sua divulgação junto da comunidade científica. O estudo morfológico e tecnológico das peças possibilitou classificar as formas presentes, tendo em consideração as tipologias já definidas para outros sítios do Estuário do Tejo, tendo-se tornado possível contextualizar o conjunto cronologicamente, ainda que sempre com as devidas reservas dadas as circunstâncias da sua recolha. Com efeito, foram excluídas deste trabalho morfologias de cerâmica cinzenta que pertencem, indiscutivelmente, ao período romano, como é o caso de peças que imitam protótipos de produções campanienses e mesmo de *terra sigillata*. Contudo, em grande parte dos casos, esta divisão cronológica nem sempre é fácil de estabelecer, uma vez que certas formas, ainda que possam ter surgido numa fase avançada da Idade do Ferro, podem igualmente ter perdurado até ao período republicano. A ausência de contextos estratigráficos levou-nos a optar, nestes casos específicos, pela incorporação destes vasos no presente estudo.

Assim, o conjunto de cerâmica cinzenta do Porto do Sabugueiro aqui estudado engloba 320 exemplares, que se distribuem por fragmentos de bordo (180), fundo (37), asas (98), paredes decoradas (4) e um possível elemento coroplástico, proporcionando um Número Mínimo de Indivíduos (NMI) de 186 peças.

Para a classificação morfológica usámos, sobretudo, a tipologia elaborada em anos recentes para o Estuário do Tejo por um de nós (Sousa 2014), complementada, quando necessário, por outros ensaios precedentes, estabelecidos com base nos conjuntos da Alcáçova de Santarém (Arruda 1999-2000) e da Sé de Lisboa (Arruda, Freitas e Vallejo Sánchez 2000).

No que diz respeito aos fabricos, cabe referir que as peças recolhidas no Porto do Sabugueiro exibem as mesmas características já documentadas em outros sítios regionais, e, em particular, em Lisboa, na Rua dos Correeiros (Sousa 2014: 131): vasos de pasta e superfície cinzenta, mediantemente depurados (Grupo I); fragmentos com núcleos de tom alaranjado e superfícies cinzentas, bem depurados (Grupo II); e peças com núcleo acinzentado e superfícies acinzentadas, bem depuradas (Grupo III).

As formas

Tigelas

Os recipientes abertos e relativamente profundos que classificámos como “tigelas” representam cerca de 44,6% do conjunto de cerâmica cinzenta estudada, correspondendo a 83 fragmentos, alguns dos quais já previamente publicados (Pimenta & Mendes 2008, 2013; Pimenta *et al.* 2014). Alguns detalhes morfológicos permitiram dividir a categoria geral em quatro variantes distintas.

A mais abundante, 1Aa (Sousa 2014: 290), com 53 exemplares registados (28,5%), define-se pelo perfil hemisférico, concavidade das paredes e pelos bordos simples ou, mais frequentemente engrossados. Os seus diâmetros variam em entre os 11 e os 30 cm e a espessura da parede encontra-se entre os 4 e os 7 mm (em peças de maior dimensão). No conjunto recolhido no Porto do Sabugueiro, cabe destacar dois exemplares (n.º 319 e 325 – Fig. 2) que se distinguem dos restantes por apresentarem a parte superior do bordo aplanada. Os restantes são de secção simples ou engrossada.

As tigelas desta variante são muito frequentes na generalidade dos conjuntos de cerâmica cinzenta (Sousa, 2014). No estuário do Tejo, a forma, muito abundante, tem uma longa cronologia de utilização, sendo produzida durante toda a Idade do Ferro atingindo a época romana (Arruda, 1999-2000: 196). Encontra-se documentada em praticamente todos os sítios ocupados quer durante o período orientalizante quer durante os momentos mais tardios do 1º milénio a.C., pelo que consideramos a listagem exaustiva de paralelos desnecessária (Arruda, 1999-2000; Sousa, 2014). Deve, contudo, referir-se que, nos trabalhos de escavação realizados em 2010, esta forma foi recolhida nos níveis inferiores do local, junto ao geológico, em associação a materiais integráveis no período orientalizante (Pimenta & Mendes 2013: 207).

Cabe ainda referir que num dos exemplares desta forma 1Aa é visível, na área interna, uma incisão pós-cozedura que poderá ser interpretada como um elemento não grafemático, podendo estar eventualmente associado a uma marca de propriedade (nº 7600 -Fig. 2).

Também incluída no Grupo 1A do Tejo (Sousa, 2014), a variante 1Ab (menos abundante) distingue-se da anterior pela inclinação das paredes, neste caso mais rectilíneas, que desenham um perfil tronco-cónico. O bordo tem características semelhantes aos da Variante 1Aa, mas o engrossamento é menos frequente. Os 15 exemplares de tigelas (8,1%) que assim classificámos possuem diâmetros entre os 14 cm e os 22 cm, encontrando-se a espessura entre os 4,5 mm e os 8,5 mm.

O tipo é também menos frequente nos outros sítios do estuário. Na foz foi documentado apenas em Lisboa (Sousa, 2014; Sousa & Pinto, 2016; Sousa & Guerra, 2018), na Quinta do Almaraz, Almada (Henriques, 2006), no Moinho da Atalaia Oeste (Sousa, 2014: 225), em Baútas (Sousa, 2014: 247), Fiat-Alfragide, todos localizados no concelho da Amadora (Sousa, 2014: 256), em Leião, Oeiras (Cardoso *et al.*, 2010-2011) e em Santa Eufémia, Sintra (Sousa, 2014: 266).

No curso médio do estuário a forma está presente no Cabeço Guião, no Cartaxo (Arruda *et al.*: 2015: 327) e na Alcáçova de Santarém (Sousa & Arruda, 2018), ainda na margem direita, mas também no Alto dos Cacos (Sousa *et al.* 2016-2017) e Eira da Alorna (Pimenta *et al.*: 2018), em Almeirim (Sousa *et al.*: 2016-2017; Pimenta *et al.* 2018) e no Alto do Castelo, em Alpiarça (Arruda *et al.* 2014).

Ainda incluído no grupo 1 das tigelas, o vaso de carena média e paredes convexo côncavas n° 146 (Fig. 5) distingue-se por apresentar uma ligeira carena, ainda que esta não altere substancialmente o perfil geral da peça. Exemplares com esta morfologia surgem em Freiria (Cardoso e Encarnação 2013) e no Cabeço Guião (Arruda *et al.* 2017), sugerindo, portanto, uma cronologia da segunda metade do 1° milénio a.n.e. O exemplar de Porto de Sabugueiro (0,5%) apresenta um diâmetro de 16 cm e uma espessura da parede que varia entre os 3 e os 5,5 mm.

A variante 1Ca, de perfil hemisférico, bordo tendencialmente reentrante e engrossado internamente, está representada no Porto de Sabugueiro por 14 exemplares (7,5%), número de algum modo surpreendente, dada a sua escassa representatividade nos sítios do Estuário do Tejo, onde surge apenas em Lisboa, concretamente na Rua dos Correeiros, com um único exemplar (Sousa 2014: 224) e em Oeiras, no sítio de Leião (Cardoso *et al.* 2010/2011). Mesmo em termos peninsulares, esta variante concreta de tigelas foi reconhecida exclusivamente em Medellín, Forma A1c de Llorio (2008), quer na necrópole, quer na “cata este” do Teatro (Almagro Gorbea 1997: 423). Contudo, cabe referir que, recentemente, a forma foi também identificada em Santarém (Sousa & Arruda, 2018).

Em Porto do Sabugueiro, os seus diâmetros oscilam entre 13 e 21 cm e a espessura média da parede é de 5,5 mm.

Forma 1Aa

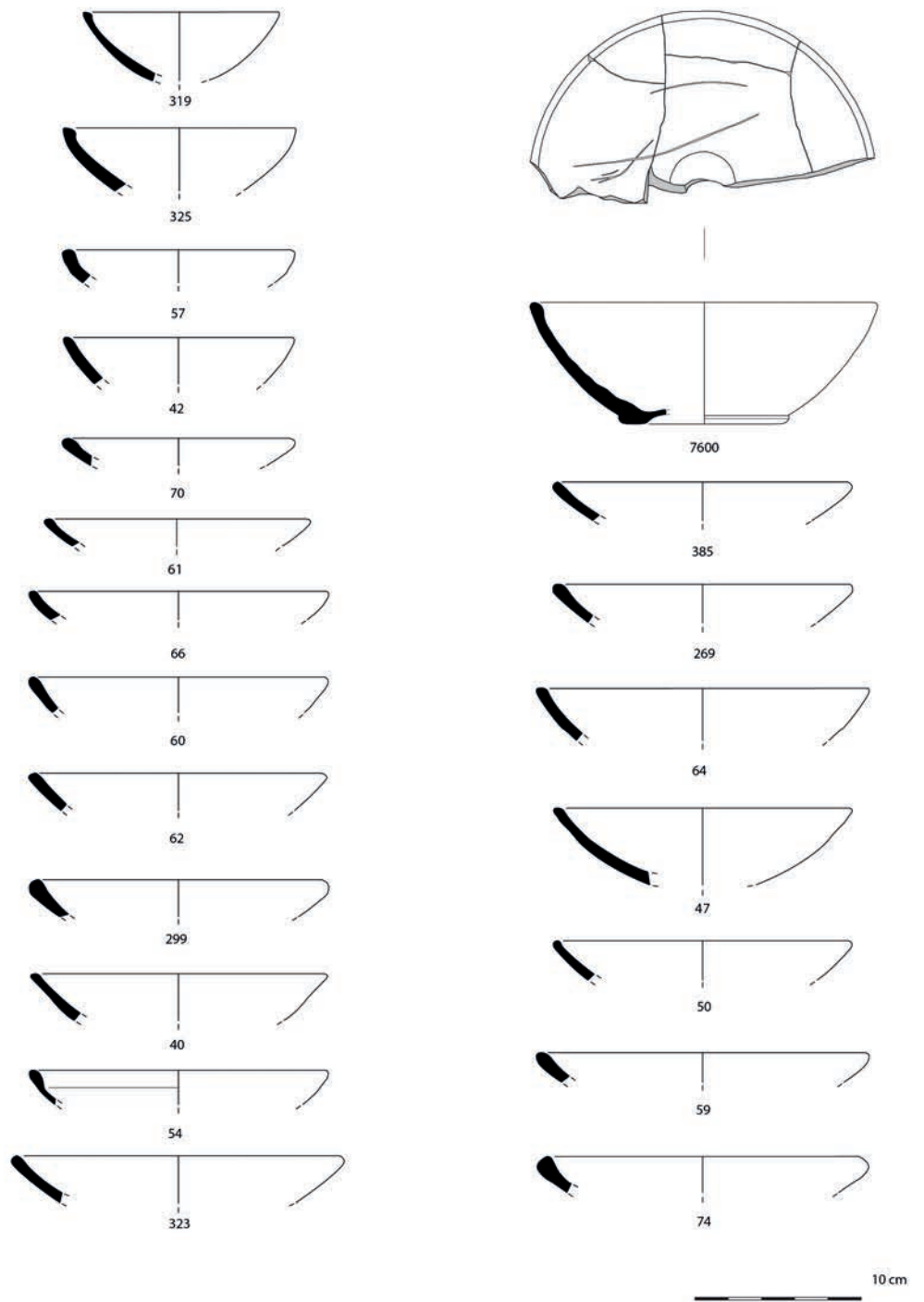
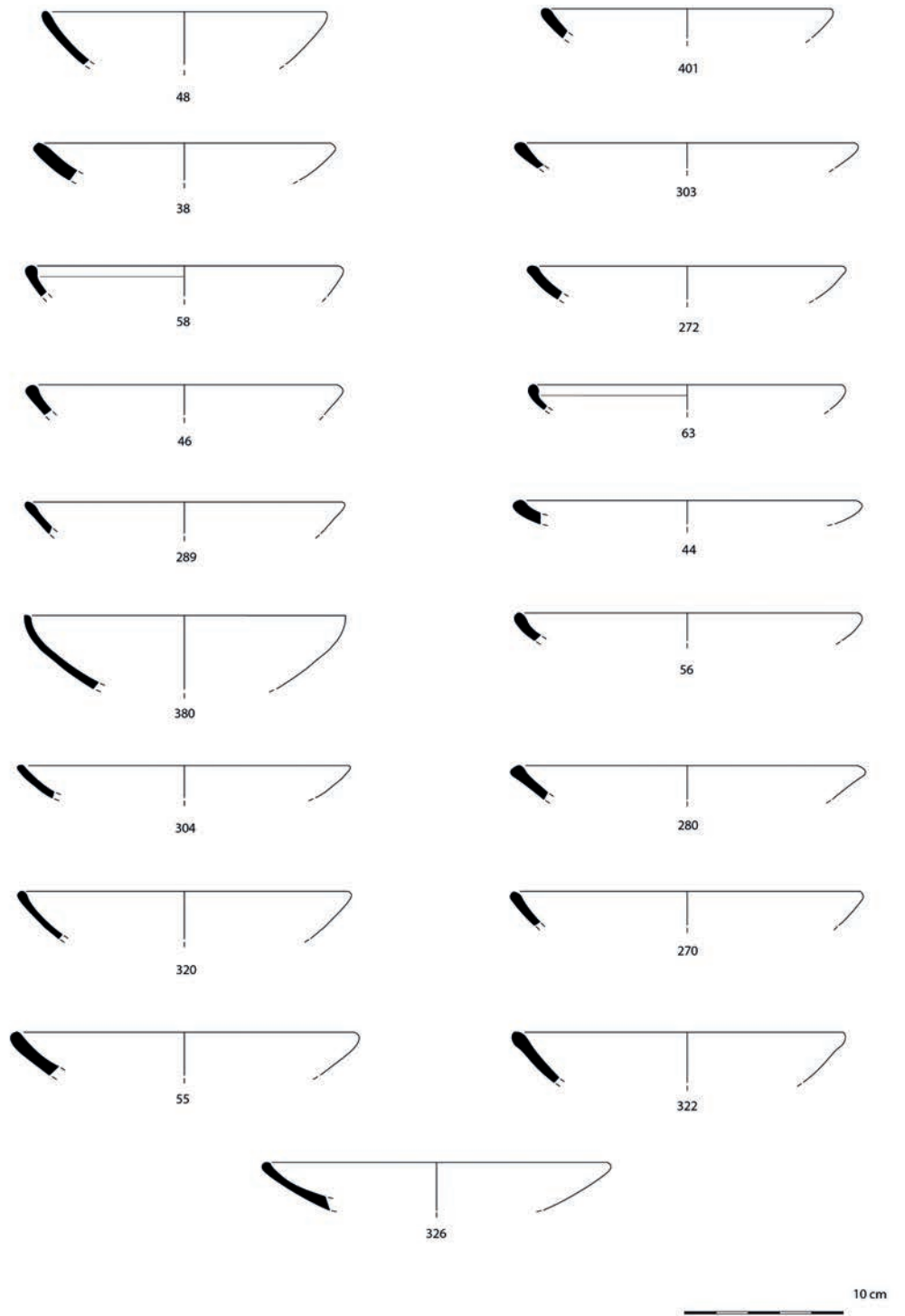


Figura 2
 Cerâmica cinzenta do
 Porto do Sabugueiro:
 forma 1Aa

Figura 3
Cerâmica cinzenta do
Porto do Sabugueiro:
forma 1Aa.



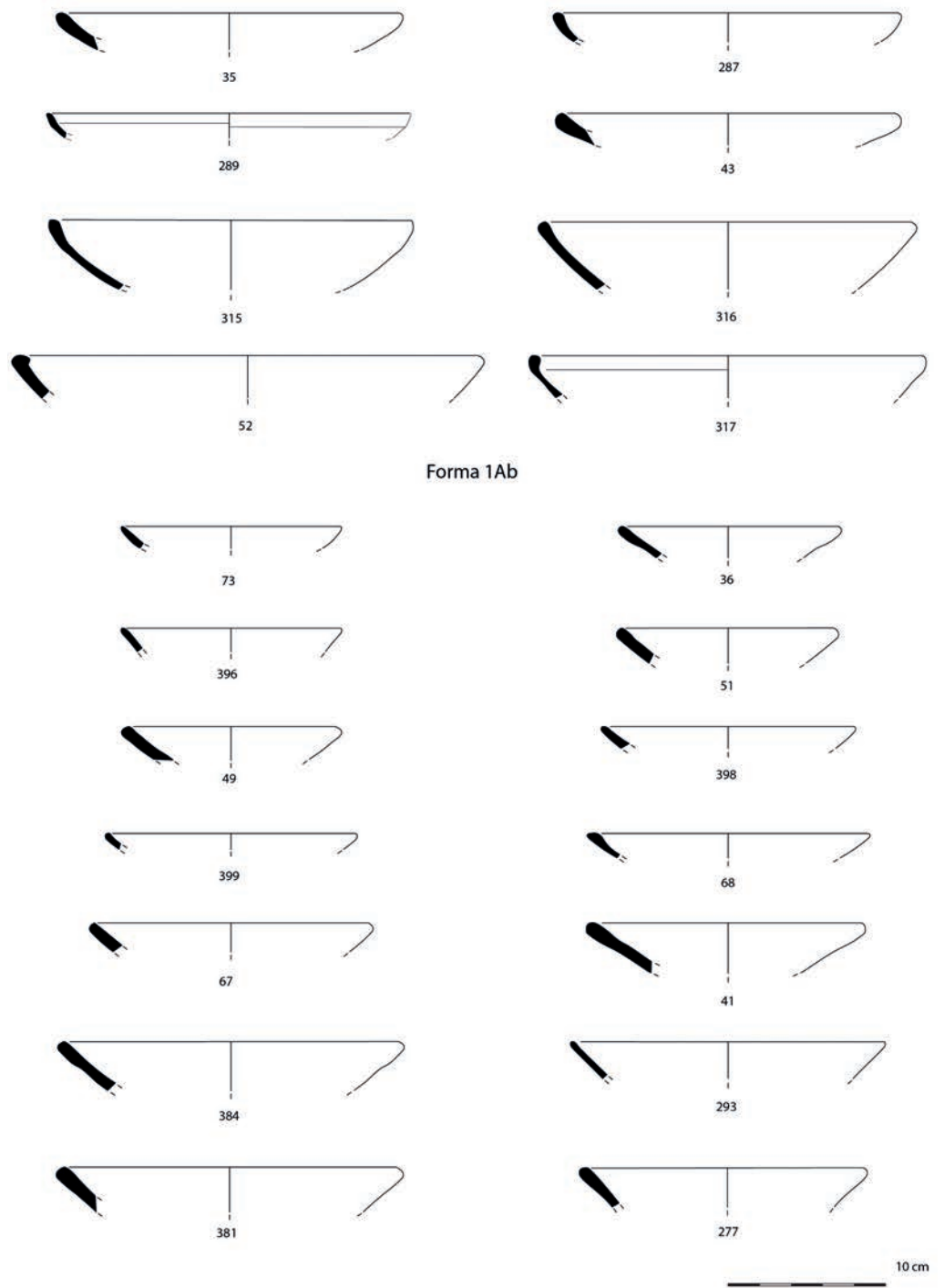
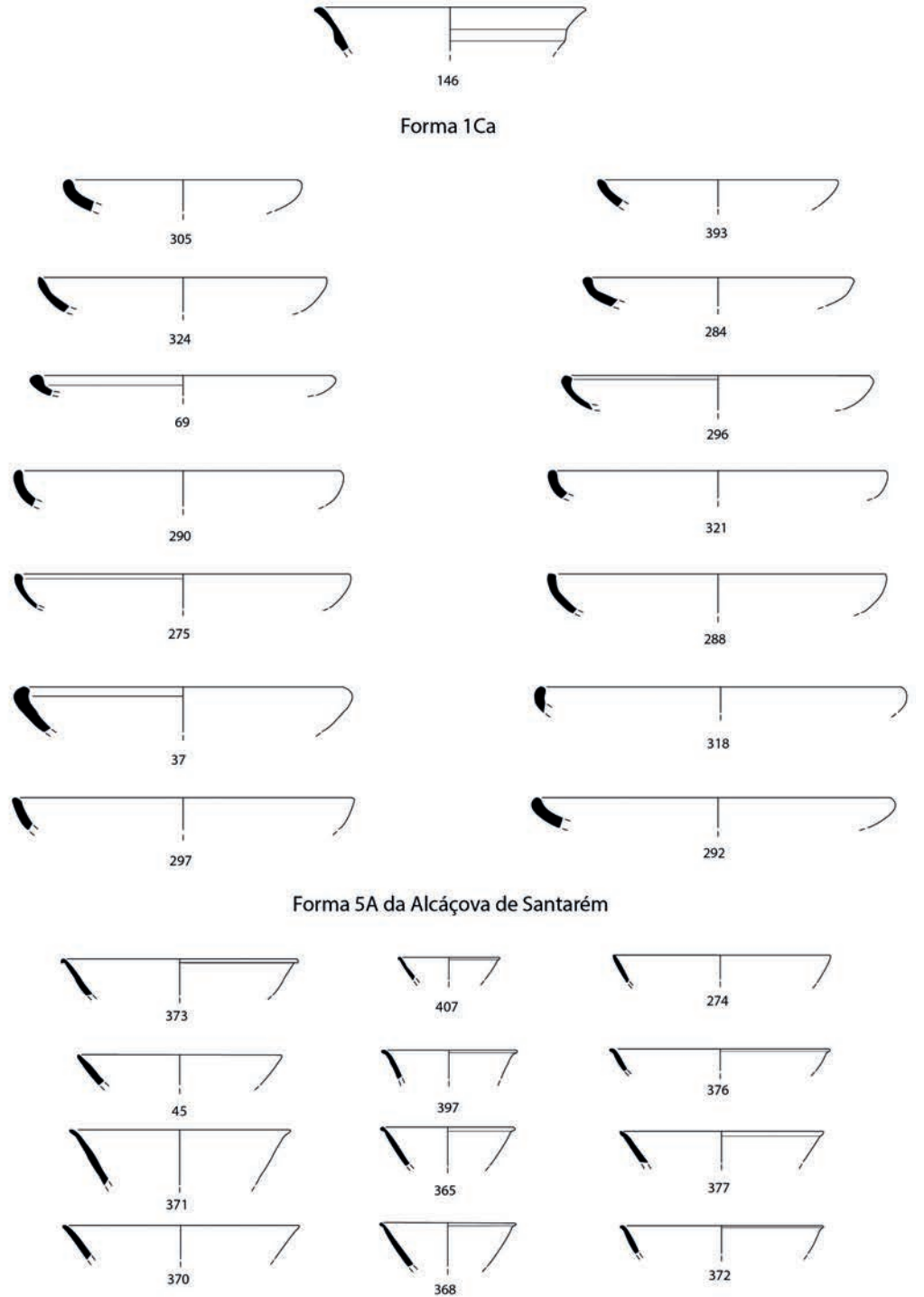


Figura 4
 Cerâmica cinzenta do
 Porto do Sabugueiro:
 forma 1Aa e 1Ab.

Figura 5
 Cerâmica cinzenta do
 Porto do Sabugueiro:
 forma 1Bb, 1Ca e 5A
 de Santarém.



Taças

Classificámos como taças 22 vasos (11,8%) tronco-cónicos, de paredes muito finas e recilíneas e bordo evertido, que foram inseridos na Forma 5A estabelecida para a Alcáçova de Santarém (Arruda, 1999-2000), fig. 5 e 6. A sua ausência da tipologia criada para o curso final do Tejo fica, muito provavelmente, a dever-se ao facto de esta dizer quase exclusivamente respeito à II Idade do Ferro e de a forma em apreço possuir uma cronologia anterior, possivelmente centrada entre os finais do século VIII e o século VI a.n.e. (Arruda, 1999-2000; Sousa & Arruda 2018). Os diâmetros reduzidos e a escassa capacidade destes recipientes poderiam, eventualmente, indicar uma funcionalidade associada ao consumo de líquidos.

Pratos

Os recipientes abertos e baixos, com paredes tendencialmente horizontais, são escassos no conjunto (dois fragmentos), o que representa 1,1% do conjunto.

Um (n.º 375 – Fig. 6), com carena baixa bem vincada, cabe na variante 2Aa de Elisa de Sousa (Sousa 2014: 137), tendo bons paralelos em Lisboa, na Rua dos Correiros (*Ibidem*) e em Almaraz, Almada (Henriques 2006: 51).

O restante (n.º 273 – Fig. 6) - não se encontra representado na tipologia de referência, pois possui, eventualmente, uma cronologia um pouco anterior ao século V a.n.e.. Contudo, foi identificado em Lisboa, no Claustro da Sé, onde foi incluído na Forma 2 (Arruda, Freitas & Vallejo-Sánchez, 2000: 32), e na Rua de São João da Praça (Pimenta, Calado & Leitão 2005), podendo a forma ser datada em qualquer destes dois locais dos séculos VII/VI a.n.e. Mais recentemente, na Alcáçova de Santarém, esta morfologia foi identificada em contextos da segunda metade do século VII a.C. e também da segunda metade da centúria seguinte (Sousa & Arruda, 2018), estando no Largo de Santa Cruz do Castelo, em Lisboa, representada em níveis datados em torno à primeira metade do século VI a.C. (Sousa & Guerra, 2018). Não pode deixar de referir-se que esta mesma forma terá sido inspirada pelos protótipos de cerâmica de engobe vermelho (Sousa & Guerra, 2018: 69), categoria na qual atingiu, pelo menos, o século V a.n.e. (Sousa, 2014: 121).

O único exemplar de Porto do Sabugueiro corresponde então a um fragmento de bordo, horizontal e aplanado, com 22 cm de diâmetro, estando a ligação do bordo à parede externa marcada por uma concavidade.

Pequenos potes

São 15 os recipientes fechados, com dimensões reduzidas e colo tendencialmente estrangulado, que foram designados pequenos potes.

A grande maioria (14 fragmentos – 7,5%) é facilmente integrada na Série 3 de Sousa (2014: 137-140), na variante 3Ba, ainda que esta classificação seja feita com algumas reservas no caso da peça n.º 392 (Fig. 6), que talvez poderia ser igualmente integrada no tipo 3Aa, uma vez que o colo é um pouco mais curto. Ainda assim, a sua semelhança com os restantes exemplares fez pender a classificação para o tipo 3Ba. Esta morfologia inclui vasos com um corpo de tendência elipsoidal, colos altos definidos por paredes concâvas, de tendência vertical, separados do corpo por um ressalto. Os bordos são evertidos, simples e contínuos. Os diâmetros das peças de Porto do Sabugueiro variam entre os 10 cm e os 14 cm e a espessura da parede é, em média, 4,5 mm.

Esta forma foi identificada em Lisboa, na Rua dos Correeiros (Sousa, 2014: 139), na Rua de São João da Praça (Pimenta, Calado & Leitão, 2005: 12), Largo de Santa Cruz do Castelo (Sousa & Guerra, 2018), Rua do Recolhimento/Beco do Leão (Sousa & Pinto, 2016) e na Rua da Madalena (Sousa, Sarrazola e Simão, 2016). A Ocidente está documentada no concelho da Amadora, em Moinho da Atalaia Oeste (Sousa, 2014: 227), Baútas (Sousa, 2014: 248), Moinhos do Filipinho (Sousa, 2014: 256), Casal de Vila Chã Sul (Sousa, 2014: 257), em Oeiras, em Leião e Outorela (Cardoso et al., 2010/2011 e 2014), em Sintra, em Santa Eufémia (Sousa, 2014: 267) e na “Sepultura do Rei Mouro” (Sousa, 2014: 275), e em Freiria, em Cascais (Cardoso e Encarnação, 2013). No curso médio do estuário, registou-se no Cabeço Guião, Cartaxo (Arruda *et al.* 2015: 327), na margem direita, e no Alto dos Cacos (Sousa *et al.*, 2016-2017) e Eira da Alorna (Pimenta *et al.*: 2018), em Almeirim, e no Alto do Castelo, em Alpiarça, na esquerda (Arruda *et al.* 2014; Sousa *et al.* 2016-2017: 24; Pimenta *et al.*, 2018).

A ausência deste tipo de potes em conjuntos mais antigos, como o do Claustro da Sé, por exemplo, sugere o aparecimento da forma em torno ao século V a.n.e., tornando-a um importante marcador (Sousa, 2014: 140). Esta mesma cronologia está suportada, no território actualmente português, por contextos exteriores ao do Tejo, concretamente o de Santa Olaia, no Mondego, sítio em que foram associados a “horizontes da II Idade do Ferro” (Pereira, 2009: 76).

No grupo dos pequenos potes incluímos ainda uma outra peça de colo curto e estrangulado (0,5%), bordo evertido e corpo esferoidal (n° 350 – Fig. 7), que não é integrável na tipologia desta categoria cerâmica definida para o estuário do Tejo. Porém, cabe na forma 7 da Alcáçova de Santarém (Arruda, 1999/2000: 201).

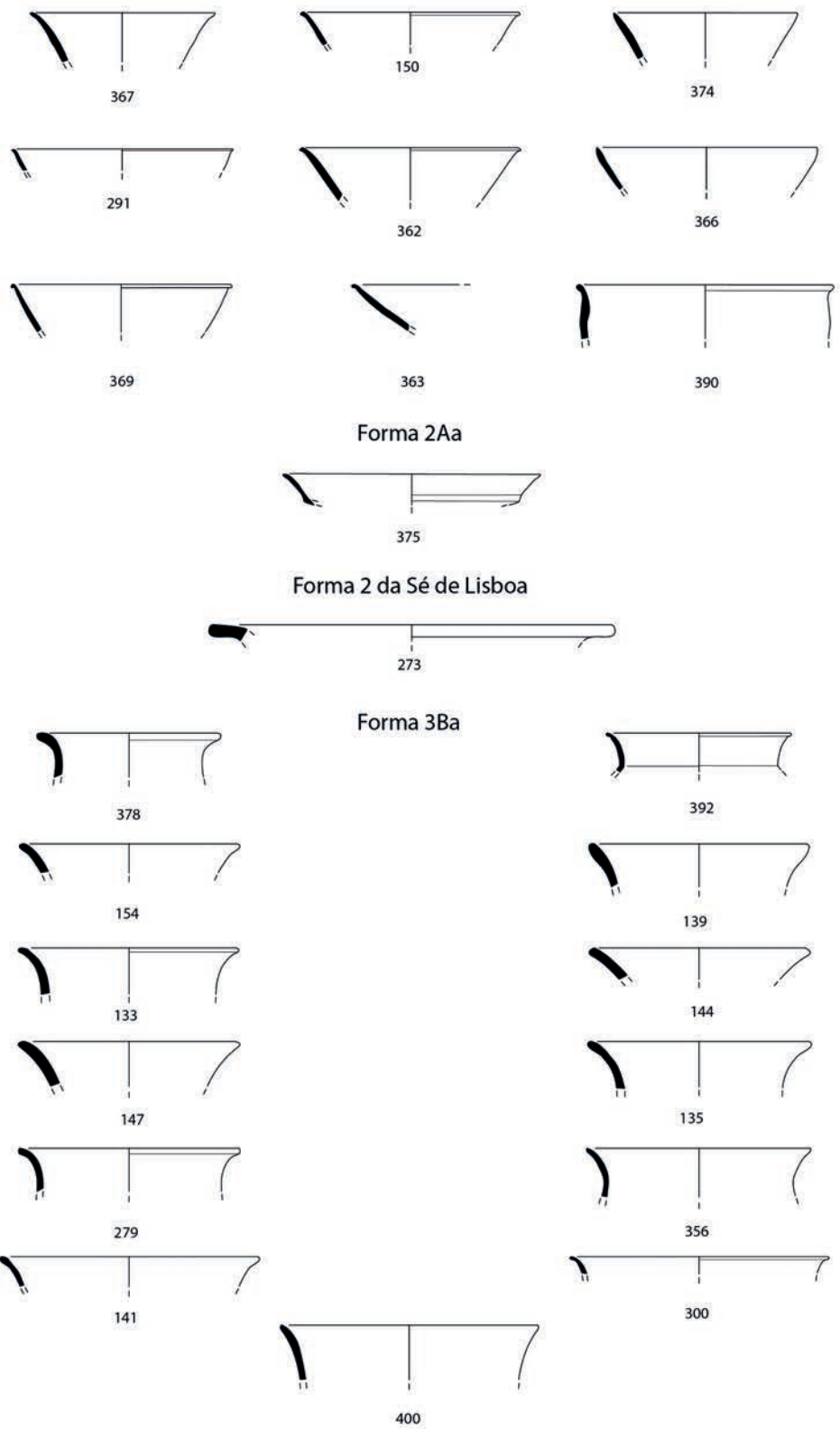
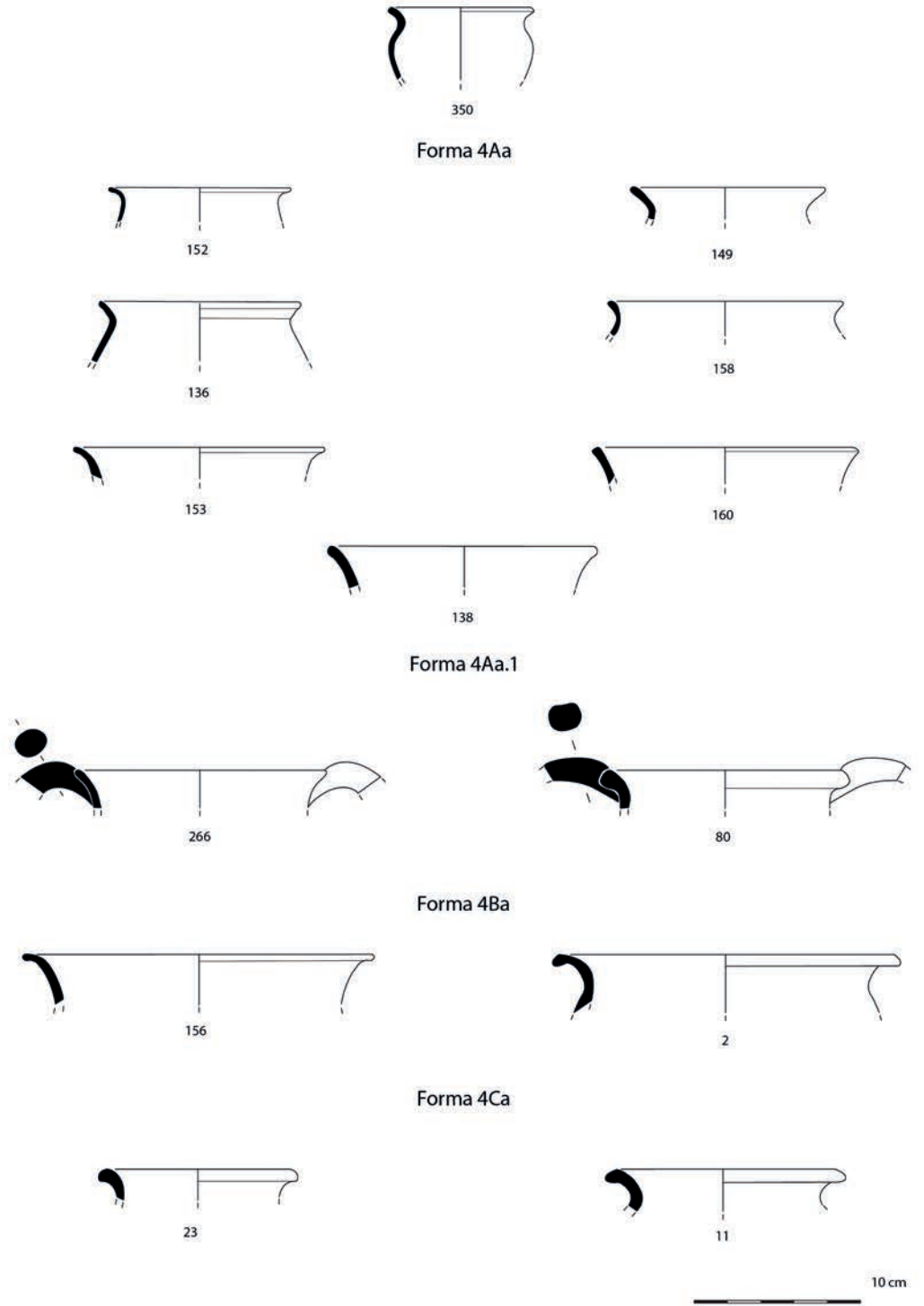


Figura 6

Cerâmica cinzenta do Porto do Sabugueiro: forma 5A de Santarém, forma 2 da Sé de Lisboa e forma 3Ba.

Figura 7

Cerâmica cinzenta do Porto do Sabugueiro: forma 7 de Santarém, forma 4Aa, 4Aa.1, 4Ba e 4Ca.



Potes

Os potes, recipientes fechados de perfil em S, com corpo globular, colo mais ou menos alto, de paredes côncavas e bordo evertido (Série 4 do estuário do Tejo), estão em Porto do Sabugueiro representados por 26 exemplares, o que corresponde a 14% do conjunto.

Sete fragmentos de bordo (3,8%) puderam ser recolhidos na variante 4Aa, recipientes de colo curto e estrangulado, com paredes côncavas, corpo tronco-cónico, bordo simples contínuo e evertido.

No contexto do estuário do Tejo, os potes com esta morfologia concreta documentam-se em Lisboa, especificamente no complexo da Rua dos Correeiros (Sousa, 2014: 141), na Rua de São João da Praça (Pimenta, Calado e Leitão, 2005) e no Largo de Santa Cruz do Castelo (Sousa e Guerra, 2018). Estão também representados na Quinta do Almaraz, em Almada (Henriques, 2006), em Fiat-Alfragide, Amadora (Sousa, 2014: 259), Eira da Alorna, Almeirim (Pimenta *et al.* 2018) e Santarém (Sousa e Arruda, 2018). Ainda a esta variante pertencem outros dois fragmentos (1,1%), que puderam ser, mais especificamente, incorporados na sub-variante para ela criada para o Estuário do Tejo (Sousa, 2014: 141), a 4Aa.1, que se caracteriza por apresentar asas que arrancam do bordo. Esta sub-variante é rara, surgindo em Lisboa, na Rua dos Correeiros, com um exemplar único (*Ibidem*), em Outorela (Cardoso *et al.* 2014) e na Quinta do Almaraz, onde está também sub-representada (Henriques, 2006: 15). Para além destes sítios da foz do estuário, a mesma sub-variante foi encontrada no Cabeço Guião, Cartaxo (Arruda *et al.* 2017: 327).

A variante 4Ba de Sousa (2014: 142) está representada por dois exemplares (1,1%), um dos quais (n.º 156 – Fig 7) classificado com algumas reservas. A forma não é frequente em Lisboa ou nos Moinhos da Atalaia, onde foi também identificada (Sousa, 2014: 228). Os colos são altos, largos e cilíndricos e os bordos são evertidos e ligeiramente engrossados.

Também raros são os potes que se podem incluir no Grupo 4C, mais concretamente na variante 4Ca, de bordo muito evertido e engrossado, e colo muito curto e estrangulado, apesar das dimensões reduzidas destes (diâmetros de 11 a 13 cm) comparativamente com os dos seus paralelos formais (20 cm de diâmetro, em média). Porto do Sabugueiro ofereceu dois únicos exemplares (1,1%). A forma foi documentada na Rua dos Correeiros e na Travessa do Chafariz d'el Rei (Filipe, Calado e Leitão, 2014), em Lisboa, (Sousa, 2014: 142-3) e nas Baútas, na Amadora (Sousa, 2014: 249). Na Alcáçova de Santarém, a forma também foi identificada (Arruda, 1999-2000: 200), bem como em Almaraz (Henriques 2006: 57). Fora do Estuário do Tejo, destaca-se Abul, em Alcácer do Sal (Mayet & Silva, 2000: 198), e na Extremadura espanhola foi encontrada a necrópole de Medellín (Llorio, 2008: 710), em contextos do século VII a.n.e.

Neste grande grupo morfo-funcional devem ainda ser incluídos outras morfologias que não se enquadram nas tipologias existentes para o cenário regional (4,8%). Trata-se sobretudo de formas fechadas de média dimensão, que parecem ter sido utilizadas para o armazenamento, podendo enquadrar-se, em linhas muito gerais, no tipo 4 do estuário do Tejo (Sousa, 2014).

Dois dos exemplares (n.º 18 e 1 – Fig. 8) poderiam incluir-se na variante 4Aa, ainda que as suas dimensões sejam um pouco mais amplas. Também um dos vasos que apresenta uma asa interna (n.º 338 – Fig. 8) poderia integrar-se numa sub-variante desta mesma forma.

Outros dois exemplares (n.º 21 e 8 – Fig. 8), apresentam o colo mais alto e desenvolvido, sendo os bordos evertidos e, em um dos casos, bem assinalado exteriormente (n.º 21). Estes poderiam, eventualmente, enquadrar-se no grupo 4C (Sousa, 2014). A mesma situação poderia aplicar-se ao exemplar de lábio pendente (n.º 16 – Fig. 8).

O vaso n.º 14 (Fig. 8) parece corresponder a um vaso de forma globular, sendo o bordo de secção arredondada, e exibindo uma canelura na parte superior do corpo.

Os restantes dois exemplares (n.º 334 e 347 – Fig. 8) que, à semelhança da peça n.º 338 (Fig. 8), apresentam uma asa interna, de secção circular são também de difícil classificação, atendendo ao seu estado de fragmentação, mas parecem, ainda assim, integrar-se no grupo dos potes, sendo os paralelos mais próximos encontrados na Quinta do Almaraz (Henriques, 2006: 59).

Cabe ainda referir que estas várias morfologias se aproximam dos tipos produzidos em outras categorias, muito especificamente de cerâmica comum (Sousa 2014).

Jarros

Esta categoria integra vasos fechados, com um colo geralmente estrangulado, utilizados no serviço de mesa, para servir líquidos. Foram identificados treze fragmentos que fizemos corresponder a esta forma, o que representa cerca de 7% do conjunto. Algumas destas peças foram já estudadas em trabalhos anteriores (Pimenta & Mendes 2008, 2013; Pimenta *et al.* 2014), mas pensamos ser justificável a sua inclusão neste trabalho de síntese.

Atendendo a algumas particularidades morfológicas, distinguimos três variantes, tendo apenas uma delas paralelo na tipologia elaborada para a foz do Estuário do Tejo (Sousa 2014: 292). Trata-se, neste último caso, da variante 5Aa (n.º 98 e 349 – Fig. 8), que engloba jarros de corpo com tendência globular, geralmente apresentando uma asa de secção circular que arranca do bordo e termina na zona superior da pança. As quatro peças desta forma do Porto do Sabugueiro (2,2%) têm bordos simples, evertidos e os colos um perfil suave e tronco-cónico, estando separados do corpo por um ressalto (Sousa, 2014). Os exemplares de Porto do Sabugueiro possuem diâmetros de bordo entre os 6,8 e os 11,4 cm, variando a espessura das paredes entre os 3 e os 6 mm.

Na área em apreço, este tipo de jarro foi identificado no Largo de Santa Cruz do Castelo, em Lisboa (Sousa e Guerra, 2018: 79), em Moinho da Atalaia, Amadora (Sousa, 2014: 228) e no Cabeço Guião, Cartaxo (Arruda *et al.* 2015: 237) tendo algumas semelhanças com os jarros de Gamelas 3 e Outorela I (Cardoso e Silva, 2013; Cardoso *et al.*, 2014), ainda que estes apresentem um maior número de caneluras na área do colo.

Outros seis fragmentos (n.º 137, 159, 267, 5, 6 e 3 – 3,2%) (Fig. 8) parecem integrar-se também na categoria de jarros, ainda que se diferenciem dos anteriores pela sua dimensão e também pela presença de um colo bastante mais desenvolvido. Ainda que o estabelecimento de paralelos directos não seja fácil, cabe destacar a sua semelhança com formas documentadas na Alcáçova de Santarém (Sousa e Arruda, 2018: 75), em contextos da segunda metade do século VI a. C., e em Lisboa, no Largo de Santa Cruz do Castelo, em níveis com idêntica cronologia (Sousa e Guerra, 2018: 75).

No conjunto de materiais de Porto do Sabugueiro foi possível identificar também três fragmentos de jarro de bordo trilobado (1,6%), com bons paralelos no jarro recuperado na Rua de São João da Praça em Lisboa (Pimenta, Calado & Leitão 2005: 14), fig. 9. A forma caracteriza-se justamente pelo bocal trilobado, de lábio simples esvasado, e pelo

colo curto, que ostenta, geralmente, caneluras suaves. No conjunto estudado, apenas um (nº 15 – Fig. 9) apresenta as referidas caneluras. O diâmetro do bordo varia entre os 8,4 e os 10 cm e a espessura média da parede é de cerca de 4,5 mm.

Ainda que a cronologia desta forma esteja sistematicamente associada a níveis de cronologia romano-republicana, os dados estratigráficos da Rua de São João da Praça permitem propor uma origem algo anterior à presença romana no estuário do Tejo para estes recipientes (Pimenta, Calado e Leitão, 2005: 319-320), situação que terá de ser ainda confirmada através de outros conjuntos artefactuais bem contextualizados. Contudo, a possibilidade destes jarros terem, efectivamente, uma génese pré-romana condicionou a sua inclusão no presente trabalho.

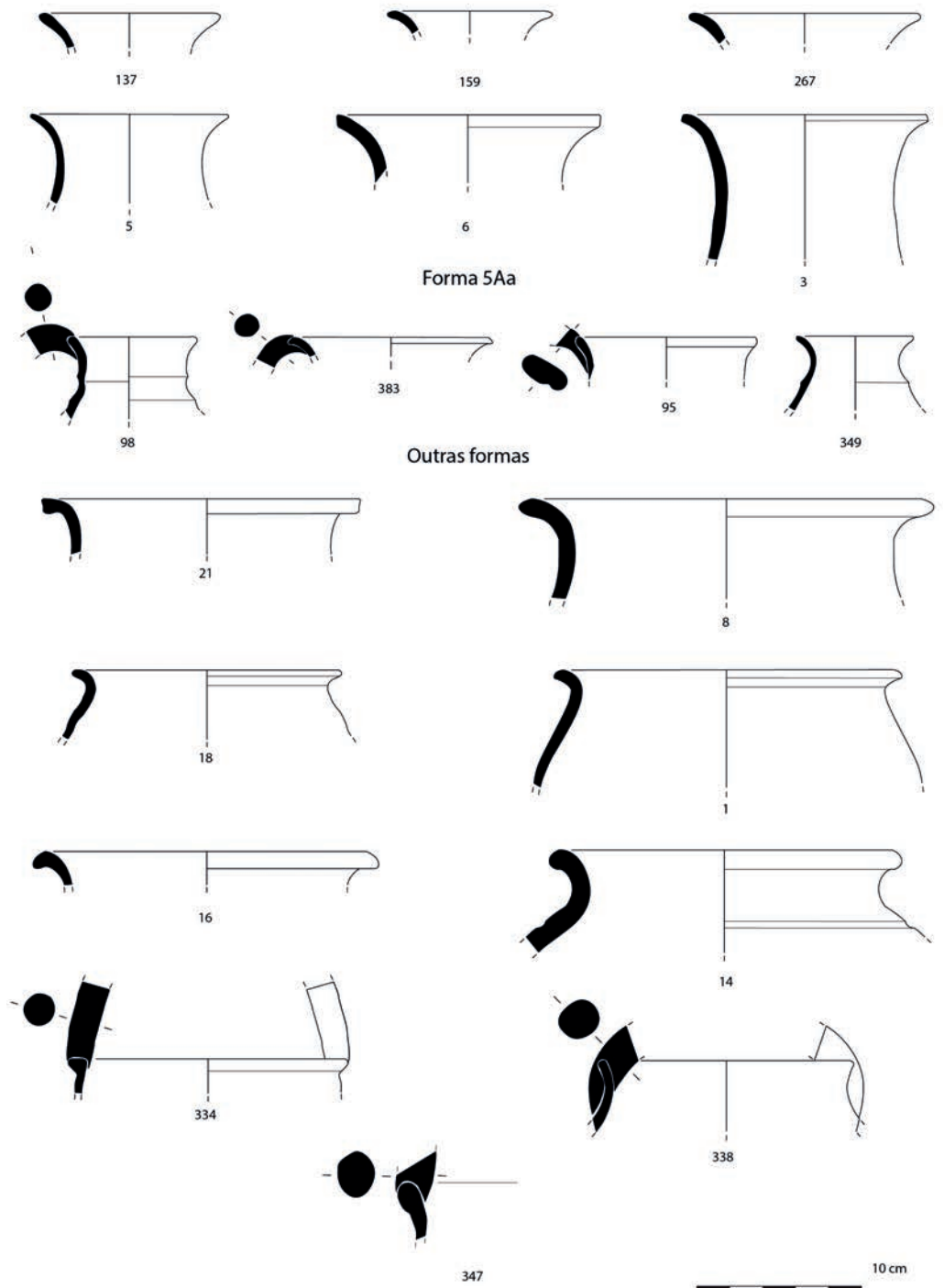
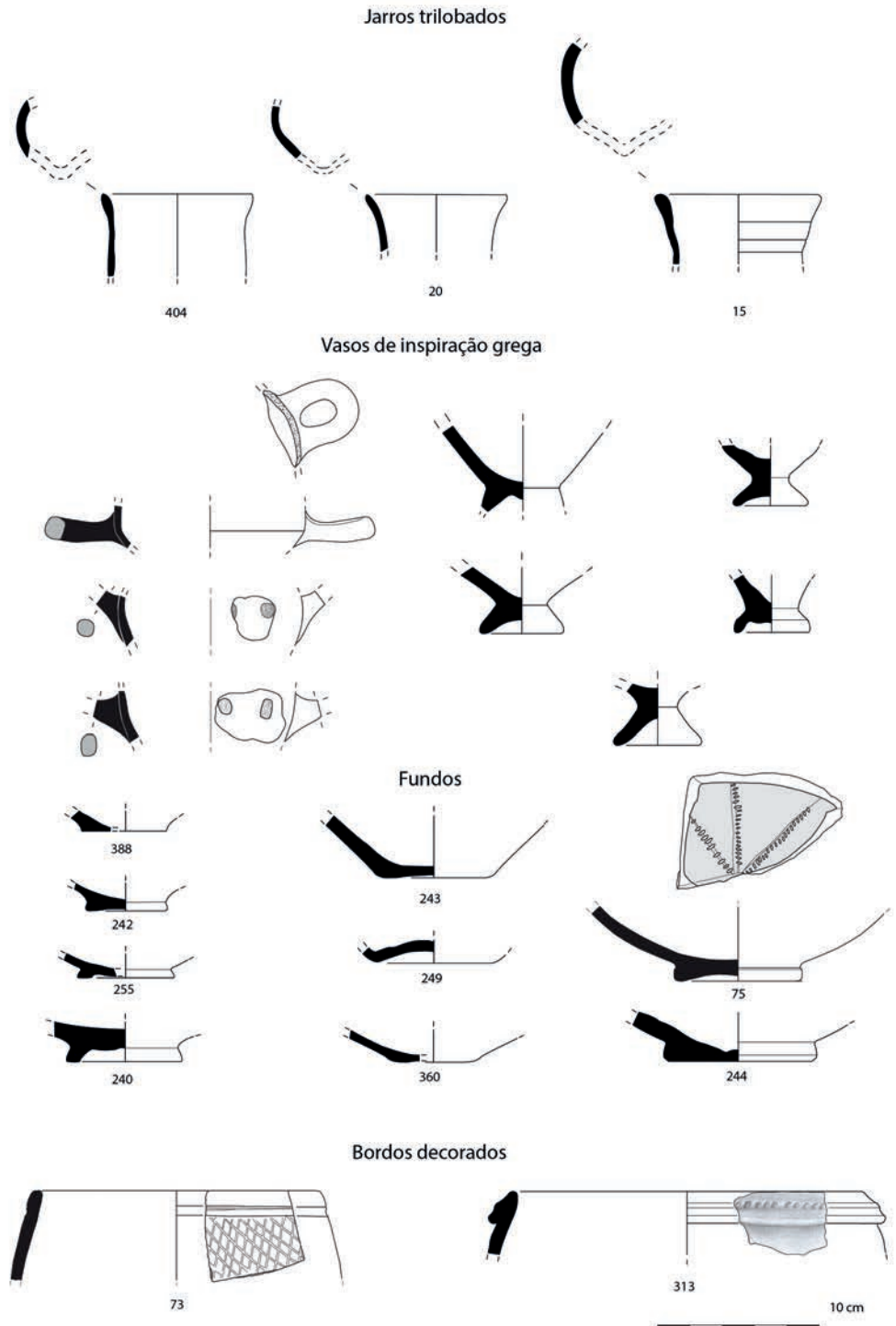


Figura 8
 Cerâmica cinzenta do
 Porto do Sabugueiro:
 jarros, forma 5Aa e
 outras formas.

Figura 9

Cerâmica cinzenta do Porto do Sabugueiro: jarros trilobados, vasos de inspiração grega, fundos e bordos decorados.



Vasos de inspiração grega

Entre a cerâmica cinzenta do Porto do Sabugueiro contam-se ainda alguns fragmentos que parecem corresponder a morfologias que sofreram influências de protótipos de cerâmica grega (2,7%). Trata-se de um conjunto que já foi alvo de publicações anteriores (Sousa, 2016; Sousa & Pimenta, 2017), mas justifica-se, ainda assim, a sua inclusão no presente trabalho. Correspondem a fragmentos de vasos de perfil carenado, com fundos de pé alto e asas horizontais sub-circulares, sendo esta última característica aquela que mais directamente permite uma associação aos protótipos gregos. Parecem corresponder a produções bastante tardias, eventualmente já das fases finais da Idade do Ferro (Sousa, 2016; Sousa e Pimenta, 2017). Até ao momento, estes vasos foram documentados, para além do Porto do Sabugueiro, em Lisboa (Pimenta, Calado e Leitão, 2014; Pimenta et al. 2014; Fernandes e Coroado, no prelo), em Santarém (Arruda, Viegas e Almeida, 2002) e na Lapa do Fumo, em Sesimbra (Arruda e Cardoso, 2013).

Formas indeterminadas

Para além dos materiais integrados nas categorias anteriormente apresentadas, existe ainda um conjunto de muito significativo de 143 fragmentos que não foi possível integrar em nenhuma tipologia concreta. Trata-se de bordos (17 exemplares), fundos (32 exemplares) e asas (94 exemplares).

Relativamente aos fundos, deve deixar-se registado que alguns são em anel, sugerindo cronologias avançadas dentro da Idade do Ferro, e outros são em ônfalo. A maioria, porém, é plana ou ligeiramente convexa, estando, por vezes, o pé indicado.

Os 94 fragmentos de asa possuem perfis ovalados ou circulares, mas quatro deles possuem secção bífida, podendo ter pertencido a morfologias fabricadas durante o período orientalizante em cerâmica cinzenta.

Fragmentos decorados

São escassas as decorações registadas sobre a cerâmica cinzenta de Porto do Sabugueiro. Os fragmentos são apenas dezasseis: três bordos (considerados como dois indivíduos), dez paredes, um fundo, uma asa e um possível elemento coroplástico. Alguns destes exemplares foram já alvo de publicação anterior (Pimenta & Mendes 2008, 2013; Pimenta et al. 2014) mas pareceu-nos pertinente introduzi-los no presente estudo, de forma a obter uma leitura mais geral do conjunto.

Em três paredes (n.º 1107, 1099 e 1103 – Fig. 10), são visíveis traços incisos: um (n.º 1107) não permitiu qualquer leitura da composição, outro (n.º 1099) apresenta linhas zigzaguiantes na área externa, e o restante (n.º 1103) exhibe motivos sub-triangulares. Outras quatro (n.º 274, 1102, 252 e 1104 – Fig. 10) fizeram, muito provavelmente, parte de jarros, trilobados, uma forma que já tinha sido documentada no local (Pimenta & Mendes 2008, 2013). São praticamente idênticos aos que se encontraram na Rua de São João da Praça e que já acima comentámos no que se refere à cronologia. A decoração, reticulada, foi conseguida por brunimento e, neste caso, ocupa a parte superior do corpo, que, em um caso, se separa do colo através de ressalto. À mesma forma podemos associar talvez vários dos fragmentos de asas de secção circular, dois dos quais, talvez pertencentes à mesma peça, com decoração impressa na área superior (n.º 1096 – Fig. 10).

Como se referiu, este tipo de recipiente destinado ao serviço de líquidos data sobretudo de época romana-republicana, mas a sua presença em níveis sem quaisquer importações itálicas na Rua de São João da Praça em Lisboa (Pimenta, Calado & Leitão 2005: 319-320, Fig. 9) permite admitir uma cronologia ainda do final da Idade do Ferro (século III a.n.e.).

As formas a que terão pertencido os outros dois fragmentos de parede, com decoração estampilhada, não são identificáveis. Mas as peças merecem menção, justamente porque esta técnica decorativa, composta por motivos circulares de maior (n.º 1116) e menor (n.º 1114) dimensão recolhe, contudo, paralelos no Cabeço Guião (Arruda *et al.* 2017), cuja cronologia foi estabelecida entre os séculos IV e III a.n.e., ainda que a sua presença em momentos posteriores, já de fase romano-republicana, seja também conhecida.

Os três fragmentos de bordo decorados pertencem a recipientes fechados, mas cujas morfologias se afastam dos repertórios conhecidos para a Idade do Ferro. A ausência de dados contextuais impossibilitam determinar se estas formas, de bordo reentrante e perfil tendencialmente esférico, podem pertencer ainda à fase pré-romana ou se devem ser já integradas numa cronologia mais avançada, Fig. 9.

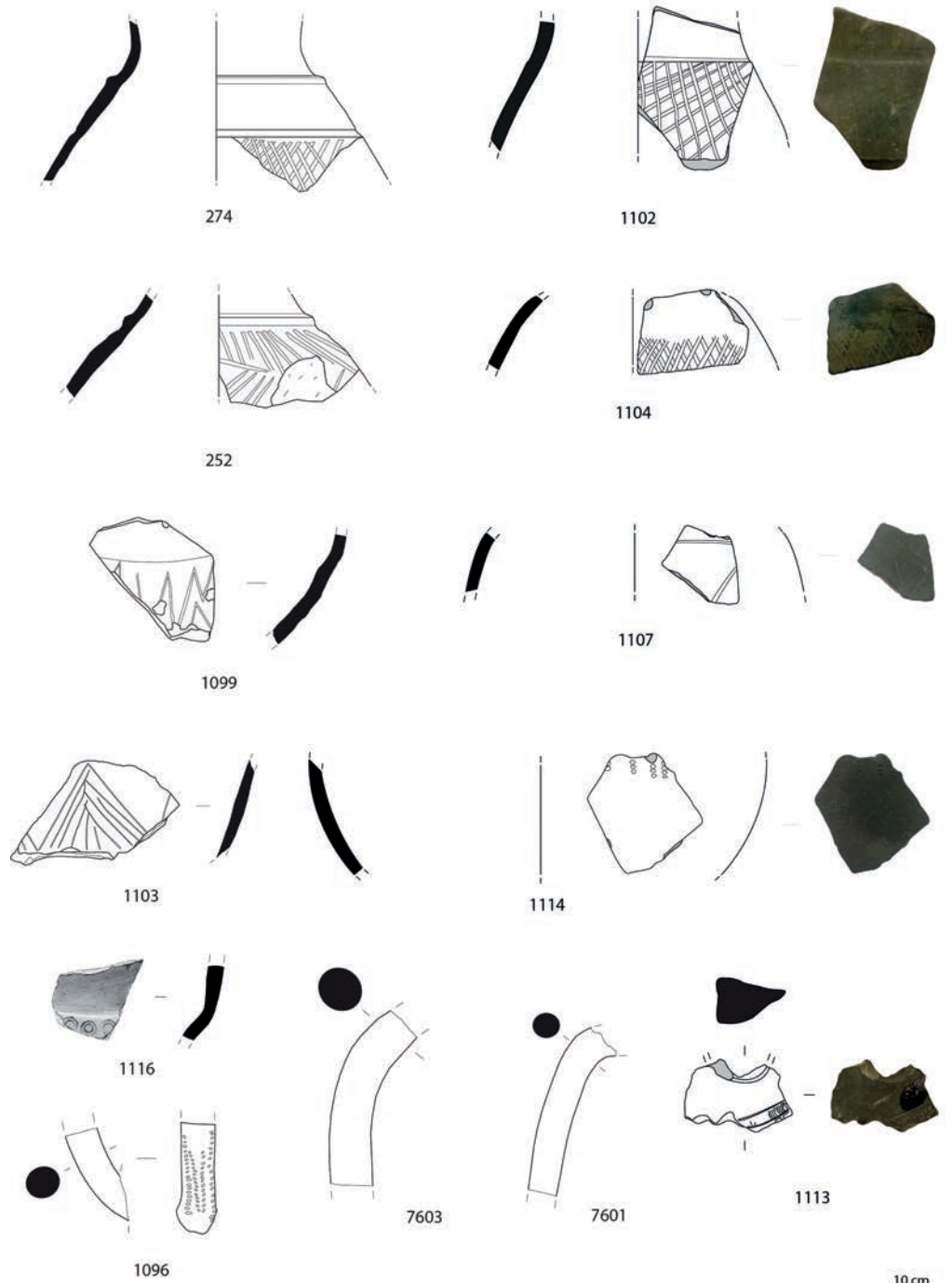
Contudo, num dos casos, é visível um cordão plástico no lábio, sobre o qual foram incisos traços oblíquos, decoração idêntica à que foi documentada na galeria da nascente do Almonda (Tente & Lourenço 2016: 145, Fig. 3 e 4) e que foi adstrita à Idade do Ferro.

A decoração dos restantes dois fragmentos de bordo (pertencentes seguramente ao mesmo vaso, que já foi alvo de publicação anterior – Pimenta & Mendes 2008: 187 – n.º 42) incide também na área superior, sendo constituída por um reticulado delimitado por caneluras que definem pequenos losangos (n.º 73, Fig. 9).

O fragmento de fundo com decoração impressa na superfície interna foi também já publicado num trabalho anterior (Pimenta & Mendes 2008: fig. 16), sendo contudo, provável que este possa integrar já a fase romano-republicana, tal como foi indicado no estudo referido, (n.º 75, Fig. 9).

Muito mais problemático é o caso do fragmento n.º 1113 (Fig. 10) que não conseguimos classificar formalmente. Pode tratar-se de um recipiente coroplástico, mas a existência do que parece ser um bico vertedor também poderia indicar a presença de um *Kernos*, o que, neste contexto, será difícil de admitir. Referiria-se a decoração com traços incisos abaixo do referido bico.

Figura 10
 Cerâmica cinzenta do
 Porto do Sabugueiro:
 fragmentos
 decorados, asas e
 coroplastia.



Testemunho de literacia?

Como já se referiu, Porto do Sabugueiro foi alvo de acções de prospecção, umas autorizadas e enquadradas do ponto de vista científico, outras ilegítimas, desde pelo menos as primeiras décadas do século XX, situação que, aliás, permanece até à actualidade. Esta realidade resultou na existência de colecções apreciáveis de materiais dispersos por várias instituições, mas também na posse de privados. Entre estas últimas, conta-se um fragmento de cerâmica cinzenta com uma inscrição segmentada, incisa pós-cozedura, na parede interna, cuja forma não podemos adiantar, tudo indicando, contudo que se trata de um vaso aberto, muito provavelmente uma tigela ou prato. A peça está desaparecida, possuindo-se apenas uma imagem, concretamente uma fotografia (Fig. 11).²

Restam dois signos, um dos quais completos e outro quase completo, havendo sinais de um terceiro, mais à direita, de que se conserva apenas um pequeno traço. Os dois signos fazem parte do semi-silabário do Sudoeste, correspondendo o primeiro ao conjunto silábico *ti* (signo 17 de Espanca) e o segundo à vogal *i* (signo 5 do signário de Espanca). Assim, uma das características definidoras por excelência da escrita do Sudoeste, concretamente o carácter redundante da vogal a seguir ao caractere silábico, encontra-se aqui representada, o que merece ser devidamente destacado.

Esta peça, infelizmente truncada, representa, no território actualmente português, a evidência mais a norte deste sistema de escrita, cuja finisterra era, até agora, o estuário do Sado, facto que por si só é de realçar. Mas outras questões podem e devem ainda ser mencionadas, sobretudo porque parece possível admitir que a inscrição, ainda para mais pós-cozedura, se relaciona também com a língua que seria falada e que a escrita reflecte. Por outro lado, as descobertas recentes de inscrições em língua e caracteres fenícios em Lisboa (Zamora, 2014; Neto *et al.* 2016) colocam inevitavelmente a questão do bilinguismo e, assim, do multiculturalismo da região do vale do Tejo durante da Idade do Ferro. De facto, se admitirmos que uma e outra traduzem entidades étnicas distintas, que falam línguas diferenciadas, uma local (a do Sudoeste) e outra exógena (a fenícia), esse multiculturalismo deve ser assumido sem qualquer preconceito. Contudo, não podemos deixar de referir que associar étnica e linguisticamente esta região com a do Baixo Alentejo e Algarve, assim como parte da Extremadura espanhola, é assumir a existência de uma entidade cultural única, com uma dimensão geográfica que parece largamente excessiva.

A propósito da peça de Porto do Sabugueiro deve ainda mencionar-se que o grafito poderá corresponder a uma marca de propriedade. Neste contexto, parece impossível também ignorar que a presença deste tipo de grafito epigráfico nas superfícies internas de tigelas ou pratos de cerâmica cinzenta é comum, podendo chamar-se à colação os dois exemplos da necrópole de Medellín (Almagro Gorbea 2008: 754-755, 758) ou o de Abul (Mayet & Silva 2000: Fig. 41, nº 310; 261-264).

² Agradecemos a Gonçalo Lopes pela informação e cedência da imagem.



Figura 11
Fragmento de cerâmica cinzenta com inscrição.
Fotografia Gonçalo Lopes

3. Comentários finais: a cerâmica cinzenta de Porto do Sabugueiro no contexto do Estuário do Tejo

Apesar dos condicionalismos que as circunstâncias de recolha destes materiais impõem a qualquer análise mais aprofundada, parece inegável que a cerâmica cinzenta da Idade do Ferro está muito bem representada em Porto do Sabugueiro.

Tal como na Rua dos Correiros, bem como na generalidade dos sítios com ocupação da Idade do Ferro do Estuário do Tejo, e não só, a forma mais abundante é a tigela, que representa 44,6% da totalidade do conjunto identificável, sendo a variante 1Aa a mais comum. Os potes são ainda significativos (14%), mas os “pequenos potes” estão pouco representados no conjunto, correspondendo apenas a 8% da amostra

estudada. Os jarros e os pratos são as formas menos bem frequentes, facto que é também recorrente em outros sítios (Fig. 12).

Estes dados permitem tecer algumas considerações nomeadamente acerca da cronologia da ocupação antiga de Porto de Sabugueiro. Neste âmbito, deve realçar-se a presença significativa das pequenas taças 5a da tipologia elaborada para a Alcáçova de Santarém, sítio onde estão documentadas nas fases mais antigas (séculos VII a VI a.n.e.) (Arruda, 1999-2000: 201). Assinale-se ainda que este tipo específico de taça se encontra ausente dos contextos da Rua dos Correiros, contextos que foram datados entre o século V e os inícios do século IV a.n.e. (Sousa 2014).

A mesma situação se verifica para o “pequeno pote” da Forma 7 e para o prato da 2, de Santarém, este último documentado em Lisboa entre os materiais do século VI a.n.e. do Claustro da Sé (Arruda, Freitas e Vallejo-Sánchez, 2000: 46) e do Largo de Santa Cruz (Sousa & Guerra, 2018), e também em Santarém em níveis datados entre os meados do século VII e os meados da centúria seguinte (Sousa e Arruda, 2018). A ausência de ambos nos sítios ocupados na 2ª metade do 1º milénio a.n.e. não deixa de ser significativa, pelo que representa.

A cerâmica cinzenta confirma assim os dados já existentes acerca de uma ocupação sidérica antiga do sítio (pelo menos século VII e VI a.n.e.), facto que estava já demonstrado por outros materiais, como os escaravelhos (Pereira, 1975), os vasos pintados em bandas (*pithoi* e urnas Cruz del Negro) e alguma cerâmica comum, concretamente as trípodes (Pimenta *et al.*, 2014).

Na outra ponta da sequência cronológica da Idade do Ferro, encontram-se os momentos tardios, séculos IV e III a.n.e., representados pelos jarros da Forma 5Aa, presente, por exemplo, em Moinhos da Atalaia Oeste, mas ausente da Rua dos Correiros (Sousa, 2014).

Um outro tipo de comentário diz respeito à função que os vasos desta categoria cerâmica desempenharam no contexto da ocupação da Idade Ferro do sítio em apreço.

É consensual entre a comunidade científica que a cerâmica cinzenta foi usada para o serviço de mesa, utilização que quer as formas quer o tratamento das superfícies deixam antever.

O conjunto de cerâmica cinzenta de Porto do Sabugueiro não coloca quaisquer dificuldades na assumpção dessa mesma função em termos locais. A exceção é constituída pelo surpreendente número de potes de maiores dimensões, que, aliás, não tem paralelo em outros coevos sítios, mesmo nos da área do Estuário do Tejo. Estes foram certamente utilizados aqui no armazenamento de produtos alimentares, líquidos ou sólidos.

Como já referimos antes, as formas integradas na categoria das tigelas, tipos 1Aa, 1Ab, 1Bb e 1Ca, são as mais bem representadas no conjunto, tendo sido, certamente, utilizadas para o consumo individual de alimentos coloides à mesa. O mesmo uso individual seria dado aos pratos, estes muito mais escassos, que serviriam para os sólidos.

As pequenas taças, forma 5A da Alcáçova de Santarém, e os “pequenos potes” da forma 7 da mesma seriação tipológica, devem ter sido utilizadas para a ingestão de líquidos, funcionando como copos, como já foi anteriormente proposto (Arruda, 1999-2000: 203). Os jarros destinavam-se, evidentemente, ao serviço de líquidos.

Os restantes potes (Formas 4Aa, 4Aa.1, 4Ba, e ainda algumas outras formas que não se integram na tipologia existente para este quadro regional) não corresponderão, certamente, a recipientes de serviço de mesa, como já foi mencionado atrás, podendo admitir-se que tenham sido usados no armazenamento de produtos alimentares.

Esta realidade documenta uma situação que, por evidenciar profundas divergências relativamente ao Bronze Final, pode ser interpretada no quadro da incorporação de novos hábitos alimentares, consumidos maioritariamente de forma individual, que podem ser consequência directa da profunda orientalização que a área do estuário do Tejo sofreu a partir dos inícios do 1º milénio a.n.e..

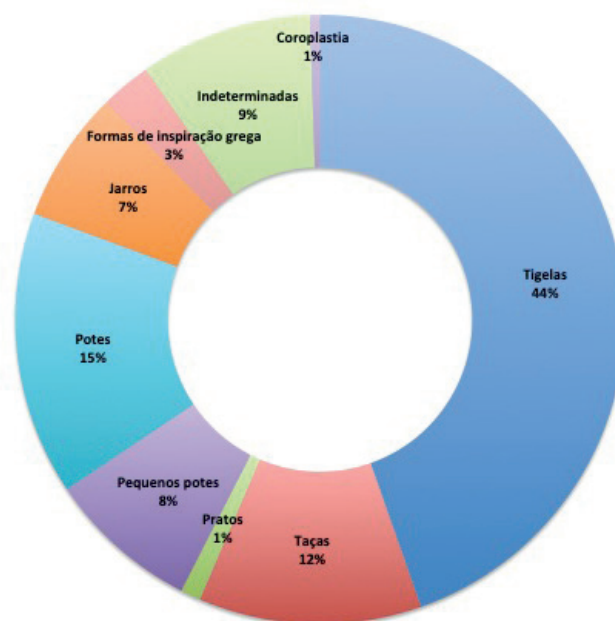


Figura 12
Gráfico de distribuição das formas de cerâmica cinzenta do Porto do Sabugueiro (base NMI).

BIBLIOGRAFIA

- ALMAGRO GORBEA, M. (2008) – *La necrópolis de Medellín: Estudio de los Hallazgos*. Real Academia de la Historia, vol. 26.
- ALMAGRO-GORBEA, M. (1977) – *El Bronce Final y el Periodo Orientalizante en Extremadura*. Madrid: CSIC e Universidade de Valência.
- ARRUDA, A. M. (1999-2000) – *Los Fenicios en Portugal. Fenicios y mundo indígena en el centro y sur de Portugal (siglos VIII-VI a.C.)*. Barcelona: Publicaciones del Laboratorio de Arqueología de la Universidad Pompeu Fabra (Cuadernos de Arqueología Mediterránea, nº 5-6).
- ARRUDA, A. M. (2005) – Orientalizante e pós-orientalizante no sudoeste peninsular: Geografias e cronologias. In *Actas del III Simpósio Internacional de arqueología de Mérida: Protohistoria del Mediterráneo Occidental. El Periodo Orientalizante*. Volume I. Anejos de AEspa. XXXV. Mérida, p. 277-303.
- ARRUDA, A. M.; CARDOSO, J. L. (2013) – A ocupação da Idade do Ferro da Lapa do Fumo (Sesimbra). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*, p. 731-754.
- ARRUDA, A. M.; FREITAS, V. T.; VALLEJO SÁNCHEZ, J. I. (2000) - As cerâmicas cinzentas da Sé de Lisboa. *Revista Portuguesa de Arqueologia* .[S.l.]: DGPC. Volume 3, nº 2, p. 25-59.
- ARRUDA, A. M.; PEREIRA, C.; PIMENTA, J.; SOUSA, E.; MENDES, H.; SOARES, R. (2016) - As contas de vidro do Porto do Sabugeiro (Muge, Salvaterra de Magos, Portugal). *CuPAUAM*. Universidade Autónoma de Madrid. Nº 42, p. 79-101. DOI: <http://dx.doi.org/10.15366/cupauam2016.42.002>
- ARRUDA, A. M.; SOUSA, E.; BARRADAS, E.; BATATA, C.; DETRY, C.; SOARES, R. (2015) – O Cabeço Guião (Cartaxo- Portugal): Um Sítio da Idade do Ferro do Vale do Tejo. *Territórios comparados: los valles del Guadalquivir, el Guadiana y el Tajo em época tartésica, Reunion científica, Mérida (Badajoz, Espanã)*, p. 319-361.
- ARRUDA, A. M.; SOUSA, E.; PIMENTA, J.; MENDES, H.; SOARES, R. (2014) - Alto do Castelo's Iron Age occupation (Alpiarça, Portugal). *Zephyrus*. Salamanca. Nº 74, p. 143-155.
- ARRUDA, A. M.; VIEGAS, C.; ALMEIDA, M. J. (2002) – *De Scallabis a Santarém (Catálogo de Exposição)*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia.
- CARDOSO, G.; ENCARNANÇAÇÃO, J. (2013) – O povoamento pré-romano de Freiria-Cascais. *Cira Arqueologia*. N.º 2 Vila Franca de Xira: Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, p. 133-180.
- CARDOSO, G.; RODRIGUES, S. (1996) – O contexto oleiro de Muge na produção romana do Médio e Baixo Tejo. In FILIPE, G.; RAPOSO, J. M. C. (eds.) - *Ocupação romana dos estuários do Tejo e do Sado. Actas das Primeiras Jornadas sobre Romanização dos Estuários do Tejo e do Sado*. Seixal: Câmara municipal. Lisboa: Dom Quixote, p. 167-178.
- CARDOSO, J. L.; ARRUDA, A. M.; SOUSA, E.; REGO, M. (2014) - Outorela I e Outorela II, dois pequenos sítios da Idade do Ferro a norte do Estuário do Tejo (concelho de Oeiras). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. N.º 21, p. 393-428.
- CARDOSO, J. L.; SILVA, C. T. (2013) – O casal agrícola da Idade do ferro de Gamelas 3 (Oeiras). *O Arqueólogo Português*. Série V-2, p. 353-398.
- CARDOSO, J. L.; SILVA, C. T.; MARTINS, F.; ANDRÉ, C. (2010-2011) – O casal agrícola da I Idade do Ferro de Leião (Oeiras). *Estudos Arqueológicos de Oeiras* 18, p. 75-102.
- FELIPE, V.; CALADO, M.; LEITÃO, M. (2014) – Evidências orientalizantes na área urbana de Lisboa. O caso dos edifícios na envolvente da Mãe de Água do Chafariz d' El Rei. In Arruda, A. M. (ed.), *Fenícios e Púnicos, por terra e mar. Actas do VI Congresso Internacional de estudos Fenícios e Púnicos*. Lisboa, p. 736-747.
- FERNANDES, L.; COROADO, J. (no prelo) - Novos dados sobre a ocupação pré-romana do Teatro Romano de Lisboa: proveniência das produções cerâmicas dos sécs. IV e III a.C. (campanha arqueológica de 2010).
- HENRIQUES, S. (2006) – *A Cerâmica Cinzenta da Idade do Ferro da Quinta do Almaraz, Almada, Cacilhas*. Tese de Mestrado em Pré-História e Arqueologia apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Edição policopiada.
- LLORIO, A. J. (2008) – Cerâmica oxidante de “tipo gris”. In ALMAGRO GORBEA, M. (Dir.), *La necrópolis de Medellín. II Estudio de los hallazgos*. Madrid, p. 513-566.
- MAYET, F.; SILVA, C. T. (2000) – *L'établissement phénicien d'Abul (Portugal)*. *Comptoir et sanctuaire*. Paris.
- NETO, N. M.; REBELO, P. M.; RIBEIRO, R. A.; ROCHA, M.; ZAMORA LÓPEZ, J. Á. (2016) – Uma inscrição lapidária fenícia em Lisboa. *Revista Portuguesa de Arqueologia*, vol. 19, p. 123-128.
- OLEIRO, J. M. B. (1960-1961) – Achados arqueológicos no Porto do Sabugeiro (Muge, Ribatejo). *Conimbriga*. Coimbra, 2-3, p. 48-51.
- PEREIRA, I. (2009) – As actividades metalúrgicas na Iª e IIª Idade do Ferro em Santa Olaia, Figueira da Foz, *Conimbriga*. Coimbra, XLVIII, p. 61-79.

- PEREIRA, M. A. H. (1975) – Objectos egípcios do Porto do Sabugueiro (Muge). *Conimbriga*. Coimbra, 14, p. 173-176.
- PEREIRA, M. L. (2016-2017): Os Cossoiros de Porto do Sabugueiro (Muge, Salvaterra de Magos). *CIRA Arqueologia*. Vila Franca de Xira: Câmara Municipal de Vila Franca de Xira. Nº 5, p. 55-74.
- PIMENTA, J.; CALADO, M.; LEITÃO, M. (2005) – Novos dados sobre a ocupação pré-romana da cidade de Lisboa: A intervenção da Rua de São João da Praça. In Arruda, A. M. (ed.), *Fenícios e Púnicos, por terra e mar. Actas do VI Congresso Internacional de estudos Fenícios e Púnicos*. Lisboa. Vol. 2, p. 724-735
- PIMENTA, J.; MENDES, H. (2008) – Descoberta do povoado pré-romano de Porto do Sabugueiro (Muge). *Revista portuguesa de Arqueologia*. Volume 11. Nº 2, p. 171-194.
- PIMENTA, J.; MENDES, H. (2013): 1.ª Campanha de escavações arqueológicas no povoado pré-romano de Porto do Sabugueiro - Muge - Salvaterra de Magos. *CIRA Arqueologia*. Vila Franca de Xira: Câmara Municipal de Vila Franca de Xira. Nº 2, p. 195-219.
- PIMENTA, J.; MENDES, H.; ARRUDA, A. M.; SOUSA, E.; SOARES, R. (2014) – Do pré-romano ao Império: a ocupação humana do Porto do Sabugueiro (Muge, Salvaterra de Magos). *Magos – Revista Cultural do Concelho de Salvaterra de Magos*. Nº 1, p. 39-58.
- PIMENTA, J.; SOUSA, E.; MENDES, H.; HENRIQUES, E.; ARRUDA, A. M. (2018) - A Eira da Alorna (Almeirim): as ocupações pré e proto-históricas. *Cira Arqueologia*. Vila Franca de Xira. Nº 9, p. 9-49.
- SOUSA, E. (2014) - A ocupação pré-romana da foz do Estuário do Tejo, Lisboa. Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa. Estudos e Memórias 7. Lisboa: UNIARQ.
- SOUSA, E. (2016) - A Idade do Ferro em Lisboa: uma primeira aproximação a um faseamento cronológico e à evolução da cultura material. *CuPAUAM*. Madrid. Nº 42, p. 167-185. DOI: <http://dx.doi.org/10.15366/cupauam2016.42.006>
- SOUSA, E. (2016) - From Greek to Roman Pottery in the Far West. In Japp, S. e Kögler, P. (eds.), *Traditions and Innovations. Tracking the Development of Pottery from the Late Classical to the Early Imperial Periods*. Viena: Phoibos Verlag, p. 17-28. ISBN: 978-3-85161-160-1
- SOUSA, E.; ARRUDA, A. M. (2018) – A Idade do Ferro na Alcáçova de Santarém (Portugal): os resultados da campanha de 2001. *Onuba*. Huelva. Nº6, p. 57-95.
- SOUSA, E.; GUERRA, S. (2018) – A presença fenícia em Lisboa: novos vestígios descobertos no alto da colina do Castelo de São Jorge. *Saguntum*. Valência. Nº 50, p. 57- 88. DOI: 10.7203/SAGVNT-VM.50.10636
- SOUSA, E.; PIMENTA, J. (2017) - Produções cerâmicas de inspiração grega no Vale do Baixo Tejo. In *Arqueologia em Portugal. 2017 – Estado da Questão*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, p. 887-896.
- SOUSA, E.; PIMENTA, J.; MENDES, H.; ARRUDA, A. M. (2016-2017) – A ocupação Proto-Histórica do Alto dos Cacos (Almeirim, Portugal). *CIRA Arqueologia*. Vila Franca de Xira: Câmara Municipal de Vila Franca de Xira. Nº 5, p. 9-32.
- SOUSA, E.; PIMENTA, J.; SILVA, I.; MENDES, H.; ARRUDA, A. M.; DORADO-ALEJOS, A. (no prelo) – Ânforas da Idade do Ferro e de tradição pré-romana do Porto do Sabugueiro (Muge, Portugal).
- SOUSA, E.; PINTO, M. (2016) - A ocupação da Idade do Ferro na colina do Castelo de São Jorge (Lisboa, Portugal): novos dados das escavações realizadas na Rua do Recolhimento/Beco do Leão. *Apontamentos de Arqueologia e Património*. Lisboa. Nº 11, p. 59-67.
- SOUSA, E.; SARRAZOLA, A.; SIMÃO, I. (2016) - Lisboa pré-romana: contributos das intervenções arqueológicas na Rua da Madalena. *Apontamentos de Arqueologia e Património*. Lisboa. Nº11, p. 69-79.
- TENTE, C.; LOURENÇO, S. (2016) – A ocupação da Idade do Ferro da galeria da Cisterna (sistema cársico da nascente do Almonda, Torres Novas). *Revista Portuguesa de Arqueologia*, vol. 19, p. 143-154.
- ZAMORA LÓPEZ, J. Á. (2014) – Palabras fluidas en el Extremo Occidente: sobre un nuevo grafito fenicio, hallado en la desembocadura del Tajo, que recoge un posible topónimo local. Madrid. In BÁDENAS DE LA PEÑA, P.; CABRERA BONET, P.; MORENO CONDE, M.; RUIZ RODRÍGUEZ, A.; SÁNCHEZ FERNÁNDEZ, C.; TORTOSA ROCAMORA, T., eds. – *Homenaje a Ricardo Olmos: per speculum in aenigmate: miradas sobre la Antigüedad*. Madrid: Asociación Cultural Hispano-Helénica, p. 306–314.

➤ As dinâmicas de povoamento romano em torno de Monte dos Castelinhos: I - O sítio de Quinta de Meca

JOÃO PIMENTA

CENTRO DE ESTUDOS ARQUEOLÓGICOS VILA FRANCA DE XIRA – CEAX
UNIVERSIDADE DE LISBOA – FACULDADE DE LETRAS – UNIARQ (CENTRO DE ARQUEOLOGIA).

HENRIQUE MENDES

CENTRO DE ESTUDOS ARQUEOLÓGICOS VILA FRANCA DE XIRA – CEAX.

INÉS CONDE

CENTRO DE ESTUDOS ARQUEOLÓGICOS VILA FRANCA DE XIRA – CEAX.

NUNO FERREIRA

COLABORADOR - CENTRO DE ESTUDOS ARQUEOLÓGICOS VILA FRANCA DE XIRA – CEAX.

RESUMO

No decurso da investigação da ocupação romana no baixo Tejo, particularmente nas imediações do Monte dos Castelinhos, destaca-se o sítio arqueológico da Quinta de Meca, localizado já no vale do rio Grande da Pipa.

Apresentando uma grande riqueza de vestígios arqueológicos, o sítio foi infelizmente alvo de trabalhos agrícolas intensos, resultando assim o nosso estudo na análise exclusiva dos materiais de superfície aí recolhidos. Esta metodologia permite, no entanto, discernir um local com ocupação romana consistente entre os séculos I d.C. e o V d.C.

A abundância de materiais arqueológicos existentes na área prospectada, a localização em terrenos férteis, privilegiados nas ligações fluviais e terrestres e com uma ligação visual ao Monte dos Castelinhos possibilita conjecturar que se trata de um sítio de exploração rural de alguma dimensão e diacronia, quem sabe, no futuro, uma intervenção arqueológica permita entender a sua complexidade.

ABSTRACT

In the context of the ongoing research of the Roman Occupation of the Tagus Valley, especially focused in the area surrounding Monte dos Castelinhos, the Quinta de Meca archaeological site stands out.

Situated in the valley of the river Grande da Pipa, known for its rich countryside, due to the intense farming the great bounty of archeological evidences comes entirely from survey. Despite this, the collected remains allow us to perceive a continual occupation of the site between the first and fifth century AD.

The abundance of the archeological materials on the surveyed area, its location on fertile grounds, the great connection to the land and river routes and all of this in viewing distance of Monte dos Castelinhos, suggests that this was an ancient Roman *villa* of some size and temporal presence. Perhaps in the future, further intervention may give us a better understanding of the site's full potential.

1. Introdução

O projeto de investigação MOCRATE – Monte dos Castelinhos e a romanização do baixo Tejo, tem vindo desde 2008 a incidir a sua atenção na estação arqueológica de Monte dos Castelinhos. Trata-se, como temos tentado demonstrar, um sítio de enorme relevância científica e patrimonial, que assumiu um papel relevante na organização do povoamento no baixo vale do Tejo, pelo menos entre os séculos I a.C. e I d.C. (Pimenta, 2013 e 2015). Uma das premissas deste projeto foi desde o início o estudo do território e do povoamento romano em torno desta já emblemática estação ribatejana. Com este primeiro contributo almejamos encetar uma série de publicações que venham trazer a público um conjunto de espólios arqueológicos inéditos, depositados em reservas de Museus e em coleções privadas e que atestam as múltiplas diacronias de ocupação do espaço em redor da área de Vila Franca de Xira e Alenquer e onde desde o trabalho do Professor Alarcão ficou claro uma ampla e complexa rede de povoamento (Alarcão, 1988). De facto, ao analisar-se a cartografia do povoamento romano da península de Lisboa destacou-se claramente a densidade de ocorrências, nesta área. Aliás é com base nessa informação, coligida para a obra *Roman Portugal*, que foi sugerido que aqui fosse localizada a *Ierabriga* do itinerário de Antonino, ainda que sublinha-se: “Apesar da densidade de achados na região de Alenquer sugerir um núcleo urbano importante, nada até agora, nos permite supor uma cidade capital.” (Alarcão, 1988, p. 48).

Infelizmente, apesar deste precoce inventário, que tivemos oportunidade de rever e ampliar recentemente, (Pimenta e Domingos, 2015), nenhuma destas estações à exceção de Monte dos Castelinhos, foi alvo de escavações arqueológicas, pelo menos em moldes adequados. Restando-nos assim, a análise de espólios de natureza epigráfica, numismática, ou cerâmica recolhidos à superfície ou na sequência de trabalhos agrícolas.

Apesar de estarmos conscientes que a carência de contextos de recolha condiciona à partida algumas leituras, o estado da arte relativo ao estudo dos conjuntos cerâmicos de época romana, em particular os importados, permite estabelecer leituras bastante fiáveis e que numa última instância nos possibilita sentir o pulso às dinâmicas cronológicas e aquisitivas destas estações.

2. Enquadramento

O sítio arqueológico de Quinta de Meca encontra-se junto à povoação de Cadafais, no concelho de Alenquer e União de freguesias de Carregado e Cadafais (Figura 1). Implantado na margem esquerda do fértil vale do Rio Grande da Pipa, o sítio goza de uma relação visual direta com o Monte dos Castelinhos (ver figura 7).

O rio Grande da Pipa, apesar de atualmente se encontrar bastante assoreado, permanece como um importante afluente do rio Tejo, com caudais variáveis, ocupando a sua bacia uma área de cerca de 110 Km², propiciando desde a pré e proto-história uma via de penetração natural para a região de Arruda dos Vinhos, Sobral de Monte Agraço e Torres Vedras (Pimenta e Mendes, 2010-2011).

A Quinta de Meca desenvolve-se sobre solos de grande qualidade, de Classe A. Sendo ainda hoje o vale do rio Grande da Pipa uma área de forte implantação agrícola em particular de vinicultura.

A presença de vestígios de uma ocupação romana no sítio de Quinta de Meca, Alen-

quer, foi mencionado pela primeira vez, no início dos anos oitenta, na sequência de prospeções levadas a cabo por João Gomes e Barreto Domingos relacionadas com o levantamento da Carta Arqueológica de Alenquer (Pimenta e Domingos, 2015 p.129).

No âmbito dos trabalhos de levantamento do território conducentes à publicação da Carta Arqueológica de Vila Franca de Xira, o sítio foi de novo visitado (Pimenta e Mendes, 20016). Este reconhecimento prendeu-se com o facto de que no acervo do Museu de Vila Franca de Xira, preservar-se um numisma visigótico que teria sido recolhido nesta área, entre a Quinta de Meca e a Quinta da Amendoeira, situada a algumas dezenas de metros do sítio em epígrafe mas já no território de Vila Franca de Xira. Trata-se de um Triente, do reinado de Viterico datado entre 603 a 610 d.C. cunhado em Mérida (Almeida, 1971, p.220).

Quando desta nova visita à Quinta de Meca, foi possível confirmar as observações proferidas nos anos oitenta do século passado, (ver Pimenta e Domingos, 2015 p.129), reconhecendo-se uma significativa dispersão de materiais cerâmicos de época romana, nomeadamente material de construção e cerâmicas de armazenamento. Em concreto, verificou-se que o sítio tinha sido alvo de trabalhos agrícolas recentes, tendo assim sido possível com anuência do seu atual proprietário, levantar a área ao longo da qual se verificava a presença de evidências do período romano, (ver figura 2). Estas desenvolvem-se em uma área bem delimitada e diga-se circunscrita, parecendo corresponder a uma estação que se deve encontrar bem preservada. Estas evidências desenvolvem-se ao longo de uma área de meia encosta ao longo da estrada Nacional N.º 115-4, sendo plausível que parte do sítio se encontre sob o casario aí existente nomeadamente um armazém junto à mencionada estrada. Foi possível registar a dispersão ao longo de 31 metros de comprimento por 27 de largura, calculando-se uma área, ainda assim significativa, de 837 metros quadrados. A presença de elementos pétreos afeiçoados a par de elementos de argamassa tipicamente romanos dispersos pela área, nomeadamente *Opus Signinum* (ver figura 2 a 6), permite supor a existência de estruturas de alguma dimensão. Contudo só a realização futura de trabalhos arqueológicos permitirá avaliar qual o seu estado de conservação. Lamentavelmente, quando da nossa visita, o sítio já se encontrava plantado com vinha nova, inviabilizando assim quaisquer tentativas de escavação.

Figura 1
Localização do sítio de Quinta de Meca, na Carta Militar 1: 25 000, Folha N.º 390.



Figura 2

Área de dispersão de materiais de época romana do sítio de Quinta de Meca, a partir de *Google Earth*.

**Figura 3**

Vista geral da área de dispersão de materiais de época romana. Fotografia João Pimenta.



Figura 4

Pormenor da dispersão de materiais de época romana. Ao centro elementos construtivos indicadores de eventuais estruturas subterradas. Fotografia João Pimenta.

**Figura 5**

Fragmento de bordo de *Terra Sigillata* Clara D da Forma Hayes 61A, recolhido à superfície. Fotografia João Pimenta.



Figura 6

Fragmentos de *opus signinum*, destruídos na sequência dos trabalhos agrícolas. Fotografia João Pimenta.

**Figura 7**

Vista do sítio de Quinta de Meca para o povoado de Monte dos Castelinhos. Fotografia Henrique Mendes.



3. Elementos de caracterização do sítio

Os dados disponíveis para o sítio de Quinta de Meca, reportam-se assim à falta de uma adequada leitura estratigráfica e planimétrica, aos elementos artefactuais recolhidos quer nos anos oitenta quer nas recolhas resultantes dos últimos trabalhos de prospeção que aí podemos realizar. A totalidade deste espólio encontra-se depositado nas reservas do Museu Municipal de Vila Franca de Xira.

Trata-se de um volume significativo de materiais, cerca de 150 fragmentos classificáveis, sendo estes essencialmente cerâmicos ainda que estejam presentes alguns elementos metálicos e pétreos.

3.1. Cerâmicas Finas Romanas

No conjunto de cerâmicas finas recolhido na Quinta de Meca destaca-se a “família” da *terra sigillata*, elementos materiais que comprovam no seu todo uma amplitude de ocupação do local entre os séculos I d.C. e o IV/V d.C., pelo menos.

Identificam-se sete fragmentos que, pelas características do fabrico apontam uma origem em *La Graufesenque* ou seu círculo, ainda que, seja apenas possível identificar do ponto de vista morfológico quatro das peças identificadas. A produção de *sigillata* do Sul da Gália adquiriu relevância a partir do reinado de Tibério e início de Cláudio, processo que se encontra assaz bem identificado no vale do Tejo (Viegas, 2003; Silva, 2012). Os números Q.M. 15 e Q.M. 23 correspondem a bocais da forma Drag. 18, o exemplar Q.M. 17 a uma taça Drag. 27, e o fundo Q.M. 18, a um prato de forma de difícil enquadramento. Estas produções tem uma diacronia centrada entre 15 e 120 d.C., Fig. 8.

A *Terra Sigillata* Hispânica encontra-se atestada pela presença de um fragmento de parede, Q.M. 31 que podemos atribuir à forma Drag. 15/17, com um fabrico que atribuímos a Andújar, com cronologia centrada entre 30 e 150 d.C. (Viegas, 2011), Fig. 8.

A *Sigillata* clara africana domina a amostragem entre as “cerâmicas finas” romanas, 23 exemplares com uma clara prevalência entre os fabricos mais tardios D, (14 exemplares), em relação aos fabricos C, (2 exemplares) e os A, (7 exemplares), (Hayes, 1972) Fig. 9.

A *Sigillata* Clara A encontra-se representada por três bordos da forma Hayes 14/16, Q.M. 16, Q.M. 25, Q.M. 504, e por um fundo que atribuímos ainda que com algumas cautelas à forma Hayes 27, (Hayes, 1972). Estas importações norte africanas encontram-se bem datadas de meados do século II até à primeira metade do século III d.C. (Bonifay, 2004).

As produções de *Sigillata* Clara C, proveniente da Bizacena Central (centro da Tunísia), encontram-se representadas por um bocal Q.M. 32 e um fundo Q.M. 28 da forma Hayes 50 (Hayes, 1972). Tendo esta forma a cronologia centrada entre 230/40-325 d.C. (Viegas, 2011).

Como acima referimos a *Sigillata* Clara D, prevalece entre o conjunto da terra *Sigillata* de produção norte africana, este é um elemento cronológico relevante sobre o sítio e suas ocupações, tendo este tipo cerâmico uma cronologia bem definida entre o início do século IV até aos finais do VI ainda que com algumas formas, ausentes neste conjunto, mas que podem entrar pelo século VII d.C. (Bonifay, 2004). Encontram-se presentes as formas Hayes 61 A – atestadas por um bordo, Q.M. 12; a Hayes 58 – por dois bocais, Q.M. 20, Q.M. 13 e dois fundos, Q.M. 30 e 29, e a Hayes 67, – por dois bocais, Q.M. 21, Q.M. 22, com cronologias centradas entre os finais do século IV inícios do V d.C.

Nº	PRODUÇÃO	ORIGEM	TIPOLOGIA	PORÇÃO	CRONOLOGIA	Nº INV	
1	TSSG	La Graufesanque	Drag. 18	Bordo	15-120 d.C.	Q. Meca 15	
2						Q. Meca 23	
3			Drag. 27		15-110 d.C.	Q. Meca 17	
4			Drag. 18 (?)		I-II d.C.	Q. Meca 18	
5			Indet.			Parede	Q. Meca 63
6						Fundo	Q. Meca 18
7						Parede	Q. Meca 53
8	TSH	Andújar	Drag. 15/17			30-150 d.C.	Q. Meca 31
9	Sig. Clara A	Norte de África	Hayes 14/17	Bordo	Meados do século II - III d.C.	Q. Meca 16	
10						Q. Meca 25	
11						Q. Meca 504	
12			Hayes 27 ?	Fundo		Q. Meca 61	
13			Indet.	Parede		Q. Meca 505	
14						Q. Meca 506	
15						Q. Meca 507	

Nº	PRODUÇÃO	ORIGEM	TIPOLOGIA	PORÇÃO	CRONOLOGIA	Nº INV		
16	Sig. Clara C	Norte de África	Hayes 50	Bordo	III-inícios do IV d.C.	Q. Meca 32		
17				Fundo		Q. Meca 28		
18	Sig. Clara D		Hayes 61A	Bordo	IV-inícios do V d.C.	Q. Meca 12		
19			Hayes 58			Q. Meca 20		
20						Q. Meca 13		
21			Hayes 67		finais do IV-V d.C.	Q. Meca 22		
22						Q. Meca 21		
23			Sig. Clara D		Hayes 58	Fundo	IV-inícios do V d.C.	Q. Meca 29
24								Q. Meca 30
25					Q. Meca 60			
26					Q. Meca 56			
27					Q. Meca 501			
28					Indet.			Q. Meca 502
29								Q. Meca 55
30								Q. Meca 50
31								Q. Meca 48

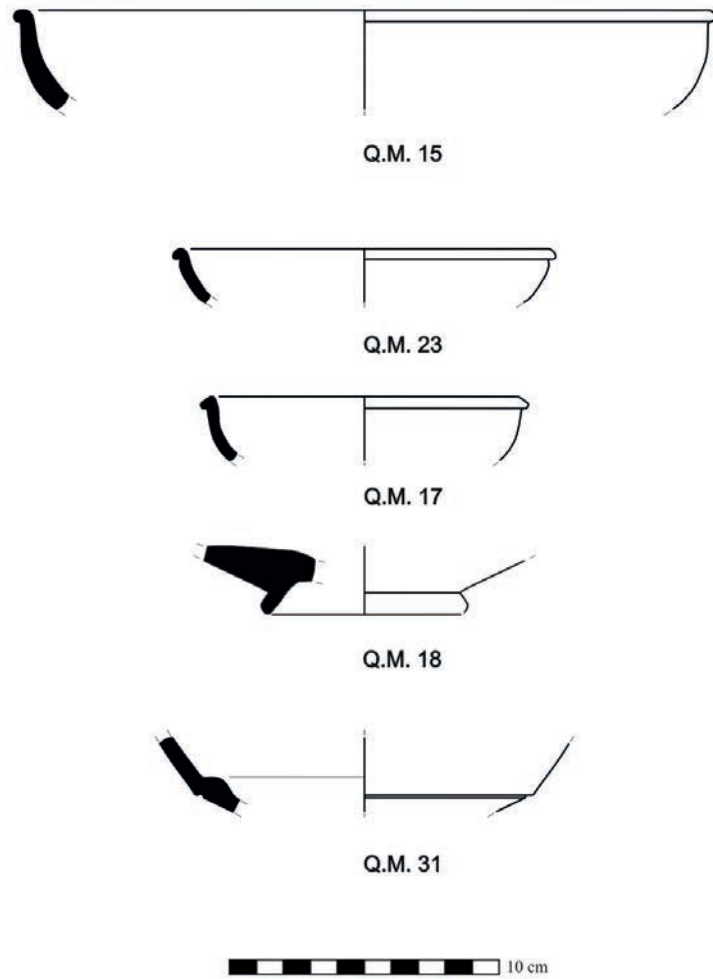
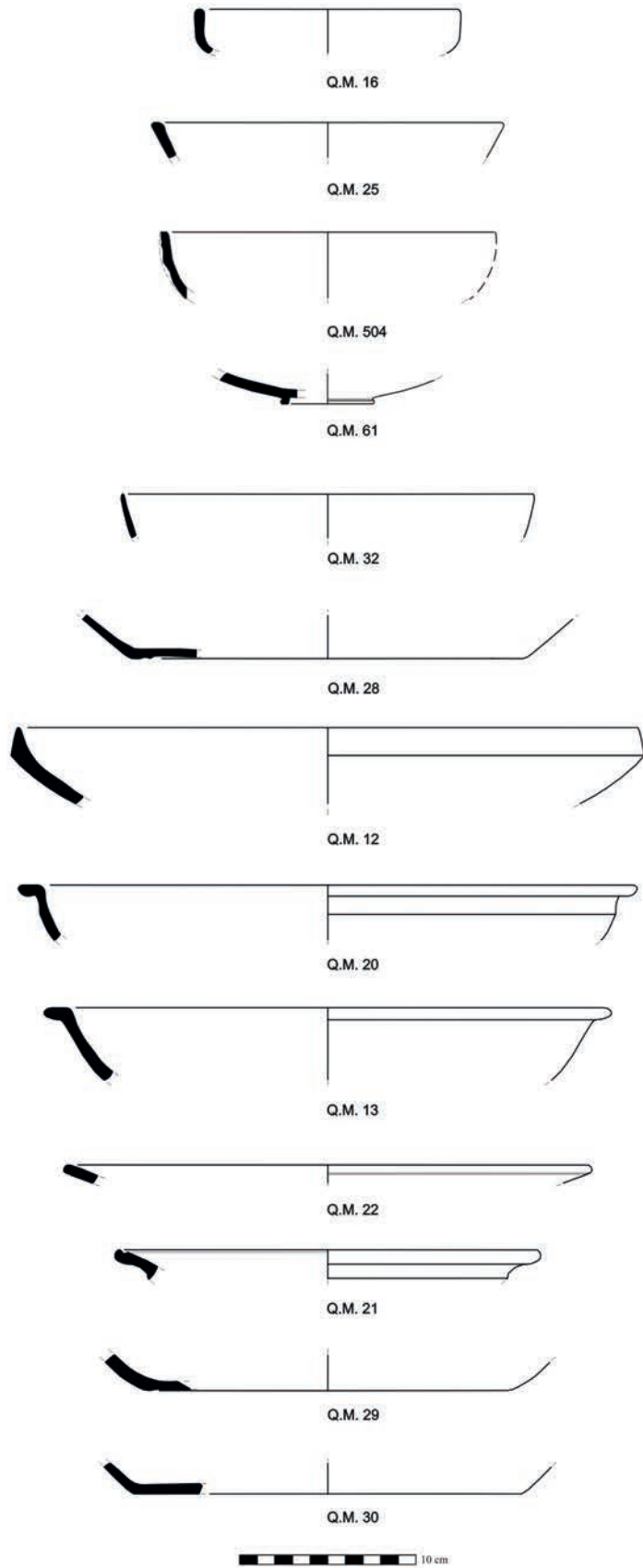


Figura 8
Fragmentos de *Terra Sigillata* do Sul da Gália e um exemplar Q.M. 31 de *Terra Sigillata* Hispânica.

Figura 9
Fragmentos de
sigillata clara africana.



3.2. Ânforas

Entre o conjunto de evidências materiais recolhidos em Quinta de Meca, os fragmentos de contentores cerâmicos destinados ao transporte e comercialização de produtos alimentares, encontra-se atestado por dezoito fragmentos de ânforas passíveis de ser classificáveis. Podemos desdobrar de forma genérica a amostragem em dois conjuntos distintos, os materiais alto-Imperiais, dez peças, e os restantes elementos que se integram já em época romana tardia.

O conjunto Alto Imperial é mais diversificado encontrando-se presentes importações oleícolas e piscícolas da vizinha província da *Baetica*, a par de contentores anfóricos de produção Lusitana, das olarias dos vales do Tejo/Sado.

Os contentores béticos estão representados por um bocal de ânfora Haltern 70 de produção do vale do Guadalquivir, Q. M. 7, ainda que reduzido à parte superior do lábio impedindo assim qualquer tentativa de atribuição cronológica com base nesse atributo (Carreras Monfort e Berni, 2016). Este tipo de ânfora era destinado ao transporte de derivados de vinho e produtos de conserva como azeitonas, tendo como principal destino os contingentes militares que se encontravam no Noroeste da Península Ibérica, bem como nos acampamentos da fronteira da Germânia, (Almeida, 2008). A difusão desta forma encontra-se bem atestada no vale do Tejo, tendo o estudo dos dados provenientes das escavações na antiga Alcáçova de Santarém demonstrado que o auge das importações de Haltern 70 se localize na primeira metade do séc. I d.C., (Almeida, 2008). No vizinho sítio de Monte dos Castelinhos, esta ânfora encontra-se bem documentada deste o último quartel do século I a.C. e em particular nos contextos de Augusto a Tibério (Pimenta e Mendes, 2018). De proveniência bética do vale do Guadalquivir surge um fragmento de colo com arranque de asa de ânfora Dressel 20, Q.M. 9, infelizmente sem a parte superior do bordo, o que nos impede uma atribuição cronológica mais precisa (Berni e Garcia Vargas, 2016). Este característico tipo de ânfora foi o contentor por excelência de exportação do azeite bético para os diferentes pontos do império entre o principado de Tibério e o terceiro quartel do século III d.C. (Berni e Garcia Vargas, 2016). A sua distribuição no território português permite algumas leituras interessantes nas dinâmicas de abastecimento, (Fabião, 1993-94), inserindo-se o presente sítio da Quinta de Meca em uma lógica de ambiente rural do tipo *Villa*, como os exemplos dos vizinhos sítios de Povos (Banha, 1992) ou de Sub-Serra (Batalha et Al, 2009). Em Monte dos Castelinhos a tradição de importação de contentores oleícolas do Guadalquivir é já antiga e remonta a finais da primeira metade do século I a.C. (Pimenta, 2015). Por último entre os contentores importados da *Baetica*, temos um bocal com fabrico da área costeira da província em concreto da baía Gaditana, Q. M. 3, que identificamos dentro da família das ânforas piscícolas Dressel 7/11, em concreto classificamos a peça em questão, ainda que com algumas hesitações, como da forma Dressel 11. Estamos conscientes que este modelo formal é normalmente conotado como uma forma de transição entre as Dressel 10 e as Beltrán IIB, (Garcia Vargas et Al., 2016), contudo a forma do lábio leva-nos a optar por esta classificação. As ânforas Dressel 11, apresentam a cronologia mais tardia dentro dos modelos da família das Dressel 7/11, com cronologias entre meados do século I d.C. e princípios do século II d.C. (Arruda, Viegas e Bargão, 2005).

Na fase alto-Imperial os contentores produzidos nas olarias dos vales do Tejo/Sado destinados ao transporte e comercialização dos preparados piscícolas Lusitanos, encontram-se bem representados por quatro bocais e duas asas da forma Dressel 14, e por um

fragmento de bordo de mais problemático enquadramento tipológico. Começando por este último, Q.M. 3, este invulgar exemplar encontra um bom paralelo num exemplar recolhido em Tróia, num contexto Tiberiano (Almeida, Burm, Magalhães, Pinto, 2016 p.176, fig. 4, n.º 2). Tendo em conta, a sua morfologia, os autores classificam o exemplar de Tróia, como da forma Dressel 7/11 de produção Lusitana. Classificação essa que mantemos para o exemplar em análise. Os restantes fragmentos de bocal que atribuímos a esta fase inserem-se, como referimos, na forma Dressel 14, podendo ser englobados nas suas variantes A – exemplar Q.M. 2, variante B - exemplar Q.M. 4 e Q.M. 5, e variante C – exemplar Q.M. 509 (Fabião, 2004; Raposo e Viegas, 2016).

O conjunto do baixo-império é menos representativo, sendo constituído por quatro fragmentos de bocal e duas asas de ânforas de preparados piscícolas Lusitanas da forma Almagro 51C, e um fragmento com arranque de asa e uma parede possivelmente de um mesmo contentor de difícil classificação, mas que atribuímos, face à sua análise macroscópica, a uma ânfora de proveniência no mediterrâneo oriental do tipo Late Roman Amphorae 5 (LRA 5) de produção na faixa da Palestina.

As ânforas Almagro 51C correspondem a um contentor de menor dimensão e capacidade do que a sua antecessora Dressel 14, mas com um enorme sucesso, dominando a produção das olarias Lusitanas, durante o Baixo-império, encontrando-se a sua produção datada entre os séculos III e V d.C., podendo mesmo entrar ainda pelo século VI d.C. (Viegas, Raposo e Pinto, 2016).

Os contentores designados LRA 5 correspondem a uma morfologia globular de bordo vertical e base arredondada, destinados ao transporte de Azeite e do afamado vinho da Palestina (Remolà Vallverdú, 2013). A sua presença encontra-se bem documentada em níveis da segunda metade do século V d.C. em Marselha e em *Tarraco* em contextos do século VI d.C. (Remolà Vallverdú, 2000). A presença de um exemplar de ânfora Oriental do tipo LRA 5 em Quinta de Meca é um dado relevante e inesperado, tendo presente que importações orientais de época tão tardia são raras.

O aumento da importação de ânforas de produção no mediterrâneo oriental é um fenómeno comum em diversas cidades portuárias do ocidente a partir de meados do século V d.C. (Remolà Vallverdú, 2000). Chegando a par de outros produtos com a mesma proveniência, por exemplo as cerâmicas finas do tipo Late Roman C, que se deverão integrar nas mesmas rotas comerciais (Morais, 2005). Apesar de aparentemente a sua distribuição no território actual português se encontrar escassamente atestada, esta leitura poderá ser enganadora, sendo mais o resultado do desinteresse pelo estudo dos contextos da antiguidade tardia e da facilidade com que se colocam de lado materiais de difícil classificação (Pimenta e Fabião, no prelo). Prova desse facto, é que recentemente estes contentores têm começado a ser identificados, no âmbito de estudos monográfico e de revisão de materiais antigos desde de Braga ao Algarve (Morais, 2005, Silva e De Man, 2012, Almeida et Al., 2014).

Nº	PRODUÇÃO	ORIGEM	TIPOLOGIA	PORÇÃO	CRONOLOGIA		
1	Bético/ Guadalquivir	Haltern 70	Fragmento de bordo	Séc. I a.C./I d.C.	Q. Meca 7		
2		Dressel 20	Fragmento de asa	Séc. I-II d.C.	Q. Meca 9		
3	Bético/Costa	Dressel 11		Séc. I a inícios do III d.C.	Q. Meca 3		
4	Lusitânia - Tejo/Sado	Dressel 14	Fragmento de bordo	Séc. I-II d.C.	Q. Meca 1		
5					Q. Meca 5		
6					Q. Meca 2		
7					Q. Meca 4		
8					Q. Meca 509		
9					Q. Meca 10		
10			Fragmento de Asa		Q. Meca 508		
11			Almagro 51C		Fragmento de bordo	Séc. III-V d.C.	Q. Meca 8
12							Q. Meca 510
13							Q. Meca 511
14	Q. Meca 6						
15	Fragmento de Asa	Q. Meca 512					
16	Q. Meca 513						

Nº	PRODUÇÃO	ORIGEM	TIPOLOGIA	PORÇÃO	CRONOLOGIA
17	Oriente	LRA 5	Fragmento de Asa	Séc. V/VI d.C.	Q. Meca 514
18			Fragmento de Bojo		Q. Meca 515

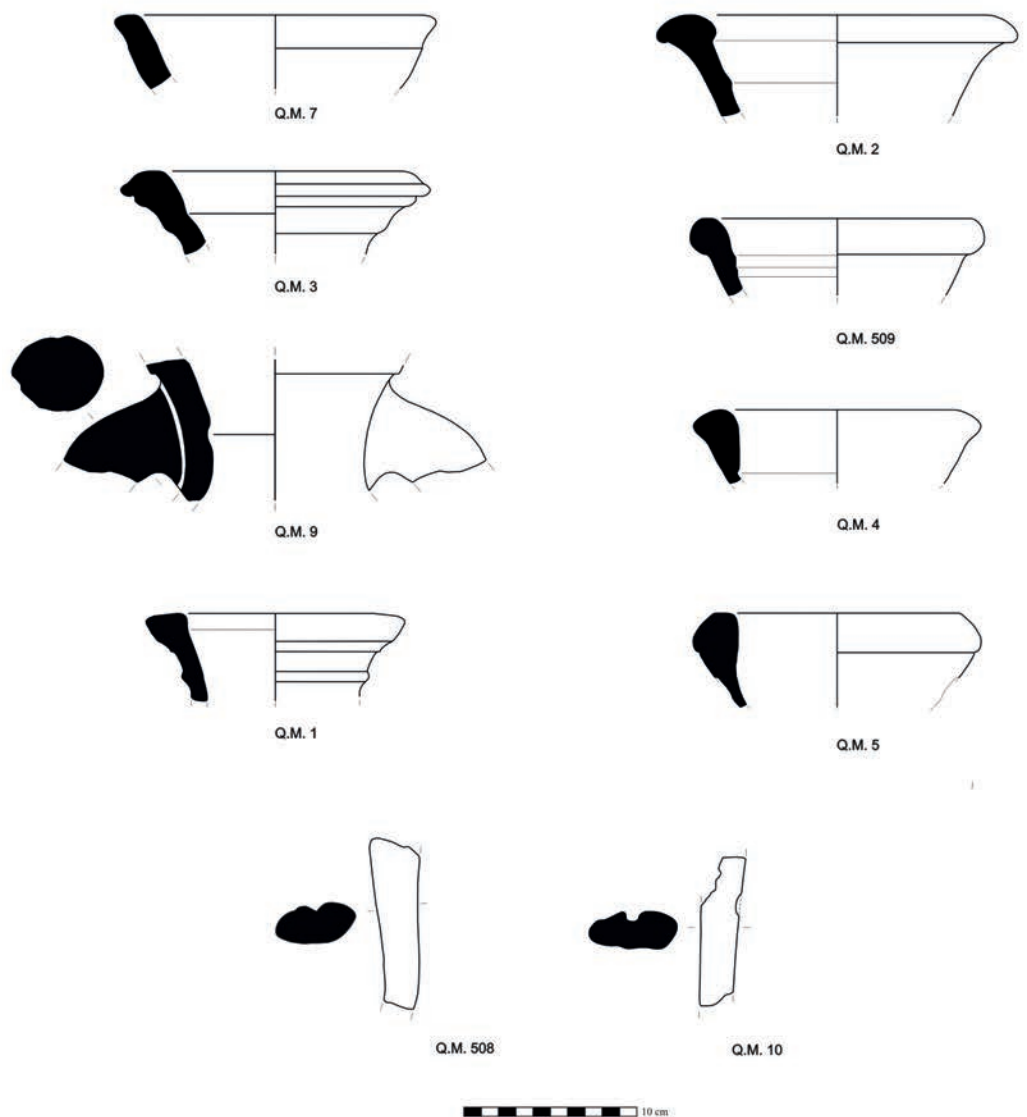
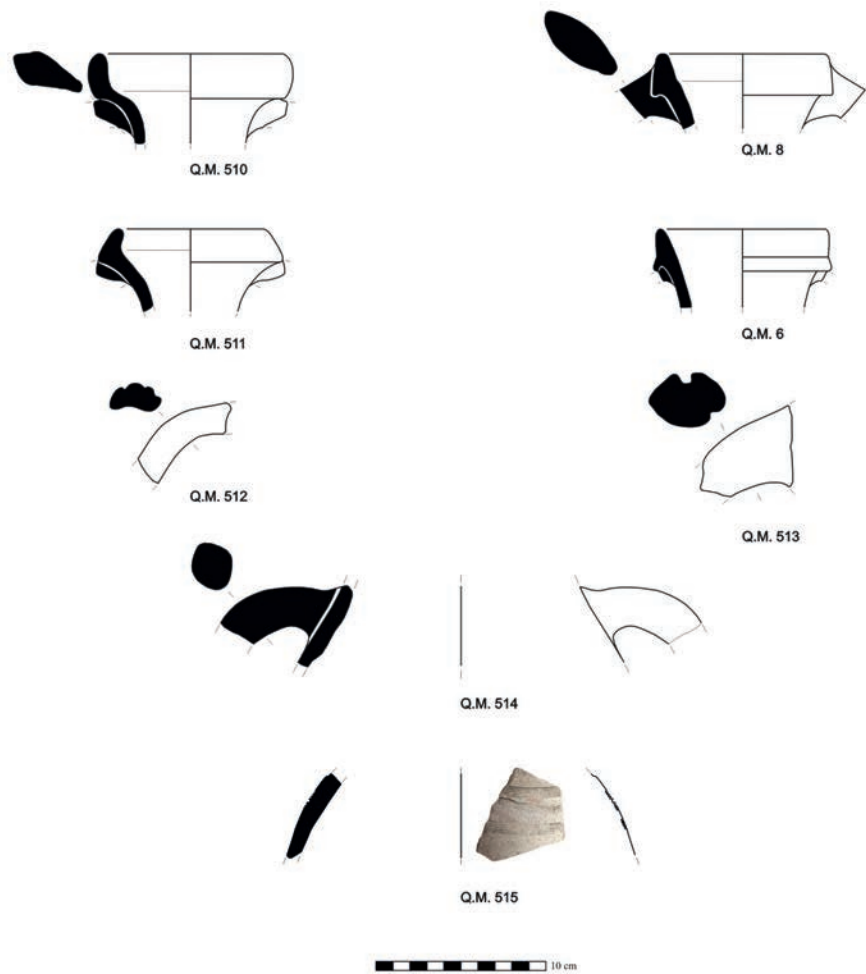


Figura 10
Fragmentos de
ânforas romanas
importadas e de
produção Lusitana.

Figura 11
Fragmentos de
ânforas romanas de
produção Lusitana e
dois exemplares de
provável importação
oriental Q.M. 514 e
Q.M. 515



5.3. Cerâmica Comum

Como em qualquer sítio coetâneo as cerâmicas de utilização quotidianas, ditas comuns são o grupo mais numeroso. Este grupo é extremamente diversificado refletindo uma diversidade de proveniências e de morfologias. A sua presença pautava o quotidiano e encontra-se ligada a práticas de higiene, preparação e confeção de alimentos, armazenamento e transporte. O seu estudo permite vislumbrar a cultura, hábitos e tradições das populações locais (Pinto, 2003).

Apesar de globalmente, o conjunto das cerâmicas comuns, encontrar-se dominado por produções de cariz regional ou local. Algumas das peças são importadas. Entre a amostragem em análise, destaca-se três peças, que face à análise dos seus fabricos e à sua morfologia característica, permitem algumas considerações.

Trata-se de um bordo de tijela e duas asas de bilha evidenciando uma pasta clara calcária atribuíveis a uma produção bética, tendo em conta a sua similitude com as pastas das ânforas com a mesma proveniência (Pinto e Morais, 2007). A peça Q.M. 524 (fig. 14) corresponde a um bocal de tigela. Esta forma encontra-se presente em contextos do período romano republicano até ao período de Tibério (Pinto e Morais, 2007, p. 241). No vizinho sítio de Monte dos Castelinhos estas tigelas encontram-se particularmente bem representadas. As restantes peças, Q.M. 525 e 526 (fig. 14), correspondem a asas verticais,

possivelmente de bilhas.

Como referimos o restante conjunto é dominado por peças cujo fabrico evidencia uma proveniência local ou regional no baixo Tejo, que individualizámos em três grupos, na sequência do recente trabalho de estudo das cerâmicas comuns da *Villa* romana de Povos (Grilo e Santos, 2016-2017, p. 89):

Grupo 1 – Caracteriza-se por pastas de matriz não-calcária de cor castanho alaranjado com textura variável, variando entre o castanho avermelhado (Muns.2.5YR 6/6) e o castanho (Muns. 5YR 6/4). A dureza é frequentemente branda. Os elementos não plásticos são abundantes e compostos por quartzos subarredondados, palhetas de moscovite, elementos ferruginosos, elementos de cerâmica moída.

Grupo 2 – Pastas de matriz caulínica de cor bege ou branca (Muns.7.5YR 8/1), com uma textura fina. A dureza é geralmente branda. Os elementos plásticos são escassos e bem distribuídos, constituídos por quartzos subarredondados de dimensão variável e de frequência média a reduzida, palhetas de moscovite pequenas e elementos rochosos angulosos ou subarredondados de coloração avermelhada de dimensão muito pequena.

Grupo 3 – Pastas que eventualmente misturam as matrizes não-calcária e caulínica (Grupos 1 e 2). A coloração centra-se nas gamas dos rosados, bege rosado a rosa avermelhado (Muns. 7.5YR 7/4). A textura varia entre a fina e a média e dureza entre branda e muito dura. Os elementos não plásticos são compostos por quartzos subarredondados de dimensão variável, palhetas de moscovite pequenas com uma presença média e nódulos avermelhados que podem corresponder a minerais ferruginosos ou cerâmica triturada, com uma frequência geralmente reduzida.

O princípio metodológico seguido para a análise do conjunto de cerâmica comum de produção local/regional, tem como base o estudo tipológico de cariz monográfico em torno de um dos centros oleiros conhecidos do Baixo Tejo, a olaria romana da Quinta do Rouxinol, (Santos, 2011).

O grupo dos pratos encontra-se bem representado: o exemplar Q.M. 518 (fig. 12) enquadra-se no Tipo 1.2.3.3. da olaria da Quinta do Rouxinol, onde surge em contextos da segunda metade do século IV, inícios do século V d.C. (Santos, 2011, p. 59). O fragmento Q.M. 523 (fig. 12) enquadra-se no Tipo 1.1.3.2. presente tanto nos contextos tardios, século IV/V d.C. como em níveis do século II/III d.C. (Santos, 2011, p. 54). Esta característica morfológica encontra-se igualmente presente em São Cucufate, em todos os horizontes (Pinto, 2003, p. 191), assim como no Alto da Cidreira (Nolen, 1988, p. 133) e mais perto na *Villa* de Povos (Grilo e Santos, 2016-2017, p. 92). Os restantes fragmentos de pratos, Q.M. 518 e Q.M. 519 (fig. 12), são de mais difícil atribuição dentro da tipologia que temos vindo a seguir.

O fragmento de almofariz Q.M. 517 (fig. 12) identifica bons paralelos com o Tipo 1.5.1.1, encontrando-se presente em contextos da segunda metade do século IV e inícios do V d.C. na olaria da Quinta do Rouxinol (Santos, 2011, p. 70). Este tipo de Almofariz está igualmente presente em contextos de época tardia em São Cucufate (Pinto, 2003, p. 269) e em Conímbriga (Alarcão, 1975, p. 115).

O alguidar Q.M. 520 (fig. 12) tem bons paralelos com o Tipo 1.6.4.3 da Tipologia que temos vindo a seguir encontrando-se aí presente em contextos a segunda metade do século IV e inícios do V d.C. (Santos, 2011, p. 73).

Recolheu-se em Quinta de Meca dois fragmentos de bocal de tigela de bordo voltado para o exterior com aba escalonada, exemplares Q.M. 521 e Q.M. 522 (fig. 12), que se podem identificar com o Tipo 1.3.4.9 da olaria de Quinta do Rouxinol (Santos, 2011, p.

66). Tratam-se de peças que surgem em níveis de época tardia na olaria do Seixal. Esta morfologia parece inspirar-se no modelo norte Africano Hayes 67, forma que se encontra datada entre 360 a 470 d.C. (Santos, 2011, p. 66). Ainda no campo das tigelas, identifica-se na presente amostragem um exemplar desta forma de bordo direito boleado com parede carenada Q.M. 527 (fig. 14) que se identifica com o Tipo 1.3.2.2 da tipologia da olaria Seixalense (Santos, 2011, p. 61). Surgindo aí em contextos centrados entre a segunda metade do século III a inícios do V d.C. (Santos, 2011, p. 61).

Os recipientes de ir ao lume designados como tachos são uma das formas mais comuns nos contextos de época romana. Na Quinta de Meca, encontram-se representados por quatro fragmentos de bocal, Q.M. 546, Q.M. 547, Q.M. 548 e Q.M. 549, (fig. 14). A morfologia aqui atestada pode integrar-se no Tipo 2.1.4.3 da olaria da Quinta do Rouxinol (Santos, 2011, p. 77), onde evidencia uma cronologia do Baixo-Império. Formas idênticas encontram-se bem documentadas no vale do Sado, na olaria do Pinheiro (Mayer e Silva, 2009, p. 90), assim como no vale do Tejo na *Villa* de Alto da Cidreira (Nolen, 1988, Est. V), *Villa* de Freiria (Cardoso, 2015, p. 418) e em Povos (Grilo e Santos, 2016-2017).

No presente conjunto, o grupo dos potes/panelas são uma das formas mais comuns representada encontrando-se atestados por quinze exemplares, correspondendo a um número mínimo de treze indivíduos. O exemplar Q.M. 529 (fig. 14) corresponde a um exemplar bem preservado mas de difícil enquadramento entre o conjunto da olaria da quinta do Rouxinol, este tem bons paralelos entre o conjunto da cerâmica comum do sítio de Povos (Grilo e Santos, 2016-2017, Fig. 7). Os exemplares Q.M. 530, Q.M. 531, Q.M. 532, (fig. 14) inserem-se no Tipo 2.2.4.1 é uma das formas mais representadas na olaria da Quinta do Rouxinol com cronologias entre o século II e o V d.C. (Santos, 2011, p.77). Encontrando-se esta forma bem atestada quer nas necrópoles do Alto Alentejo (Nolen, 1985, Est. XLII), na *Villa* de São Cucufate (Pinto, 2003, p. 348), na *Villa* Romana do alto da Cidreira (Nolen, 1988, p. 100), na *Villa* de Freiria (Cardoso, 2015, p. 415), no núcleo arqueológico da Rua dos Correeiros em Lisboa (Amaro, Bugalhão e Sabrosa, 1996, p. 214), na olaria do Porto dos Cacos, (Raposo e Duarte, 1996, p. 265) e na *Villa* de Povos (Grilo e Santos, 2016-2017, p. 100). As peças Q.M. 533 e Q.M. 534 (fig. 14) evidenciam bordo vertical boleado, colo curto e corpo de tendência globular, e encontram-se bem documentadas em contextos do século I d.C. Potes/panelas com esta morfologia encontram-se bem atestados no contexto alto-imperial da Rua dos Remédios, em Lisboa (Silva, 2015), no contexto [9033] da Praça da Figueira, Lisboa (Silva, Nozes e Miranda, 2015), e na necrópole da Rua dos Correeiros (Bugalhão, Arruda e Sousa, 2013). Um exemplar completo desta forma encontra-se atestado nos níveis alto Imperiais da *Villa* de Povos, Tipo aí identificado como 2.2.6.1. (Grilo e Santos, 2016-2017, p. 100). Os bocais Q.M. 535 e Q.M. 536 (fig. 14) apresentam lábio apontado ou arredondado mais ou menos vertical que possivelmente enquadria uma tampa, correspondem ao Tipo 2.2.4.4 da cerâmica comum da *Villa* de Povos (Grilo e Santos, 2016-2017, p. 101). Na estratigrafia deste sítio arqueológico esta peça surge em níveis da fase II, encontrando-se igualmente atestada nos contextos olisiponenses de época Cláudio-Neroniana (Silva, 2015, fig. 7, n.º 124, 148, 425) e no baixo Tejo, na olaria do Porto do Sabugueiro (Cardoso e Rodrigues, 1996). Os restantes exemplares Q.M. 537, Q.M. 538, Q.M. 539 e Q.M. 540 representados na figura 14 e as peças Q.M. 550, Q.M. 551 e Q.M. 552 da figura 13 que se apresentam são de mais difícil enquadramento cronológico, ainda que peças idênticas surgem em contextos romanos do vale do Tejo. Por último temos de sublinhar a recolha de um exemplar de pote/panela, Q.M. 553 (fig. 13), que se apresenta deformada e que parece corresponder

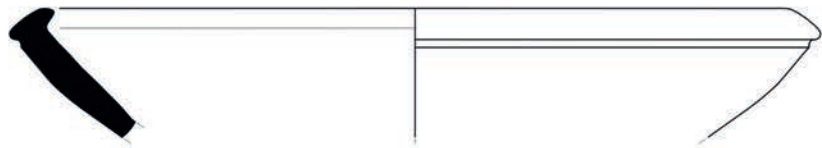
a um falho de cozedura. Poderemos aqui ter um vestígio documental de uma eventual produção de cerâmica comum no sítio de Quinta de Meca. A produção cerâmica na área do Vale do rio Grande da Pipa, encontra-se bem atestada com a presença de fornos de cronologia romana destinados à produção oleira quer a norte (forno da Quinta de Santo António – Sabrosa et al. 2012) quer a jusante da estação em análise (forno da Quinta da Granja – Sabrosa et al. 2012 e forno da Pipa – Pinto, 2012).

A categoria dos potinhos, encontra-se escassamente atestada, individualizando-se porém dois fundos, Q.M. 544 e Q.M. 545 e um fragmento de bojo com arranque de asa Q.M. 543 (fig. 14), que inserimos nesta forma ainda que não seja fácil a sua inserção cronológica. Os recipientes destinados ao transporte e serviço de líquidos encontram-se igualmente pouco representados tendo apenas sido possível identificar um bocal com arranque de asa Q.M. 541 (fig. 14) e três asas que podem ser interpretadas como de jarros ou bilhas Q.M. 542, Q.M. 554 e Q.M. 555 (fig. 14). A forma mais abundante na presente amostragem é a dos *Dolia*, estes grandes recipientes cerâmicos destinavam-se ao armazenamento de produtos alimentares, ainda que, seja igualmente licito associá-los a contextos de uso oficial. A sua cronologia é difícil de aferir visto a longa duração destes contentores perdurando ao longo de todo o período romano (Alarcão, 1975). Em Quinta de Meca, recolheram-se catorze fragmentos de bocais dos quais apresentamos graficamente sete exemplares na figura 15, que podem englobar-se na variante de bordo contracurvado e um (Q.M.567, figura 16) da variante de bordo voltado para o exterior e que encontra paralelos bem datados em Conímbriga, onde *Dolia* similares surgem em níveis do século V d.C. (Alarcão, 1975, p. 71-73, est. XIV-XV). Assim como dois fragmentos decorados, um com linhas zigzagueantes que poderiam eventualmente ter um cariz epigráfico ainda que não seja claro a leitura, talvez um E e um N – EN, (Q.M. 563, fig. 16), e um com duas linhas paralelas que parecem aplicadas por marcas de corda na argila ainda fresca, (Q.M. 564, fig. 16). Por último encontram-se bem atestadas as Tampas (fig. 18). As tampas são acessórios usados para cobrir os recipientes, como os tachos das panelas, por norma têm a forma de um prato ou de uma tigela invertida bem como, uma pega (Santos, 2011, p.50). As formas de tampa aqui detetadas encontram paralelos no Tipo 4.1.1 da Quinta do Rouxinol, com uma cronologia dos finais do século II à segunda metade do IV d.C. (Santos, 2011, p. 102).

N.º	Fabrico	Tipologia	Descrição	Cronologia	N.º Inv		
1	Bético	Tijela	Bordo	Séc. I a.C. a I d.C.	Q. Meca 524		
2		Bilha	Asa		Q. Meca 525		
3					Q. Meca 526		
4	Regional - Grupo 1	Prato	Bordo	?	Q. Meca 518		
5					Q. Meca 519		
6					Séc. II-V d.C.	Q. Meca 523	
7		Almofariz		Séc. IV-V d.C.	Q. Meca 518		
8					Q. Meca 517		
9					Q. Meca 520		
10		Alguidar		Q. Meca 521			
11				Tijela	Q. Meca 522		
12				Tacho	Q. Meca 527		
13		Séc. III-V d.C.			Q. Meca 546		
14					Q. Meca 547		
15					Q. Meca 548		
16				Q. Meca 549			
17		Regional - Grupo 3		Pote/panela	Séc. II-V d.C.	Q. Meca 550	
18					Q. Meca 551		
19					Bojo	?	Q. Meca 552
20					Bordo	?	Q. Meca 528
21						Séc. II-V d.C.	Q. Meca 529
22							Q. Meca 530
23							Q. Meca 531
24					Q. Meca 532		
25					Regional - Grupo 1	Pote/panela	Séc. I d.C.
26	Q. Meca 534						
27	Regional - Grupo 1	Pote/panela	Séc. I-II d.C.	Q. Meca 535			
28				Q. Meca 536			
29			?	Q. Meca 537			
30				Q. Meca 538			
31				Q. Meca 539			
32				Q. Meca 540			
33			Bordo deformado	Q. Meca 553			
34			Jarro/Bilha	Bordo	Q. Meca 541		
35		Asa	Q. Meca 542				

N.º	Fabrico	Tipologia	Descrição	Cronologia	N.º Inv	
36	Regional - Grupo 3	Potinho	Bojo e asa	?	Q. Meca 543	
37	Regional - Grupo 2		Fundo		Q. Meca 544	
38	Regional - Grupo 1				Q. Meca 545	
39	Regional - Grupo 2	Jarro/Bilha	Asa		Q. Meca 555	
40					Q. Meca 554	
41	Regional - Grupo 1	<i>Dolium</i>	Bordo	Séc. I-V d.C.	Q. Meca 556	
42					Q. Meca 557	
43					Q. Meca 558	
44					Q. Meca 559	
45					Q. Meca 560	
46					Q. Meca 561	
47					Q. Meca 562	
48					Q. Meca 567	
49					Bojo decorado	Q. Meca 563
50						Q. Meca 564
51					Fundo	Q. Meca 565
52						Q. Meca 566
53		Q. Meca 574				
54		Tampa	Bordo	Séc. II-IV d.C.	Q. Meca 568	
55					Q. Meca 569	
56					Q. Meca 570	
57					Q. Meca 571	
58					Q. Meca 572	
59					Q. Meca 573	

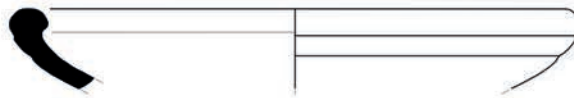
Figura 12
 Cerâmica comum romana: Pratos,
 Almofarizes, tijelas e
 alguidares.



Q.M. 516



Q.M. 517



Q.M. 518



Q.M. 519



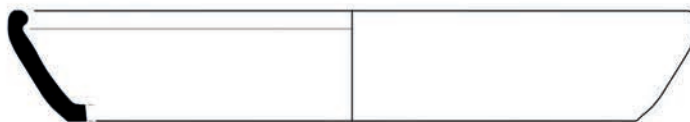
Q.M. 520



Q.M. 521



Q.M. 522



Q.M. 523



Figura 13
Cerâmica comum romana: Tachos, Potes/panelas.

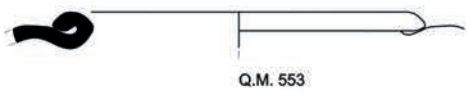
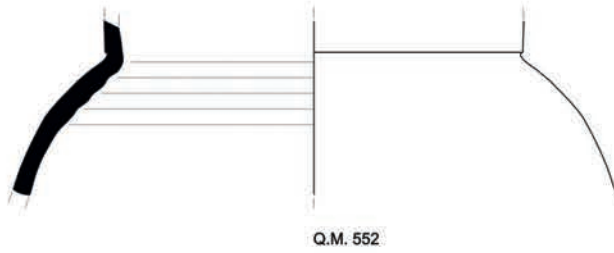
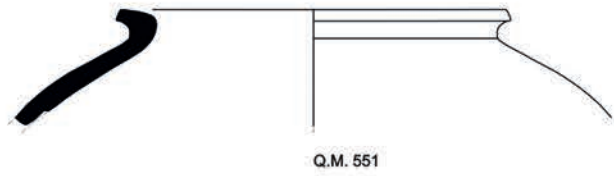
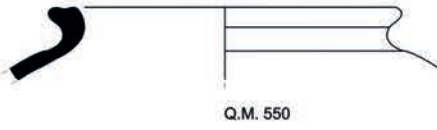
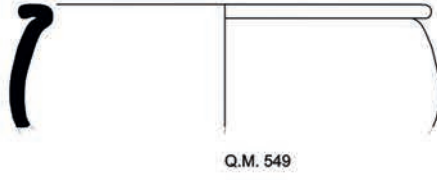
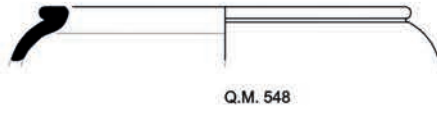
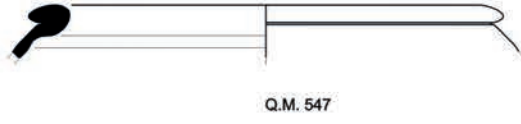
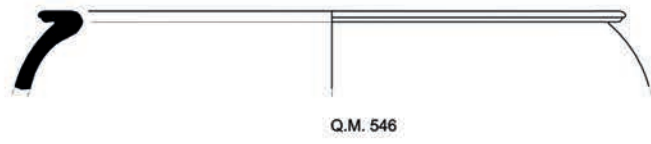


Figura 14

Cerâmica comum romana: Potes/panelas, potinhos, jarro/bilha e tijelas.

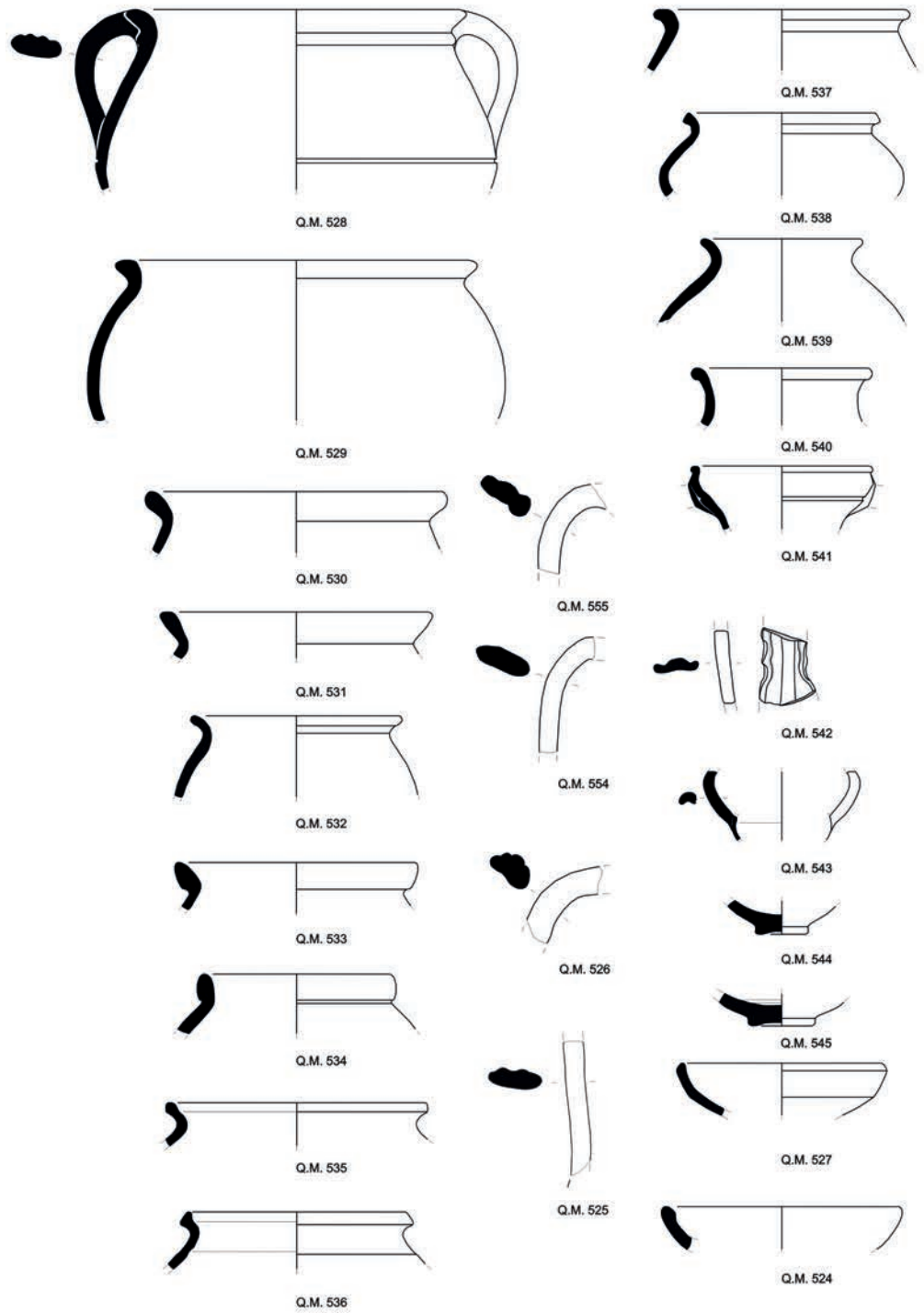
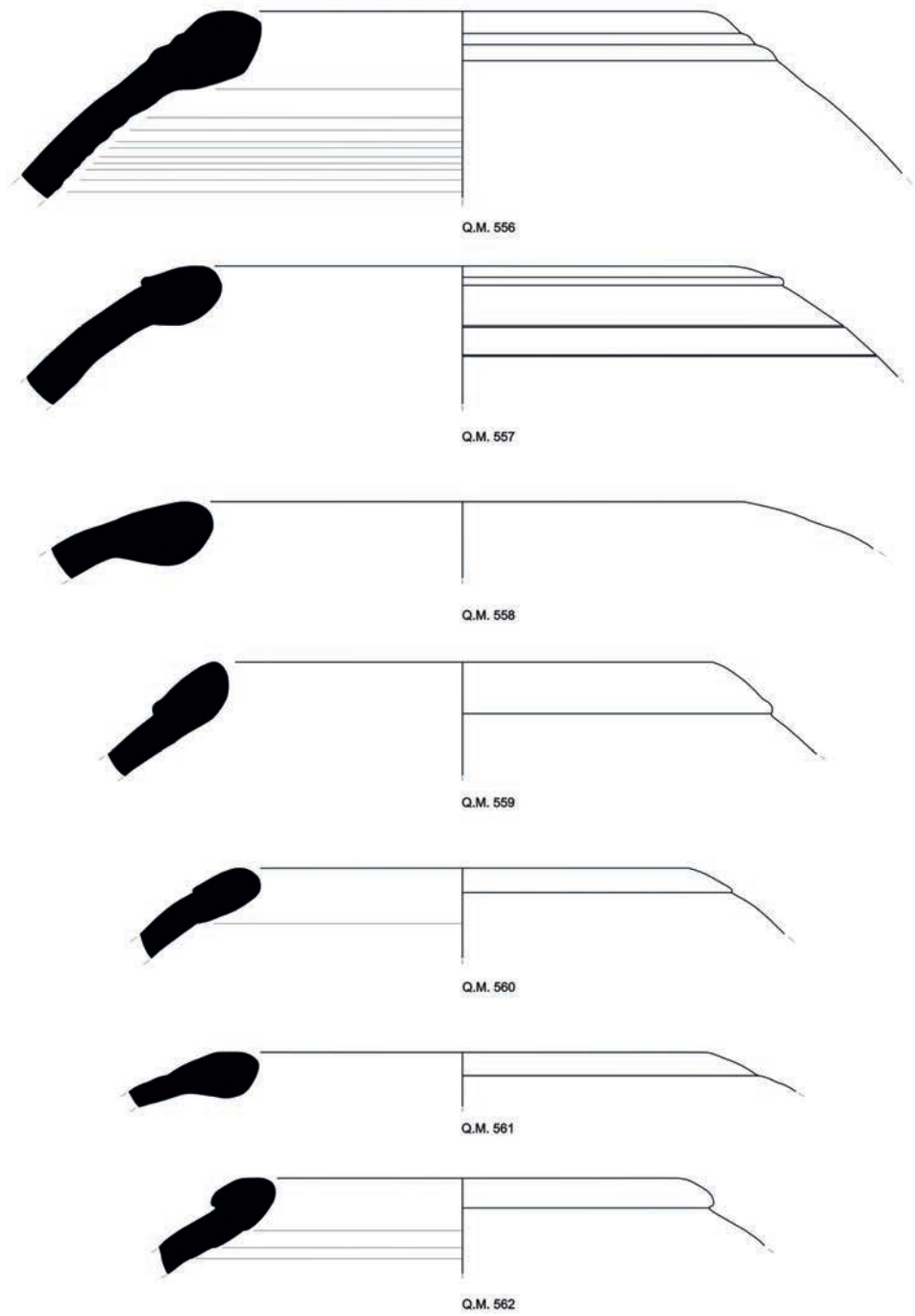


Figura 15
Cerâmica comum romana: *Dolia*.



10 cm

Figura 16
Cerâmica comum romana: *Dolia*.

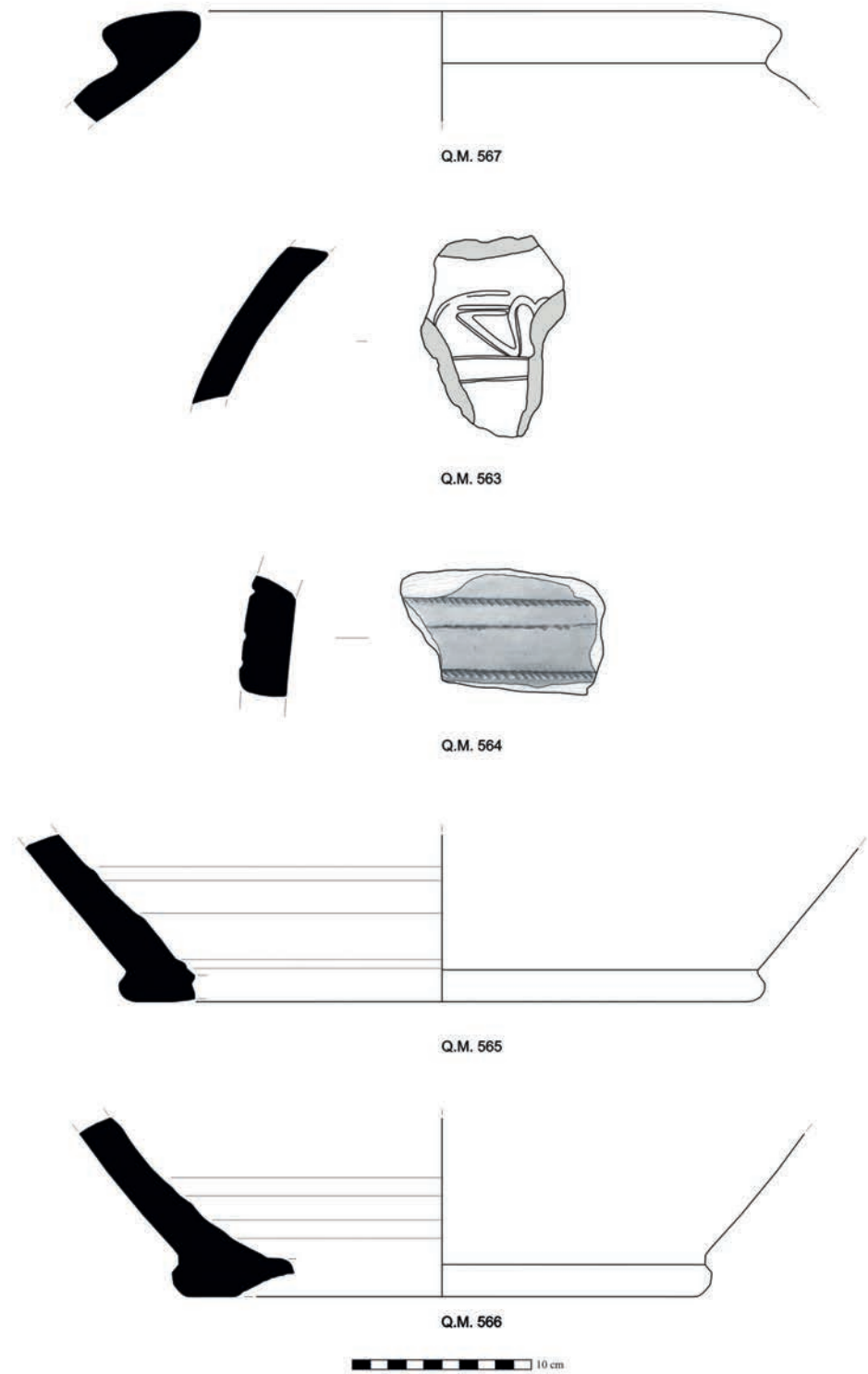
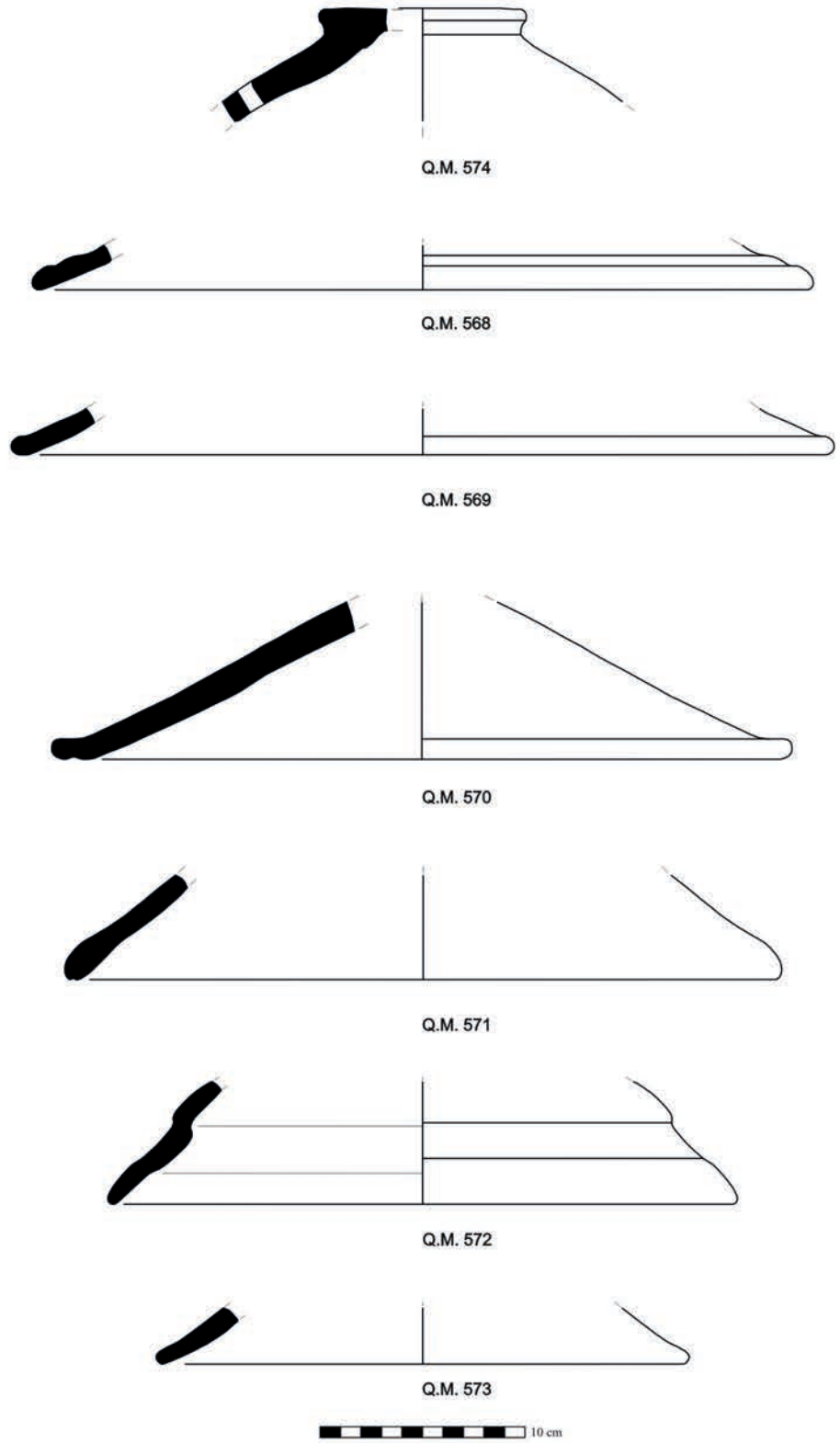


Figura 17
Cerâmica comum romana: Tampas.



5.4. Metais

No conjunto de materiais recolhidos em Quinta de Meca, preserva-se ainda um conjunto de metais, constituído por quatro pregos em ferro, Q.M. 576, Q.M. 577, Q.M. 578 e Q.M. 579 (fig. 18). E por uma cavilha com terminal em gancho de mais difícil enquadramento funcional Q.M. 575 (fig. 18).

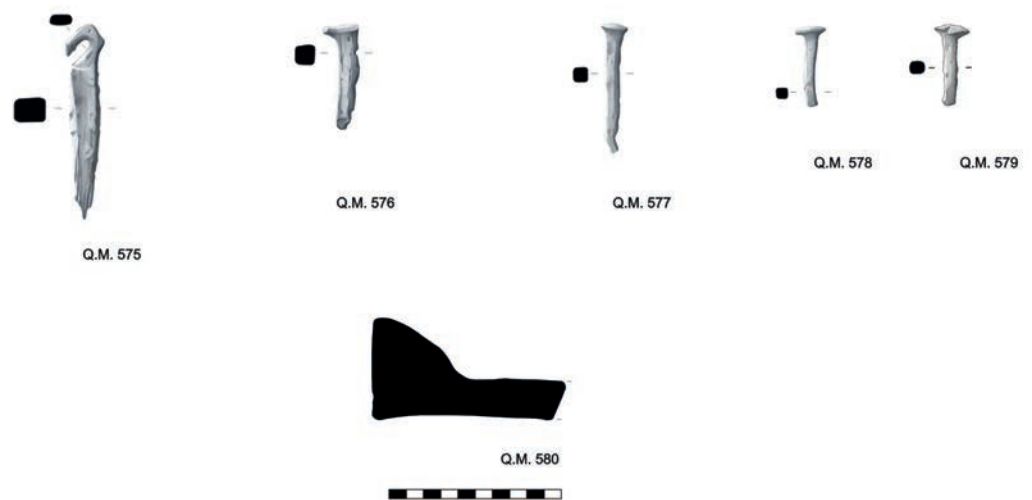


Figura 18
Metais e uma tégula.

5.5. Material de Construção

A par das cerâmicas importadas e de utilização no quotidiano de quem aqui viveu, surgem alguns materiais de construção que nos remetem para as edificações aqui existentes e que só podemos vislumbrar, almejando que um dia escavações arqueológicas as revelem. Surgem dispersos pela área diversos fragmentos de cerâmicas de cobertura quer de meia cana, as *imbrices* romanas, quer as amplas telhas planas de rebordo, as *tegulae*, que compunham as perenes coberturas usuais na arquitetura romana. Destas apresentamos o desenho de um exemplar, Q.M. 580, (fig. 18).

Como acima descrevemos, surgem igualmente dispersos pela área vestígios de argamassa romana indicadores quer de estruturas quer de revestimentos impermeabilizantes que nos remetem para a hipotética presença de tanques de estruturas oficinais, possivelmente de cariz agrícola, quer para eventuais estruturas mais complexas de cariz termal... Destes característicos revestimentos recolheu-se um pequeno mas bem preservado fragmentos de *opus signinum*, figura 20.

Resta referir um diminuto, mas ainda assim significativo fragmento de uma placa de mármore branco, possivelmente destinado a revestimento de um pavimento ou de uma parede e que nos remete para edificações de cariz mais sumptuoso do tipo *Villa*.

Figura 19
Fragmentos de
mármore. Fotografia
de Henrique Mendes.



Figura 20
Fragmentos de *opus
signinum*. Fotografia
de Henrique Mendes.



6. Outros dados a ter em conta sobre o local da Quinta de Meca

Ao abordar os vestígios de ocupação romana no sítio de Quinta de Meca é incontornável a referência a um conjunto de evidências romanas situadas nas suas imediações. Antes de mais, o contacto direto e visual com o sítio de Monte dos Castelinhos com o qual conviveu. Tendo em conta a dimensão da ocupação romana do planalto é de supor que Quinta de Meca estaria em dependência e clara articulação deste (Pimenta e Mendes 2012, 2014 e 2018). Por outro lado na vizinha povoação de Cadafais no adro da igreja encontra-se desde há muito um conjunto de elementos arquitetónicos e epigráficos romanos que remetem para a presença de um importante povoamento no vale do rio Grande da Pipa. Qual a sua origem não é de todo fácil de aferir, visto que parece que foram reunidos em torno do espaço sacro da Igreja não tendo necessariamente que ser provenientes deste local. Tendo em conta a dimensão quer das ombreiras quer do lintel em lioz rosa da zona de Sintra, que se preserva na escadaria de acesso á Igreja, (e que devem corresponder a elementos de um mausoléu funerário romano), quer pela qualidade do capitel de estilo corintizante aqui identificado (Fernandes, 2012), é mesmo possível que estes elementos tenham provindo de Monte dos Castelinhos ou das suas necrópoles.

Em relação às duas inscrições romanas aí ainda hoje existentes, correspondem a dois monumentos funerários, nomeadamente a cipos prismáticos em mármore de lioz, (CIL II 288 e CIL II 319), cuja leitura e enquadramento foi alvo de recente reavaliação (Dias e Gaspar, 2013). Tratam-se de dois monumentos datados da segunda metade do século II a.C., um pedestal funerário refere um *M. Fabricius* [---] f. *Gal Marcianus*, a quem *Severa Florilla* se associa e o outro monumento refere *L. Terentius Primitivus* e foi mandado fazer pela sua mãe *Iunia Festina* (Dias e Gaspar, 2013, p.383).

7. Considerações finais

A fecundidade do vale do Tejo, materializada na sua prolífera riqueza aurífera, agrícola, pecuária, piscícola, assim como via de comunicação natural para o interior do território fez com que nas suas margens, desde cedo, se começasse a desenhar uma ocupação humana intensa. Com a conquista romana e a subsequente reorganização territorial, materializou-se no terreno uma ocupação de cariz urbana, com o surgimento de cidades assim como de forma complementar um povoamento complementar de quintas e granjas agrícolas no seu *ager* (Fabião, 2014).

O conhecimento das estratégias de povoamento rurais, paralelo aos grandes centros urbanos de *Felicitas Iulia Olisipo*, de *Praesidium Iulium Scallabis* e dos núcleos secundários tal como *Ierabriga*, encontra-se em linhas gerais traçado, entenda-se a nível de levantamento dos potenciais sítios arqueológicos, veja-se para o mundo rural de Santarém o trabalho de José Quinteira (Quinteira, 1996) e para o de Lisboa o levantamento de Guilherme Cardoso, (Cardoso, 2002). Resulta da sua leitura, um amargo contraste entre o número de sítios conhecidos, e assim inventariados e o profundo desconhecimento que dispomos sobre toda a sua existência. Leia-se cronologias, faseamentos, plantas, funcionalidades etc. A acrescer a isto, temos que ter presente, que apesar de ratificados, na sua grande maioria estas estações arqueológicas não gozam de qualquer protecção, situando-se por inerência natural, em territórios férteis, estes sítios continuam na maioria dos casos a ser explora-

dos do ponto de vista agrícola e com o avanço da exploração dos solos a ser paulatinamente eliminados do nosso conhecimento.

Tendo presente este enquadramento, decidiu-se com este trabalho iniciar uma série de estudos que venha trazer a público os dados existentes sobre algumas das estações na envolvência de Monte dos Castelinhos. Quinta de Meca é um caso interessante de longa diacronia de um sítio rural que aparentemente atravessa todo o período romano e entra pela antiguidade tardia até o século V ou mesmo VI tendo presente o exemplar de ânfora Oriental LRA 5. Tal resiliência não é caso único na área em apreço encontrando equivalência na *Villa* de Sub-Serra em Castanheira do Ribatejo, que aliás perdura até ao período islâmico (Batalha et Al. 2009).

A fundação de Quinta de Meca, parece estar directamente correlacionada com o Monte dos Castelinhos, núcleo central que certamente beneficiaria do aproveitamento agrícola do vale do rio Grande da Pipa. Não deixa de ser pertinente ter presente que as terras, ao redor das cidades, ou no caso em apreço dos *Vicus* constituem uma parte essencial da sua existência sendo o prolongamento natural da parte circunscrita pelo *pomerium* (Guerra, 2003 p.126). A exploração agrícola desse território circundante faz-se necessariamente também, com a participação dos que vivem intra-muros, pois a eles se destina e por eles passa boa parte do que o *ager* produz.

8. Bibliografia

- ALARCÃO, J. (1975) - *La céramique commune local et régionale*. Paris: Dépositaire: Diffusion E. De Boccard. Vol. V. Fouilles de Conimbriga.
- ALARCÃO, J. de (1988) - *Roman Portugal*. Volume II. Fascicule 2. Aris&Phillips, Warminster.
- ALMEIDA, D. F. de (1971) - Notas Sobre Moedas Visigóticas. O Arqueólogo Português, V. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia, p. 215-226.
- ALMEIDA, D. F. de (1972) – Inscricões romanas e moeda visigótica no Museu Municipal de Vila Franca de Xira. In 25.º Aniversário da Biblioteca Museu Municipal Dr. Vidal Baptista. Boletim Comemorativo. Vila Franca de Xira, p. 151-152.
- ALMEIDA, R. R. (2008) – *Las ánforas del Guadalquivir en Scallabis (Santarém, Portugal)*. Una aportación al conocimiento de los tipos minoritarios. Col. Lección Instrumental. 28. Barcelona. Publicacions Universitat de Barcelona.
- ALMEIDA, R. R. de; VIEGAS, C.; BEJA, N.; TEIXEIRA, N. (2014) – As Ânforas do Mediterrâneo Oriental em Faro (*Ossonoba*). Novos dados para equacionar o comércio durante a Antiguidade Tardia. In Rui Morais, Adolfo Fernández Fernández e Maria José Sousa (eds) – *As produções cerâmica de imitação na Hispânia*. Actas do II Congresso Internacional da SECAH – Ex Officina Hispana (Braga, 2013). Tomo II, p. 151-160.
- AMARO, C.; BUGALHÃO, J. e SABROSA, A. (1996) - Complexo fabril romano na Rua Augusta - notícia preliminar. In FILIPE, G. e RAPOSO, J. *Ocupação Romana dos Estuários do Tejo e Sado*. Seixal: Câmara Municipal do Seixal e Publicações Dom Quixote, p. 199-214.
- ARRUDA, A. M.; VIEGAS, C.; BARGÃO, P. (2005) – As ânforas da Bética costeira na Alcáçova de Santarém. Revista Portuguesa de arqueologia. Lisboa. Vol. 8, nº1, p. 279-297.
- BANHA, C. (1992) - As ânforas da *villa* romana de Povos. *Boletim Cultural Cira*. 5. Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, p.49-90.
- BARBOSA, E. (1970) - Notícias de alguns achados romanos no concelho de Alenquer. *Actas e Memórias do I Congresso Nacional de Arqueologia Lisboa 1958*. Volume II. Instituto de Alta Cultura. Lisboa, p. 27-33.
- BATALHA, L.; CANINAS, J. C.; CARDOSO, G.; MONTEIRO, M. (2009) – *AVilla Romana da Sub-Serra de Castanheira do Ribatejo (Vila Franca de Xira) trabalhos arqueológicos efectuados no âmbito de uma obra da EPAL – Empresa Portuguesa de Águas Livres SA*. Lisboa. EPAL/ Câmara Municipal de Vila Franca de Xira.
- BERNI, P.; GARCÍA VARGAS, E. (2016) - Dressel 20 (Guadalquivir Valley). *Amphorae ex Hispania. Landscapes*

- of production and consumption. (<http://amphorae.icac.cat/amphora/dressel-20-guadalquivir-valley>), 23 November, 2016.
- BUGALHÃO, J.; ARRUDA, A. M.; SOUSA, E. (2013) – Uma necrópole na praia: o cemitério romano do Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros (Lisboa). *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Vol. 16, p. 243-275.
- CARDOSO, G. (2002) - *Aspectos da Romanização do Ager Olisiponensis (Trabajo de Investigación de Tercer Ciclo presentado por Guilherme Cardoso bajo la Dirección del Prof. E. Cerrillo M. De Cáceres)*. Cáceres. Universidad de Extremadura / Departamento de Historia / Área de Arqueología (policopiado).
- CARDOSO, G. (2015) – *Estudio Arqueológico de La Villa Romana de Freiria*. Tesis Doctoral presentada à Universidad de Extremadura. Policopiado.
- CARDOSO, G.; RODRIGUES, S. (1996) O contexto oleiro de Muge na produção romana do Médio e Baixo Tejo. In FILIPE, Graça; RAPOSO, Jorge Manuel Cordeiro, eds. *Ocupação romana dos estuários do Tejo e do Sado. Actas das Primeiras Jornadas sobre Romanização dos Estuários do Tejo e do Sado*. Seixal: Câmara Municipal. Lisboa. Dom Quixote, p. 167-178.
- CARRERAS MONFORT, C.; BERNI, P. (2016) - Haltern 70 (Guadalquivir Valley). *Amphorae ex Hispania. Landscapes of production and consumption* (<http://amphorae.icac.cat/amphora/haltern-70-guadalquivir-valley>), 08 July, 2016.
- COSTA, M. C. (2012) - Apontamentos sobre a presença romana no Concelho de Alenquer. In *CIRA Arqueologia N.º 1 Atas da Mesa Redonda de Olisipo a Ierabriga. A rede Viária romana no Vale do Tejo*. Vila Franca de Xira, 31 de Outubro de 2008, p. 115-130.
- DIAS, M. M. e GASPAR, C. (2001) – *Epigrafia Latina do Museu Municipal Hipólito Cabaço (Alenquer)* [Epigrafia do Território Português I]. Lisboa. Centro de Estudos Clássicos / Faculdade de Letras de Lisboa.
- DIAS, M. M. e GASPAR, C. (2013) – Algumas considerações sobre a onomástica romana na região de *Olisipo: os Fabricii*. In *Vir bonus peritissimus aequae*. Estudos de homenagem a Arnaldo do Espírito Santo. Centro de Estudos Arqueológicos, p. 381-387.
- FABIÃO, C. (1993-94) - O Azeite da Baetica na Lusitania. *Conimbriga*. vol. XXXII-XXIII, p. 219-246.
- FABIÃO, C. (2004) - Centros oleiros da Lusitânia: balanço dos conhecimentos e perspectivas de investigação”, in Bernal, D.; Lagóstena, L. (eds) *FIGLINAE BAETICAE. Talleres alfareros y producciones cerámicas en la Bética romana* (ss. II a. C. –VII d.C.), vol. 1 (Oxford: BAR, 1266), p. 379-410
- FABIÃO, C. (2008) Las ánforas romanas de Lusitania. In: BERNAL CASASOLA, D. & RIBERA I LACOMBA, A. (eds.) *Cerâmicas hispanorromanas. Un estado de la cuestión*. XXXVI Congreso Internacional de la Asociación Rei Cretariae Romanae Fautores (Cádiz, 2008). Cádiz: UCA, p. 725-745.
- FABIÃO, C. (2014) – Por este rio a cima: a bacia hidrográfica do Tejo na conquista e implantação romana no ocidente da Península Ibérica. *Cira Arqueologia*. N.º 3. Atas do congresso Conquista e Romanização do Vale do Tejo. Vila Franca de Xira, p. 9-24.
- FERNÁNDEZ, A. (2014) – *El comercio tardoantiguo (ssIV-VII) en el Noroeste Peninsular a través del registro cerámico de la Ría deVigo*. Roman and Late Antique Mediterranean Pottery 5. Archaeopress.
- FERNANDES, L. (2012) – A decoração arquitetónica de época Romana - aspetos de centralidade/descentralidade entre o *Territorium Olisiponense* e a capital da Lusitânia. *CIRA Arqueologia N.º 1 Atas da Mesa Redonda de Olisipo a Ierabriga. A rede Viária romana no Vale do Tejo*. Vila Franca de Xira, 31 de Outubro de 2008, p. 131-147.
- GARCÍA VARGAS, E.; BERNAL CASASOLA, D. (2008) – Ánforas de la Bética. In D. BERNAL CASASOLA E A. RIBERA I LACOMBA (eds) – *Cerâmicas hispanorromanas. Un estado de la cuestión*. Cádiz: Universidad, p. 661-687.
- GARCÍA VARGAS, E.; MARTÍN-ARROYO, D.; LAGÓSTENA BARRIOS, L. G. (2016) - Dressel 11 (Baetica coast). *Amphorae ex Hispania. Landscapes of production and consumption* (<http://amphorae.icac.cat/amphora/dressel-11-baetica-coast>), 04 July, 2016.
- GRILO, C. (2017) – A cerâmica comum de produção local e regional do Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros, Lisboa. Os contextos fabris. *I Encontro de Arqueologia de Lisboa. Uma cidade em escavação. (Teatro Aberto, 26, 27 e 28 de Novembro de 2015)*. Câmara Municipal de Lisboa: Centro de Arqueologia de Lisboa – CAL, p. 254-271.
- GRILO, C.; SANTOS, C. (2016-2017) – A cerâmica comum da *villa* romana de Povos, Vila Franca de Xira. *CIRA Arqueologia N.º 5*. Centro de Estudos Arqueológicos de Vila Franca de Xira, p. 86-115.
- GUERRA, A. (2003) – Algumas notas sobre o mundo rural do território olisiponense e as suas gentes. *Mundo Antigo. Economia Rural*, Lisboa: Colibri, p. 123-150.
- HAYES, John W. (1972) – *Late Roman Pottery*, The British School at Rome, Londres.

- HAYES, J. W. (2008) - *Roman pottery. Fine-ware Imports* The Athenian agora: results of excavations conducted by the American School of Classical Studies at Athens 32. Princeton.
- MAYET, F. e SILVA, C. T. (1998) - *L'atelier d'amphores de Pinheiro (Portugal)*. Paris: Diffusion E. de Boccard.
- MORAIS, R. (2005) – From Oppidum to Dives Bracara: The city trade through the amphorae. In *LRCWI, Late Roman Coarse Wares, Cooking Wares and Amphorae the Mediterranean. Archaeology and Archaeometry*. Gurt i Esparraguera J.M., Buxeda i Garrigós J., Cau Ontiveros M.A. (ed.). BAR International Series 1340, 2005, p. 55-67.
- NOLEN, J. S. (1985) - *Cerâmica comum de necrópoles do Alto Alentejo*. Lisboa: Fundação da Casa de Bragança.
- NOLEN, J. (1988) - A villa romana do Alto do Cidreira (Cascais) - Os materiais. *Conimbriga*. 27. Coimbra: Instituto de Arqueologia, p. 61-140.
- PEREIRA, M. A. H. (1970) - O *Dolium* Cinerário, com *Skypos* vidrado a verde, da necrópole de Paredes (Alenquer). *Conimbriga*, IX. Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Coimbra, p. 45-74.
- PIMENTA, J. (Coord.) (2013) – *Catálogo Exposição Monte dos Castelinhos (Castanheira do Ribatejo) Vila Franca de Xira e a conquista romana no Vale do Tejo*. Museu Nacional de Arqueologia e Museu Municipal de Vila Franca de Xira.
- PIMENTA, J. (Coord.) (2015) – *O Sítio Arqueológico de Monte dos Castelinhos – Vila Franca de Xira- em busca de Ierabriga*. Museu Municipal de Vila Franca de Xira.
- PIMENTA, J. e MENDES, H. (2007) – A escavação de um troço da estrada romana *Olisipo Scalabbi*, em Vila Franca de Xira. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. Vol. 10. Número 2, p. 189-228.
- PIMENTA, J. e MENDES, H. (2010-11) – Novos dados sobre a presença fenícia no vale do Tejo. As recentes descobertas na área de Vila Franca de Xira. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. N.º 18. Oeiras. Câmara Municipal, p. 591-618.
- PIMENTA, J. ; MENDES, H. (2012) – Sobre o povoamento romano ao longo da via de *Olisipo a Scallabis*. *Cira Arqueologia n.º 1. Atas da Mesa Redonda de Olisipo a Scallabis. A rede viária romana no vale do Tejo*. Museu Municipal de Vila Franca de Xira, p. 41-64.
- PIMENTA, J. ; MENDES, H. (2014) – Monte dos Castelinhos – Vila Franca de Xira. Um sítio singular para o estudo da romanização do Vale do Tejo. In *Actas da II Reunião Científica As Paisagens da Romanização – Fortins e ocupação do território no séc. II a.C. – I d. C.* Anejos de Archivo Español de Arqueologia, p. 125-142.
- PIMENTA, J.; MENDES, H. (2016) – *Carta Arqueológica de Vila Franca de Xira*. Câmara Municipal de Vila Franca de Xira. Centro de Estudos Arqueológicos de Vila Franca de Xira (CEAX).
- PIMENTA, J.; MENDES, H. (2018) – Novos dados sobre o urbanismo de Monte dos Castelinhos (Vila Franca de Xira). A campanha de escavações de 2017. *CIRA Arqueologia* N.º 6. Centro de Estudos Arqueológicos de Vila Franca de Xira, p. 127-178.
- PIMENTA, J.; DOMINGOS, J. B. (2015) – O povoamento romano em torno do Monte dos Castelinhos. In *Catálogo da Exposição “O Sítio Arqueológico de Monte dos Castelinhos – Vila Franca de Xira- em busca de Ierabriga.”* Museu Municipal de Vila Franca de Xira, p. 125-134.
- PIMENTA, J.; FABIÃO, C. (no prelo) - Ânforas orientais em Olysiptona (Lisboa): a vitalidade da rota atlântica em época pós-romana. *Simpósio A costa portuguesa no panorama da rota Atlântica durante a época romana*. Peniche, 16 a 18 de Novembro de 2006.
- PINTO, M. A. (2012) – O Forno romano da Pipa. *CIRA Arqueologia* N.º 1 Atas da Mesa Redonda de *Olisipo a Ierabriga*. A rede Viária romana no Vale do Tejo. Vila Franca de Xira, 31 de Outubro de 2008, p. 158-166.
- PINTO, I. V. (2003) - *A cerâmica comum das villae romanas de São Cucufate (Beja)*. Lisboa: Universidade Lusíada.
- PINTO, I. V. e MORAIS, R. (2007) – Complemento de comércio das ânforas. Cerâmica comum Bética no território português. In *Actas del Congreso Internacional Cetariae 2005. Salsas y salazones de pescado en occidente durante la antigüedad*. Cádiz, 7-9 de noviembre de 2005, p. 235-254.
- PINTO, I. V., e SCHMIT, A. (2010) - Cerâmica comum. In *ALARCÃO, Jorge; CARVALHO, Pedro e GONÇALVES, Ana (Coord.), Castelo da Lousa. Intervenções arqueológicas de 1997 a 2002. Studia Lusitana*, 5. Mérida, p. 219-443.
- PINTO, I.; ALMEIDA, R.; MAGALHÃES, A.; BRUM, P. (2016) – Lusitanian Amphora at a Fish-Salting Production Centre: Tróia (Portugal). *Lusitanian Amphorae: Production and Distribution*, p.173-194.
- QUINTEIRA, A. J. F. (1996) – *Scallabis, análise contextual e perspectivas de estudo*. Dissertação apresentada à Universidade do Minho para obtenção do grau de Mestre. Policopiado.
- RAPOSO, J. e DUARTE, A. L. (1996) - O forno 2 do Porto dos Cacos (Alcochete). In *FILIPPE, G. e RAPOSO, J. Ocupação Romana dos Estuários do Tejo e Sado*. Seixal: Câmara Municipal do Seixal e Publicações Dom Quixote, p. 249-266.

- RAPOSO, J. M. C.; VIEGAS, C. (2016) - Dressel 14 (Western Lusitania). *Amphorae ex Hispania. Landscapes of production and consumption* (<http://amphorae.icac.cat/amphora/dressel-14-western-lusitania>), 08 July, 2016.
- REMOLÁ VALLVERDÚ, J.A. (2000) – *Las ánforas tardo-antiguas en Tarraco (Hispania Tarraconensis)*. Col·lecció Instrumenta. Vol. 7. Proyecto Amphorae. Bajo los auspicios de la Real Academia de la Historia. Universitat de Barcelona. Barcelona.
- REMOLÁ VALLVERDÚ, J.A. (2013) – Ánforas orientales tardías en Tarraco (siglos V-VII). In M.P. De Hoz y G. Mora (Eds.). *El Oriente griego en la Península Ibérica. Epigrafía e Historia*. Bibliotheca Archaeologica Hispana. 39: Madrid, p. 307-331
- REYNOLDS, P. (1995) - *Trade in the western Mediterranean, AD 400-700: the Ceramic evidence*. Oxford: Archaeopress. *British Archaeological Reports International Series*.
- SABROSA, A.; HENRIQUES, F. R.; CARVALHO, E.; GERMANO, A. (2012) – Os Fornos romanos da Quinta da Granja (Cachoeiras – Vila Franca de Xira) e Quinta de Santo António (Carregado – Alenquer). *CIRA Arqueologia N.º 1*. Atas da Mesa Redonda de *Olisipo a Jerabriga*. A rede Viária romana no Vale do Tejo. Vila Franca de Xira, 31 de Outubro de 2008, p. 148-157.
- SANTOS, C. (2012) – *As cerâmicas de produção local do centro oleiro romano da Quinta do Rouxinol*. Dissertação para a obtenção do grau de Mestre em Arqueologia orientada pelos Profs. Drs. Carlos Fabião e Catarina Viegas. Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Policopiado.
- SILVA, R. B. (2012) – *As “marcas de oleiro” na terra sigillata e a circulação dos vasos na Península de Lisboa*. Dissertação para a obtenção do grau de Doutor em História, especialidade em Arqueologia, orientada pela Professora Dr.ª Rosa Varela Gomes, apresentada a Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (policopiado).
- SILVA, R. B. da (2015) – O contexto alto-imperial da Rua dos Remédios (Alfama – Santa Maria Maior, Lisboa): Vidros, cerâmicas e análise contextual. Contextos Estratigráficos na Lusitânia (Do Alto Império à Antiguidade Tardia). Monografias AAP. 1, p. 41-67.
- SILVA, R.B. (2018) - La facies cerámica de *Olisipo* (Lisboa) en el período julio-claudio: una primera aproximación a partir de contextos suburbanos seleccionados. In P. Ruiz Montez, M.V. Peinado Espinosa e M.I. Fernández García (eds.), *La configuración de las facies cerámicas altoimperiales en el sur de la Península Ibérica*. RLAMP- Roman and Late Antique Mediterranean Pottery, 11. Oxford, Archaeopress, p.3-31.
- SILVA, R. B.; DE MAN, A. (2012) – Palácio dos Condes de Penafiel: A significant Late Antique context from Lisbon. In *O Mediterrâneo e o Atlântico – The Mediterranean and the Atlantic*. Actas do X Congresso Internacional A Cerâmica Medieval no Mediterrâneo (Silves, 22 a 27 de Outubro d 2012), p. 455-460.
- SILVA, R. B. da; NOZES, C.; MIRANDA, P. (2015) – O contexto [9033] da Praça da Figueira e a circulação de produtos oleiros em Olisipo. Estudos e Relatórios de Arqueologia Tagana. 2. Lisboa, p. 1-16.
- VIEGAS, C. (2003) – *A Terra Sigillata da Alcáçova de Santarém – Cerâmica, economia e comércio*. Instituto Português de Arqueologia. Lisboa. Trabalhos de Arqueologia. 26.
- VIEGAS, C. (2011) – *A Ocupação Romana do Algarve. Estudo do Povoamento e economia do Algarve central e oriental no período romano*. Estudos e Memórias 3. Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa Uniarq. Lisboa.
- VIEGAS, C.; RAPOSO, J. M. C.; PINTO, I.V. (2016) – Almagro 51C (Western Lusitania). *Amphorae ex Hispania. Landscapes of production and consumption* (<http://amphorae.icac.cat/amphora/almagro-51c>)

➤ Lisboa Romana | *Felicitas Iulia Olisipo* – um projeto sem fronteiras

ANTÓNIO MARQUES

CML|DMC|DPC|CAL

CRISTINA NOZES

CML|DMC|DPC|CAL

INÊS MORAIS VIEGAS

CML|DMC|DPC

RESUMO

A Câmara Municipal de Lisboa, em articulação com autarquias da Área Metropolitana e outras, bem como de outros parceiros institucionais e privados está a promover um projeto multidisciplinar sobre este território que, em época romana, constituía o seu *municipium*. Pretende-se agregar e divulgar o atual conhecimento científico resultante de múltiplas campanhas de escavações arqueológicas, constituindo um produto cultural e patrimonial de que resultarão uma série de ações promocionais e de valorização.

De entre os vários *outputs* previstos, salienta-se a criação de uma Rede Local e outra Metropolitana que, sendo informais, serão pontos de partida para uma dinâmica patrimonial inovadora que resulta da interação entre os parceiros. Destaca-se também a criação de um site, a que estará associada uma APP que dará apoio *in loco*, a quem pretende conhecer este património.

O projeto decorre entre 2017 e 2023 com múltiplas atividades, eventos não só na cidade, mas também no *ager*, prevendo-se que se estenda a nível nacional e até internacional.

ABSTRACT

The Municipality of Lisbon, in articulation with municipalities of its Metropolitan Area and others, as well as other institutional and private partners, is promoting a multidisciplinary project about this territory which, in Roman times, constituted its *municipium*. It is intended to aggregate and disseminate the current scientific knowledge resulting from multiple campaigns of archaeological excavations, constituting a cultural and patrimonial product that will result in a series of promotional and valorization actions.

Among the various expected outputs, it is worth highlighting the creation of a Local and a Metropolitan Network, which, being informal, will define starting points for an innovative patrimonial dynamic that results from the interaction between all partners. Also worthy of mention is the creation of a website, which will be associated with an APP that will provide support *in loco*, to those who want to know this heritage.

The project runs from 2017 to 2023 with multiple activities and with multiple activities and events not only in the city but also in the *ager*, and is expected to be extended at national and even international level.

A Câmara Municipal de Lisboa está a promover um projeto multidisciplinar sobre Lisboa e a área metropolitana em época romana, Lisboa Romana | *Felicitas Iulia Olisipo*, envolvendo diversos agentes internos e externos.

O projeto pretende agregar e divulgar o atual conhecimento científico resultante de múltiplas campanhas de escavações arqueológicas nos diferentes concelhos da Área Metropolitana de Lisboa, assim como a investigação efetuada nas universidades e centros de investigação, a ser partilhado com o grande público, o turismo e a comunidade científica.

Atualmente assiste-se a um número elevado de intervenções arqueológicas acompanhado de um acréscimo de conhecimento, e das potencialidades patrimoniais decorrentes, como seja a descoberta de novas estruturas e de novas materialidades que nos transportam para as vivências quotidianas dos habitantes do antigo território afeto a *Olisipo*.

Os resultados que se pretendem obter são:

- Abertura e fruição pública do Criptopórtico (Lisboa);
- Estruturarem-se as REDES Local e Metropolitana, podendo ser complementadas com outras REDES Nacional e Internacional;
- Projetar os concelhos da área Metropolitana de Lisboa, dando a conhecer este período histórico, criando mais-valias ao nível do conhecimento, potenciando património, turismo, educação, investigação entre outras, de uma forma articulada e inclusiva;
- Atualizar o conhecimento científico resultante das escavações arqueológicas recentes, que permitam uma melhor e mais esclarecida fruição deste património;
- Para isso, uma das estratégias desenvolvidas foi o estabelecimento de parcerias com uma série de entidades, públicas e privadas e a criação de uma Rede Local e outra Metropolitana de agentes que tutelam, gerem e /ou albergam os recursos patrimoniais disponíveis sobre o tema.

Sabendo-se que *Felicitas Iulia Olisipo* (a Lisboa Romana) era uma urbe, capital de um município de cidadãos romanos que geria um vasto território, de modo a abranger todo o espaço que constituiu a área do município romano, foram convidados os municípios da área metropolitana a integrarem os respetivos recursos patrimoniais relacionados com o tema.

O projeto pretende valorizar e rentabilizar os recursos arqueológicos da cidade de Lisboa e de todos os concelhos pertencentes à área metropolitana, de forma integrada, potenciando a salvaguarda e promoção da informação arqueológica.

1. Introdução ou resenha histórica

Não é conhecida qualquer descrição antiga de *Felicitas Iulia Olisipo*, mas conhecem-se, em quantidade e qualidade, vestígios suficientes para se poder fazer uma ideia da cidade que

se desenvolvia na vertente sul da colina do Castelo.

Como todas as cidades romanas, possuía uma praça pública administrativa, o fórum (espaço que os investigadores têm proposto localizar-se ora na zona da Sé e do Largo de Santo António, ora na área do Largo da Madalena ou do Largo dos Loios), onde se encontravam os principais edifícios públicos administrativos e religiosos (cuja existência parece comprovada pelo aparecimento de várias inscrições votivas e honoríficas). Outros edifícios públicos, como o teatro (na área ocupada entre as Ruas Augusto Rosa, de São Mamede ao Caldas e da Saudade) e os banhos, conhecidos como Termas dos Cássios (na zona da Rua e Travessa das Pedras Negras e Rua de São Mamede ao Caldas) misturavam-se na malha urbana com residências privadas, lojas e outros equipamentos públicos.

Na periferia, fora dos limites definidos pela Muralha Romana Fundacional (cuja existência foi recentemente confirmada), estariam construções cujas funções aconselhavam uma localização isolada como o circo (cujos vestígios se encontraram sob a Praça D. Pedro IV, mais conhecida por Rossio), as necrópoles que acompanhavam as vias de saída da cidade (destacando-se, pela sua dimensão e características, a detetada na Praça da Figueira e que se estende pela Encosta de Santana e Rua das Portas de Santo Antão), a cintura industrial de salga e conserva de peixe (complexo detetável em vários pontos da cidade de Lisboa, com maior concentração junto ao rio, desde a Rua Augusta até ao Campo das Cebolas) e, naturalmente, o porto, de que não nos chegaram vestígios evidentes da sua real dimensão, mas supõe-se ter sido uma estrutura da maior importância para a cidade.

Não tendo completa certeza quanto aos limites reais do *municipium* de *Felicitas Iulia Olisipo*, alguns autores defendem que a sua fronteira Norte passaria próximo do rio Alcabrichel (atual concelho de Torres Vedras), onde confinava com o *municipium* de *Eburobritium* (no concelho de Óbidos); daqui prolongava-se até às faldas da serra de Montejunto, concelho de Alenquer, infletindo para sul até ao rio Tejo e seguindo a sua margem direita até Lisboa. A fronteira Sul, ainda mais difícil de delimitar, julga-se que se estenderia até perto de Alfárim, junto à Serra da Arrábida, muito embora o conhecimento que se tem é que o povoamento romano nesta zona distribuía-se, fundamentalmente, junto à faixa costeira.

No *Ager*, ou território rural dentro da circunscrição administrativa do município romano, existia todo um conjunto de recursos por explorar que iam desde a agropecuária, à produção de têxteis, metalurgia, olaria, até aos trabalhos mais complexos de extração e afeiçoamento da pedra. Mas a principal base de economia do *municipium*, o que mobilizava as rotas comerciais, era a produção de preparados piscícolas e, conseqüentemente, a captura de pescado e a produção de sal para o seu fabrico.

Os avanços e, por fim, a imposição do Cristianismo como religião oficial do Estado Romano, no século IV, aliados às ameaças colocadas pelas invasões bárbaras, terão ditado grandes transformações no espaço urbano da cidade romana e no seu território rural.

Na cidade, os edifícios públicos, nomeadamente os que se relacionavam com atividades religiosas (portanto os templos e todos aqueles que atualmente consideraríamos albergar atividades culturais e de lazer) foram readaptados, ou mesmo desmantelados e os seus materiais de construção reutilizados em novas edificações, algumas das quais realizadas com carácter de urgência, como parece ter sido o caso de uma muralha defensiva, construída para proteger o centro administrativo. A *Olisipo* romana, espartilhada dentro de muralhas, transformada e compactada, evoluiu, então, para a cidade medieval.

No *Ager*, os séculos IV e V d.C. refletem estes acontecimentos, sobretudo ao nível da renovação das propriedades rurais que, em alguns casos, atingiram as suas formas mais luxuosas, realidade denunciadora de uma elite social que, aparentemente, se terá refu-

giado no campo e que terá estado na origem de um processo de regionalização que se foi acentuando à medida que os poderes centrais se foram desagregando.

2. Objectivos do Projecto

No âmbito das suas responsabilidades relacionadas com a preservação da memória e a disponibilização e divulgação do património cultural material e imaterial, a Câmara Municipal de Lisboa está a promover um projeto multidisciplinar, transversal e congregador, capaz de reunir no mesmo propósito o empenho dos mais diversos agentes.

Sabendo-se que a urbe, capital de um município de cidadãos romanos, geria um vasto território, uma das estratégias desenvolvidas foi o estabelecimento de parcerias com entidades públicas e privadas que permitissem a constituição de uma Rede Local - com os agentes que, em Lisboa, tutelam, gerem e /ou albergam os recursos patrimoniais – e uma Rede Metropolitana – com os atuais municípios que integram o antigo e vasto território olisiponense.

A importância da constituição da REDE Metropolitana, que agrega neste projeto os municípios que integraram o *Ager Olisiponensis*, é fundamental para a devolução de unidade a esta realidade e para a compreensão da mesma, sem a qual a valorização e a divulgação deste património histórico e arqueológico resultarão sempre em ações segmentadas e pouco eficazes nos objetivos a que se propõem junto do turismo e do público em geral.

O projeto Lisboa Romana | *Felicitas Iulia Olisipo* pretende agregar em um todo coerente, e divulgar de forma integrada, o atual conhecimento científico resultante das múltiplas campanhas de escavações arqueológicas realizadas na cidade de Lisboa, assim como a investigação efetuada nos diferentes Concelhos da Área Metropolitana, Universidades e Centros de Investigação.

Simultaneamente, o projeto Lisboa Romana | *Felicitas iulia Olisipo* pretende comunicar esta informação e promover os sítios arqueológicos da cidade de Lisboa e dos Concelhos da Área Metropolitana com recurso às novas tecnologias digitais, tão presentes nas sociedades atuais, numa perspetiva de promoção turística do património cultural.

O programa decorrerá entre 2017 a 2023, estando definidas as várias atividades e eventos ao longo dos diferentes anos que visam:

- **Divulgar** e tornar acessível o conhecimento e o património de época romana;
- **Dinamizar** a investigação sobre o território de *OLISIPO*;
- **Promover o turismo** em toda a área metropolitana;
- **Cooperar e patrocinar** a criação de REDES Local, Regional, Nacional e Internacional;
- **Fomentar** a sensibilização e educação patrimonial e cultural;
- **Incentivar** a interação entre os diferentes parceiros que são detentores de vestígios arqueológicos;
- **Recolocar** *Olisipo* no panorama histórico que alcançou durante o período romano, gerando sinergias com outros locais do antigo Império, onde foram localizados vestígios de contactos com esta cidade da sua extremidade ocidental;
- **Apresentar o Estado da Arte** dos conhecimentos acerca do território e da cidade de *Olisipo*, revendo e atualizando conhecimentos;

- **Abertura do Criptopórtico Romano** e sua fruição pública com a criação de um Centro Interpretativo vocacionado para a antiga cidade de *Felicitas Iulia Olisipo*, permitindo um novo acesso mais inclusivo e confortável ao seu interior;
- **Envolver a comunidade científica** e parceiros públicos e privados para o estudo e divulgação das fontes documentais e arqueológicas;
- Sedimentar e alargar a **REDE Local** reunindo os proprietários de todos os locais na cidade, a integrar essa Rede;
- Manter a **REDE Metropolitana** trabalhando com as Autarquias parceiras, divulgando o seu património de forma integrada;
- Rever e editar a última grande síntese sobre a **epigrafia romana olisiponense**, da autoria de Augusto Vieira da Silva.

3. A Marca Lisboa Romana | *Felicitas Iulia Olisipo*

A proposta de logótipo contém o nome, diversos elementos de design e uma assinatura envolvente (Fig. 1) que remete para:

- Elementos de design relacionados com a estética romana;
- Jogo tipográfico que nos sugere um vestígio arqueológico;
- Configuração alongada do «O» que remete para a arquitectura romana e simboliza a envolvimento deste projeto - Lisboa no seu sentido mais lato, como Área Metropolitana, uma vez que, na conceção romana do espaço, o território e a cidade são indissociáveis;
- Designação latina *Felicitas Iulia Olisipo* como epígrafe;
- A constituição do *municipium civium romanorum* de *Felicitas Iulia Olisipo* agregou, há 2000 anos, uma vasta geografia, que se estendia genericamente da Arrábida à Serra de Montejunto, *grosso modo* equivalente à atual Área Metropolitana de Lisboa;

Esta identidade gráfica está alinhada com o objetivo maior da criação de uma rede regional, do reforço da coesão identitária regional no âmbito da Área Metropolitana de Lisboa, através da evocação do seu passado romano comum.

Assim, pretende-se:

- Promover a estratégia de comunicação do projeto através do desenvolvimento da Marca, Website, APP e *merchandising*;
- Criar um WebSite para a disseminação da informação em digital, recorrendo a maquetas 3D, reconstituições de locais, informação científica, entre outros;
- Definir conteúdos com base científica para um produto turístico, através de uma APP, potenciando o património arqueológico, criando circuitos na cidade e alargados aos concelhos pertencentes à área metropolitana;
- Produzir *merchandising* diverso relacionado com o projeto;
- Edição de uma obra que reflecta e sintetize o conhecimento acerca desta realidade histórica.

Figura 1
Logotipo do projecto
Lisboa Romana:
Felicitas Iulia Olisipo



4. Público alvo

Nas últimas décadas tem sido notório o investimento da sociedade na formação dos seus cidadãos. Por conseguinte, o grau de exigência é exponencialmente maior, o que é bem assinalado pelo número crescente de iniciativas da sociedade civil que incidem sobre o património cultural.

O presente projeto pretende ir ao encontro desses cidadãos que têm gosto e estão atentos às questões patrimoniais. Contudo a abrangência do projeto, pela sua vastidão geográfica, também pretende constituir-se como um produto turístico para todos os turistas, nacionais e estrangeiros, que visitam Lisboa e os concelhos limítrofes.

Considerando-se igualmente, alguns dos *outputs* previstos, designadamente a reedição de fontes e a publicação de novas sínteses temáticas, pretende-se também atingir um público mais especializado, atualizando-se algumas das ferramentas que são essências para a persecução da investigação e da redescoberta do antigo município de *Olisipo*.

5. Parceiros do projeto

5.1. REDE Local

Para a constituição da REDE Local, foram contactados e convidados a integrar o projeto os responsáveis pelos locais com vestígios arqueológicos, visíveis e visitáveis, na cidade. Estes parceiros foram agrupados da seguinte forma:

Parceiros privados e públicos

- Direção Geral do Património Cultural (DGPC);
- Castelo de S. Jorge;
- Edifícios privados sítios na Rua da Madalena, no Beco do Forno do Castelo, no Largo de Santa Cruz ao Castelo, na Travessa do Ferragial, na Rua dos Bacalhoeiros;
- EMPark - Parque de estacionamento da Praça D. Luís;
- EurostarMuseum Hotel;
- Hotel do Governador;
- Hotel the7hotel;
- Museu de Lisboa: Museu do Teatro Romano, Palácio Pimenta e Núcleo Arqueológico da Casa dos Bicos;
- Museu Nacional de Arqueologia;
- Núcleo Arqueológico da Rua dos Correiros (Fundação Millennium BCP);
- Associação dos Arqueólogos Portugueses;
- Museu do Dinheiro (Banco de Portugal)

Alguns exemplos deste património:

- **Casa dos Bicos (Núcleo Museológico)** – classificado patrimonialmente como Monumento Nacional, também já constitui um equipamento municipal público com valência museológica, sob a gestão do Museu de Lisboa/EGEAC. De entre as várias materialidades visíveis, destaca-se um conjunto de cetárias relacionadas com a principal indústria lisboeta de época romana – transformação de pescado (Fig. 2).
- **Castelo de São Jorge** – monumento medieval, classificado como Monumento Nacional (sob gestão da EGEAC), onde foram registados contextos de ocupação romana republicana (século II a I a.C.) na Praça Nova (atual Sítio Arqueológico), bem como na sua envolvente próxima (bairro do Castelo); as estruturas detetadas na antiga alcáçova medieval não são hoje visíveis, mas parte do espólio associado integra o acervo museológico da exposição permanente do Castelo de S. Jorge.
- **Criptopórtico** – sob a gestão da CML desde o século XIX, está atualmente a ser alvo de estudo por uma equipa de arqueologia da CML/CAL, tendo a CML assumido a intenção de criar um acesso novo que substitua o que é feito atualmente através de um alçapão no eixo da Rua da Conceição. É o monumento romano que mais curiosidade desperta junto da população e aquele cuja abertura, duas vezes por ano, constitui sempre um enorme sucesso.
- **EurostarMuseum Hotel** – unidade hoteleira privada que integrou e musealizou importantes estruturas arqueológicas de época romana (Fig. 3), destacando-se um troço da muralha tardia, restos de um edifício habitacional que incluem um pavimento em mosai-

co (Fig. 4) com paredes estucadas pintadas e ainda uma rua com um fontanário.

- **Hotel do Governador / Casa do Governador** – unidade hoteleira privada, em cuja entrada principal, ao nível do pavimento, está à vista um importante conjunto de cetárias de dimensões diversas; pertenceria a uma antiga unidade de transformação de pescado, de grandes dimensões, presumindo-se que o restante complexo fabril permaneça oculto no subsolo.
- **Inscrições epigráficas** – Travessa do Almada – embutidas na fachada lateral de um edifício privado com entrada pelo Largo da Madalena 3 a 6, constituem um conjunto formado por 4 inscrições romanas, classificadas como Monumento Nacional; duas inscrições votivas dedicadas a Cíbele, outra inscrição votiva dedicada a Mercúrio e ainda um pedestal monumental dedicado pela comunidade de *Felicitas Iulia Olisipo* ao questor da província da Bética (entre outros cargos).
- **NARC/Núcleo Arqueológico da Rua dos Correiros (BCP Millennium)** – equipamento museológico privado, gerido pela Fundação BCP, classificado como Monumento Nacional, possui várias estruturas arqueológicas musealizadas, designadamente cetárias pertencentes à unidade de transformação piscícola que aqui funcionou (Fig. 5), parte da casa do seu proprietário, um troço de via, vestígios de uma necrópole e de habitações anteriores ao domínio romano;
- **Parque de Estacionamento da Praça Dom Luís I** – local onde foi detetada uma antiga área de leito do rio, onde os barcos de época romana fundeavam; no atual parque de estacionamento foi implantado um programa museográfico que explica esta memória e que expõe alguns dos artefactos exumados (incluindo reproduções).
- **Museu do Dinheiro** – Local onde, à semelhança da Praça de Dom Luís, foram identificados indícios da presença de embarcações que aqui fundeariam naquele período, memória que está patente na exposição permanente deste equipamento, com a apresentação sobretudo de elementos cerâmicos recolhidos.
- **Teatro Romano de Lisboa** – classificado patrimonialmente como Imóvel de Interesse Público, é já um equipamento municipal público, com valência museológica, com um Museu de sítio (sob gestão do Museu de Lisboa/EGEAC), cuja lógica expositiva incide sobre esta importante estrutura pública de época romana.
- **The7Hotel** - com vestígios de uma *domus* com larário, primeira situação deste género identificada em Lisboa, local onde esta realidade estará acessível através de um QR Code a instalar.

Tratando-se de um projeto evolutivo e dinâmico, futuramente prevê agregar mais património arqueológico e novos parceiros à REDE Local.

Alguns exemplos de vestígios romanos a integrar ou em vias de serem integrados no âmbito do projecto:

- **Sé de Lisboa** – o edifício está afeto ao Patriarcado de Lisboa, mas a tutela (DGPC) tem em vias de concretização um Projeto de Valorização (em parceria com a CML) que incidirá sobre o tratamento das escavações realizadas no seu claustro, onde foram colocadas a descoberto diversas estruturas habitacionais, comerciais e viárias de época romana, estando prevista a instalação de uma cripta arqueológica.

- **Termas dos Cássios** – Rua das Pedras Negras – no piso térreo de um imóvel público, afeto à Secretaria Geral do Ministério da Administração Interna, foram intervencionadas arqueologicamente por uma equipa de arqueólogos da CML, nos anos 90 do século XX; atualmente devoluto, sem qualquer tratamento, aguardando que se encontre uma solução que preferencialmente valorize a sua importância patrimonial, uma vez que as estruturas existentes pertencem a um grande balneário público romano, estando este conjunto desaproveitado patrimonialmente.

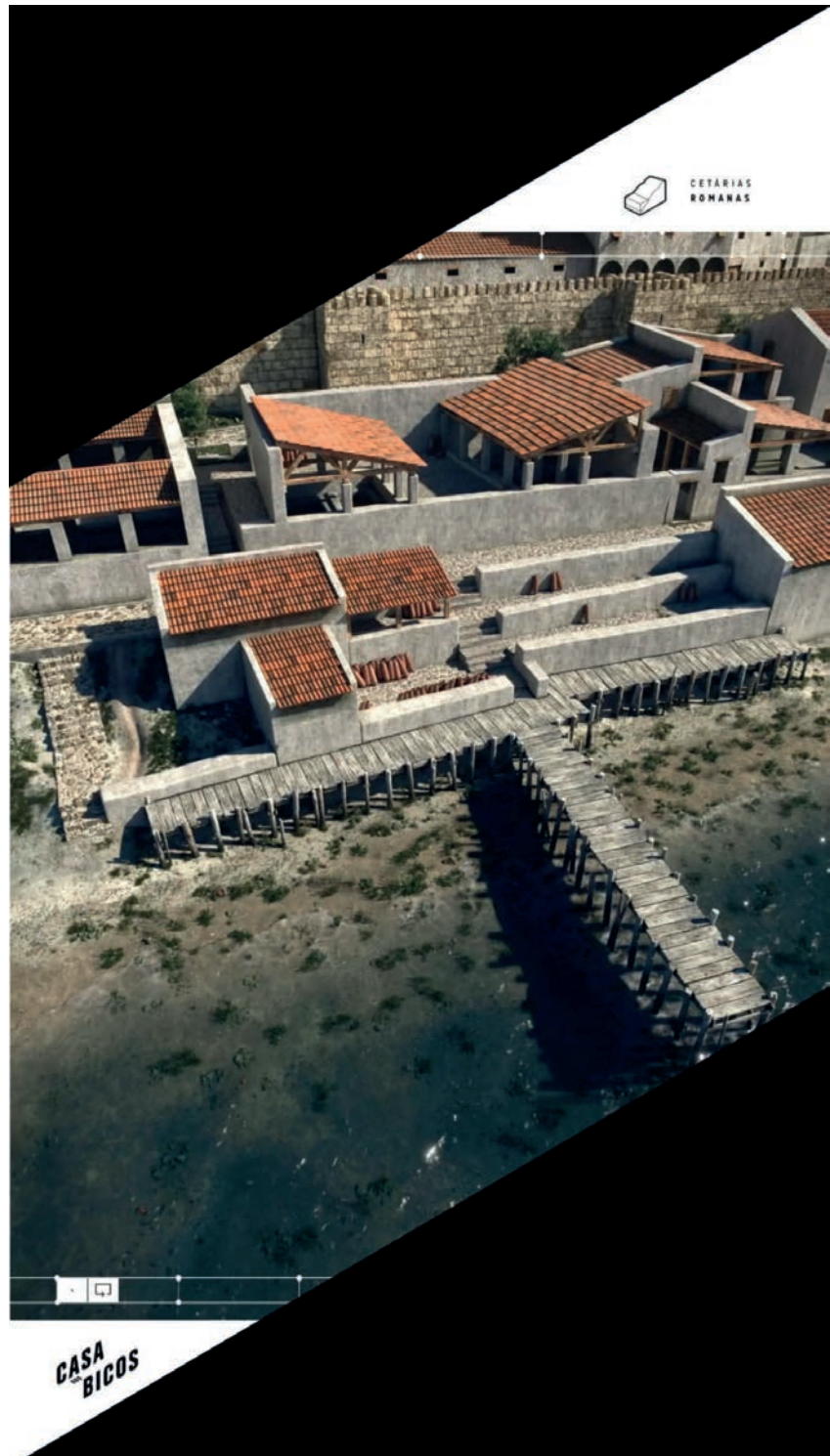


Figura 2
Proposta de reconstituição da Unidade de Transformação Piscícola da Casa dos Bicos.

© Reconstituição e modelação 3D: Carlos Cabral Loureiro / Museu de Lisboa | Texturização e edição vídeo: Illusive Studios 2014

Figura 3

Vista sobre o compartimento com mosaico da Domus romana do Palácio de Coculim.

© Neoépica 2016



Figura 4

Pormenor do Mosaico Sommer_ medalhão da Vénus.

© CML | DMC | DPC
| CAL | Guilherme
Cardoso 2015



Figura 5

Vista do conjunto de cetárias exposto no Núcleo Arqueológico da Rua dos Correiros.

© Fundação Millennium bcp 2010



5.2. A REDE Metropolitana

Conforme já se referiu, a Câmara Municipal de Lisboa estabeleceu contactos para a constituição de uma REDE com os Municípios da Área Metropolitana e outros que, embora se encontrem fora desta, pertenceram ao *Ager Olisiponensis*, de forma a divulgar “os sítios” de época romana no território que constituiu o antigo município romano, junto do Turismo e do grande público.

Conhecedores do seu território, são os respetivos municípios que procedem à seleção dos locais que, do ponto de vista patrimonial, oferecem um potencial mais abrangente e atrativo para o público em geral.

Esta seleção permitirá seguramente um novo impulso na promoção e potenciação do património arqueológico de época romana nos diferentes territórios municipais em causa e o enriquecimento do projeto, alargando o leque de oferta patrimonial da região.

Considerando os recursos patrimoniais que foram legados pela presença romana no atual território português, em particular no *Ager Olisiponensis*, o Município de Lisboa contactou os seguintes Municípios para Integrar a REDE Metropolitana:

Autarquias Parceiras:

- Câmara Municipal de Alcochete;
- Câmara Municipal de Alenquer;
- Câmara Municipal de Amadora;
- Câmara Municipal de Almada;
- Câmara Municipal de Arruda dos Vinhos;
- Câmara Municipal de Cascais;
- Câmara Municipal de Loures;
- Câmara Municipal de Mafra;

- Câmara Municipal da Moita;
- Câmara Municipal de Oeiras;
- Câmara Municipal de Palmela;
- Câmara Municipal de Seixal;
- Câmara Municipal de Sesimbra;
- Câmara Municipal de Sintra;
- Câmara Municipal de Torres Vedras;
- Câmara Municipal de Vila Franca de Xira.

Equipamentos e estruturas arqueológicas por município:

Alcochete:

- Porto dos Cacos (Olaria romana; localizada em propriedade particular – não visitável).

Alenquer:

- Museu Hipólito Cabaço (tem na sua coleção materiais de Época Romana; encontra-se atualmente fechado);
- Igreja de Cadafais (no adro da Igreja existem vários monumentos romanos - visitável).

Almada:

- Cacilhas, Largo Alfredo Dinis (cetárias romanas; foram escavadas mas permanecem enterradas);
- Campo Arqueológico da Quinta do Almaraz (em escavação para musealização – irá ser visitável).

Amadora:

- Aqueduto romano (é visível em alguns pontos do seu traçado - visitável);
- *Villa* romana da Quinta da Bolacha (está em parte protegida - visitável);
- Sítio Arqueológico do Moinho do Castelinho (localizado em terreno particular);

Arruda dos Vinhos:

- Santiago dos Velhos (Inscrição romana no adro da Igreja matriz - visitável).

Cascais:

- Freiria (*Villa* Romana onde recentemente a autarquia cascalense implementou um projeto de musealização – visitável – Fig. 6);
- Carrascal de Alvide (*Villa* Romana do Alto do Cidreira; não está musealizada - visitável);
- Areia (*Villa* Romana de Casais Velhos; não está musealizada - visitável);
- Paços do Concelho (Museu da Vila);
- Cascais, Rua Marques Leal Mancada (cetárias a serem musealizadas).

Loures:

- Frielas (*Villa* Romana; está protegida mas não musealizada – visitável – Fig. 7);
- Bucelas (Mausoléu da Quinta da Romeira de Baixo; localizado em propriedade particular);
- Bucelas (2 inscrições romanas embutidas no muro do adro da Igreja matriz - visitável).

Mafra:

- Cheleiros (inscrições romanas numa das fachadas da Igreja matriz - visitável);
- Mafra (Museu Professor Raul Almeida; fechado atualmente).

Oeiras:

- Fábrica da Pólvora (Museu Arqueológico de Oeiras – visitável – Fig. 8).

Sintra:

- Odrinhas (*Villa Romana* de Odrinhas - visitável);
- Odrinhas (Museu de Odrinhas - visitável);
- Belas (Barragem Romana de *Olisipo*; não está musealizada - visitável).

Torres Vedras:

- Museu Leonel Trindade (visitável);
- S. Pedro da Cadeira (Igreja matriz, tem inscrições romanas no seu interior - visitável);
- Serra de S. Julião (Capela de S. Julião, tem uma inscrição romana e um sarcófago romano - visitável).

Seixal:

- Quinta do Rouxinol (Olaria romana musealizada – visitável – Fig. 9).

Vila Franca de Xira:

- Campo Arqueológico do Monte dos Castelinhos (conjunto urbano de Época Romana; localizado em propriedade particular – não visitável).

Estes recursos patrimoniais poderão vir a ser enriquecidos com outros contributos que as edilidades parceiras entendam reunir, ou poderem vir a reunir.

5.3 Universidades/Faculdades e Centros de Investigação

Transversais a todo o Projecto e a ambas as Redes, as Universidades e Centros de Investi-

**Figura 6**

Vista aérea do celeiro romano de Freiria, em Cascais.

© Guilherme Cardoso
2007

Figura 7

Vista da *villae* de Frielas, Loures.

© Câmara Municipal de Loures 2016



Figura 8

Vista da Barragem romana de Belas, Sintra.

© Guilherme Cardoso 2010



Figura 9

Quinta do Rouxinol, fase de escavação do forno 1.

© Câmara Municipal do Seixal 2007



gação são peças basilares na compilação do imenso conhecimento que se encontra difusamente disperso. Com efeito, é desta cooperação que resultará a publicação de uma obra acerca da presença romana neste território, multidisciplinar, com a qual se pretende fazer o estado da arte acerca desta realidade histórica.

Deste modo, o Projecto conta com a participação:

Universidade de Aveiro:

Unidade de Investigação e Governança, Competitividade e Políticas Públicas;

Universidade de Coimbra:

Centro de Estudos em Arqueologia, Artes e Ciências do Património;

Universidade de Évora:

Laboratório HERCULES (Herança Cultural, Estudos e Salvaguarda);

Universidade de Lisboa:

Faculdade de Letras: Centro de Estudos Clássicos (CEC), Instituto de História de Arte (ARTIS), Centro de Arqueologia (UNIARQ); Faculdade de Ciências: Instituto Dom Luiz;

Faculdade de Arquitetura: Centro de Arquitetura, Urbanismo e Design (CIAUD) - FORMA URBIS LAB; Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas;

Universidade Nova:

Faculdade de Ciências Sociais e Humanas- e das suas unidades de investigação Centro de Humanidades (CHAM) e Instituto de Estudos Medievais (IEM);

O Centro em Rede de Investigação Antropologia (CRIA) – polo da NOVA FCSH;

Instituto Universitário Egas Moniz e da Escola Superior de Saúde Egas Moniz.

Parceiros a integrar o projeto:

LNEG (Laboratório Nacional de Energia e Civil e Geologia);

LNEC (Laboratório Nacional de Engenharia Civil);

6. A REDE Nacional

Com o desenvolvimento do projeto pretende-se, em fase posterior, criar uma REDE que agregue os actuais municípios do território nacional, que em período romano também tenham sido cabeça de um *municipium*, tais como, entre outros:

- Óbidos,
- Alter do Chão,
- Braga,
- Faro,
- Beja,
- Coimbra,
- Oliveira do Hospital,
- Mértola,
- Santiago do Cacém, etc.

Incentivando-os a criarem as suas próprias Redes Locais e Metropolitanas, trilhando uma sinergia como a que presentemente ocorre na Área Metropolitana de Lisboa.

7. Para o futuro

Sem prejuízo de outras eventuais ações de divulgação e promoção que possam ainda vir a ser consideradas, até mesmo por proposta de outros municípios ou agentes envolvidos, estão desde já previstos os próximos passos:

2019

- Apresentação da Marca/ Logo do projeto;
- Elaboração do Projeto para o Centro Interpretativo para o Criptopórtico, (loja da Rua de São Julião / Rua da Prata);
- Apresentação do vídeo promocional;
- Abordagem dos potenciais parceiros para o projeto;
- Apresentação pública do Projeto no Teatro Romano;
- Proceder à elaboração do Projeto de Conservação e Restauro do Criptopórtico;
- Estabelecer Protocolos com os Parceiros;
- Apresentação pública do Website do projeto;
- Apresentação de APP e dos percursos ligados à temática Romana;
- Colocação de QRcodes em locais relevantes e integrados nos circuitos/percursos desenvolvidos;
- Editar textos/artigos científicos e fontes documentais em fascículos que serão produzidos pelos investigadores, parceiros do projeto, de forma a atualizarmos o conhecimento científico para esta temática;

2020

- Abertura do Criptopórtico e do Centro Interpretativo, através do qual se disponibilizará um novo acesso ao público;
- Editar textos/artigos científicos e fontes documentais em fascículos, que serão produzidos pelos investigadores parceiros do projeto, de forma a atualizarmos o conhecimento científico para esta temática;
- Lançamento de merchandising.
- Apresentação pública do Website do projeto;
- Apresentação de APP e dos percursos ligados à temática Romana;
- Colocação de QRcodes em locais relevantes e integrados nos circuitos/percursos desenvolvidos;
- Lançar os percursos na Rede Metropolitana.

2022/23

- Realizar uma grande Exposição envolvendo os vários parceiros e as linhas de investigação que estão a desenvolver;
- Edição do Catálogo da Exposição;
- Dar continuidade à edição de textos/artigos científicos e fontes documentais em fascículos, que serão produzidos pelos investigadores parceiros do projeto, de forma a atualizarmos o conhecimento científico para esta temática;

2024

- Preparação do Congresso Internacional e incremento de relações internacionais, com vista à constituição ou adesão a Redes Internacionais de índole científica e patrimonial específicas para o período romano e posterior publicação de Actas;
- Edição do Corpus Epigráfico, visando atualização da obra de Augusto Vieira da Silva Epigrafia de *Olisipo* publicada em 1944 pela edilidade lisboeta;

10. Conclusão

Considerando o assinalável incremento da atividade arqueológica no atual território do município de Lisboa, torna-se urgente rentabilizar e disponibilizar junto do público em geral a informação e os recursos patrimoniais de índole arqueológica que têm vindo a ser recuperados no seu subsolo. Neste sentido, o projeto que ora se pretende implementar vai ao encontro deste desiderato, procurando promover o imenso património de época romana, entretanto registado e identificado, no âmbito de um enquadramento mais vasto e abrangente que ultrapassa os limites do atual concelho.

Com efeito, são propostas uma série de ações, como a constituição de REDES, parcerias, promoção de um Congresso Internacional e de uma Exposição. Por outro lado, a criação de uma imagem comum, agregadora de todos os conteúdos previstos, permitirá integrar num discurso coerente e homogéneo os diferentes locais onde na atualidade persistem fragmentos/ruínas do antigo município romano *Felicitas Iulia Olisipo*, com recurso a suportes digitais e físicos (totens, placas informativas, etc.).

Com este projeto, *Felicitas Iulia Olisipo* converter-se-á, definitivamente, num recurso patrimonial e turístico que é colocado ao serviço da cidade e do concelho de Lisboa, bem como dos restantes concelhos que integram a REDE Metropolitana.

LISBOA

ROMANA

FELICITAS
IULIA
OLISIPO

➤ A intervenção arqueológica do Centro de Saúde de Alhandra: espaço de culto e morte do século XVIII

HENRIQUE MENDES

CENTRO DE ESTUDOS ARQUEOLÓGICOS VILA FRANCA DE XIRA – CEAX

DAVID GONÇALVES

LABORATÓRIO DE ARQUEOCIÊNCIAS DIRECÇÃO-GERAL DO PATRIMÓNIO CULTURAL (LARC/CIBIO(INBIO)
CENTRO DE INVESTIGAÇÃO EM ANTROPOLOGIA E SAÚDE DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA VIDA UNIVERSIDADE DE COIMBRA
LABORATÓRIO DE ANTROPOLOGIA FORENSE CENTRO DE ECOLOGIA FUNCIONAL
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA VIDA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

JOÃO PIMENTA

CENTRO DE ESTUDOS ARQUEOLÓGICOS VILA FRANCA DE XIRA – CEAX/UNIVERSIDADE DE LISBOA – FACULDADE DE LETRAS – UNIARQ
(CENTRO DE ARQUEOLOGIA)

RESUMO

O presente trabalho, apresenta os resultados referentes ao estudo arqueoantropológico da intervenção arqueológica realizada em 2011, quando da construção do novo Centro de Saúde de Alhandra.

A escavação da área onde se veio a edificar o Centro de Saúde de Alhandra permitiu identificar, analisar e registar diversos vestígios coerentes e em excelente estado de conservação das mais antigas ocupações da antiga Vila e sede de concelho.

A escavação em área e em profundidade até aos níveis de base, numa área de cerca de 530 metros quadrados, permitiu reconstituir os ritmos de ocupação humana nesta área da Vila ribeirinha de Alhandra.

Perante as evidências estratigráficas detetadas pela intervenção, foi possível distinguir, diferentes fases e pavimentações das antigas habitações que aí existiram ao longo do século XVII e XVIII.

O estudo antropológico reporta-se aos dados recolhidos pela exumação de 28 esqueletos inumados em deposição primária, assim como de outros conjuntos de ossos humanos correspondentes a ossários ou ossos dispersos em função de acção antrópica. Apesar do edifício religioso ter sucumbido ao terramoto de 1755, foi ainda possível escavar e salvaguardar pelo registo arqueológico, a totalidade da planta da ermida de São Francisco. Esta apesar de conservada apenas ao nível dos alicerces, permitiu contudo, reconstituir a sua volumetria, e vislumbrar as suas funcionalidades ou espaços, que agora se apresentam.

ABSTRACT

This work introduces the results of the archeoanthropological study of the archaeological intervention carried out in 2011, when the new Alhandra Health Center was built.

The excavation of the area where the Alhandra Health Center was erected allowed the identification, analysis and recording of several coherent and well-preserved remains of the oldest occupations of the old village and of the municipality center.

The excavation was carried out in an area of about 530 square meters, and to the fullest depth or archeological occupation, this allowed the reconstitution of the rhythms of human occupation in this area of the riverside village of Alhandra.

With these stratigraphical evidences, identified by the intervention, it was possible to distinguish different phases of occupation including several floorings of the old dwellings that existed here throughout the seventeenth and the eighteenth centuries. The anthropological study alludes to the data collected by the exhumation of 28 skeletons buried in primary deposition, as well as of other sets of human bones corresponding to ossuaries or bones dispersed due to anthropic action.

Although the religious edifice succumbed to the earthquake of 1755, it was still possible to excavate the entire plant of the Church of São Francisco, and safeguard the knowledge obtained through archeological record. Although preserved only at the foundation level, it was nevertheless possible to reconstruct its proportions, and to glimpse the functionalities and spaces of this building, which are now presented here.

1. Razões da intervenção:

A área onde se veio a implantar o atual Centro de Saúde de Alhandra corresponde à zona onde outrora se ergueu a antiga ermida de São Francisco.

No conjunto edificado, existente á data da intervenção, era ainda possível observar na fachada virada à Rua 5 de Outubro o primitivo portal e cunhais da antiga Igreja, últimos vestígios daquele imóvel religioso (figura 1). Estes elementos de valor patrimonial constam ao nível da 1.ª Revisão do PDM de Vila Franca de Xira, na categoria de arquitetura religiosa (n.º 59), nos “Outros Imóveis com Interesse” – “Valores Culturais”, os quais *não estando classificados, nem em vias de classificação, assumem importância no âmbito do património concelhio a nível histórico, cultural e arquitetónico*.

A área intervencionada localizava-se, deste modo, no perímetro do antigo núcleo histórico de Alhandra, na antiga Rua de São Francisco, atual Rua 5 de Outubro, em correspondência com o n.º 42 (ver figura 3 e 9).

A ermida de São Francisco de Alhandra terá pertencido à Ordem Terceira, existindo referência à data de constituição da respetiva irmandade de São Francisco, em 1721. Relativamente ao momento de fundação da ermida propriamente dita, este não é conhecido, apesar de se poder conjeturar, através da análise da própria tipologia do seu portal, que remontará a um período anterior à fundação da irmandade.

No que diz respeito ao PDM, esta parcela de terreno encontrava-se simultaneamente dentro da área do “C.3 Conjunto Edificado de Alhandra” – dentro dos “Conjuntos Urbanos com Interesse” definidos igualmente no âmbito da 1.ª Revisão do PDM de Vila Franca. A vila de Alhandra conserva, efetivamente no seu tecido urbano ainda hoje, as características de vila tipicamente ribeirinha, visível na harmonia do seu urbanismo, constituindo o mais bem conservado dos núcleos urbanos do concelho de Vila Franca de Xira.

Por estarmos perante uma área de grande interesse arqueológico situada, por um lado dentro da área do centro antigo da vila de Alhandra, por outro, na zona onde existiu a antiga ermida de São Francisco, a Câmara Municipal de Vila Franca de Xira previu a realização de sondagens arqueológicas prévias, a fim de serem acautelados quaisquer trabalhos a nível do subsolo.

Os trabalhos arqueológicos realizados na área de construção do centro de Saúde de Alhandra enquadravam-se em duas fases distintas, encontrando-se as mesmas explanadas

no âmbito do Caderno de encargos, que o então sector de arqueologia do Museu Municipal de Vila Franca de Xira lançou com a própria obra.

Uma primeira intervenção com carácter prévio foi então efetuada pela equipa de arqueologia afeta ao Museu Municipal de Vila Franca de Xira em 2010. (Pimenta e Mendes, 2011).

Posteriormente, e já com a obra a decorrer, foram efetuadas 16 sondagens arqueológicas de diagnóstico distribuídas por 64 metros quadrados pela empresa de Arqueologia ERA (Jacinto, 2012). A realização destas sondagens revelou a existência de contextos associados à utilização sacralizada deste espaço, assim como permitiu a identificação de várias outras estruturas adjacentes correspondentes possivelmente à antiga ermida de S. Francisco (figuras 4 a 7).

É na sequência desta última intervenção e pela necessidade de definir em concreto a ou as áreas de necrópole associadas à antiga ermida de São Francisco que se desenvolveram os naturais mecanismos conducentes à posterior intervenção arqueológica que este artigo pretende explorar.

Figura 1

Fachada da ermida de São Francisco no início dos trabalhos.



Figura 2

Planta da Vila de Alhandra de 1810 a 1845. Exposição Permanente do Museu de Alhandra Dr. Sousa Martins. A localização da ermida de São Francisco encontra-se assinalada com o n.º 43 e reforçada com três setas. Sendo bem visível que as suas ruínas ainda se manteriam visíveis no século XIX.

**Figura 3**

Mapa de localização da área de intervenção a vermelho na planta da Vila de Alhandra.



Figura 4

Planta da área da intervenção arqueológica do Centro de Saúde de Alhandra, com localização das Sondagens efetuadas pela Empresa Era Arqueologia, (segundo Jacinto, 2012).

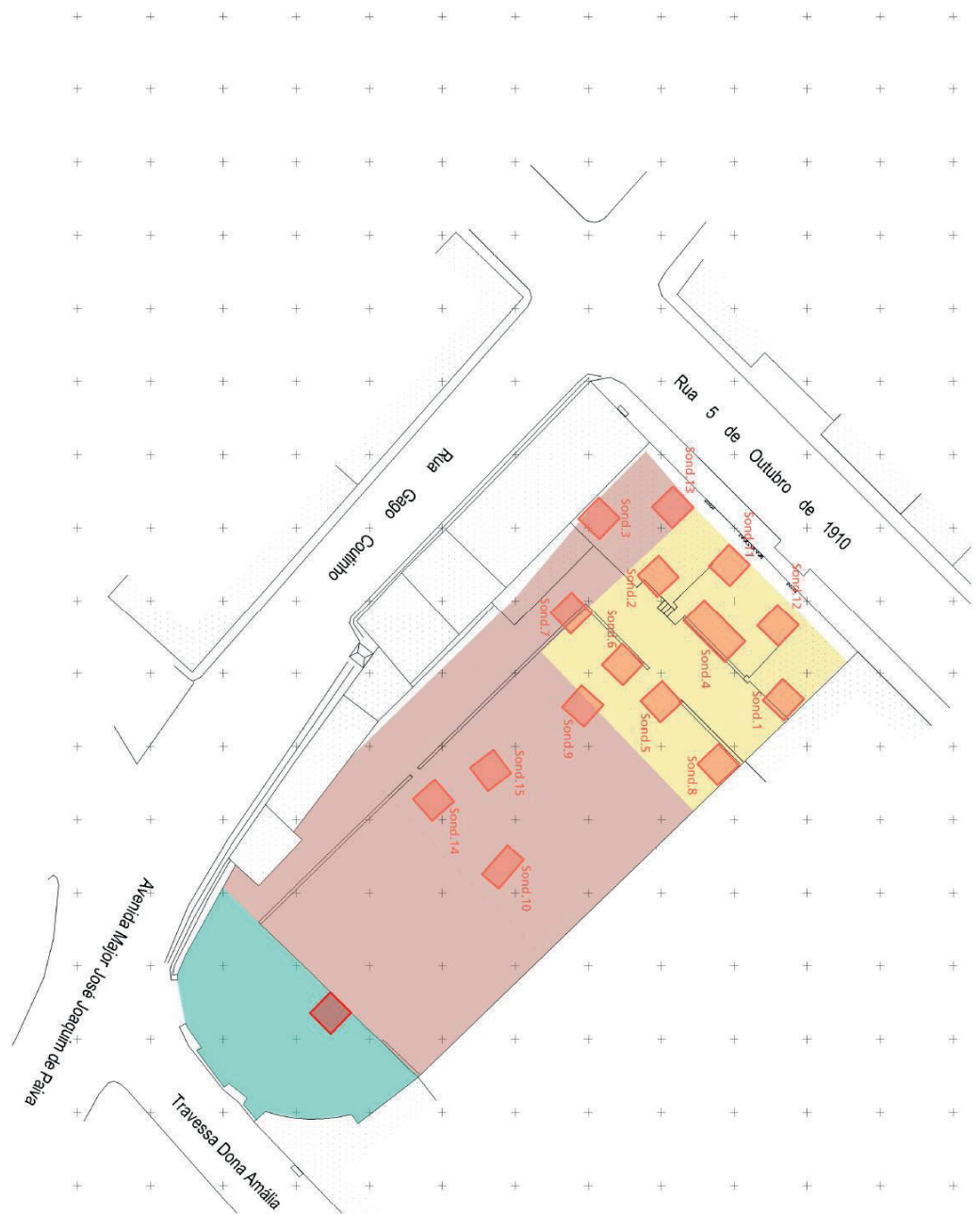
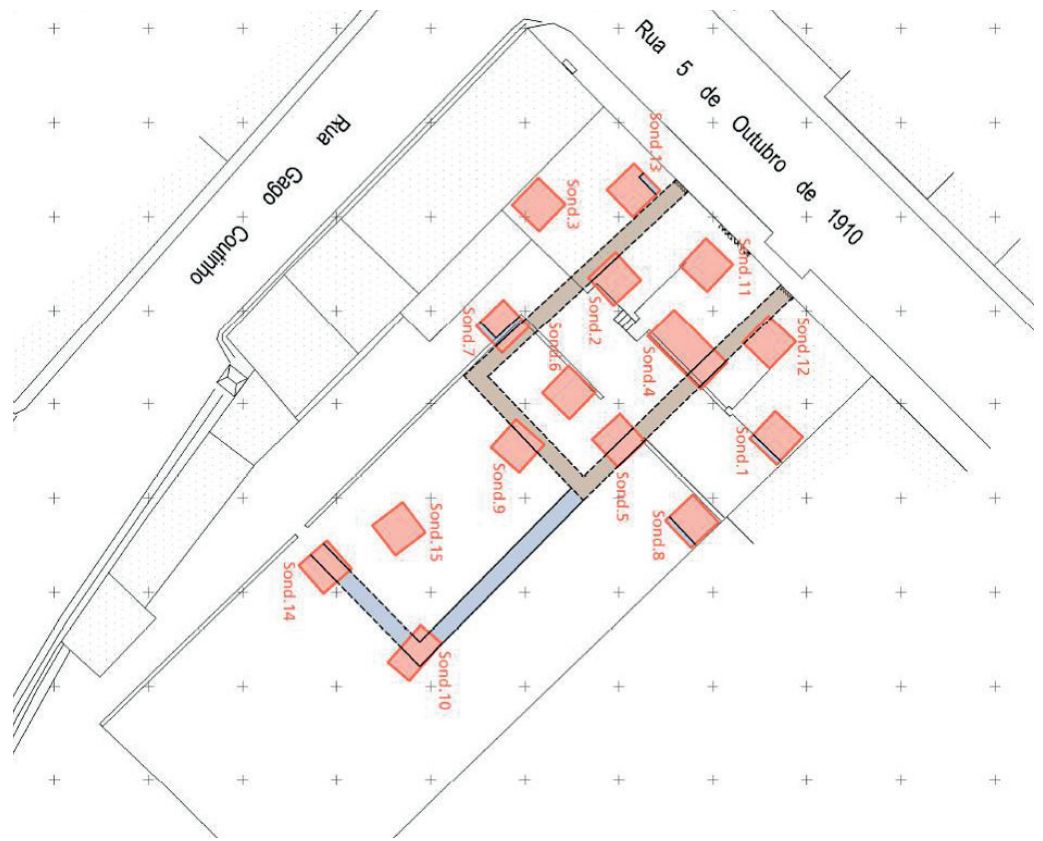


Figura 5

Planta da área da intervenção do Centro de Saúde de Alhandra, com localização das estruturas detetadas e sua interpretação pela Empresa Era Arqueologia, (segundo Jacinto, 2012).

**Figura 6**

Estado do terreno durante os trabalhos de escavação da Empresa ERA Arqueologia.



Figura 7

Pormenor geral das sondagens realizadas pela Empresa ERA Arqueologia.



2. Enquadramento Histórico Arqueológico

De acordo com a documentação histórica, arqueológica e cartográfica disponível, o núcleo histórico da antiga Vila de Alhandra, corresponde a uma zona com elevado potencial arqueológico.

As características topográficas do morro do Castelo de Alhandra, com condições naturais de defensibilidade e o domínio estratégico sobre o rio e a antiga Estrada Real, levaram a que desde cedo, comunidades humanas aqui se estabelecessem (Pimenta e Mendes, 2016).

Embora ainda não seja conclusiva, a existência de uma ocupação romana no monte do Castelo, ela é assaz plausível, face à descoberta, em recentes trabalhos de prospeção arqueológica aí efetuados de fragmentos de ânforas romanas balizados em meados do século I d.C. A presença do período islâmico, encontra-se materializada no seu topónimo Alhandra, que alguns autores explicam como proveniente das palavras Árabes “*alhodera*” (Tributo) ou “*Alhama*” (Banho ou águas medicinais) (Catarino, 2000). Com a conquista cristã do Vale do Tejo, surgem pela primeira vez documentos escritos relativos à história desta povoação, que recebeu foral do bispo de Lisboa em 1203. Nesta fase, o núcleo habitacional devia estar concentrado na área do monte do “Castelo”, onde existia uma fortificação (Pimenta e Mendes, 2007).

Pouco se pode aferir acerca desta estrutura, devendo estar englobada na linha de defesas do vale do Tejo, no período instável da reconquista em que esta área foi fronteira com os territórios Árabes do Império Almôada.

O local onde se hoje ergue a igreja paroquial, é desde época medieval, espaço religioso. Segundo as memórias paroquiais de Alhandra, o Cardeal D. Henrique, sendo arcebispo de Lisboa em 1558, manda reedificar um templo com o orago de São João Baptista no local

onde já existia uma ermida dedicada a Santa Catarina Virgem Mártir (Parreira, 1987/88).

Na área alvo de afetação pela construção do Centro de Saúde de Alhandra, situava-se a Ermida de São Francisco. Este edifício religioso terá pertencido à Ordem Terceira, tendo-se constituído em seu torno a irmandade de São Francisco, no ano de 1721 (ver figura 2).

Poucas são as informações documentais que possuímos acerca deste edifício e das suas utilizações. Importa porém reter que segundo as memórias paroquiais, a sua destruição se encontra conotada com o terramoto de 1755 (Cosme e Varandas, 2010).

3. As ordens Terceiras de São Francisco em Portugal

O aparecimento das ordens terceiras encontra-se profundamente conectado com as mudanças impostas à cristandade nos séculos XI e XIII. “Em um mundo que continuava sendo essencialmente rural, as cidades viviam um verdadeiro renascimento e apareciam novos grupos sociais” (Vauchez, 1995, p. 65). Esta nova classe social cognominada de burguesia conduziria a uma organização social distinta, pautada por um forte capital económico e cultural, que conduziria a inevitáveis repercussões no domínio da reflexão espiritual para os cristãos.

Não é de estranhar por isso que “O desenvolvimento das cidades, o surgimento de uma mentalidade do lucro, e a expansão económica do Ocidente no período arrancou a sociedade medieval da estagnação e obrigou a espiritualidade a se adaptar às novas condições da vida social” (Vauchez, 1995, p. 67). Fruto desta dualidade social no Ocidente Cristão, iremos assistir a uma mudança ou verdadeira revolução do paradigma católico, onde a assistência e ajuda aos pobres e mais carenciados irá ganhar cada vez mais um novo significado. “As transformações de carácter social ocorridas na Europa medieval conduziram deste modo, a um crescente sentimento de auxílio aos mais desfavorecidos e ao surgimento das novas ordens religiosas mendicantes e posteriormente das chamadas Ordens Terceiras, como a de São Francisco” (Sousa, 2015, p. 36).

O seu ideal de vida fica deste modo, pautado por uma vida evangélica de penitência e caridade que conduzirá pela Ordem dos Frades menores à criação da chamada Ordem Terceira Franciscana.

Abula papal “*Supra montem*” de Nicolau IV datada de 1289, viria a reconhecer o direito canónico da Ordem, sendo então aprovada a regra dos irmãos terceiros e a vinculação destes aos Frades Menores, ou seja, o reconhecimento efetivo da Ordem Terceira de S. Francisco de Assis (Sousa, 2015, p. 38).

“Esta equiparação dos terceiros franciscanos com o clero e, em consequência disto, a obtenção pelos irmãos terceiros dos mesmos privilégios e isenções que os clérigos gozavam levou a um rápido crescimento da Ordem Terceira Franciscana em toda a Europa” (Sousa, 2015, p. 39). Estes privilégios conduziram anos mais tarde como nos relata Bartolomeu Ribeiro na obra (1954, p. 47) “Os terceiros Franciscanos Portugueses: Sete séculos da sua história” a “(...) queixas, levadas pelo nosso rei D. João II, e também pelos outros reis cristãos, perante o Papa Alexandre VI, motivaram a Bula “*Exhibita Nobis*” de 27 de Outubro de 1495, (...) que na execução dela proibiram admissões ao Hábito da Ordem Terceira, sem autorização deles para cada caso.”

Com o suposto fim dos privilégios concedidos aos irmãos terceiros, esta Ordem começa a perder grande parte dos seus atrativos, entrando em acentuado descrédito em Portugal e Espanha. Apenas no século XVII, após o Concílio de Trento, é que estas Ordens religiosas ganhariam uma nova dinâmica assistindo-se à sua revitalização como “palco ade-

quado para a exibição das manifestações de piedade leigas estimuladas pela Restauração Católica, entre as quais figuram com destaque as obras de caridade e a devoção à paixão de Cristo” (Martins, 2009, p. 40).

Para o território nacional a história das Ordens Terceiras Franciscanas divide-se em dois momentos distintos no tempo. Um primeiro momento, ligado à lenda de que S. Francisco de Assis a caminho de Santiago em peregrinação terá passado por Portugal por volta de 1214 e instalado em Trancoso, uma fraternidade de penitentes. Por infortúnio, o “documento original que estaria no Arquivo da Ordem Terceira da Vila de Trancoso, terá sido queimado e deste apenas existe uma cópia feita pelo secretário da ordem” (Sousa, 2015, p. 40). Segundo o manuscrito, Francisco de Assis teria ainda aí realizado uma procissão, passando posteriormente por várias cidades a caminho de Santiago de Compostela tais como Guarda, Linhares da Beira, Celorico da Beira, Viseu, Lamego Guimarães e Ponte de Lima.

Em 1516, surge o segundo momento da ordem, pautado por uma reestruturação da mesma. “O Capitulo Geral dos Menores Franciscanos celebrado em Toledo no ano de 1606 estabeleceu as bases de uma nova organização para a Ordem Terceira Franciscana e mandou que todos os Frades Menores pregassem as excelências da Ordem Terceira a todo fiel cristão” (São Francisco, 1684, p. 385).

No decurso dos séculos XVII e XVIII seriam compiladas e organizadas várias obras, destinadas apenas aos irmãos terceiros franciscanos, as quais apregoavam as disposições Tridentinas da promoção da vida religiosa entre os cristãos. A partir da “ (...) segunda metade do século XVII aparecem as fraternidades de Bragança, Moncorvo, Chaves, Vila Real, Lamego, S. Cipriano de Resende, Amarante, (...) Torres Vedras, Ericeira, Cascais, Vila Franca de Xira, Elvas, Campo Maior e Faro” (Ribeiro, 1953, p. 53-54).

A Ordem Terceira Franciscana com a sua popularidade e rápida difusão entre os variados estratos sociais, uma vez que tanto abrangia as classes mais carenciadas como atraía membros das elites mais abastadas e influentes, difundiu-se rapidamente por todo o território nacional. Assim se justifica que por exemplo “Somente em Lisboa seriam instalados até ao final do século XVIII, 3 conventos da Ordem Franciscana” (Sousa, 2016, p. 42).

A Ordem Terceira Franciscana em Portugal assume-se deste modo, como um agregado de fraternidades de leigos que resolveram unicamente juntar-se para viverem de acordo com os propósitos canónicos de São Francisco de Assis. A sua vivência encontrava-se deste modo plasmada num fortalecimento espiritual e ação apostólica de onde se destaca o estilo de vida despojado e simples e o observar do evangelho segundo São Francisco de Assis.

4. Metodologia de Intervenção

Os trabalhos arqueológicos ocorridos no espaço onde se veio a edificar o novo Centro de Saúde de Alhandra repartiram-se em três momentos distintos:

1. Por estarmos perante uma área de grande interesse arqueológico situada, por um lado dentro da área do centro antigo da vila de Alhandra, por outro, na zona onde existiu a antiga ermida de São Francisco, a Câmara Municipal de Vila Franca de Xira previu a realização de sondagens arqueológicas a fim de serem acautelados quaisquer trabalhos a nível do subsolo.

Face ao projeto apresentado, assegurou-se num primeiro momento em 2010, a realização de duas sondagens arqueológicas de 2mx2m pelos arqueólogos do Município (Pimenta e Mendes, 2011).

Estas tinham como objetivo acautelar todos os futuros trabalhos de escavação a nível do subsolo, encontrando-se as mesmas explanadas no âmbito do caderno de encargos que o sector de arqueologia lançou com a própria obra. As sondagens realizadas tinham como propósito avaliar as potencialidades da área a intervir, assim como, servir de base à programação da escavação mais alargada em área.

2. Tendo por objetivo a caracterização e a avaliação patrimonial dos dados previamente fornecidos pelas duas sondagens realizadas (que permitiram registar uma lata diacronia de ocupação deste espaço centrada entre os séculos XV a XVIII) seriam efetuadas pela empresa Era Arqueologia (Jacinto, 2012), um total de 16 novas áreas de sondagem de 1mx1m (ver figura 4 a 7).

A nova metodologia de trabalhos prendia-se com a necessidade de se definir em concreto a ou as áreas de necrópole associadas à antiga ermida de São Francisco bem como as eventuais estruturas associadas a este templo religioso que pudessem ainda estar preservadas.

3. Embora a presumível existência deste espaço sagrado ter ficado, deste modo, em parte esclarecido pela intervenção da empresa ERA Arqueologia, desconhecia-se a sua planta, extensão e estado de conservação. Tornava-se necessário colocar a descoberto nesta nova fase de trabalhos em 2011, a totalidade da planta da Igreja, espaços, anexos e respetiva área de necrópole.

Para os devidos efeitos, os trabalhos de antropologia biológica seriam assegurados no terreno, pela contratação de um dos signatários (D.G.), para a exumação das inumações já colocadas a descoberto, assim como de quaisquer vestígios que viessem a ser detetados.

A nível da metodologia de escavação implementou-se uma leitura em área seguindo os conceitos definidos por Philip Barker, (1986, 1989). Esta opção visava tentar recolher o máximo de informação possível numa óptica de leitura diacrónica. A leitura estratigráfica seguiu deste modo, a remoção das unidades estratigráficas pela ordem inversa da sua deposição, tendo o seu registo seguido a proposta de Harris (1989). As diversas características das unidades foram recolhidas em ficha elaborada para o efeito, sendo a sua sequência e correlações inserida em matriz de Harris (1989).

O espólio exumado foi posteriormente lavado e inventariado encontrando-se depositado nas reservas do Centro de Estudos Arqueológicos de Vila Franca de Xira (CEAX).

5. Descrição e Duração dos Trabalhos

Tal como acordado em reunião celebrada no local em Janeiro de 2011, entre os técnicos do então IGESPAR e a Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, os presentes signatários assumiram a direção dos trabalhos arqueológicos gizando-se por este motivo, uma nova fase e simultaneamente uma nova metodologia de trabalhos.

A nova metodologia pretendia definir em concreto as áreas de necrópole associadas à antiga ermida de São Francisco e a respetiva planta da mesma. Entenda-se, as sondagens efetuadas pela ERA, revelaram a presença de diversas estruturas circunscrevendo aparentemente um edifício de planta quadrangular e associados a este a presença de contextos de enterramento (Jacinto, 2012). Sendo assim, ficou acordado, avançar-se com uma escavação em área da totalidade do espaço a afetar pelos trabalhos de obra.

Os meios técnicos e humanos foram assegurados pelo Museu Municipal, sendo a equipa de trabalho constituída pelos três signatários, e por uma equipa de trabalhadores do Departamento

mento de Obras da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira (DOVI) aos quais se agradece toda a colaboração prestada pela sua adaptabilidade a este tipo de trabalho tão sensível.

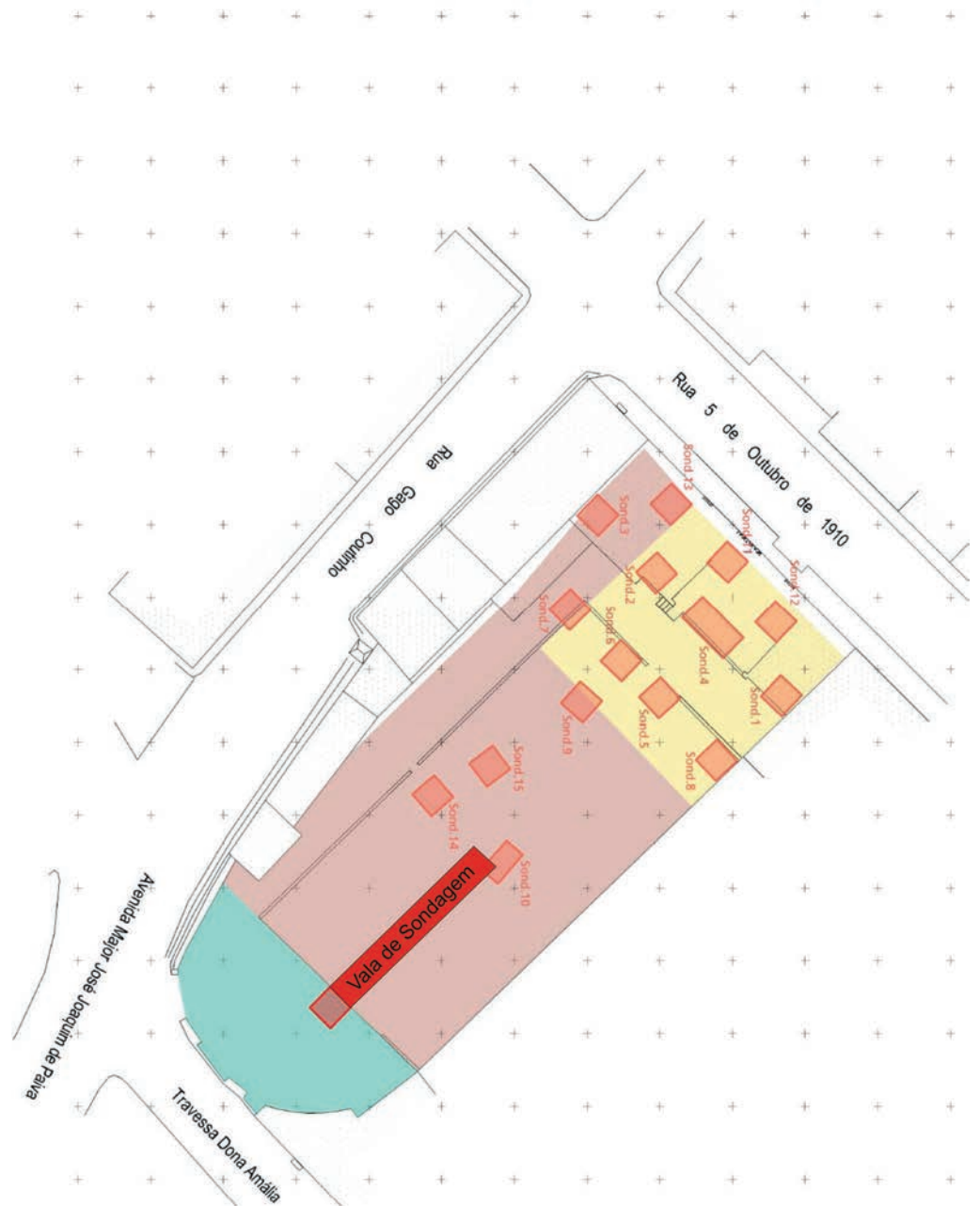


Figura 8
Planta da área da intervenção do Centro de Saúde de Alhandra, com localização das sondagens da Empresa Era Arqueologia, (segundo Jacinto, 2012). A vermelho vala mecânica de sondagem na área exterior à Igreja.

6. A Escavação em área

A primeira fase dos trabalhos incidiu na limpeza da área e levantamento topográfico do terreno, sendo o mesmo quadriculado com uma grelha de quatro metros por quatro.

A área intervencionada encontrava-se parcialmente coberta pelos vestígios da demolição dos edifícios aqui existentes pertencentes a uma coletividade recreativa local, assim como pelas infraestruturas de um ringue desportivo que ocupava grande parte da área a investigar.

Estas observações são particularmente reveladoras, pois como iremos ver, a sua existência afetou a diversos níveis as realidades pretéritas correlacionadas com este edifício sacro.

Após os naturais trabalhos de limpeza do espaço alvo de intervenção, iniciaram-se de imediato os trabalhos, avançando-se metodologicamente a partir da zona de fachada da antiga ermida ainda preservada virada à Rua 5 de Outubro (ver figuras 9 a 12). Na análise do alçado desta fachada verificava-se antes do início da intervenção o arranque em cilharia dos cunhais laterais da antiga ermida. Esta situação indicava que daí deveriam arrancar as paredes laterais da mesma. Observando-se do lado interno, verificava-se que apesar de desmantelado até ao nível dos alicerces, no lado esquerdo existia uma espécie de contraforte que mais não era que o arranque do limite da ermida.

A limpeza avançou a partir deste elemento estrutural, removendo-se um nível heterogéneo constituído por tijolos recentes, cimento e pedras. Correspondia ao nível de destruição dos edifícios aqui existentes para a construção do Centro de Saúde de Alhandra. A continuação dos trabalhos permitiu verificar que esta unidade, UE [19], estendia-se por toda a área e cobria as estruturas pétreas conotadas com os antigos edifícios aqui existentes.

Duas semanas de trabalhos permitiram deste modo, colocar a descoberto a totalidade da planta da ermida de São Francisco (ver figura 12 e 13), esta apesar de muito desmantelada, conservava a nível dos alicerces, a totalidade da sua planta, desde a fachada e porta original que se preservou até aos dias de hoje e que será integrada na fachada do centro de Saúde de Alhandra (ver figura 94), até à parede do altar e respetiva sacristia.

Paralelamente os trabalhos de decapagem manual, partindo das sondagens efetuadas pela empresa Era Arqueologia, permitiram delimitar e definir as áreas de inumações quer no interior quer no exterior da igreja.

Uma segunda frente de trabalhos, igualmente acordada com o IGESPAR, incidiu numa área que se considerava externa ao antigo edifício da ermida de São Francisco. Esta área já tinha sido alvo de uma sondagem durante a escavação de 2010, Sondagem n.º 1 (Pimenta e Mendes, 2011). Aí a escavação tinha permitido verificar uma estratigrafia heterogénea reveladora da existência de uma área de aterros de época contemporânea com escassos materiais cerâmicos de meados do século XV a XIX.

Perante este enquadramento, decidiu-se abrir uma vala de sondagem desde a Sondagem n.º 1 da intervenção arqueológica promovida pelo Museu Municipal em 2010 até à Sondagem da Empresa ERA Arqueologia, onde se identificou o limite da Igreja. O objetivo desta vala de sondagem, era o de aferir da existência de níveis, enterramentos ou estruturas nesta área (ver figura 8). Contudo o desenrolar da escavação levou à confirmação da leitura já efetuada em 2010.

Dado por terminados a primeira fase de trabalhos, que consistia na definição em área da planta da antiga ermida de São Francisco da Vila de Alhandra, e que tinha como objetivo subjacente compreender a extensão e estado de conservação dos contextos sepulcrais a ela associada, por uma questão técnica decidiu-se na altura alterar a metodologia de trabalhos, efetuando-se uma segunda reunião no dia 2 de Fevereiro de 2012, entre o IGESPAR

e a Câmara Municipal de Vila Franca de Xira.

A planta encontrava-se na sua totalidade a descoberto, e resulta dessa análise a compreensão que a mesma se encontrava assaz destruída, subsistindo apenas os alicerces das suas paredes. A par do edifício da ermida definiram-se mais dois compartimentos quadrangulares adjacentes, que deveriam corresponder à sacristia, um espaço correlacionado com os serviços da Irmandade de São Francisco e uma área aberta que interpretamos, tendo em conta a documentação e cartografia histórica, como adro lateral da ermida (ver figura 13).

Seria na parte de entrada da ermida e neste espaço de adro lateral que se preservavam os contextos sepulcrais. Estes correspondiam a pelo menos oito inumações visíveis, encontrando-se estas algo revolvidas por interfaces de destruição já dos séculos XIX e XX.

Assim e tendo em presença a particularidade deste tipo de contextos, ajustou-se com o dono de obra e com o IGESPAR a alteração de metodologia, avançando-se com uma escavação em área da totalidade do espaço, onde se vislumbrava a presença destes contextos.

Por uma questão de coerência estratigráfica e espacial, a escavação, a partir deste momento, desenvolveu-se dentro dos ambientes arquitetónicos definidos pela escavação em área. Estes seriam assim numerados sequencialmente à medida da sua descoberta.

Figura 9
Levantamento topográfico de enquadramento da área intervencionada do Centro de Saúde de Alhandra, com localização das estruturas detetadas e a amarelo as duas áreas de necrópole.



Figura 10
Início dos trabalhos
de limpeza da área de
intervenção.



Figura 11
Decorrer dos trabalhos
de limpeza da área de
intervenção.

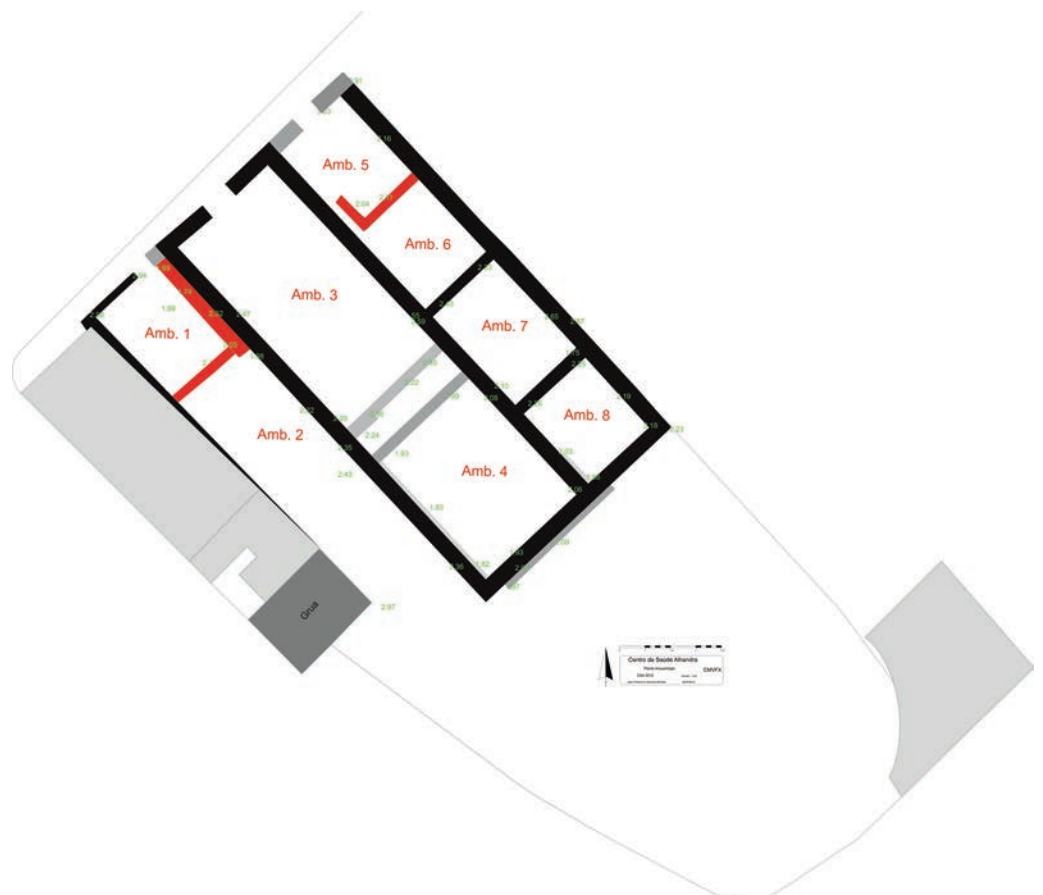


Figura 12

Primeira perspetiva da escavação em área das estruturas da antiga ermida.

**Figura 13**

Levantamento topográfico das estruturas detetadas com a identificação dos diversos ambientes.



6.1. Ambiente 1

Correspondia ao primeiro ambiente identificado, encontrando-se delimitado pelas paredes UE [30], [31], [75] e pela parede do edifício adjacente à escavação. Tratava-se de um compartimento de cariz habitacional de planta retangular, circunscrevendo uma área de 5,80 por 4,70 metros, ou seja cerca de 27 metros quadrados (ver figura 14).

Ainda que encostado à ermida de São Francisco, a análise da planta e da estratigrafia identificada permitem-nos afirmar categoricamente, estarmos perante um edifício de cariz habitacional. Aliás como iremos ver trata-se sem dúvida de uma pré-existência anterior à edificação deste espaço sagrado (ver figuras 15 a 19).

A escavação identificou igualmente que na sua última fase, este espaço tinha uma porta de comunicação com o ambiente 2, e possivelmente outra porta onde aliás existe a atual comunicando com a antiga Rua de São Francisco.

Removidos os níveis resultantes dos trabalhos de demolição do casario aqui existente, UE [19], [24], identificou-se um espesso nível essencialmente composto por cinzas e carvões UE [25]. Infortunadamente este era estéril em materiais arqueológicos.

A sua remoção revelou um pavimento bem preservado de terra batida que se estendia por todo o compartimento ambiente 1 UE [26]. A sua superfície evidenciava vestígios de fogo, tendo-se identificado um interface de abandono, UE [27], com algumas peças fragmentadas em conexão sobre a superfície do respetivo pavimento.

A sua análise permite atribuir uma cronologia bem definida a este abandono, centrada em inícios da segunda metade do século XVIII. Estará este abandono correlacionado com o cataclismo de 1755 e com os danos por ele causados atestados nas memórias paroquiais?

Levantando-se parcialmente este pavimento, numa área de sondagem, identificou-se uma camada arenoargilosa de tom castanho-avermelhado, grão fino medianamente compacta, UE [28]. Esta era composta por pedras de pequeno calibre, nódulos de carvão, argamassa branca, fragmentos de telhas de canudo vermelho, cerâmica comum e faiança portuguesa.

Sob esta unidade deparamo-nos com um sedimento argiloso de tom castanho, grão fino, compacto, UE [29]. Composto por pedras de pequeno calibre, nódulos de carvão dispersos. Fragmentos de telhas de canudo vermelho e amarelas, cerâmica comum quinhentista e ossos. Esta unidade cobria diretamente o nível de base geológico UE [32].

A análise do material cerâmico aqui exumado, permite atribuir-lhe uma cronologia mais recuada, a presença de cerâmica comum e vidrada de tom melado com bons paralelos em contextos quinhentistas de Lisboa e Vila Franca de Xira (Pimenta e Mendes, 2007), leva-nos a atribuir uma datação de meados do século XVI.

As correlações estratigráficas permitem-nos verificar a existência de duas fases de ocupação neste ambiente 1. De facto, a unidade, UE [29], apenas está relacionada com a parede, UE [30], junto à parede, UE [31], registou-se uma vala de fundação que corta as UE [28] e [29].

Sendo assim, temos uma fase do século XVI associada à parede UE [30], sendo posteriormente este espaço remodelado e adoçado ao mesmo uma parede em ângulo reto UE [31].

A análise das correlações estratigráficas na área do ambiente 3 permitiram igualmente observar, que a construção da parede, UE [87] e o seu alicerce UE [72], que delimita a sul o edifício da ermida de São Francisco encostam à estrutura UE [30], sendo assim esta claramente anterior e uma preexistência neste espaço.

Figura 14
Pormenor da planta do ambiente 1.



Figura 15
Perfil sul do corte efetuado no ambiente 1.

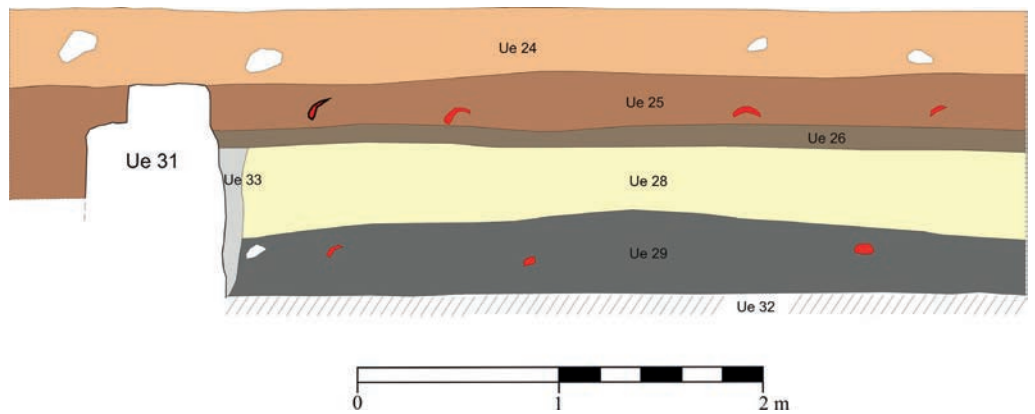


Figura 16

Primeira perspetiva da escavação em área das estruturas da antiga ermida. Observe-se à esquerda na imagem a ligação da parede com o alçado da fachada.

**Figura 17**

Ambiente 1 início da sondagem estratigráfica junto à parede UE [30].



Figura 18
Ambiente 1 fim
da sondagem
estratigrafia junto à
parede UE [30].



Figura 19
Pormenor alçado da
parede UE [30].



6.1.1. Lista das Unidades Estratigráficas Detetadas

Nesta área efetuámos a seguinte sequência estratigráfica:

UE [19] Nível heterogéneo constituído por tijolos recentes, cimento e pedras. Corresponhia ao nível de destruição dos edifícios aqui existentes para a construção do Centro de Saúde de Alhandra. Estendia-se por toda a área no início dos trabalhos. Cobre as UE [20], [21] e [22].

UE [24] Camada arenosa de tom castanho amarelado, grão fino medianamente solta. Nível remexido onde surgem materiais do século XVIII a par de outros do século XXI. Coberto pela UE [19]. Cobre a UE [25].

UE [25] Camada essencialmente composta por cinzas e carvões. Nível espesso com cerca de 30 cm de altura. Estéril em materiais arqueológicos. Coberto pela UE [24]. Cobre a UE [26].

UE [26] – Pavimento de terra batida do compartimento quadrangular ambiente 1. A sua superfície evidenciava vestígios de fogo. Coberto pela UE [27]. Cobre a UE [28].

UE [27] – Interface sobre o pavimento UE [26]. Recolheram-se alguns materiais fragmentados *in situ*. Presença de materiais em cerâmica comum, faiança com decoração a azul e branco. Coberto pela UE [25]. Cobre a UE [26].

UE [28] – Camada arenoargilosa de tom castanho-avermelhado, grão fino medianamente compacta. Composta por pedras de pequeno calibre, nódulos de carvão e argamassa branca. Fragmentos de telhas de canudo vermelho, cerâmica comum e faiança portuguesa. Coberto pela UE [26]. Cobre a UE [29].

UE [29] – Camada argilosa de tom castanho, grão fino, compacta. Composta por pedras de pequeno calibre, nódulos de carvão dispersos. Fragmentos de telhas de canudo vermelho e amarelas, cerâmica comum quinhentista e ossos. Encostava à estrutura pétrea UE [30]. Coberto pela UE [28]. Cobre o nível de base geológico UE [32].

UE [30] – Estrutura pétrea composta por blocos calcários de pequena e média dimensão com ligante de argamassa branca. A sua face interna evidenciava estuque até ao nível do pavimento UE [26], com o qual confinava.

Esta estrutura tem dois níveis de ocupação. Um mais antigo quinhentista associado à UE [29]. E outro mais recente associado ao compartimento setecentista definido pelo pavimento UE [26] e ao seu abandono UE [27].

Esta estrutura parece ser anterior aos muros da ermida de São Francisco. Essas estruturas cortam e encostam a esta. Coberto pela UE [24]. Assenta sobre o nível de base geológico UE [32].

UE [31] – Estrutura pétrea composta por blocos calcários de pequena e média dimensão. O ligante é argamassa amarela e aproveita como interstício telhas vermelhas de canudo. No topo da estrutura preserva uma soleira de porta em calcário. Esta aparenta encontrar-se *in situ*, preservando a zona dos dois gonzos laterais. Esta estrutura cobre e corta a UE [29].

UE [32] – Nível de base geológico constituído por saibro argiloso de tom verde muito compacto. Trata-se igualmente já do nível freático. Coberto pela UE [29].

UE [33] – Interface da vala da estrutura UE [31]. Preenchida pela própria estrutura UE [31]. Cobre e corta a UE [29]. Coberta pela UE [29].

6.2. Ambiente 2

Tratava-se de um vasto espaço retangular com uma área de 19,60 por 4,70 metros de largura, ou seja cerca de 92 metros quadrados. Este vasto espaço encontrava-se muito afetado pela construção da laje em betão onde se viria a fixar a grua destinada aos trabalhos do projeto de engenharia do Centro de Saúde, assim como pela existência de canalizações e esgotos dos antigos edifícios aqui existentes e cujas infraestruturas passavam precisamente por esta área (figura 13 e 16).

Face a estas contingências não se investiria muito na escavação desta área tendo-se apenas descido até à cota de afetação da obra, não se tendo identificado níveis arqueológicos.

6.2.1. Lista das Unidades Estratigráficas Detetadas

Nesta área e apesar efetuámos a seguinte sequência estratigráfica:

UE [19] – Nível heterogéneo constituído por tijolos recentes, cimento e pedras. Corresponde ao nível de destruição dos edifícios aqui existentes para a construção do Centro de Saúde de Alhandra. Estende-se por toda a área no início dos trabalhos. Cobre as UE [20], [21] e [22].

UE [24] – Camada arenosa de tom castanho amarelado, grão fino medianamente solta. Nível remexido, surgem materiais do século XVIII a par de outros do século XXI. Coberto pela UE [19]. Cobre a UE [25].

UE [34] – Nível revolvido e destruído pelos trabalhos decorrentes da obra. Camada arenosa de tom castanho acinzentado, grão fino medianamente compacta. Composto por pedras de pequeno calibre, telhas, cerâmica comum, fragmentos de telha Marselha e cimento. Não se escavou na totalidade este nível. Coberta pela UE [24].

6.3. Ambiente 3

Este ambiente correspondia a um amplo compartimento que se articulava diretamente com a fachada da ermida de São Francisco arrancando as suas paredes laterais desde os imponentes cunhais ainda preservados na fachada.

Trata-se do corpo da ermida, encontrando-se delimitado pela fachada do edifício e pelas paredes UE [36], [37] e [58], circunscrevendo uma área de 13,80 por 7,10 metros, ou seja cerca de 98 metros quadrados (ver figuras 14 a 29).

As estruturas UE [58], juntamente com a UE [55], correspondem, a nosso ver, a infraestruturas correlacionadas com um antigo arco que separaria o corpo da ermida da área do altar-mor (ambiente 4).

Face a esta leitura distinta, que como iremos ver é confirmada pela sequência estratigráfica, optámos por separar dentro do espaço da ermida os dois ambientes, mantendo aqui essa distinção.

Apesar de na área da fachada ainda se preservar a soleira de entrada original do espaço religioso, ao iniciarmos os trabalhos de limpeza em área, verificamos que no interior da Igreja, as profundas alterações e reutilizações que este espaço sofreu afetaram profundamente os níveis arqueológicos. Assim ao contrário do que seria espetável, face ao auspicioso começo de termos a entrada preservada, em todo o espaço da ermida apenas foi possível identificar cerca de um metro quadrado de pavimento original.

Realmente, apenas do lado esquerdo da fachada foi possível identificar após a remoção dos níveis de revolvimento, UE [19] e [20] vestígios de um pavimento de tijoleira, UE

[22]. Tratava-se de um pavimento de tijoleiras retangulares de tom encarnado, podendo corresponder ao antigo pavimento da Igreja. Igualmente apenas identificado nesta área detetou-se sob este nível uma preparação para assentamento do pavimento em argamassa de tom branco, UE [23].

Na restante área identificou-se após a limpeza um nível homogêneo de sedimento arenoargiloso de tom castanho-escuro, grão fino medianamente compacta, UE [23]. Composto por pedras de pequeno médio calibre, nódulos de carvão e argamassa branca, esta unidade estendia-se a toda a área do ambiente 3.

Desde um primeiro momento verificou-se que neste nível encontravam-se abertas uma série de valas de planta aproximadamente quadrangular. No seu enchimento verificava-se a omnipresença de restos osteológicos. Tratava-se evidentemente de valas de sepulturas, correspondendo à necrópole da ermida (ver figura 21).

Face a esta ocorrência efetuou-se uma limpeza criteriosa do espaço para detetar as referidas valas e procedeu-se à escavação em área da necrópole. Por questões metodológicas e de segurança, decidiu-se, escavar um máximo de duas sepulturas, procedendo ao seu registo e remoção (ver figura 31 e 32).

Não nos vamos aqui deter na análise da necrópole, uma vez que esta será alvo de estudo exaustivo que se apresenta mais à frente, contudo importa deixar apenas alguns apontamentos:

- A escavação da ermida apenas revelou espaço de necrópole no ambiente 3 e no ambiente 6.
- No ambiente 3 detetaram-se 16 valas de sepulturas.
- Nestas 16 valas de sepultura identificaram-se deste modo 28 indivíduos e 3 ossários.
- A nível da cronologia os dados resultantes da escavação e exumação das sepulturas não foram particularmente abundantes. De facto, as inumações apenas revelaram (como era expectável) como espólio pregos em ferro dos caixões, alguns alfinetes de bronze e alguns casos botões em osso.
- A cronologia é assim aferida indiretamente quer pelas correlações estratigráficas quer pela documentação histórica.

A nível da estratigrafia, a camada onde as valas de sepultura foram abertas, UE [21], apresenta uma cronologia bem definida pelas associações de material cerâmico e pela presença de diversos fragmentos de cachimbos de caulino de produção Inglesa e Holandesa de meados da primeira metade do século XVIII, ver artigo específico sobre estes materiais no presente volume.

Paralelamente a documentação disponível remete para 1721 a fundação da irmandade de São Francisco e possivelmente a construção do templo. Parece assim que ambos os dados são coerentes para se aferir uma cronologia do início de utilização deste espaço como necrópole.

A documentação fornece igualmente uma cronologia para o abandono da utilização deste espaço sacro. Nas memórias Paroquiais (1758-1759), afirma-se que o espaço se encontra arruinado pelo cataclismo de 1755, que afetou profundamente esta vila Ribatejana.

Temos assim uma utilização provável deste espaço de necrópole entre 1721 e 1755, ou seja cerca de 34 anos.

Para se tentar obter uma leitura vertical da estratigrafia e no fundo aferir da existência ou não de ocupações pretéritas como as já vislumbradas no ambiente 1, decidiu-se prolongar uma das sondagens, com o intuito de obter um corte no interior do ambiente 3. Esta

leitura resultou particularmente interessante (ver figura 22 e figura 27 a 29).

Removida a unidade que consideramos de aterro da área e que está diretamente correlacionada com a construção da Igreja, UE [21], deparámo-nos com uma unidade que interpretamos como nível de obra, possivelmente correspondendo a um momento de demolição das estruturas pré-existentes para a edificação da Igreja, UE [74].

Esta camada caracterizava-se por um sedimento arenoargiloso de tom amarelo ou castanho amarelado, grão médio fino medianamente solto. Composto por pedras de pequeno médio calibre. Nódulos de argamassa branca e amarela, telhas de canudo e alguma escassa cerâmica comum, faiança e fragmentos de estuque de tom branco.

Esta unidade assentava sobre um nível essencialmente composto por argamassa branca, UE [132], e que se estendia a toda a sondagem. Este nível cobria diversas realidades correspondendo na nossa interpretação a uma ocupação anterior do espaço cortada literalmente pela edificação da ermida como se vê pela parede estrutural UE [36], e seu alicerce UE [41], que cortam a estrutura UE [135].

Esta ocupação parece face às evidências detetadas corresponder a uma utilização de cariz doméstico similar ao já revelado pelo ambiente 1.

Na área sondada identificou-se a evidência negativa correspondendo a vala de roubo de muro, UE [137] da existência de uma parede com orientação similar à UE [30] e que divide dois distintos compartimentos (figura 28).

No compartimento a norte identificou-se uma estrutura composta por blocos calcários não aparelhados e de cariz algo fruste, UE [135]. Esta estrutura de funcionalidade pouco clara, mas que podia a nosso ver e perante a presença de diversos fragmentos de mós, estar correlacionada com uma estrutura de moagem estilo atafona, assenta sobre a unidade UE [134], (figura 29). A escavação parcial deste nível permite aferir uma cronologia de meados do século XVII para estas evidências.

Por uma questão de cronograma e visto estarmos abaixo da cota de afetação da obra não se desceu mais a sondagem.

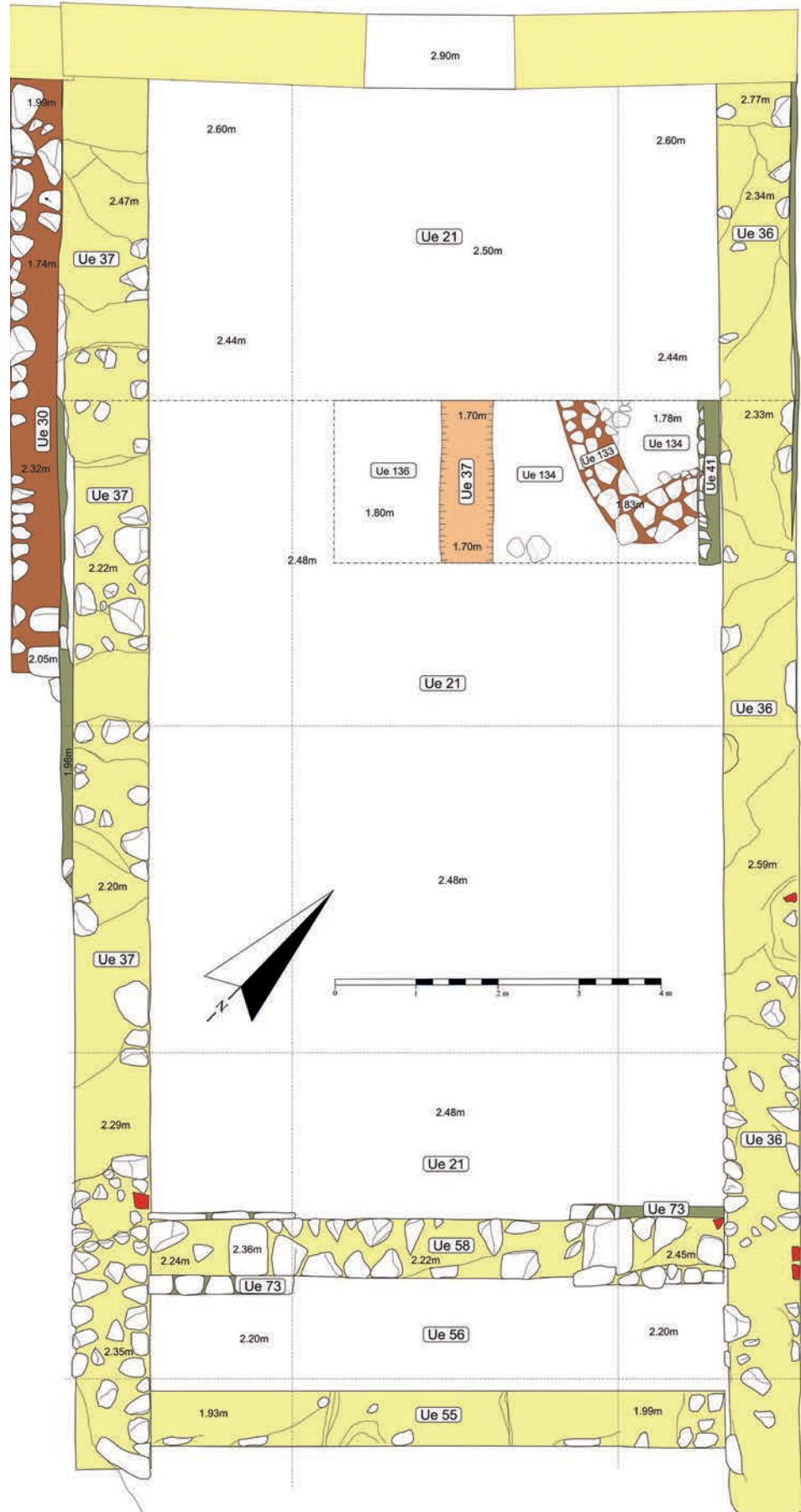


Figura 20
Pormenor da planta
do ambiente 3.

Figura 21
Planta parcial da escavação com localização das valas de sepulturas.

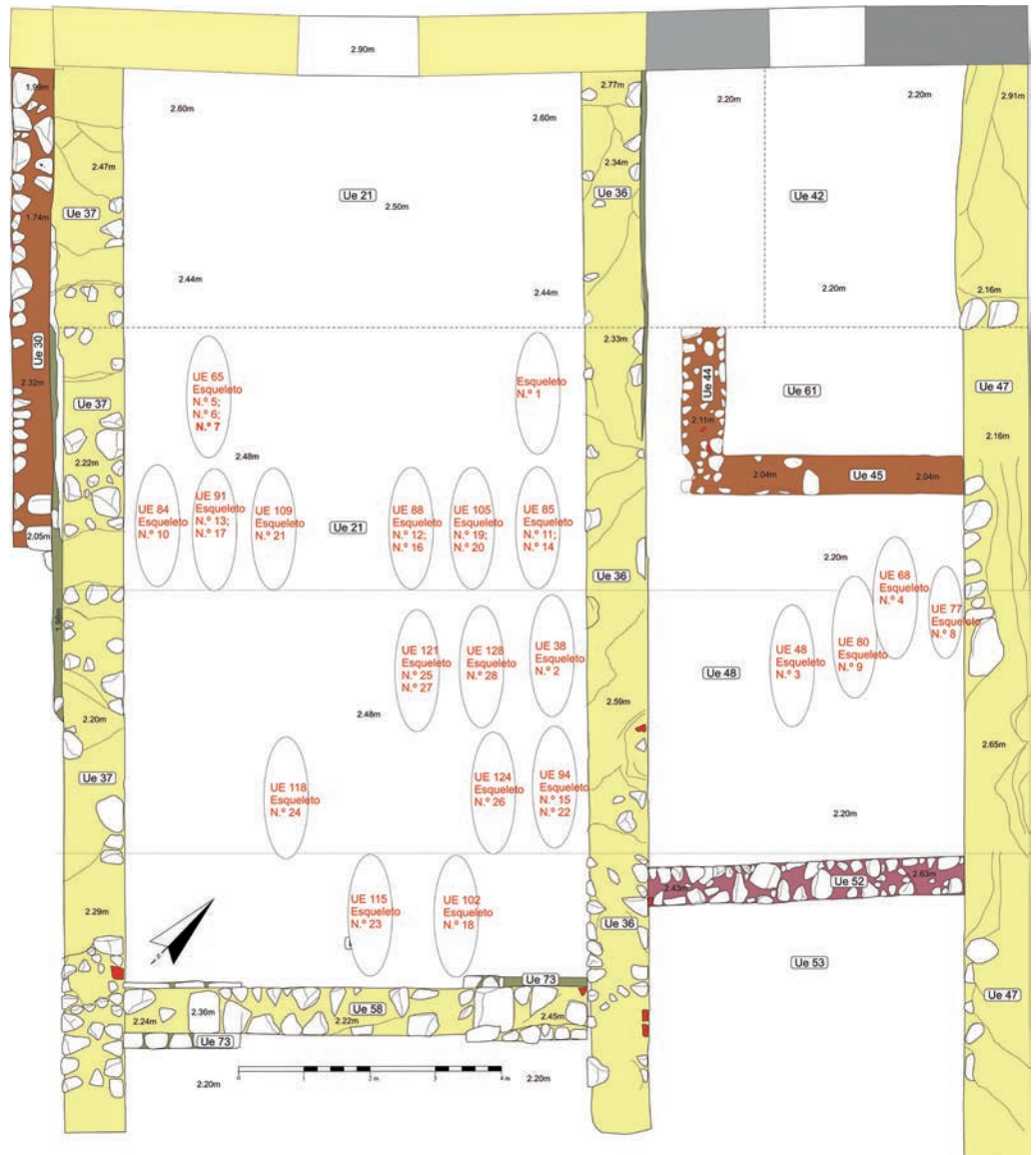


Figura 22
Perfil Oeste, Sondagem estratigráfica ambiente 3.

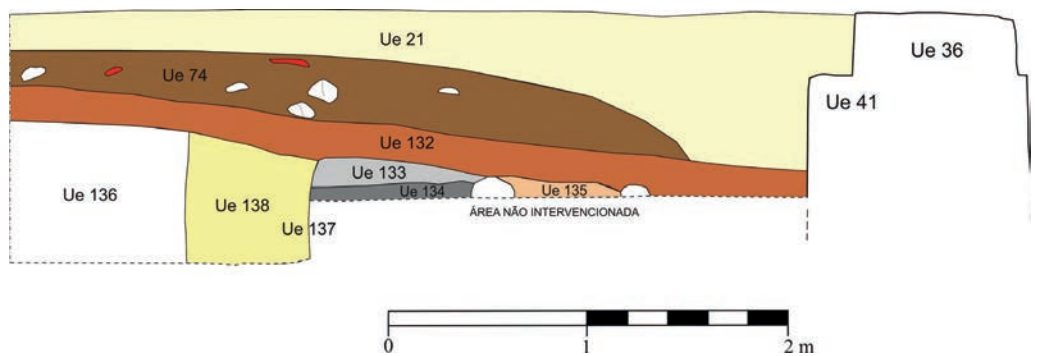




Figura 23
Planta geral da
escavação com
localização das valas
de sepulturas.

Figura 24
Pormenor geral do ambiente 3 no início dos trabalhos de escavação (centro).



Figura 25
Pormenor do trabalho de escavação da área necrópole.



Figura 26

Vista geral do ambiente 3. Já com a demarcação de segurança da área de necrópole.

**Figura 27**

Pormenor da vala de roubo de muro UE [137], na área de sondagem estratigráfica do ambiente 3.



Figura 28
Pormenor da área
de sondagem
estratigráfica do
ambiente 3.



Figura 29
Pormenor da
estrutura UE [133], na
área de sondagem
estratigráfica do
ambiente 3.



Figura 30
Esqueleto n.º 10
UE [96].



Figura 31
Esqueletos n.º 23 e 24.



Figura 32

Decorrer dos trabalhos de escavação em área da necrópole de São Francisco de Alhandra.



6.3.1. Lista das Unidades Estratigráficas Detetadas

Nesta área efetuámos a seguinte sequência estratigráfica:

UE [19] – Nível heterogéneo constituído por tijolos recentes, cimento e pedras. Corresponhia ao nível de destruição dos edifícios aqui existentes para a construção do Centro de Saúde de Alhandra. Estendia-se por toda a área no início dos trabalhos. Cobre as UE [20], [21] e [22].

UE [20] – Camada arenosa de tom castanho acinzentado, grão fino medianamente solta. Composta por telhas, plásticos, fios elétricos e cerâmica comum. Nível de revolvimento recente ambiente 3. Cobre a UE [21].

UE [21] – Camada arenoargilosa de tom castanho-escuro, grão fino medianamente compacta. Composta por pedras de pequeno médio calibre, nódulos de carvão e argamassa branca. O espólio é escasso constituído por cerâmica comum, faianças com decoração a azul e branco e alguns fragmentos de cachimbo de caulino. Esta unidade estendia-se a toda a área do ambiente 3.

UE [22] – Pavimento de tijoleiras retangulares de tom encarnado. Possível pavimento da Igreja. Coberto pela UE [20]. Cobre a UE [23].

UE [23] – Nível de argamassa branca. Assentamento do pavimento de Tijoleira UE [22]. Cobre a UE [35] – Estrutura pétreia composta por blocos calcários de pequena, média e grande dimensão com ligante de argamassa branca. Esta parede corresponde à fachada da antiga Ermida de São Francisco. No início da obra ainda se preservava a antiga porta e respetivos cunhais da igreja. Articula-se com os muros laterais já muito destruídos da ermida UE [36] e UE [37].

UE [36] – Estrutura pétreia composta por blocos calcários de pequena, média e grande dimensão com ligante de argamassa branca. Esta parede correspondia à parede lateral da

antiga Ermida de São Francisco. Coberta pela UE [19]. Assenta sobre a UE [41].

UE [37] – Estrutura pétreia composta por blocos calcários de pequena, média e grande dimensão com ligante de argamassa branca. Esta parede correspondia à parede lateral da antiga Ermida de São Francisco. Coberta pela UE [19].

UE [38] – Interface de vala de sepultura n.º 2. Escavada no sedimento UE [21]. Coberta pela UE [20]. Preenchida pela UE [39].

UE [39] – Camada arenosa de tom castanho acinzentado, grão fino, medianamente compacta. Enchimento vala de sepultura n.º 2. Cobre a UE [40].

UE [40] – Unidade atribuída ao esqueleto n.º 2. Enchimento vala de sepultura UE [38].

UE [41] – Alicerce da estrutura UE [36]. Estrutura pétreia composta por blocos calcários de pequena e média dimensão com ligante de argamassa branca. Coberta pela UE [21] e pela UE [36].

UE [65] – Interface de vala de sepultura n.º 5. Escavada no sedimento UE [21]. Coberta pela UE [19]. Preenchida pela UE [66].

UE [66] – Camada arenosa de tom castanho acinzentado, grão fino, medianamente compacta. Enchimento vala de sepultura n.º 5. Cobre a UE [67].

UE [67] – Unidade atribuída ao esqueleto n.º 5. Enchimento vala de sepultura UE [65].

UE [74] – Nível de obra possivelmente correspondendo a um momento de demolição das estruturas pré-existentes para a edificação da Igreja. Camada arenoargilosa de tom amarelo ou castanho amarelado, grão médio fino medianamente solto. Composto por pedras de pequeno médio calibre. Nódulos de argamassa branca e amarela, telhas de canudo e alguma escassa cerâmica comum e faiança. Surgem ainda grandes fragmentos de estuque de tom branco. Coberta pela UE [21].

UE [76] – Unidade atribuída ao esqueleto n.º 6. Coberto pela UE [67]. Enchimento vala de sepultura UE [65].

UE [83] – Unidade atribuída ao esqueleto n.º 7. Cortada pela UE [67]. Enchimento vala de sepultura UE [65].

UE [84] – Interface de vala de sepultura n.º 10. Escavada no sedimento UE [21]. Coberta pela UE [19]. Preenchida pela UE [85].

UE [85] – Interface de vala de sepultura n.º 11. Escavada no sedimento UE [21]. Coberta pela UE [19]. Preenchida pela UE [86].

UE [86] – Camada arenosa de tom castanho acinzentado, grão fino, medianamente compacta. Enchimento vala de sepultura n.º 11. Contem diversos ossos que deverão pertencer a outro indivíduo. Cobre a UE [86].

UE [87] – Unidade atribuída ao esqueleto n.º 11. Enchimento vala de sepultura UE [85].

UE [88] – Interface de vala de sepultura n.º 12. Escavada no sedimento UE [21]. Coberta pela UE [19]. Preenchida pela UE [89].

UE [89] – Camada arenosa de tom castanho acinzentado, grão fino, medianamente compacta. Enchimento vala de sepultura n.º 12. Cobre a UE [90].

UE [90] – Unidade atribuída ao esqueleto n.º 12. Enchimento vala de sepultura UE [88].

UE [91] – Interface de vala de sepultura n.º 13. Escavada no sedimento UE [21]. Coberta pela UE [19]. Preenchida pela UE [92].

UE [92] – Camada arenosa de tom castanho acinzentado, grão fino, medianamente compacta. Enchimento vala de sepultura n.º 13. Cobre a UE [93].

UE [93] – Unidade atribuída ao esqueleto n.º 13. Enchimento vala de sepultura UE [91].

UE [94] – Interface de vala de sepultura n.º 15. Escavada no sedimento UE [21]. Coberta pela UE [19]. Preenchida pela UE [97].

- UE [95]** – Camada arenosa de tom castanho acinzentado, grão fino, medianamente compacta. Enchimento vala de sepultura n.º 10. Cobre a UE [96].
- UE [96]** – Unidade atribuída ao esqueleto n.º 10. Enchimento vala de sepultura UE [84].
- UE [97]** – Camada arenosa de tom castanho acinzentado, grão fino, medianamente solta. Enchimento vala de sepultura n.º 15. Composta por grande quantidade de ossos sem articulação. Ossário. Cobre a UE [99].
- UE [98]** – Unidade atribuída ao esqueleto n.º 14. Sob a inumação N.º 11. Enchimento vala de sepultura UE [85].
- UE [99]** – Unidade atribuída ao esqueleto n.º 15. Detetado sob o ossário UE [97]. Enchimento vala de sepultura UE [94].
- UE [100]** – Unidade atribuída ao esqueleto n.º 16. Sob a inumação N.º 12. Enchimento vala de sepultura UE [88].
- UE [101]** – Unidade atribuída ao esqueleto n.º 17. Sob a inumação N.º 13. Enchimento vala de sepultura UE [88].
- UE [102]** – Interface de vala de sepultura n.º 18. Escavada no sedimento UE [21]. Coberta pela UE [19]. Preenchida pela UE [103].
- UE [103]** – Camada arenosa de tom castanho acinzentado, grão fino, medianamente compacta. Enchimento vala de sepultura n.º 18. Cobre a UE [104].
- UE [104]** – Unidade atribuída ao esqueleto n.º 18. Enchimento vala de sepultura UE [102].
- UE [105]** – Interface de vala de sepultura n.º 19. Escavada no sedimento UE [21]. Coberta pela UE [19]. Preenchida pela UE [106].
- UE [106]** – Camada arenosa de tom castanho acinzentado, grão fino, medianamente compacta. Composta por grande quantidade de ossos sem articulação. Ossário. Enchimento vala de sepultura n.º 19. Cobre a UE [107] e a UE [108].
- UE [107]** – Unidade atribuída ao esqueleto n.º 19. Enchimento vala de sepultura UE [105].
- UE [108]** – Unidade atribuída ao esqueleto n.º 20. Enchimento vala de sepultura UE [105]. Cobre a sepultura n.º 19, UE [108].
- UE [109]** – Interface de vala de sepultura n.º 21. Escavada no sedimento UE [21]. Coberta pela UE [19]. Preenchida pela UE [110].
- UE [110]** – Camada arenosa de tom castanho acinzentado, grão fino, medianamente compacta. Enchimento vala de sepultura n.º 21. Cobre a UE [111].
- UE [111]** – Unidade atribuída ao esqueleto n.º 21. Enchimento vala de sepultura UE [109].
- UE [112]** – Vértex em conexão. Surgem sob o esqueleto n.º 14 - UE [98].
- UE [114]** – Unidade atribuída a ossos em conexão correspondendo a uma perna. Esqueleto n.º 22. Surge sob o esqueleto n.º 15 - UE [99].
- UE [115]** – Interface de vala de sepultura n.º 23. Escavada no sedimento UE [21]. Coberta pela UE [19]. Preenchida pela UE [116].
- UE [116]** – Camada arenosa de tom castanho acinzentado, grão fino, medianamente compacta. Enchimento vala de sepultura UE [115]. Cobre a UE [117].
- UE [117]** – Unidade atribuída ao esqueleto n.º 23. Enchimento vala de sepultura UE [115].
- UE [118]** – Interface de vala de sepultura n.º 24. Escavada no sedimento UE [21]. Coberta pela UE [19]. Preenchida pela UE [119].
- UE [119]** – Camada arenosa de tom castanho acinzentado, grão fino, medianamente compacta. Enchimento vala de sepultura UE [118]. Cobre a UE [120].
- UE [120]** – Unidade atribuída ao esqueleto n.º 24. Enchimento vala de sepultura UE [118].
- UE [121]** – Interface de vala de sepultura n.º 25. Escavada no sedimento UE [21]. Coberta pela UE [19]. Preenchida pela UE [122].

- UE [122]** – Camada arenosa de tom castanho acinzentado, grão fino, medianamente compacta. Enchimento vala de sepultura UE [121]. Cobre a UE [123].
- UE [123]** – Unidade atribuída ao esqueleto n.º 25. Enchimento vala de sepultura UE [118]. Cobre o esqueleto n.º 27 - UE [131].
- UE [124]** – Interface de vala de sepultura n.º 26. Escavada no sedimento UE [21]. Coberta pela UE [19]. Preenchida pela UE [125] e UE [126].
- UE [125]** – Camada arenosa de tom castanho acinzentado, grão fino, medianamente compacta. Enchimento vala de sepultura UE [121]. Cobre a UE [126] e a UE [127].
- UE [126]** – Nível de cal. Cobre diretamente o esqueleto n.º 26 - UE [127].
- UE [127]** – Unidade atribuída ao esqueleto n.º 26. Enchimento vala de sepultura UE [124].
- UE [128]** – Interface de vala de sepultura n.º 28. Escavada no sedimento UE [21]. Coberta pela UE [19]. Preenchida pela UE [129].
- UE [129]** – Camada arenosa de tom castanho acinzentado, grão fino, medianamente compacta. Enchimento vala de sepultura UE [128]. Cobre a UE [130].
- UE [130]** – Unidade atribuída ao esqueleto n.º 28. Enchimento vala de sepultura UE [128].
- UE [131]** – Unidade atribuída ao esqueleto n.º 27. Surge sob o esqueleto n.º 25 - UE [123].
- UE [132]** – Nível essencialmente composto por argamassa branca. Coberta pela UE [74]. Cobre a UE [133], [136] e [138].
- UE [133]** – Nível de argila vermelha, Pavimento? Coberta pela UE [132]. Cobre a UE [134]. Cortada pela UE [137].
- UE [134]** – Camada arenosa de tom castanho, grão fino, medianamente compacta. Composta por carvões e cinzas e parca em espólio. Coberta pela UE [133]. Encosta e é coberta pela estrutura UE [135].
- UE [135]** – Estrutura composta por blocos calcários toscamente aparelhados e sem ligante de argamassa. Coberta pela UE [132]. Cobre a UE [134].
- UE [136]** – Camada arenoargilosa de tom castanho acinzentado, grão fino, medianamente compacta. Encosta à estrutura roubada pela UE [137]. Coberta pela UE [132].
- UE [137]** – Vala de roubo de muro. Preenchida pela UE [138].
- UE [138]** – Camada arenoargilosa de tom castanho amarelado, grão médio fino, medianamente compacta. Preenchimento da vala de roubo de muro UE [137]. Coberta pela UE [132].

6.4. Ambiente 4

Estávamos perante um amplo espaço que se articulava diretamente com o ambiente 3. Trata-se da área da capela-mor da Igreja, encontrando-se delimitado pelas paredes UE [36], [37], [58] e [71], circunscrevendo uma área de 10,40 por 7,10 metros, ou seja cerca de 74 metros quadrados (ver figura 13 e 33 a 35).

As estruturas UE [58], juntamente com a UE [55], que separam em planta este ambiente do n.º 3 correspondem, a nosso ver, a infraestruturas correlacionadas com um arco que separaria o corpo da ermida da área do altar-mor (figura 36).

A escavação deste ambiente 4, veio confirmar a nossa opção pela sua separação do ambiente 3 a nível de leitura e registo.

Nesta área, após a remoção dos níveis resultantes das demolições e revolvimentos recentes, UE [19], detetou-se uma unidade de sedimento arenoargilosa de tom castanho-escuro, grão fino medianamente compacta, composta por pedras de pequeno médio calibre, nódulos de carvão e argamassa branca. O espólio é na realidade escasso, consti-

tuído por cerâmica comum, faianças com decoração a azul e branco e alguns fragmentos de cachimbo de caulino, UE [56] e [57].

Esta unidade estende-se a toda a área do ambiente 4 e é muito idêntica à UE [21], identificada no ambiente 3. A presença desta unidade tão homogênea e de cronologia bem centrada na primeira metade do século XVIII remete-nos outra vez, para estarmos perante um aterro correlacionado com a construção deste espaço de cariz religioso.

Face ao já observado no ambiente 3, ficamos alerta para a presença de valas de sepultura e enterramentos neste nível. Contudo apesar da sua cuidada escavação, não foi possível identificar quaisquer restos osteológicos.



Figura 33
Pormenor da planta
do ambiente 4.

Figura 34
Vista geral do ambiente 4.



Figura 35
Vista geral do ambiente 4, 7 e 8.



Figura 36
Pormenor das estruturas entre o ambiente 3 e 4.



6.4.1. Lista das Unidades Estratigráficas Detetadas

UE [19] – Nível heterogéneo constituído por tijolos recentes, cimento e pedras. Corresponde ao nível de destruição dos edifícios aqui existentes para a construção do Centro de Saúde de Alhandra. Estende-se por toda a área no início dos trabalhos. Cobre as UE [20], [21] e [22].

UE [55] – Estrutura pétrea composta por blocos calcários de pequena, média e grande dimensão com ligante de argamassa branca. Esta parede está correlacionada com o arco do Altar-mor da ermida de São Francisco. Estrutura similar às UE [36] e [37]. Coberta pela UE [19].

UE [56] – Nível similar à UE [21] ainda que separado fisicamente desta pela UE [58]. Parece tratar-se de uma preparação do terreno para a edificação da Igreja. Coberta pela UE [19].

UE [57] – Nível similar à UE [56] ainda que separado fisicamente desta pela UE [36] e respetivo alicerce UE [41]. Coberta pela UE [19].

UE [58] – Estrutura pétrea composta por blocos calcários de média e grande dimensão com ligante de argamassa amarela. Esta parede poderá estar correlacionada com o arco do Altar-mor da ermida de São Francisco. Coberta pela UE [19]. Assenta sobre a UE [57].

6.5. Ambiente 5

Ao iniciarmos aqui os trabalhos de limpeza, era claro que o canto noroeste da área a intervir se encontrava muito revolvido. Essas perturbações impediam desde logo a percepção da área de circulação ou do tipo de pavimento aqui existente à época da existência da ermida de São Francisco.

De facto, apenas dispomos de dados sobre as ocupações anteriores à utilização sacra deste espaço. Como iremos ver embora tenhamos distinguido o ambiente 5 do 6, a análise ulterior da estratigrafia leva-nos a pensar que estes constituiriam uma unidade (figura 37 a 41).

Estamos perante um compartimento que se articulava diretamente com a antiga Rua de São Francisco, a própria análise da parede de fachada leva-nos a concluir que a sua edificação, será já de finais do século XIX ou mesmo inícios do Século XX.

Estariamos assim, perante uma área aberta possivelmente uma rua ou melhor um beco, visto que o mesmo seria delimitado fisicamente pela parede UE [52].

O ambiente 5 equivale a um compartimento retangular, aberto de um dos lados e constituído pelas paredes UE [36], [45] e [47], circunscrevendo uma área de 6 por 5 metros, ou seja 30 metros quadrados (ver figura 37).

Removidos os níveis de revolvimento, UE [19], surgiu uma camada arenosa de tom castanho acinzentado, composta por nódulos de carvão, nódulos de argamassas brancas e ossos. Tratava-se de um nível de lixeira rico em material cerâmico dos séculos XVII e inícios do século XVIII, UE [42].

Este nível é particularmente importante para conferir uma datação ao edifício da Igreja, visto que se detetou uma unidade, UE [46], correlacionada com a construção de uma das paredes-mestras deste edifício, UE [36], que corta claramente esta UE (ver figuras 13 e 37).

Sob a, UE [42], identificou-se uma série de estruturas, UE [44] e [45], associadas a um pavimento de argila vermelha, UE [43], que parecem estar correlacionadas com um edifício de cariz habitacional aqui existente e que é destruído para a construção deste novo desenho urbano (ver figura 13). De facto as imponentes estruturas, UE [36] e [47], assentam e cortam estas realidades pretéritas (figura 38).

A realização de uma sondagem estratigráfica em parte deste ambiente encostada às estruturas UE [44] e [45], permitiu ver que sob o pavimento de argila vermelha, UE [43], existia uma fase de ocupação de meados do século XVII.

Identificou-se associada a ambas as paredes a unidade UE [51], rica em material cerâmico que permite atribuir uma cronologia bem definida a esta ocupação. Esta verdadeira lixeira assentava sob um pavimento de argila amarela compactada UE [113]. Esta ocupação assentava diretamente sob o substrato geológico UE [61].

Figura 37
Pormenor da planta do ambiente 5.

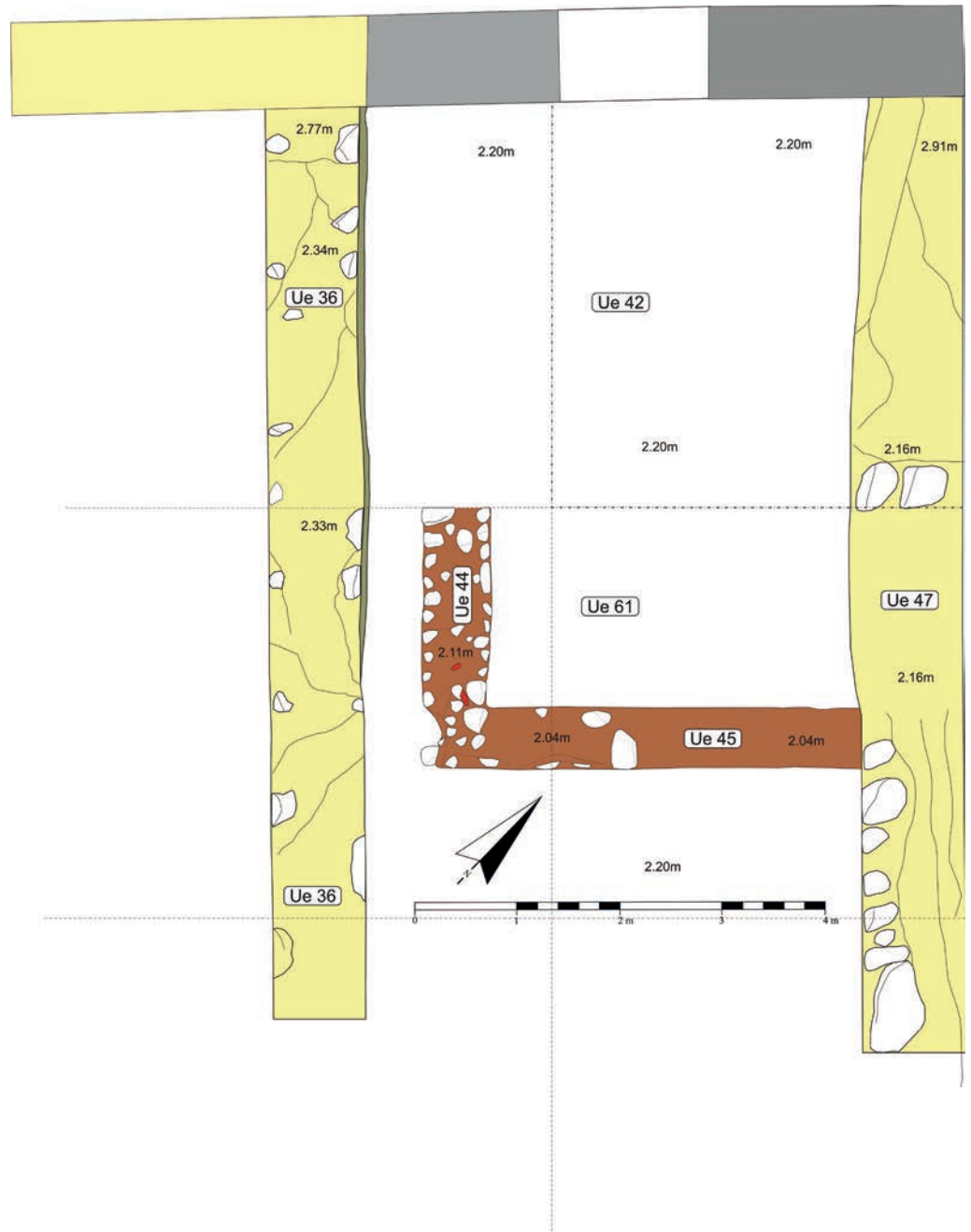


Figura 38
Perfil oeste da sondagem estratigráfica do ambiente 5.

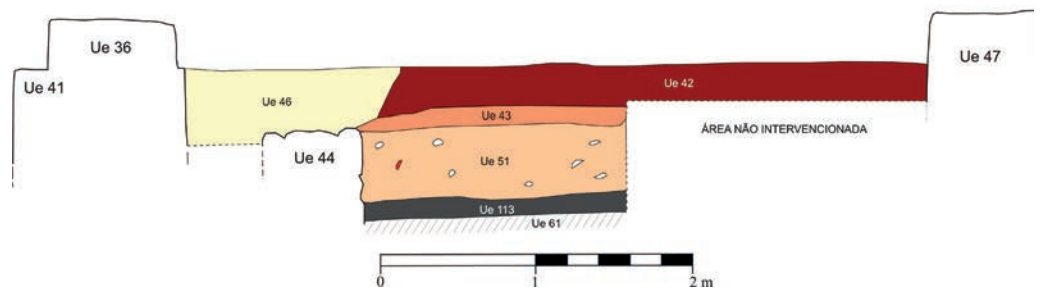


Figura 39
Pormenor dos trabalhos de limpeza e escavação dos ambientes 5 e 6.



Figura 40
Vista geral das estruturas pré-existentes detetadas no ambiente 5.



Figura 41
Vista geral das estruturas pré-existentes detetadas no ambiente 5 no final dos trabalhos.



6.5.1. Lista das Unidades Estratigráficas Detetadas

Nesta área efetuámos a seguinte sequência estratigráfica:

UE [19] – Nível heterogéneo constituído por tijolos recentes, cimento e pedras. Correspon-
dia ao nível de destruição dos edifícios aqui existentes para a construção do Centro de Saúde
de Alhandra. Estendia-se por toda a área no início dos trabalhos. Cobre as UE [20], [21] e [22].

UE [42] – Camada arenosa de tom castanho acinzentado, grão fino, medianamente com-
pacta. Composta por nódulos de carvão, raízes, nódulos de argamassas brancas e ossos.
Nível de lixeira rico em material cerâmico dos séculos XVII e XVIII. Coberta pela UE
[19]. Cobre a UE [43].

UE [43] – Nível de argila vermelha, grão fino compacta. Pavimento. Coberta pela UE
[42]. Encosta às estruturas UE [44] e [45]. Cobre a UE [51].

UE [44] – Estrutura pétrea composta por blocos calcários não aparelhados de pequena e
média dimensão com ligante de argamassa branca. Similar à estrutura UE [30]. Encosta à
UE [45]. Coberta pela UE [42].

UE [45] – Estrutura pétrea composta por blocos calcários não aparelhados de pequena e
média dimensão com ligante de argamassa branca. Similar à estrutura UE [30]. Encosta à
UE [44]. Coberta pela UE [42].

UE [46] – Nível de argila amarela, grão fino, medianamente compacta. Composta por
pedras de pequeno calibre e telhas de canudo vermelhas e amarelas. Encosta e corta a UE
[44]. Cortada pela UE [36] e [41].

UE [47] – Estrutura pétrea de grandes dimensões composta por blocos calcários de
pequena, média e grande dimensão com ligante de argamassa amarela. Esta parede deve
corresponder a um muro limite da estrutura lateral da antiga Ermida de São Francisco.

Coberta pela UE [19].

UE [51] – Camada arenosa de tom castanho-escuro, grão fino, medianamente compacta. Composta por abundantes nódulos de carvão e cinzas, ossos e conchas. Nível de lixeira rico em material cerâmico dos séculos XVII, associado a um compartimento anterior à ermida constituído pelas estruturas UE [44] e [45].

UE [113] – Unidade essencialmente composta por argila de tom amarela compactada assentando sob uma base de telhas vermelhas. Surge sob a unidade UE [51]. Cobre o nível geológico UE [61]. Encosta às estruturas UE [44] e UE [45].

6.6. Ambiente 6

Como referimos acima estávamos perante um compartimento que se articulava diretamente com o ambiente 5 e com a antiga Rua de São Francisco. Trata-se de uma área de circulação, encontrando-se delimitado pelas paredes UE [36], [45], [47] e [52], circunscrevendo uma área de 5,80 por 5 metros, ou seja 29 metros quadrados (ver figuras 13 e 42 a 44).

Tal como no ambiente 5, removidos os níveis de afetação, UE [19], surgiu uma camada arenosa de tom castanho acinzentado, composta por nódulos de carvão, nódulos de argamassas brancas e ossos. Tratava-se de um nível de lixeira rico em material cerâmico dos séculos XVII e inícios do século XVIII, UE [42].

Ao limparmos esta unidade verificou-se que neste nível se encontravam escavadas diversas interfaces de valas de sepultura. Este dado vem corroborar a hipótese de podermos estar perante uma área de circulação possivelmente de acesso a uma porta lateral da igreja. Assim faria sentido a existência de uma área de necrópole nesta área.

Não nos vamos aqui deter novamente na análise da necrópole. Contudo importa deixar apenas alguns apontamentos:

- A escavação da ermida apenas revelou espaço de necrópole no ambiente 3 e no ambiente 6.
- No ambiente 6 detetaram-se 4 valas de sepulturas.
- Nestas 4 valas de sepultura identificaram-se 4 indivíduos e nenhum ossário.
- A nível da cronologia os dados resultantes da escavação e exumação das sepulturas não foram particularmente abundantes. De facto, as inumações apenas revelaram como espólio pregos em ferro dos caixões, alguns alfinetes de bronze e nalguns casos botões em osso.

A nível da estratigrafia, a camada onde as valas de sepultura foram abertas, UE [42], apresenta uma cronologia bem definida pelas associações de material cerâmico e pela presença de diversos fragmentos faiança de meados da primeira metade do século XVIII.

Uma vez escavadas as sepulturas não se desceu mais nesta área, visto já ter sido atingido a cota de afetação da obra.

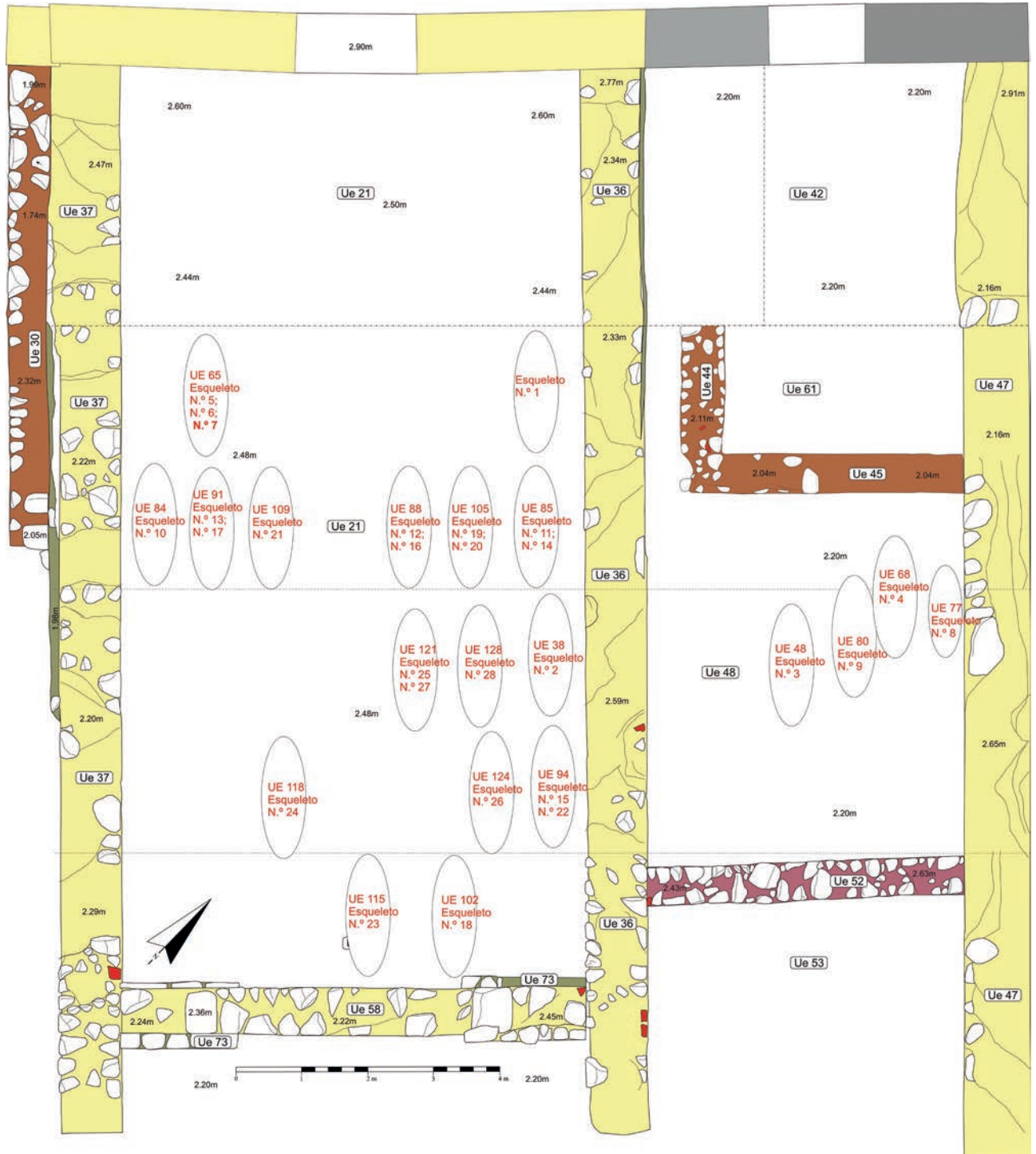


Figura 42
 Pormenor da planta
 do ambiente 6 com
 a localização das
 sepulturas escavadas.

Figura 43

Vista geral do decorrer dos trabalhos no ambiente 6 (canto superior direito).

**Figura 44**

Vista geral dos ambientes 6, 7 e 8 durante a fase de trabalhos de escavação.



6.6.1. Lista das Unidades Estratigráficas Detetadas

Nesta área efetuámos a seguinte sequência estratigráfica:

- UE [19]** – Nível heterogéneo constituído por tijolos recentes, cimento e pedras. Correspon-
dia ao nível de destruição dos edifícios aqui existentes para a construção do Centro de Saúde
de Alhandra. Estendia-se por toda a área no início dos trabalhos. Cobre as UE [20], [21] e [22].
- UE [42]** – Camada arenosa de tom castanho acinzentado, grão fino, medianamente com-
pacta. Composta por nódulos de carvão, raízes, nódulos de argamassas brancas e ossos.
Nível de lixeira rico em material cerâmico dos séculos XVII e XVIII. Coberta pela UE
[19]. Cobre a UE [43].
- UE [48]** – Interface de vala de sepultura n.º 3. Escavada no sedimento UE [42]. Coberta
pela UE [19]. Preenchida pela UE [49]. Corta a UE [42].
- UE [49]** – Camada arenosa de tom castanho acinzentado, grão fino, medianamente com-
pacta. Enchimento vala de sepultura n.º 3. Cobre a UE [50].
- UE [50]** – Unidade atribuída ao esqueleto n.º 3. Enchimento vala de sepultura UE [48].
- UE [52]** – Estrutura pétrea de grandes dimensões composta por blocos calcários de
pequena, média e grande dimensão com ligante de argamassa de tom castanho averme-
lhado. Coberta pela UE [19].
- UE [53]** – Camada areoargilosa de tom castanho-claro, grão fino, medianamente com-
pacta. Composta por carvões e nódulos de argamassa branca e amarela. O espólio é
escasso constituído por cerâmica comum setecentista e algumas faianças. Coberta pela
UE [19]. Cobre a UE [54].
- UE [68]** – Interface de vala de sepultura n.º 4. Escavada no sedimento UE [42]. Coberta
pela UE [19]. Preenchida pela UE [69]. Corta a UE [42].
- UE [69]** – Camada arenosa de tom castanho acinzentado, grão fino, medianamente com-
pacta. Enchimento vala de sepultura n.º 4. Cobre a UE [70].
- UE [70]** – Unidade atribuída ao esqueleto n.º 4. Enchimento vala de sepultura UE [68].
- UE [77]** – Interface de vala de sepultura n.º 8. Escavada no sedimento UE [42]. Coberta
pela UE [19]. Preenchida pela UE [78]. Corta a UE [42].
- UE [78]** – Camada arenosa de tom castanho acinzentado, grão fino, medianamente com-
pacta. Enchimento vala de sepultura n.º 8. Cobre a UE [79].
- UE [79]** – Unidade atribuída ao esqueleto n.º 8. Enchimento vala de sepultura UE [77].
- UE [80]** – Interface de vala de sepultura n.º 9. Escavada no sedimento UE [42]. Coberta
pela UE [19]. Preenchida pela UE [81]. Corta a UE [42].
- UE [81]** – Camada arenosa de tom castanho acinzentado, grão fino, medianamente com-
pacta. Enchimento vala de sepultura n.º 9. Cobre a UE [82].
- UE [82]** – Unidade atribuída ao esqueleto n.º 9. Enchimento vala de sepultura UE [80].

6.7. Ambiente 7

Estamos perante um amplo compartimento retangular, que infelizmente apenas se encontrava
preservado ao nível dos alicerces, não sendo claro qual a sua funcionalidade. Podia eventual-
mente tratar-se, face à sua clara articulação com o edifício da Igreja, de um espaço de sacristia.

Encontrava-se delimitado pelas paredes UE [36], [47], [52] e [59], circunscrevendo
uma área de 7 por 5 metros, ou seja 35 metros quadrados (ver figuras 13 e 46 a 48).

Removidos os níveis de afetação, UE [19], surgiu uma camada argilosa de tom casta-

nho-escuro, grão fino, compacta, composta por carvões e nódulos de argamassa branca, UE [54]. O espólio é escasso constituído por cerâmica comum e algumas faianças de meados do século XVIII.

As estruturas UE [52] e [59], assentam sobre este nível de aparente regularização da área (ver figura 19). Sendo que esta camada encosta às estruturas pré-existentes UE [36], [47]. Estaremos perante uma segunda fase? E assim teríamos a construção destes compartimentos anexos encostando às estruturas da Igreja?

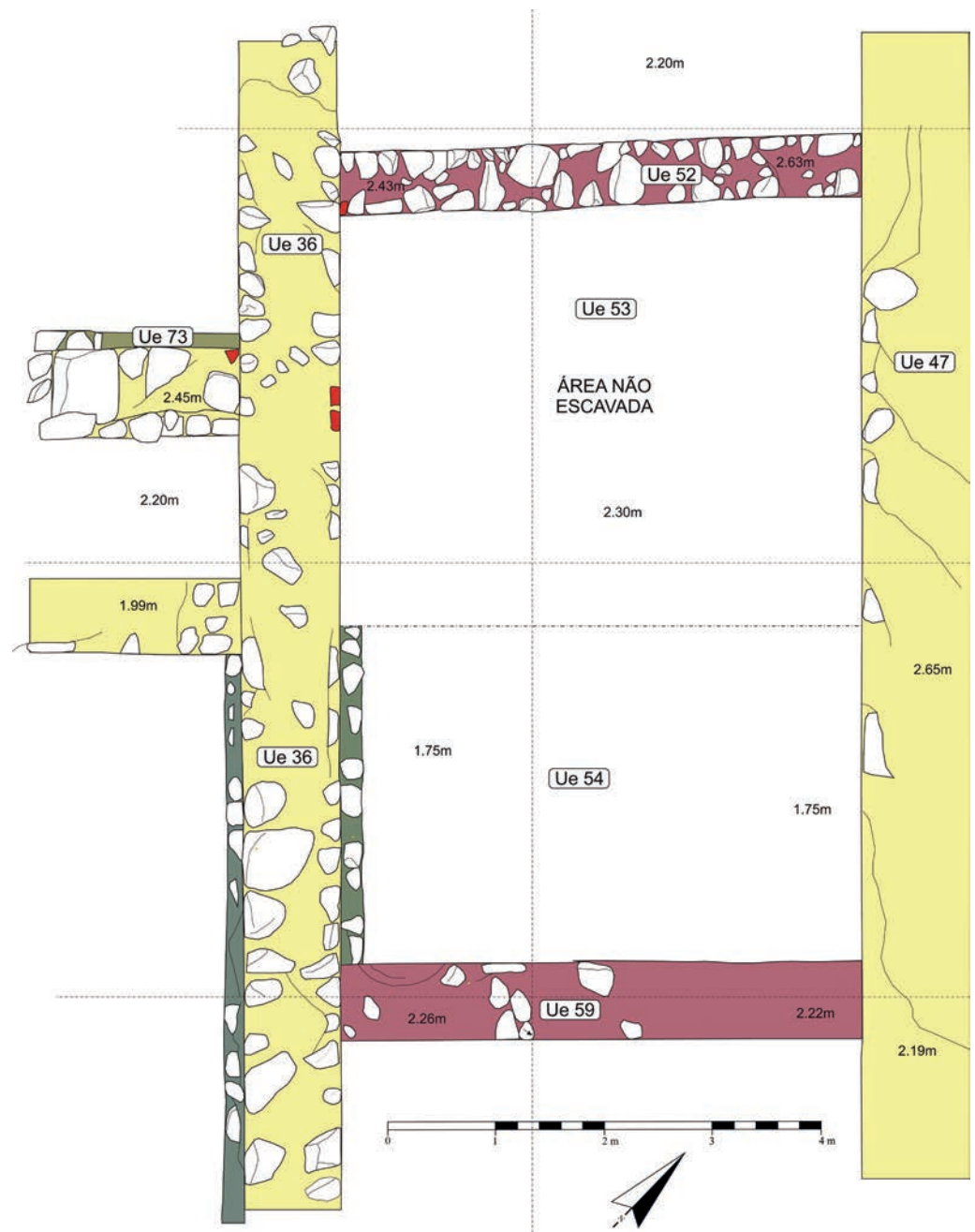


Figura 45
Pormenor da planta
do ambiente 7.

Figura 46
 Perfil norte no interior
 do ambiente 7 e 8.

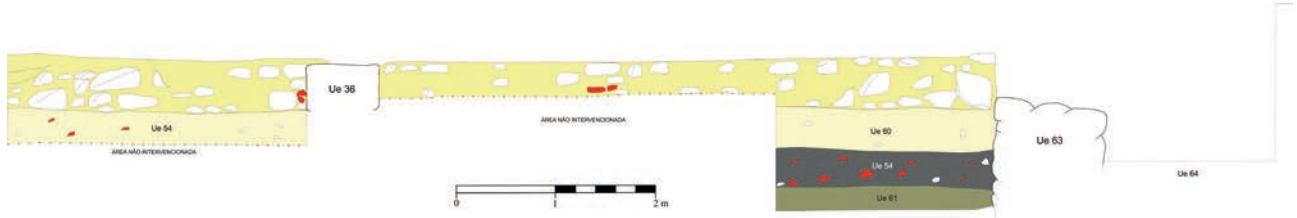


Figura 47
 Vista geral dos
 ambientes 7 e 8 em
 fase de escavação.



Figura 48
 Vista geral da
 sondagem efetuada
 no ambiente 7.

6.7.1. Lista das Unidades Estratigráficas Detetadas

Nesta área efetuámos a seguinte sequência estratigráfica:

UE [19] – Nível heterogéneo constituído por tijolos recentes, cimento e pedras. Correspon-
dia ao nível de destruição dos edifícios aqui existentes para a construção do Centro de Saúde
de Alhandra. Estende-se por toda a área no início dos trabalhos. Cobre as UE [20], [21] e [22].

UE [54] – Camada argilosa de tom castanho-escuro, grão fino, compacta. Composta por
carvões e nódulos de argamassa branca. O espólio é escasso constituído por cerâmica
comum e algumas faianças. Coberta pela UE [19].

6.8. Ambiente 8

Estamos perante um dos compartimentos de menor dimensão identificados na totalidade
da área intervencionada. Infortunadamente este encontra-se preservado apenas ao nível
dos alicerces, não sendo claro qual a sua funcionalidade. Podia eventualmente tratar-se,
face à sua clara articulação com o edifício da Igreja, de um espaço de sacristia.

Encontrava-se delimitado pelas paredes UE [36], [47], [59] e [63], circunscrevendo
uma área de 5,80 por 4,80 metros, ou seja 27,8 metros quadrados (ver figura 13).

Removidos os níveis de afetação, UE [19], registou-se uma camada arenoargilosa de
tom castanho-claro, grão fino, medianamente compacta, UE [60]. Esta era composta por
carvões e nódulos de argamassa branca e amarela. O espólio revelou-se assaz escasso,
constituído essencialmente por fragmentos de cerâmica comum setecentista e algumas
faianças.

Sob esta unidade detetou-se a camada já registada no ambiente 7, UE [54]. Como refe-
rimos as estruturas UE [52] e [59] assentam sobre este nível de aparente regularização da
área. Sendo que esta camada encosta às estruturas pré-existentes UE [36], [47] (ver figura
50).

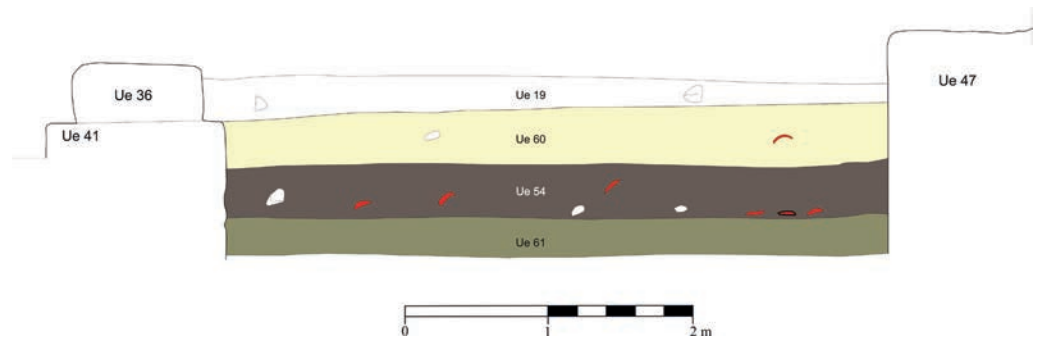
Estaremos então perante uma segunda fase? E assim teríamos a construção destes com-
partimentos anexos encostando às estruturas da Igreja?

Para responder a esta questão, efetuou-se uma ampla sondagem estratigráfica neste
ambiente (indo esta) até aos níveis geológicos. Este compromisso permitiu verificar que
as infra-estruturas correlacionadas com a ermida são muito bem edificadas e que assentam
e chegam mesmo a cortar os níveis geológicos de base. As estruturas UE [52] e [59], são
claramente ulteriores e obedecem a outras técnicas de construção que se vêm associar e
adoçar ao corpo já existente.

Figura 49
Pormenor da planta do ambiente 8.



Figura 50
Perfil oeste no interior do ambiente 8.



6.8.1. Lista das Unidades Estratigráficas Detetadas

Nesta área efetuámos a seguinte sequência estratigráfica:

UE [19] – Nível heterogéneo constituído por tijolos recentes, cimento e pedras. Corresponde ao nível de destruição dos edifícios aqui existentes para a construção do Centro de Saúde de Alhandra. Estendia-se por toda a área no início dos trabalhos. Cobre as UE [20], [21] e [22].

UE [59] – Estrutura pétrea de grandes dimensões composta por blocos calcários de pequena, média e grande dimensão com ligante de argamassa de tom castanho avermelhado. Similar à UE [52]. Coberta pela UE [19].

UE [60] – Camada arenoargilosa de tom castanho-claro, grão fino, medianamente compacta. Composta por carvões e nódulos de argamassa branca e amarela. O espólio é escasso constituído por cerâmica comum setecentista e algumas faianças. Similar à UE [53]. Coberta pela UE [19]. Cobre a UE [54].

UE [61] – Nível de base geológico de margas verdes. Similar à UE [32] do ambiente 1. Coberta pela UE [54].

UE [62] – Estrutura pétrea composta por blocos calcários de pequena, média e grande dimensão com ligante de argamassa amarela. Esta parede corresponde ao alicerce da parede de tardoz da antiga Ermida de São Francisco. Coberta pela estrutura UE [71] e pelo sedimento UE [19].

UE [63] – Estrutura pétrea composta por blocos calcários de pequena, média e grande dimensão com ligante de argamassa amarela. Similar à UE [62]. É porém claramente posterior pois encosta à fundação UE [41]. A parede UE [47] encosta igualmente a esta estrutura. Coberta pela UE [19].

UE [64] – Camada arenoargilosa de tom castanho, de grão fino e compacta. Composta por cerâmica de construção, cerâmica comum, Faianças e pedras de pequeno calibre. Coberta pela UE [19].

UE [71] – Estrutura pétrea composta por blocos calcários de pequena, média e grande dimensão com ligante de argamassa amarela. Corresponde à parede de tardoz da antiga Ermida de São Francisco. Coberta pela UE [19]. Assenta sobre o alicerce UE [62].

UE [72] – Alicerce da estrutura UE [37]. Estrutura pétrea composta por blocos calcários de pequena e média dimensão com ligante de argamassa branca. Coberta pela UE [21] e pela UE [37].

UE [73] – Alicerce da estrutura UE [58]. Estrutura pétrea composta por blocos calcários de pequena e média dimensão com ligante de argamassa branca. Coberta pela UE [21] e pela UE [58].

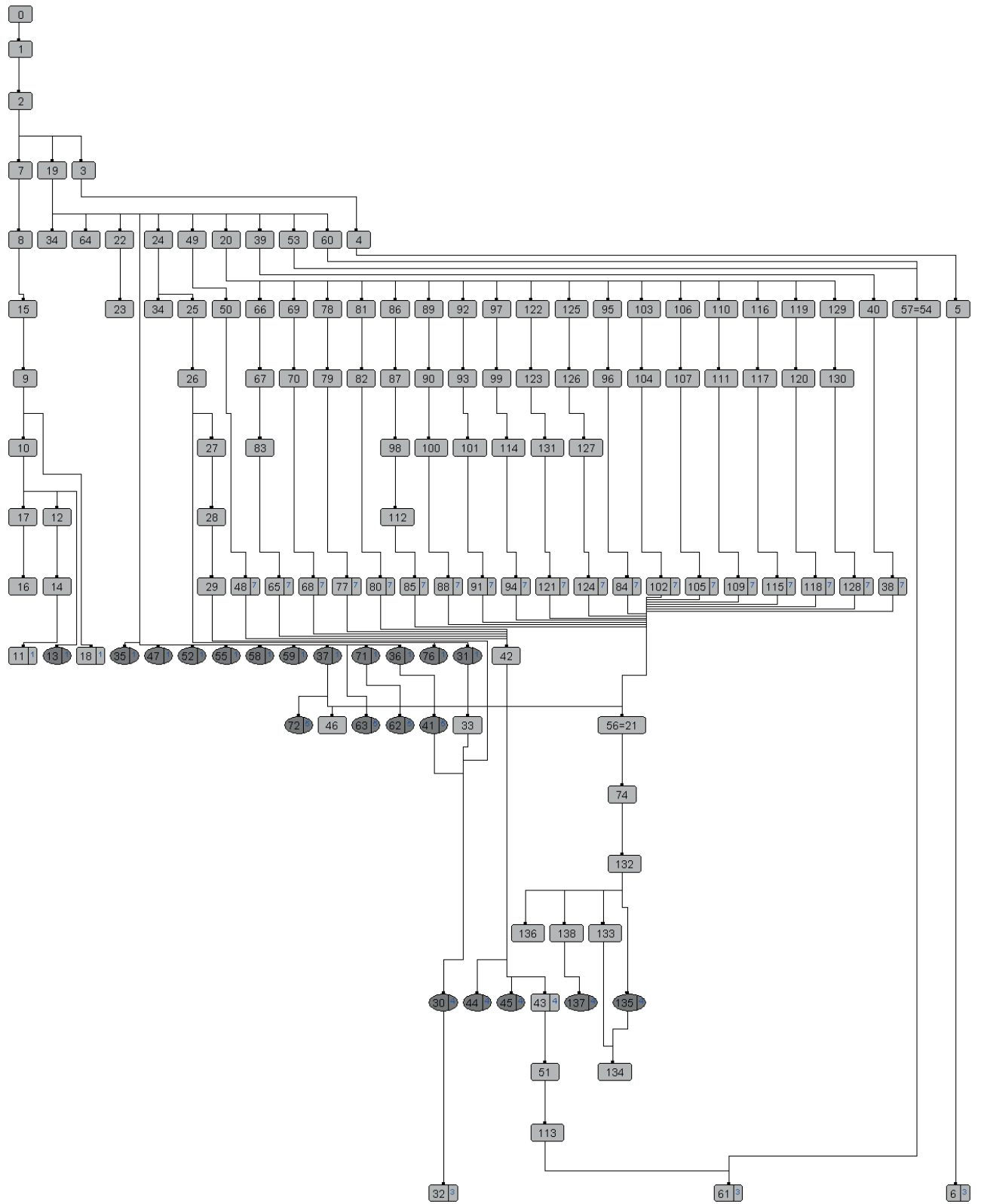


Figura 51
Matriz estratigráfica
da escavação.

7. Resultados Antropológicos

A escavação dos contextos funerários presentes no local do futuro Centro de Saúde de Alhandra (CSA) teve o seu início no dia 6 de Fevereiro de 2012 e foi concluída no dia 30 de Março de 2012.

Os contextos funerários intervencionados faziam parte da Ermida de São Francisco que foi erigida no local durante o século XVIII – mais precisamente a partir de 1721 – por uma Ordem Terceira consagrada a este santo. O fim da ocupação deveu-se à destruição da ermida provocada pelo Terramoto de 1755. No que diz respeito aos contextos funerários, o objetivo da intervenção arqueológica consistiu na salvaguarda de todas as inumações presentes no local, cuja deteção obrigara à suspensão dos trabalhos relacionados com a construção do futuro CSA.

O presente trabalho, apresenta a documentação referente a 28 esqueletos inumados em deposição primária, assim como de 7 outros conjuntos de ossos humanos correspondentes a ossários ou a outros conjuntos de ossos dispersos em função de ação antrópica (Figura 52).

7.1. Metodologia

7.1.1. Metodologia de Campo

O trabalho de campo obedeceu às três etapas tradicionais:

1. A definição de cada conjunto de ossos humanos foi efetuada recorrendo a ferramentas adequadas a este tipo de operação – instrumentos de dentista, pincéis e teques de madeira. O objetivo consistiu na deteção e identificação de todos os elementos ósseos, permitindo assim um adequado processo de registo. Os sedimentos associados aos restos humanos foram crivados com uma malha de 5 mm visando a recuperação dos elementos ósseos e artefactos de pequena dimensão. A cada esqueleto foi atribuído um número sequencial. Ao primeiro esqueleto detetado foi atribuído o número 2⁺ ;
2. O registo incluiu a inventariação gráfica em ficha de esqueleto dos ossos de cada inumação primária individual. Os ossos presentes em ossários ou em conjuntos de ossos dispersos de natureza indeterminada foram inventariados em lista. Procedeu-se igualmente ao registo fotográfico – e em alguns casos, ao registo em desenho – de cada um dos contextos encontrados. Esta fase integrou ainda o registo de alguns dados de natureza osteobiográfica, funerária e tafonómica;
3. O levantamento dos esqueletos foi acompanhado pelo registo adicional de dados osteobiográficos, funerários e tafonómicos. O acondicionamento dos ossos foi efetuado de forma individual no caso dos esqueletos em conexão anatómica. Os ossos dispersos foram integrados no mesmo saco quando pertencentes ao mesmo contexto e à mesma região anatómica. Os sacos – devidamente furados – foram identificados com o contexto de proveniência e o osso contido. Um exemplo das etiquetas utilizadas pode ser consultado na Figura 53. Cada conjunto de restos humanos foi adicionalmente acondicionado em contentor individualizado e identificado. Em alguns casos, amostras de sedimento associadas ao sacro e amostras de controlo foram recolhidas. Os materiais foram transportados para o Palácio da Quinta da Piedade (Póvoa de Santa Iria) para

⁺ Anterior a esta intervenção, decorreu uma outra da responsabilidade da empresa Era Arqueologia que resultou no levantamento de um primeiro esqueleto

uma análise preliminar associada à execução do relatório antropológico. O seu local de depósito definitivo será o Museu Municipal de Vila Franca de Xira.

7.2. Análise Bioantropológica

O número mínimo de indivíduos foi estimado tanto no caso das inumações em conexão anatómica como nos conjuntos de ossos desarticulados. Tal foi realizado a partir da monitorização de eventuais repetições ósseas. A representatividade óssea foi avaliada em termos de percentagem calculando a proporção do número de ossos presente em cada inumação de esqueleto em conexão anatómica em relação ao número de ossos expectável ($n = 206$). O resultado obtido foi apresentado em forma de intervalo com uma amplitude de 10% (ex.: 70-80%). A preservação do esqueleto foi avaliada de forma geral a partir de duas categorias:

4. Boa – esqueleto apresentando reduzida fragmentação e permitindo a aplicação de metodologias de determinação do perfil biológico;
5. Pobre - esqueleto muito fragmentado e não permitindo a aplicação de metodologias de determinação do perfil biológico.

No caso dos ossos desarticulados, a preservação foi codificada da seguinte forma: 1 = preservação superior a 75%; 2 = preservação entre 50 e 74%; 3 = preservação entre 25 e 49%; 4 = preservação inferior a 25%.

A determinação do perfil biológico foi efetuada para todos os indivíduos apresentando conexões anatómicas. A estimativa da idade à morte baseou-se em parte na idade de união e fusão das epífises a partir de Shaefer *et al*, 2009 e Albert e Maples, 1995. Também foram examinadas as alterações degenerativas da sínfise púbica a partir de Brooks e Suchey, 1990, da superfície auricular a partir de Buckberry e Chamberlain, 2002, e da extremidade esternal das costelas com base nas recomendações de Loth publicadas em Ubelaker, 1989. Neste aspeto, a ossificação da laringe e da traqueia foi também usada como índice auxiliar da idade.

Figura 52
Planta parcial da
Ermida de São
Francisco com
localização das
inumações.



A determinação do sexo foi feita a partir das recomendações de Ferembach *et al*, 1980, para a avaliação morfognóstica do osso coxal e do crânio e da análise osteométrica do úmero e fémur, do talus e calcâneo e do osso coxal.

A estimativa da estatura foi efetuada a partir das regressões lineares de Mendonça, 2000, para o fémur e o úmero. Esta abordagem foi adoptada, mas ressalva-se que é possível haver um desfazamento entre o perfil físico dos indivíduos inumados na ermida de São Francisco e o perfil físico dos indivíduos a partir dos quais foram desenvolvidas as equações de regressão para estimativa de estatura.

Algumas alterações patológicas do esqueleto foram também documentadas, embora não de forma pormenorizada, procedimento que seria apenas possível após extensa análise laboratorial. Entre elas estão as doenças degenerativas articulares e não-articulares, as lesões traumáticas e as condições congénitas.

A descrição dos eventuais processos tafonómicos que afetaram os ossos foi igualmente efetuada.

Sítio CSA 2012
Data 1/03/2012 E. 11
UE 87 Ambiente 3
Descrição clavícula esq

7.3. Análise Funerária

Os aspetos funerários foram documentados em termos da descrição estrutural da sepultura, do tratamento dado aos restos mortais, da organização ao nível do número de cadáveres presentes em cada momento inumatório e do tipo de deposição efetuada (primária ou secundária). Além disso, avaliou-se se a deposição de cada cadáver se processou em espaço aberto (ex.: caixão) ou em espaço fechado (colmatação direta). Esta avaliação teve como base o estado – aberto ou fechado – das articulações do esqueleto e a presença de artefactos indiciadores de uma ou outra condição (ex.: pregos de caixão).

Ao nível do esqueleto propriamente dito, foram documentadas a sua orientação e a posição do crânio, tronco e membros. Além disso, a sua relação com outras unidades estratigráficas foi igualmente registada.

Os resultados das observações e análises para cada deposição primária em conexão anatómica são apresentados em formulário uniformizado na secção 3.

7.4. Resultados

A necrópole da Ermida de São Francisco albergava 28 esqueletos⁵ com algum grau de conexão anatómica e 7 outros conjuntos de ossos desarticulados, sendo que apenas dois destes – unidades estratigráficas 97 e 106 – aparentavam representar ossários no sentido estrito do termo. Os restantes conjuntos – unidades estratigráficas 66, 86, 89, 92 e 129 – consistiam mais provavelmente em ossos involuntariamente dispersos pela reutilização de sepulturas. Aparentemente, nestes casos não houve lugar a uma aglomeração intencional de ossos.

No aspeto tafonómico, alguns processos foram detetados durante a escavação. Diversos esqueletos foram afetados pelos trabalhos relacionados com a construção do centro de saúde: casos de pisoteio – humano e mecânico – dos ossos não foram raros. Essa situação tendeu a decrescer conforme a escavação foi decorrendo e as inumações em cotas inferiores apresentavam já melhor preservação geral. Também se observaram situações de esmagamento dos ossos por pedras presentes no enchimento das sepulturas dos indivíduos 6 e 9. Por outro lado, a ação das raízes foi quase nula e apenas o indivíduo 18 foi afetado por este processo. Também há a destacar que alguns esqueletos foram cobertos com cal (indivíduos 11, 12, 13, 18 e 26) e muitos deles apresentavam indícios de contacto com peças metálicas.

A estimativa do número mínimo de indivíduos para cada um dos conjuntos de ossos desarticulados é apresentada na Tabela 1⁶. O ossário [106] apresentou o maior número de

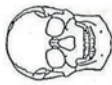


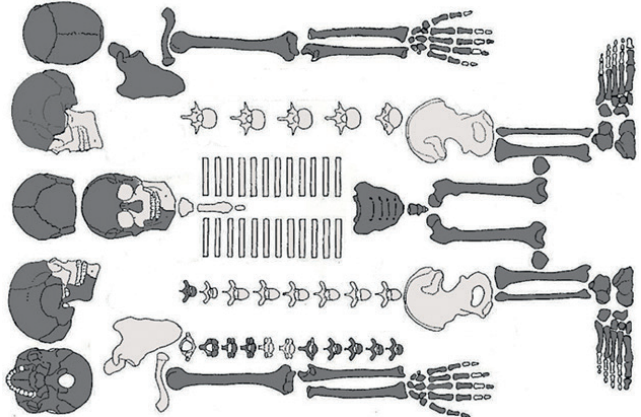

⁵ O esqueleto levantado na primeira intervenção arqueológica a cargo da Era Arqueologia não é aqui contabilizado.

⁶ O inventário dos conjuntos de ossos dispersos é apresentado em apêndice.

indivíduos. A contabilidade incluindo todos os conjuntos de ossos desarticulados indicou a presença de pelo menos 6 indivíduos. A estimativa incluindo tanto os ossos articulados como os ossos dos esqueletos em conexão anatômica indicou um número mínimo de 30 indivíduos a partir da repetição do fêmur esquerdo (Tabela 2). É possível que esta estimativa aumente em função da utilização de outras metodologias – para além da mera repetição óssea – que possam porventura detetar indivíduos adicionais (ex.: análise de ossos antímeros ou incoerências ao nível do sexo).

Tabela 1: Estimativa do número mínimo de indivíduos nos conjuntos de ossos desarticulados do CSA.

Unidade Estratigráfica	NMI	Indicador
66	1	Vários
86	2	Vários
89	2	Metacarpiano 5 dto
92	1	Vários
97	2	Vários
106	3	Vários
129	1	Vários
Total	6	Ulna dta

Esqueleto Nº 2		UE 40	Figura 3	
Aspectos Osteobiográficos				
Parâmetro	Observação	Métodos		
Número Mínimo de Individuos	1	Repetição óssea		
Representatividade Óssea	90-100%	-		
Preservação Geral	Boa	-		
Sexo	Homem	7-9		
Idade-à-morte	Adulto (Médio)	4-6		
Estatura	162 cm (± 6,9)	11		
Patologia	Doença discos intervertebrais	13		
	Entesófitos ligamentos amarelos	-		
Comentários	Laringe em processo de ossificação			
Amostras	Amostra de sedimento recolhida			
Aspectos Funerários				
Parâmetro	Descrição			
Descrição da Sepultura	Vala aberta no solo em planta sub-rectangular			
Tratamento Funerário	Inumação			
Organização Funerária	Individual			
Tipo de Deposição Funerária	Primária (afectada em fase de obra)			
Espaço de Deposição	Indícios de deposição em espaço aberto (14)			
Posição e Orientação do Esqueleto				
Cabeça - Pés	Tronco	Crânio	Membros Superiores	Membros Inferiores
NO/SE	Decúbito dorsal			
Espólio Associado		Cachimbo		
Aspectos Tafonómicos				
Fraturas recentes não relacionadas com a escavação				
Relações Estratigráficas				
Integrado em:	[38]			
Coberto por:	[39]			

Esqueleto Nº 3

UE 50

Figura 4

Aspectos Osteobiográficos

Parâmetro	Observação	Métodos
Número Mínimo de Individuos	1	Repetição óssea
Representatividade Óssea	30-40%	-
Preservação Geral	Pobre	-
Sexo	Homem?	7
Idade-à-morte	Adulto (Médio?)	1-2
Estatura	-	-
Patologia	Doença discos intervertebrais	13
	Entesófitos ligamentos amarelos	-

Comentários

-

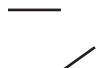

Amostras

Amostra de sedimento do sacro e de controlo recolhidas

Aspectos Funerários

Parâmetro	Descrição
Descrição da Sepultura	Vala aberta no solo de planta indeterminada
Tratamento Funerário	Inumação
Organização Funerária	Individual
Tipo de Deposição Funerária	Primária (afectada em fase de obra)
Espaço de Deposição	Indícios de deposição em espaço aberto (14)

Posição e Orientação do Esqueleto

Cabeça - Pés	Tronco	Crânio	Membros Superiores	Membros Inferiores
NO/SE	Decúbito dorsal	Ausente		

Espólio Associado

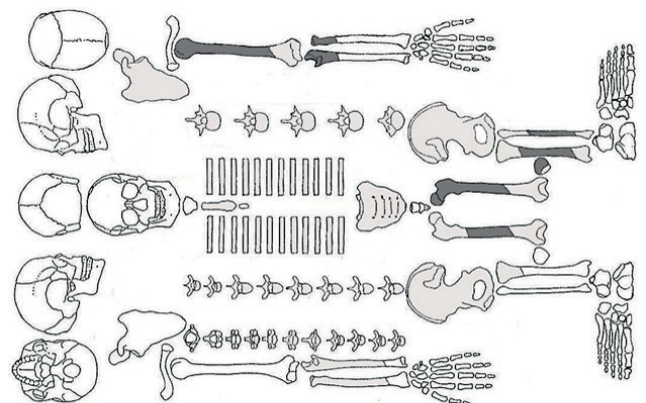
Pregos e alfinetes de mortalha

Aspectos Tafonómicos

Fraturas recentes não relacionadas com a escavação

Relações Estratigráficas

Integrado em:	[48]
Coberto por:	[49]



■ Íntegro

■ Fragmentado

Esqueleto Nº 4

UE 70

Figura 5

Aspectos Osteobiográficos

Parâmetro	Observação	Métodos
Número Mínimo de Individuos	1	Repetição óssea
Representatividade Óssea	40-50%	-
Preservação Geral	Pobre	-
Sexo	Homem?	7 e 9
Idade-à-morte	Adulto (Médio)	1, 5 e 6
Estatura	-	-
Patologia	-	-
	-	-

Comentários

Laringe em processo de ossificação

Amostras

Amostra de sedimento de sacro recolhida

Aspectos Funerários

Parâmetro	Descrição
Descrição da Sepultura	Vala aberta no solo de planta indeterminada
Tratamento Funerário	Inumação
Organização Funerária	Individual
Tipo de Deposição Funerária	Primária (afectada em fase de obra)
Espaço de Deposição	Indícios de deposição em espaço aberto (14)

Posição e Orientação do Esqueleto

Cabeça - Pés	Tronco	Crânio	Membros Superiores	Membros Inferiores
NO/SE	Decúbito dorsal	Afectado		

Espólio Associado

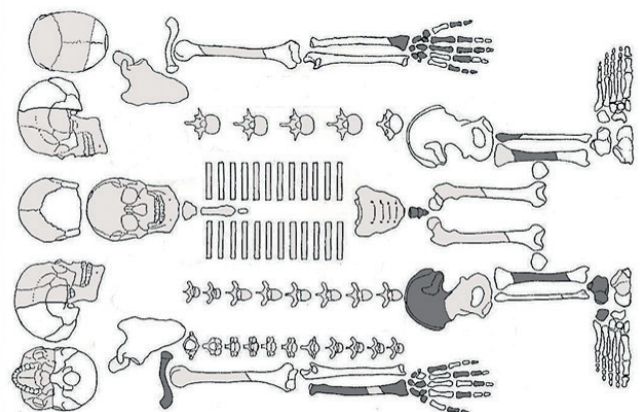
Pregos

Aspectos Tafonómicos

Fraturas recentes não relacionadas com a escavação



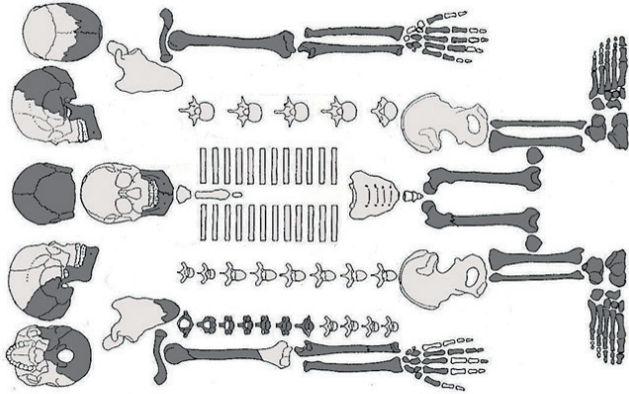

Relações Estratigráficas




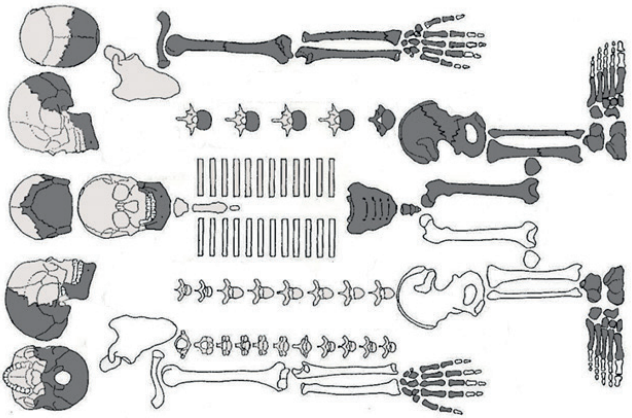

Integrado em:	[68]
Coberto por:	[69]


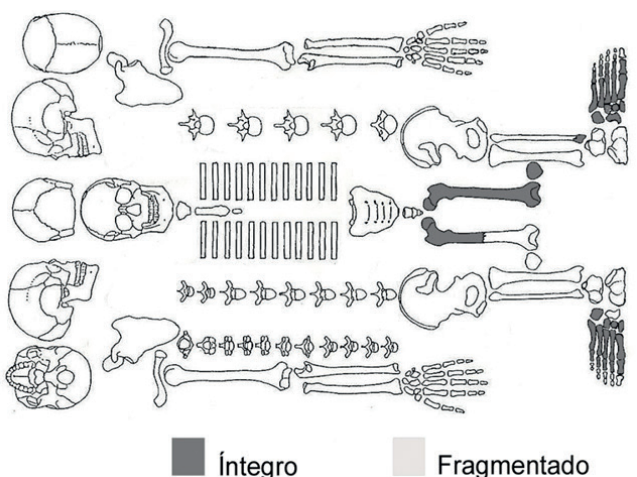


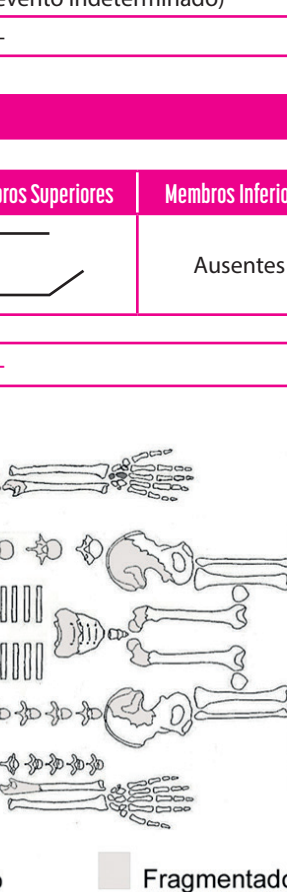
■ Íntegro




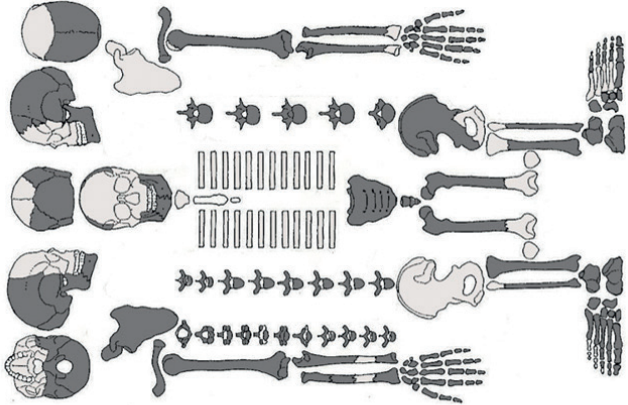


■ Fragmentado




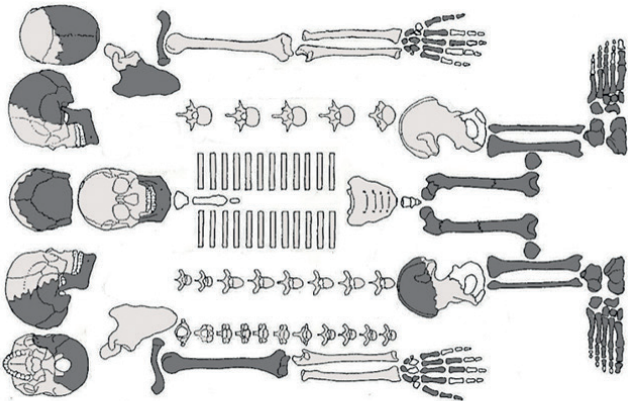

Esqueleto Nº 5		UE 67	Figura 6	
Aspectos Osteobiográficos				
Parâmetro	Observação	Métodos		
Número Mínimo de Individuos	1	Repetição óssea		
Representatividade Óssea	90-100%	-		
Preservação Geral	Boa	-		
Sexo	Homem	7 e 9		
Idade-à-morte	Adulto (Jovem ou Médio)	3-6		
Estatura	168 cm (± 6,9)	11		
Patologia	Entesófitos ligamentos amarelos	-		
	-	-		
Comentários	Laringe em processo de ossificação			
Amostras	Amostra de sedimento do sacro recolhida			
Aspectos Funerários				
Parâmetro	Descrição			
Descrição da Sepultura	Vala aberta no solo em planta sub-rectangular			
Tratamento Funerário	Inumação			
Organização Funerária	Individual			
Tipo de Deposição Funerária	Primária			
Espaço de Deposição	Indícios de deposição em espaço aberto (14)			
Posição e Orientação do Esqueleto				
Cabeça - Pés	Tronco	Crânio	Membros Superiores	Membros Inferiores
NO/SE	Decúbito dorsal	Não articulado		
Espólio Associado		Pregos; botões; alfinetes de mortalha		
Aspectos Tafonómicos				
Nada a assinalar				
Relações Estratigráficas				
Integrado em:	[65]			
Coberto por:	[66]			
Cortado por:	[76]			
				

Esqueleto Nº 6	UE 76	Figura 7		
Aspectos Osteobiográficos				
Parâmetro	Observação	Métodos		
Número Mínimo de Individuos	1	Repetição óssea		
Representatividade Óssea	60-70%	-		
Preservação Geral	Boa	-		
Sexo	Homem	7 e 10		
Idade-à-morte	Adulto (Médio)	1, 4-6		
Estatura	167 cm (± 6,9)	11		
Patologia	Entesófitos ligamentos amarelos	-		
	Entesófito - tendão de aquiles	-		
	Doença discos intervertebrais	13		
	Nódulos de Schmorl - várias vért.	13		
Comentários	Laringe em processo de ossificação			
Amostras	Não recolhidas			
Aspectos Funerários				
Parâmetro	Descrição			
Descrição da Sepultura	Vala aberta no solo em planta sub-rectangular			
Tratamento Funerário	Inumação			
Organização Funerária	Individual			
Tipo de Deposição Funerária	Primária (afectada por inumação do esqueleto 5)			
Espaço de Deposição	Indícios de deposição em espaço aberto (14)			
Posição e Orientação do Esqueleto				
Cabeça > Pés	Tronco	Crânio	Membros Superiores	Membros Inferiores
NO/SE	Decúbito dorsal			
Espólio Associado		Pregos; botões; alfinetes de mortalha		
Aspectos Tafonómicos				
Esmagamento de ossos por pedras				
Relações Estratigráficas				
Integrado em:	[65]			
Coberto por:	[66]			
Cortado por:	[67]			
				

Esqueleto Nº 7		UE 83	Figura 8	
Aspectos Osteobiográficos				
Parâmetro	Observação	Métodos		
Número Mínimo de Indivíduos	1	Repetição óssea		
Representatividade Óssea	10-20%	-		
Preservação Geral	Boa	-		
Sexo	Homem ?	8		
Idade-à-morte	Adulto ?	1		
Estatura	168 cm (± 6,9)	11		
Patologia	-	-		
	-	-		
Comentários	-			
Amostras	Não recolhidas			
Aspectos Funerários				
Parâmetro	Descrição			
Descrição da Sepultura	Vala aberta no solo de planta indeterminada			
Tratamento Funerário	Inumação			
Organização Funerária	Individual			
Tipo de Deposição Funerária	Primária (afectada por inumação do esqueleto 5)			
Espaço de Deposição	Indeterminado			
Posição e Orientação do Esqueleto				
Cabeça - Pés	Tronco	Crânio	Membros Superiores	Membros Inferiores
NO/SE	Decúbito dorsal	Ausente	Ausentes	
Espólio Associado		-		
Aspectos Tafonómicos				
Nada a assinalar				
Relações Estratigráficas				
Integrado em:	[65]			
Coberto por:	[66]			
Cortado por:	[67]			

Esqueleto Nº 8		UE 79	Figura 9	
Aspectos Osteobiográficos				
Parâmetro	Observação	Métodos		
Número Mínimo de Individuos	1	Repetição óssea		
Representatividade Óssea	10-20%	-		
Preservação Geral	Pobre	-		
Sexo	Mulher ?	7 e 8		
Idade-à-morte	Adulto (Médio)	5		
Estatura	-	-		
Patologia	Nódulo de Schmorl	13		
	-	-		
Comentários	-			
Amostras	Não recolhidas			
Aspectos Funerários				
Parâmetro	Descrição			
Descrição da Sepultura	Vala aberta no solo de planta indeterminada			
Tratamento Funerário	Inumação			
Organização Funerária	Individual			
Tipo de Deposição Funerária	Primária (cortada por evento indeterminado)			
Espaço de Deposição	-			
Posição e Orientação do Esqueleto				
Cabeça - Pés	Tronco	Crânio	Membros Superiores	Membros Inferiores
NO/SE	Decúbito dorsal	Não articulado		Ausentes
Espólio Associado		-		
Aspectos Tafonómicos				
Esmagamento provocado por máquina				
Relações Estratigráficas		<div style="display: flex; justify-content: space-around; align-items: center;"> Íntegro Fragmentado </div>		
Integrado em:	[77]			
Coberto por:	[78]			

Esqueleto Nº 9	UE 82	Figura 10		
Aspectos Osteobiográficos				
Parâmetro	Observação	Métodos		
Número Mínimo de Individuos	1	Repetição óssea		
Representatividade Óssea	90-100%	-		
Preservação Geral	Boa	-		
Sexo	Homem	7-10		
Idade-à-morte	Adulto (Jovem)	3-6		
Estatura	168 cm (± 6,9)	11		
Patologia	Doença discos intervertebrais	13		
	Entesófitos ligamentos amarelos	-		
	Nódulos de Schmorl - T12	13		
Comentários	Laringe em processo de ossificação			
Amostras	Amostras de sedimento do sacro e de controlo recolhidas			
Aspectos Funerários				
Parâmetro	Descrição			
Descrição da Sepultura	Vala aberta no solo de planta indeterminada			
Tratamento Funerário	Inumação			
Organização Funerária	Individual			
Tipo de Deposição Funerária	Primária			
Espaço de Deposição	Indícios de deposição em espaço aberto (14)			
Posição e Orientação do Esqueleto				
Cabeça - Pés	Tronco	Crânio	Membros Superiores	Membros Inferiores
SE/NO	Decúbito dorsal			
Espólio Associado		Pregos; botões; alfinetes de mortalha		
Aspectos Tafonómicos				
Esmagamento por pedras presentes no enchimento				
Relações Estratigráficas		<div style="display: flex; justify-content: center; gap: 20px;">  Íntegro  Fragmentado </div>		
Integrado em:	[80]			
Coberto por:	[81]			

Esqueleto Nº 10	UE 96	Figura 11		
Aspectos Osteobiográficos				
Parâmetro	Observação	Métodos		
Número Mínimo de Indivíduos	1	Repetição óssea		
Representatividade Óssea	80-90%	-		
Preservação Geral	Boa	-		
Sexo	Mulher	7-9		
Idade-à-morte	Adulto (Idoso)	1, 5 e 6		
Estatura	148 cm (\pm 5,96)	11		
Patologia	Osteoartrose multilocalizada	13		
	Entesófito - tibia sulco maleolar	-		
	Nód. Schmorl - multilocalizados	13		
	Totalmente edentulosa	-		
Comentários	Laringe em processo de ossificação			
Amostras	Amostras de sedimento do sacro e de controlo recolhidas			
Aspectos Funerários				
Parâmetro	Descrição			
Descrição da Sepultura	Vala aberta no solo de planta indeterminada			
Tratamento Funerário	Inumação			
Organização Funerária	Individual			
Tipo de Deposição Funerária	Primária			
Espaço de Deposição	Indícios de deposição em espaço aberto (14)			
Posição e Orientação do Esqueleto				
Cabeça - Pés	Tronco	Crânio	Membros Superiores	Membros Inferiores
NO/SE	Decúbito dorsal			
Espólio Associado		-		
Aspectos Tafonómicos				
Coloração verde na tibia esquerda				
Relações Estratigráficas				
Integrado em:	[84]			
Coberto por:	[95]			

Esqueleto Nº 11		UE 87	Figura 12	
Aspectos Osteobiográficos				
Parâmetro	Observação	Métodos		
Número Mínimo de Indivíduos	1	Repetição óssea		
Representatividade Óssea	60-70%	-		
Preservação Geral	Boa	-		
Sexo	Homem	7-9		
Idade-à-morte	Adulto (Médio)	1, 3-6		
Estatura	163 cm (± 8,44)	11		
Patologia	Doença discos intervertebrais	13		
	Entesófitos ligamentos amarelos	-		
	Nódulos de Schmorl	13		
Comentários	Laringe em processo de ossificação			
Amostras	Amostra de sedimento do sacro recolhida			
Aspectos Funerários				
Parâmetro	Descrição			
Descrição da Sepultura	Vala aberta no solo de planta indeterminada			
Tratamento Funerário	Inumação			
Organização Funerária	Individual			
Tipo de Deposição Funerária	Primária			
Espaço de Deposição	Indeterminado			
Posição e Orientação do Esqueleto				
Cabeça - Pés	Tronco	Crânio	Membros Superiores	Membros Inferiores
NO/SE	Decúbito lateral esquerdo	Ausente		
Espólio Associado		Prego		
Aspectos Tafonómicos				
Esqueleto coberto de cal				
Relações Estratigráficas				
Integrado em:	[85]			
Coberto por:	[86]			
Cobre:	[98]			

Esqueleto Nº 12

UE 90

Figura 13

Aspectos Osteobiográficos

Parâmetro	Observação	Métodos
Número Mínimo de Individuos	1	Repetição óssea
Representatividade Óssea	75-85%	-
Preservação Geral	Boa	-

Sexo	Mulher	7 e 8
Idade-à-morte	Adulto (Idoso)	1, 5 e 6
Estatura	150 cm (\pm 7,70)	11
Patologia	Doença discos intervertebrais	13
	Entesófito - ligamentos amarelos	-
	Nód. Schmorl - multilocalizados	13

Comentários	Laringe e traqueia em processo de ossificação
-------------	---

Amostras	Amostras do sedimento do sacro e de controlo recolhidas
----------	---

Aspectos Funerários

Parâmetro	Descrição
Descrição da Sepultura	Vala aberta no solo em planta sub-rectangular
Tratamento Funerário	Inumação
Organização Funerária	Individual
Tipo de Deposição Funerária	Primária
Espaço de Deposição	Indícios de deposição em espaço aberto (14)

Posição e Orientação do Esqueleto

Cabeça - Pés	Tronco	Crânio	Membros Superiores	Membros Inferiores
NO/SE	Decúbito dorsal			

Espólio Associado

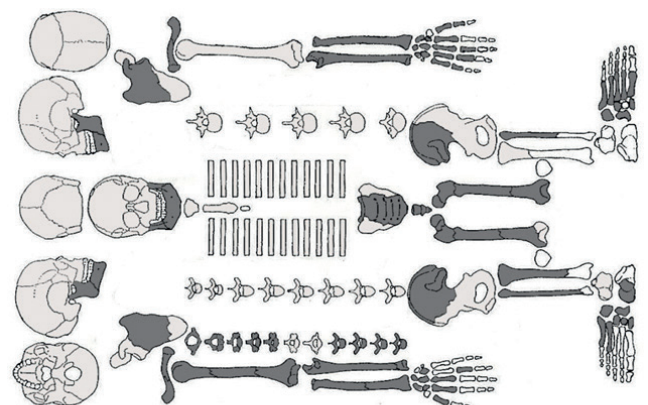
Alfinete de mortalha

Aspectos Tafonómicos




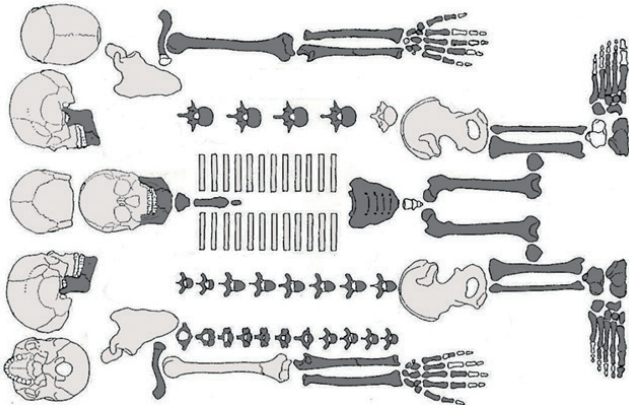

Esqueleto coberto de cal

Relações Estratigráficas




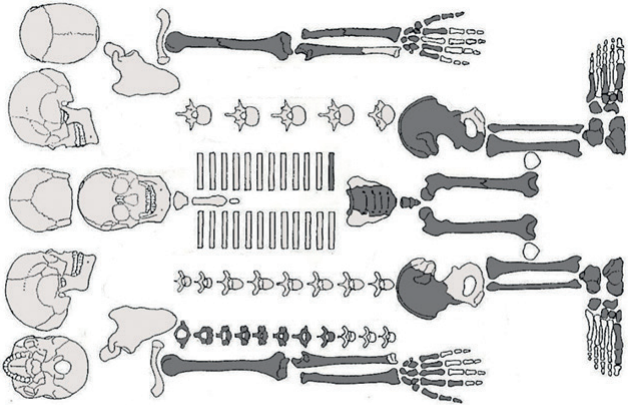

Integrado em:	[88]
Coberto por:	[89]
Cobre:	[100]


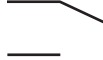

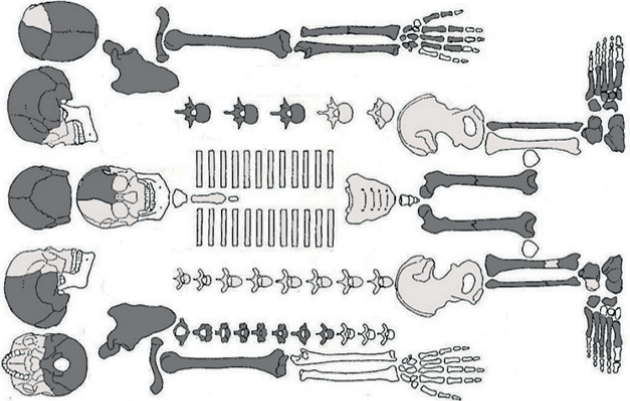

 Íntegro


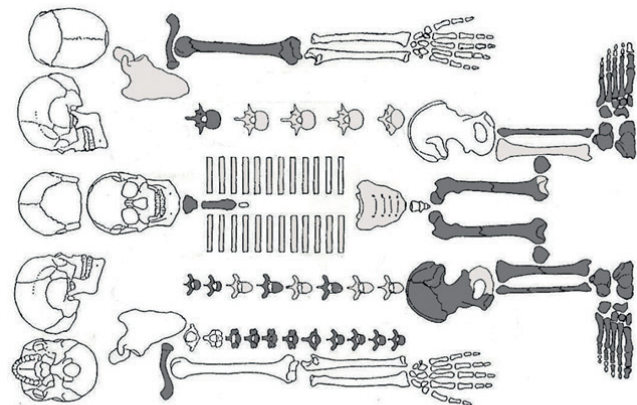

 Fragmentado

Esqueleto Nº 13		UE 93		Figura 14	
Aspectos Osteobiográficos					
Parâmetro	Observação	Métodos			
Número Mínimo de Individuos	1	Repetição óssea			
Representatividade Óssea	90-100%	-			
Preservação Geral	Boa	-			
Sexo	Mulher	7-10			
Idade-à-morte	Adulto (Idoso)	1, 3-6			
Estatura	150 cm (\pm 5,96)	11			
Patologia	Doença discos intervertebrais	13			
	Entesófito - ligamentos amarelos	-			
	Nód. Schmorl - multilocalizados	13			
	Osteoartrose multilocalizada	13			
Comentários	Laringe em processo de ossificação				
Amostras	Amostras de sedimento do sacro e de controlo recolhidas				
Aspectos Funerários					
Parâmetro	Descrição				
Descrição da Sepultura	Vala aberta no solo em planta sub-rectangular				
Tratamento Funerário	Inumação				
Organização Funerária	Individual				
Tipo de Deposição Funerária	Primária				
Espaço de Deposição	Indícios de deposição em espaço aberto (14)				
Posição e Orientação do Esqueleto					
Cabeça + Pés	Tronco	Crânio	Membros Superiores	Membros Inferiores	
NO/SE	Decúbito dorsal				
Espólio Associado		Alfinetes de mortalha			
Aspectos Tafonómicos					
Esqueleto coberto de cal					
Relações Estratigráficas					
Integrado em:	[91]				
Coberto por:	[92]				
Cobre:	[101]				

Esqueleto Nº 14		UE 98	Figura 15	
Aspectos Osteobiográficos				
Parâmetro	Observação	Métodos		
Número Mínimo de Individuos	1	Repetição óssea		
Representatividade Óssea	60-70%	-		
Preservação Geral	Boa	-		
Sexo	Mulher	7-10		
Idade-à-morte	Adulto (Idoso)	1, 3-6		
Estatura	159 cm (± 6,9)	11		
Patologia	Osteoartrose - C7/T1	13		
	Doença discos intervertebrais	13		
	Nód. Schmorl - multilocalizados	13		
	Anquilose - 1ª costelas/manúbrio	-		
Comentários	Traqueia em processo de ossificação			
Amostras	Amostras de sedimento do sacro e de controlo recolhidas			
Aspectos Funerários				
Parâmetro	Descrição			
Descrição da Sepultura	Vala aberta no solo em planta sub-rectangular			
Tratamento Funerário	Inumação			
Organização Funerária	Individual			
Tipo de Deposição Funerária	Primária			
Espaço de Deposição	Indícios de deposição em espaço fechado (14)			
Posição e Orientação do Esqueleto				
Cabeça + Pés	Tronco	Crânio	Membros Superiores	Membros Inferiores
NO/SE	Decúbito dorsal	Ausente		
Espólio Associado		Botões		
Aspectos Tafonómicos				
Nada a assinalar				
Relações Estratigráficas				
Integrado em:	[85]			
Coberto por:	[86] e [87]			
Cortado:	[87]			
Assenta sobre:	[112]			

Esqueleto Nº 15		UE 99		Figura 16	
Aspectos Osteobiográficos					
Parâmetro	Observação	Métodos			
Número Mínimo de Indivíduos	1	Repetição óssea			
Representatividade Óssea	75-85%	-			
Preservação Geral	Boa	-			
Sexo	Indeterminado	7-10			
Idade-à-morte	Adulto (Idoso)	1, 4-6			
Estatura	159 cm (± 6,9)	11			
Patologia	Osteoartrose multilocalizada	13			
	Doença discos intervertebrais	13			
	Entesófito - ligamentos amarelos	-			
	Nód. Schmorl - multilocalizados	13			
Comentários	Laringe em processo de ossificação				
Amostras	Amostras de sedimento do sacro e de controlo recolhidas				
Aspectos Funerários					
Parâmetro	Descrição				
Descrição da Sepultura	Vala aberta no solo em planta sub-rectangular				
Tratamento Funerário	Inumação				
Organização Funerária	Individual				
Tipo de Deposição Funerária	Primária				
Espaço de Deposição	Indícios de deposição em espaço aberto (14)				
Posição e Orientação do Esqueleto					
Cabeça + Pés	Tronco	Crânio	Membros Superiores	Membros Inferiores	
NO/SE	Decúbito dorsal				
Espólio Associado		Botões			
Aspectos Tafonómicos					
Nada a assinalar					
Relações Estratigráficas					
Integrado em:	[94]				
Coberto por:	[97]				
Assenta sobre:	[114]				
					

Esqueleto Nº 16	UE 100	Figura 17		
Aspectos Osteobiográficos				
Parâmetro	Observação	Métodos		
Número Mínimo de Indivíduos	1	Repetição óssea		
Representatividade Óssea	70-80%	-		
Preservação Geral	Boa	-		
Sexo	Indeterminado	7-10		
Idade-à-morte	Adulto (Idoso)	1, 3-6		
Estatura	157 - 173 cm	11		
Patologia	Osteoartrose (C6/C7) e DDI	13		
	Entesófito - tib. post/lig. amar.	-		
	Nód. Schmorl - C4 e T11	13		
Comentários	Laringe em processo de ossificação			
Amostras	Amostras do sedimento do sacro e de controlo recolhidas			
Aspectos Funerários				
Parâmetro	Descrição			
Descrição da Sepultura	Vala aberta no solo em planta sub-rectangular			
Tratamento Funerário	Inumação			
Organização Funerária	Individual			
Tipo de Deposição Funerária	Primária (cortado por deposição do esqueleto 12)			
Espaço de Deposição	Indícios de deposição em espaço fechado? (14)			
Posição e Orientação do Esqueleto				
Cabeça - Pés	Tronco	Crânio	Membros Superiores	Membros Inferiores
NO/SE	Decúbito dorsal			
Espólio Associado		Botões		
Aspectos Tafonómicos				
<p>Indícios de metal (tíbia es)</p> <p>Fracturas posmortem do fémur devido à pressão do solo (coxas depositadas sobre uma laje de pedra)</p>				
Relações Estratigráficas		<p>■ Íntegro ■ Fragmentado</p>		
Integrado em:	[88]			
Coberto por:	[89]			
Cortado:	[90]			

Esqueleto Nº 17	UE 101	Figura 18		
Aspectos Osteobiográficos				
Parâmetro	Observação	Métodos		
Número Mínimo de Individuos	1	Repetição óssea		
Representatividade Óssea	60-70%	-		
Preservação Geral	Boa	-		
Sexo	Mulher	7 e 10		
Idade-à-morte	Adulto (Idoso)	1, 4-6		
Estatura	153 cm (± 5,96)	11		
Patologia	Osteoartrose multilocalizada	13		
	Doença discos intervertebrais	13		
	Entesófitos - lig. amarelos	-		
Comentários	Laringe em processo de ossificação			
Amostras	Amostras do sedimento do sacro e de controlo recolhidas			
Aspectos Funerários				
Parâmetro	Descrição			
Descrição da Sepultura	Vala aberta no solo em planta sub-rectangular			
Tratamento Funerário	Inumação			
Organização Funerária	Individual			
Tipo de Deposição Funerária	Primária (cortado por deposição do esqueleto 13)			
Espaço de Deposição	Indícios de deposição em espaço aberto (14)			
Posição e Orientação do Esqueleto				
Cabeça - Pés	Tronco	Crânio	Membros Superiores	Membros Inferiores
NO/SE	Decúbito dorsal	Ausente	Braços ausentes	
Espólio Associado		Botões		
Aspectos Tafonómicos				
Indícios de metal: tíbia D 10ª costela E 11ª costela E acrómio E				
Relações Estratigráficas				
Integrado em:	[91]			
Coberto por:	[92]			
Cortado:	[93]			
				

Esqueleto Nº 18

UE 104

Figura 19

Aspectos Osteobiográficos

Parâmetro	Observação	Métodos
Número Mínimo de Individuos	1	Repetição óssea
Representatividade Óssea	65-75%	-
Preservação Geral	Boa	-
Sexo	Mulher	7-9
Idade-à-morte	Adulto (Médio ou Idoso)	1, 3-5
Estatura	153 cm (\pm 5,96)	11
Patologia	Doença discos intervertebrais	13
	Nódulo de Schmorl - T10	13
Comentários	-	
Amostras	Amostras de sedimento do sacro e de controlo recolhidas	

Aspectos Funerários

Parâmetro	Descrição
Descrição da Sepultura	Vala aberta no solo em planta sub-rectangular
Tratamento Funerário	Inumação
Organização Funerária	Individual
Tipo de Deposição Funerária	Primária
Espaço de Deposição	Indícios de deposição em espaço aberto (14)

Posição e Orientação do Esqueleto

Cabeça - Pés	Tronco	Crânio	Membros Superiores	Membros Inferiores
NO/SE	Decúbito dorsal	Ausente		

Espólio Associado

Alfinetes de mortalha e pregos

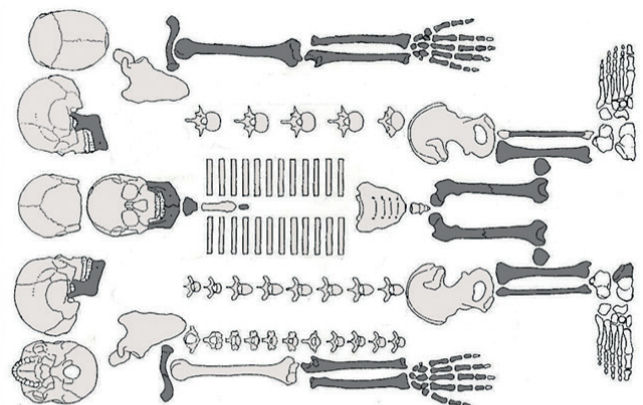
Aspectos Tafonómicos

Indícios de metal:
2 tíbias; rádio E; ulna E; mãos

Pisoteio
Esqueleto coberto de cal
Mancha ferrugenta: crânio
Acção de raízes


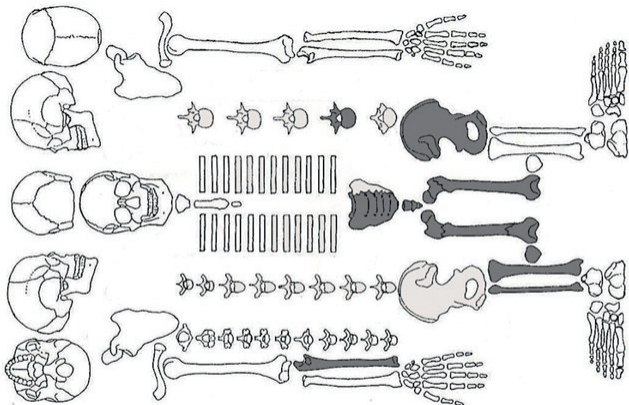


Relações Estratigráficas

Integrado em:	[103]
Coberto por:	[102]


 Íntegro

 Fragmentado

Esqueleto Nº 19		UE 107		Figura 20	
Aspectos Osteobiográficos					
Parâmetro	Observação	Métodos			
Número Mínimo de Individuos	1	Repetição óssea			
Representatividade Óssea	90-100%	-			
Preservação Geral	Boa	-			
Sexo	Homem	7-10			
Idade-à-morte	Adulto (Idoso)	1, 3-6			
Estatura	169 cm (± 6,96)	11			
Patologia	Osteoartrose - multilocalizada	13			
	Doença discos intervertebrais	13			
	DISH - T2 a L2	13			
	Trauma - Fibula Esq.	-			
Comentários	Laringe e traqueia em processo de ossificação				
Amostras	Não recolhidas				
Aspectos Funerários					
Parâmetro	Descrição				
Descrição da Sepultura	Vala aberta no solo em planta sub-rectangular				
Tratamento Funerário	Inumação				
Organização Funerária	Individual				
Tipo de Deposição Funerária	Primária				
Espaço de Deposição	Indícios de deposição em espaço aberto (14)				
Posição e Orientação do Esqueleto					
Cabeça - Pés	Tronco	Crânio	Membros Superiores	Membros Inferiores	
SE/NO	Decúbito dorsal				
Espólio Associado		Alfinetes de mortalha, colchetes e pregos			
Aspectos Tafonómicos					
Nada a assinalar					
Relações Estratigráficas					
Integrado em:	[105]				
Coberto por:	[106]				
Coberto por:	[108]				
		■ Íntegro		■ Fragmentado	

Esqueleto Nº 20		UE 108	Figura 21	
Aspectos Osteobiográficos				
Parâmetro	Observação	Métodos		
Número Mínimo de Individuos	1	Repetição óssea		
Representatividade Óssea	10-20%	-		
Preservação Geral	Boa	-		
Sexo	Mulher	7, 8 e 10		
Idade-à-morte	Adulto (Idoso)	1, 4 e 5		
Estatura	-	-		
Patologia	Osteoartrose - joelhos	13		
	Doença discos intervertebrais	13		
	DISH - T7 a T10	13		
	Entesófitos - ulna (triceps br)	-		
Comentários	-			
Amostras	Não recolhidas			
Aspectos Funerários				
Parâmetro	Descrição			
Descrição da Sepultura	Vala aberta no solo em planta sub-rectangular			
Tratamento Funerário	Inumação			
Organização Funerária	Individual			
Tipo de Deposição Funerária	Primária (cortado por evento indeterminado)			
Espaço de Deposição	Indícios de deposição em espaço aberto (14)			
Posição e Orientação do Esqueleto				
Cabeça - Pés	Tronco	Crânio	Membros Superiores	Membros Inferiores
SE/NO	Decúbito dorsal	Ausente	Ausentes	
Espólio Associado		-		
Aspectos Tafonômicos				
Nada a assinalar				
Relações Estratigráficas		<div style="display: flex; justify-content: space-around; align-items: center;">  Íntegro  Fragmentado </div>		
Integrado em:	[105]			
Coberto por:	[106]			

Esqueleto Nº 21

UE 109

Figura 22

Aspectos Osteobiográficos

Parâmetro	Observação	Métodos
Número Mínimo de Individuos	1	Repetição óssea
Representatividade Óssea	70-80%	-
Preservação Geral	Boa	-

Sexo	Homem	7-9
Idade-à-morte	Adulto (Idoso)	1, 3-6
Estatura	163 cm (\pm 6,96)	11
Patologia	Osteoartrose - ulna prox. esq.	13
	Doença discos intervertebrais	13
	Entesófitos - lig. amarelos	-

Comentários	Laringe e traqueia em processo de ossificação
-------------	---

Amostras	Não recolhidas
----------	----------------

Aspectos Funerários

Parâmetro	Descrição
Descrição da Sepultura	Vala aberta no solo em planta sub-retangular
Tratamento Funerário	Inumação
Organização Funerária	Individual
Tipo de Deposição Funerária	Primária
Espaço de Deposição	Indícios de deposição em espaço aberto (14)

Posição e Orientação do Esqueleto

Cabeça - Pés	Tronco	Crânio	Membros Superiores	Membros Inferiores
NO/SE	Decúbito dorsal			

Espólio Associado

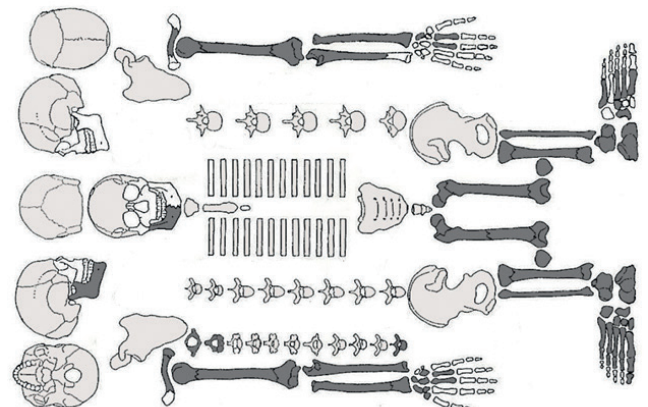
Botões e colchetes

Aspectos Tafonômicos

Nada a assinalar

Relações Estratigráficas

Integrado em:	[111]
Coberto por:	[110]


 Íntegro

 Fragmentado

Esqueleto Nº 22

UE 114

Figura 23

Aspectos Osteobiográficos

Parâmetro	Observação	Métodos
Número Mínimo de Individuos	1	Repetição óssea
Representatividade Óssea	0-10%	-
Preservação Geral	Boa	-
Sexo	Indeterminado	-
Idade-à-morte	Adulto	-
Estatura	-	-
Patologia	-	-
	-	-
Comentários	-	
Amostras	-	

Aspectos Funerários

Parâmetro	Descrição
Descrição da Sepultura	Vala aberta no solo em planta sub-rectangular
Tratamento Funerário	Inumação
Organização Funerária	Individual
Tipo de Deposição Funerária	Primária (cortada pelo esqueleto 15)
Espaço de Deposição	Indícios de deposição em espaço aberto (14)

Posição e Orientação do Esqueleto

Cabeça - Pés	Tronco	Crânio	Membros Superiores	Membros Inferiores
NO/SE	Decúbito dorsal	Ausente	Ausentes	—

Espólio Associado

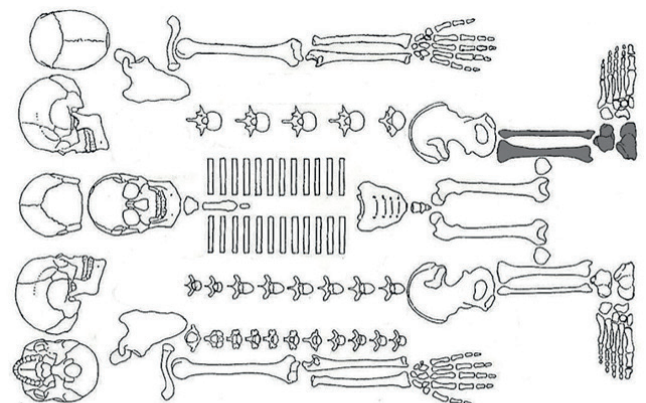
-

Aspectos Tafonómicos

Nada a assinalar

Relações Estratigráficas

Integrado em:	[94]
Coberto por:	[97]
Coberto por:	[99]



■ Íntegro

■ Fragmentado

Esqueleto Nº 23

UE 117

Figura 24

Aspectos Osteobiográficos

Parâmetro	Observação	Métodos
Número Mínimo de Indivíduos	1	Repetição óssea
Representatividade Óssea	90-100%	-
Preservação Geral	Boa	-
Sexo	Homem	7-10
Idade-à-morte	Adulto (Idoso)	1, 3-6
Estatura	164 cm (\pm 6,96)	11
Patologia	Osteoartrose multilocalizada	13
	Doença discos intervertebrais	13
	Nód. Schmorl - multilocalizados	13
	lombarização da S1	12
Comentários	Laringe em processo de ossificação	
Amostras	Não recolhidas	

Aspectos Funerários

Parâmetro	Descrição
Descrição da Sepultura	Vala aberta no solo de planta sub-rectangular
Tratamento Funerário	Inumação
Organização Funerária	Individual
Tipo de Deposição Funerária	Primária
Espaço de Deposição	Indícios de deposição em espaço aberto (14)

Posição e Orientação do Esqueleto

Cabeça - Pés	Tronco	Crânio	Membros Superiores	Membros Inferiores
SE/NO	Decúbito dorsal			

Espólio Associado

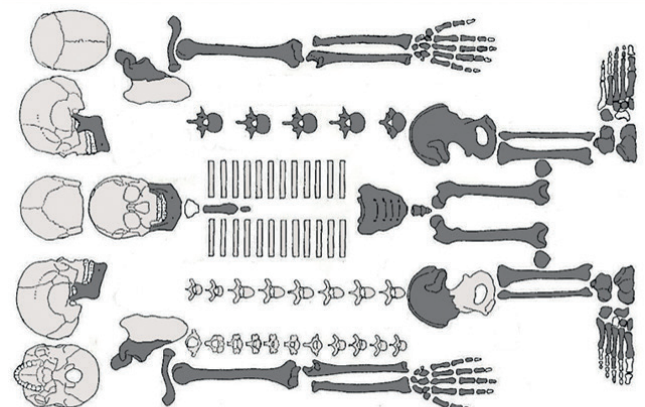
Colchetes

Aspectos Tafonômicos

Indícios de metal:
frontal
coxa esq

Relações Estratigráficas

Integrado em:	[115]
Coberto por:	[116]


 Íntegro

 Fragmentado

Esqueleto Nº 24

UE 120

Figura 25

Aspectos Osteobiográficos

Parâmetro	Observação	Métodos
Número Mínimo de Indivíduos	1	Repetição óssea
Representatividade Óssea	90-100%	-
Preservação Geral	Boa	-
Sexo	Homem?	7-10
Idade-à-morte	Adulto (Idoso)	1, 3-6
Estatura	163 cm (± 6,96)	11
Patologia	Osteoartrose - multilocalizada	13
	Doença discos intervertebrais	13
	Nód. Schmorl - multilocalizados	13
	Entesófitos - multilocalizados	-
Comentários	Laringe em processo de ossificação	
Amostras	Não recolhidas	

Aspectos Funerários

Parâmetro	Descrição
Descrição da Sepultura	Vala aberta no solo em planta sub-rectangular
Tratamento Funerário	Inumação
Organização Funerária	Individual
Tipo de Deposição Funerária	Primária
Espaço de Deposição	Indícios de deposição em espaço aberto (14)

Posição e Orientação do Esqueleto

Cabeça + Pés	Tronco	Crânio	Membros Superiores	Membros Inferiores
SE/NO	Decúbito dorsal			

Espólio Associado

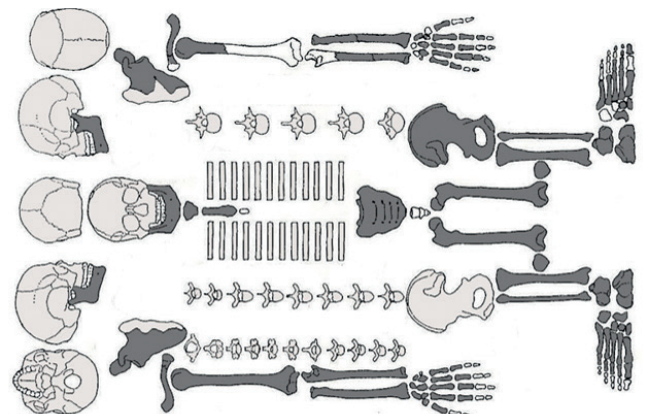
Metal, pregos e colchetes

Aspectos Tafonômicos

Nada a assinalar

Relações Estratigráficas

Integrado em:	[118]
Coberto por:	[119]



■ Íntegro

■ Fragmentado

Esqueleto Nº 25

UE 123

Figura 26

Aspectos Osteobiográficos

Parâmetro	Observação	Métodos
Número Mínimo de Indivíduos	1	Repetição óssea
Representatividade Óssea	80-90%	-
Preservação Geral	Boa	-
Sexo	Mulher	7 e 8
Idade-à-morte	Adulto (Idoso)	1 e 5
Estatura	153 cm (\pm 5,96)	11
Patologia	Entesófitos - multilocalizados	-
	Calo ósseo/neoplasia fémur dto?	-
Comentários	-	
Amostras	Não recolhidas	

Aspectos Funerários

Parâmetro	Descrição
Descrição da Sepultura	Vala aberta no solo em planta sub-rectangular
Tratamento Funerário	Inumação
Organização Funerária	Individual
Tipo de Deposição Funerária	Primária
Espaço de Deposição	Indícios de deposição em espaço aberto (14)

Posição e Orientação do Esqueleto

Cabeça - Pés	Tronco	Crânio	Membros Superiores	Membros Inferiores
NO/SE	Decúbito dorsal	Ausente		

Espólio Associado

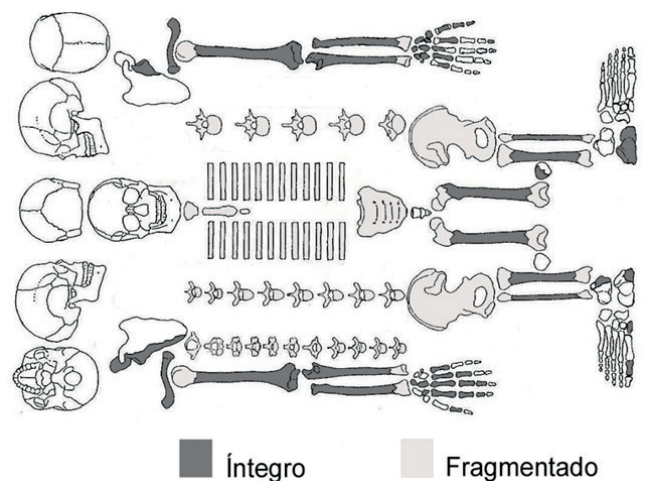
Alfinetes de mortalha, colchetes e cachimbo






Aspectos Tafonómicos




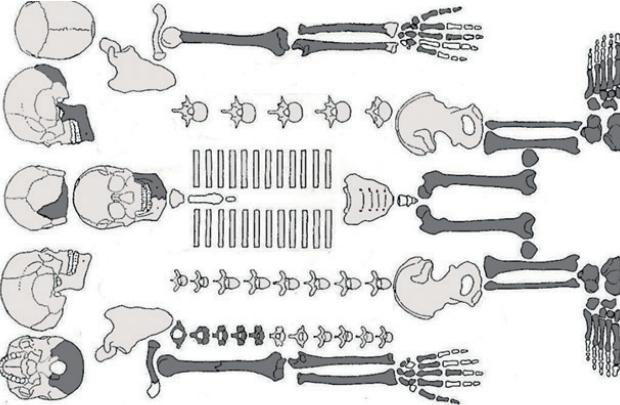
Indícios de metal:
clavícula dta.




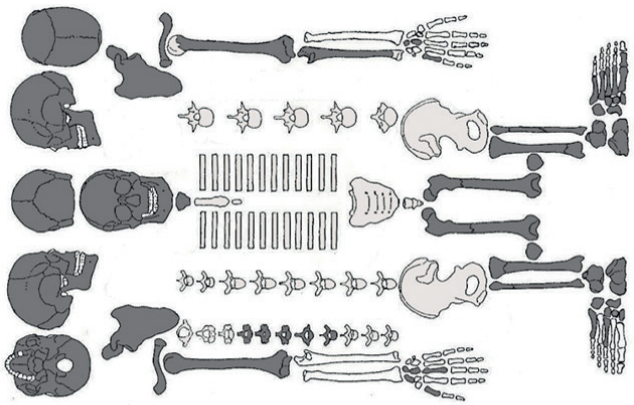

Relações Estratigráficas

Integrado em:	[121]
Coberto por:	[122]
Assenta sobre:	[131]



Esqueleto Nº 26		UE 127		Figura 27	
Aspectos Osteobiográficos					
Parâmetro	Observação	Métodos			
Número Mínimo de Individuos	1	Repetição óssea			
Representatividade Óssea	90-100%	-			
Preservação Geral	Boa	-			
Sexo	Homem	7-10			
Idade-à-morte	Adulto (Idoso)	1, 3-6			
Estatura	162 cm (± 6,96)	11			
Patologia	Osteoartrose - multilocalizada	13			
	Doença discos intervertebrais	13			
	Nód. Schmorl - multilocalizados	13			
	Vértebra lombar supranumerária	12			
Comentários	Laringe e traqueia em processo de ossificação				
Amostras	Não recolhidas				
Aspectos Funerários					
Parâmetro	Descrição				
Descrição da Sepultura	Vala aberta no solo em planta sub-rectangular				
Tratamento Funerário	Inumação				
Organização Funerária	Individual				
Tipo de Deposição Funerária	Primária				
Espaço de Deposição	Indícios de deposição em espaço aberto (14)				
Posição e Orientação do Esqueleto					
Cabeça - Pés	Tronco	Crânio	Membros Superiores	Membros Inferiores	
NO/SE	Decúbito dorsal				
Espólio Associado		Alfinetes de mortalha e pregos			
Aspectos Tafonômicos					
Esqueleto coberto de cal					
Relações Estratigráficas					
Integrado em:	[124]				
Coberto por:	[125]				
					

Esqueleto Nº 27		UE 130	Figura 28	
Aspectos Osteobiográficos				
Parâmetro	Observação	Métodos		
Número Mínimo de Indivíduos	1	Repetição óssea		
Representatividade Óssea	90-100%	-		
Preservação Geral	Boa	-		
Sexo	Mulher	7-9		
Idade-à-morte	Adulto (Idoso)	1, 4-6		
Estatura	154 cm (± 5,96)	11		
Patologia	Doença discos intervertebrais	13		
	Nód. Schmorl - multilocalizados	13		
Comentários	Laringe em processo de ossificação			
Amostras	Não recolhidas			
Aspectos Funerários				
Parâmetro	Descrição			
Descrição da Sepultura	Vala aberta no solo em planta sub-rectangular			
Tratamento Funerário	Inumação			
Organização Funerária	Individual			
Tipo de Deposição Funerária	Primária			
Espaço de Deposição	Indícios de deposição em espaço aberto (14)			
Posição e Orientação do Esqueleto				
Cabeça - Pés	Tronco	Crânio	Membros Superiores	Membros Inferiores
NO/SE	Decúbito dorsal			
Espólio Associado		Pregos e colchetes		
Aspectos Tafonómicos				
Indícios de metal: antebraço esq				
Relações Estratigráficas		<div style="display: flex; justify-content: space-around; align-items: center;"> <div style="display: flex; align-items: center;"> <div style="width: 15px; height: 15px; background-color: gray; margin-right: 5px;"></div> Íntegro </div> <div style="display: flex; align-items: center;"> <div style="width: 15px; height: 15px; background-color: yellow; margin-right: 5px;"></div> Fragmentado </div> </div>		
Integrado em:	[128]			
Coberto por:	[129]			

Esqueleto Nº 28	UE 131	Figura 29		
Aspectos Osteobiográficos				
Parâmetro	Observação	Métodos		
Número Mínimo de Indivíduos	1	Repetição óssea		
Representatividade Óssea	70-80%	-		
Preservação Geral	Boa	-		
Sexo	Homem	7-9		
Idade-à-morte	Adulto (Idoso)	1, 4-6		
Estatura	168 cm (± 6,96)	11		
Patologia	Osteoartrose - multilocalizada	13		
	Doença discos intervertebrais	13		
	Nód. Schmorl - multilocalizados	13		
	Escoliose e anquilose	-		
Comentários	Laringe e traqueia em processo de ossificação			
Amostras	Não recolhidas			
Aspectos Funerários				
Parâmetro	Descrição			
Descrição da Sepultura	Vala aberta no solo em planta sub-rectangular			
Tratamento Funerário	Inumação			
Organização Funerária	Individual			
Tipo de Deposição Funerária	Primária (afectada pela deposição do esqueleto 123)			
Espaço de Deposição	Indícios de deposição em espaço aberto (14)			
Posição e Orientação do Esqueleto				
Cabeça > Pés	Tronco	Crânio	Membros Superiores	Membros Inferiores
NO/SE	Decúbito dorsal			
Espólio Associado		Pregos e botões		
Aspectos Tafonômicos				
Indícios de metal: antebraço esq.				
Relações Estratigráficas				
Integrado em:	[122]			
Coberto por:	[121]			
Coberto por:	[123]			
				

Esqueleto Nº 29

UE 112

Figura 30

Aspectos Osteobiográficos

Parâmetro	Observação	Métodos
Número Mínimo de Individuos	1	Repetição óssea
Representatividade Óssea	0-10%	-
Preservação Geral	Pobre	-
Sexo	Indeterminado	-
Idade-à-morte	Adulto	2
Estatura	-	-
Patologia	-	-
	-	-

Comentários

Apenas parte da coluna vertebral estava presente

Amostras

Amostras não recolhidas

Aspectos Funerários

Parâmetro	Descrição
Descrição da Sepultura	Vala aberta no solo de planta indeterminada
Tratamento Funerário	Inumação
Organização Funerária	Individual
Tipo de Deposição Funerária	Primária (afectada pela deposição do esqueleto 14)
Espaço de Deposição	Indeterminado

Posição e Orientação do Esqueleto

Cabeça - Pés	Tronco	Crânio	Membros Superiores	Membros Inferiores
NO/SE	Decúbito dorsal	Ausente	Ausentes	Ausentes

Espólio Associado

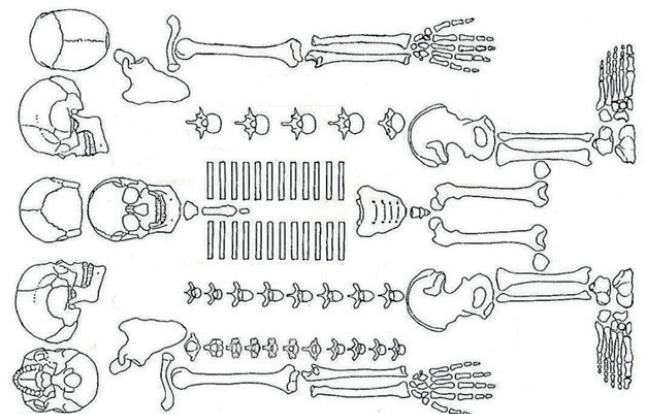
-

Aspectos Tafonómicos

Nada a assinalar

Relações Estratigráficas

Integrado em:	[85]
Coberto por:	[86]
Cortado por:	[98]



■ Íntegro

■ Fragmentado

Ao nível demográfico, a série apresenta 11 indivíduos do sexo masculino e 7 indivíduos do sexo feminino. O sexo dos restantes indivíduos é incerto, sendo que dois deles são possivelmente mulheres e quatro deles são possivelmente homens. Os restantes quatro indivíduos são de sexo indeterminado.

Nenhum indivíduo não adulto foi encontrado na ermida. Apenas um esqueleto não foi classificado como adulto de forma inequívoca – indivíduo n.º 7. Porém, os ossos apresentam também uma aparência já adulta. Ao nível da estrutura etária, a série é composta por uma maioria de adultos médios (35-50 anos) e idosos (> 50 anos). Apenas 1 adulto jovem evidente foi detetado. O esquema da Figura 31 ilustra bem esta composição.

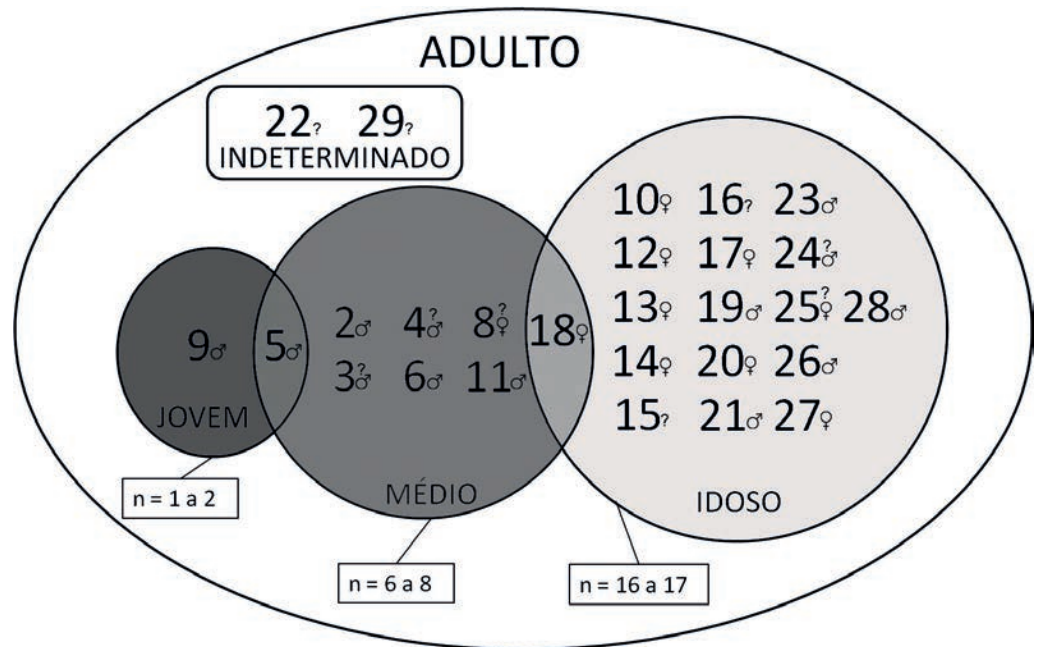


Figura 54
Distribuição etária dos indivíduos da Ermida de São Francisco (CSA).

Ao nível da estatura estimada, as mulheres (n = 6; 152,7 cm; máx. = 160; mín. = 149) apresentam valores médios consideravelmente inferiores aos dos homens (n = 11; 164,6 cm; máx. = 169; mín. = 159). Este é um resultado expectável em função do dimorfismo sexual natural das populações humanas.

No que diz respeito às alterações ósseas provocadas por condições patológicas, é de salientar uma elevada prevalência de doenças degenerativas. No caso das articulares, cerca de 46% dos esqueletos apresentavam osteoartrose enquanto 75% apresentavam indícios de doença dos discos intervertebrais segundo as definições operacionais de Waldron (Mendonça, 2000). No caso das alterações degenerativas não articulares, a presença de entesófitos foi detetada em 61% dos indivíduos. Esta situação não surpreende, tendo em consideração a elevada idade dos indivíduos que compõem esta série. Também a prevalência de nódulos de Schmorl é bastante elevada – cerca de 56%. É provável que, após uma análise mais abrangente da coleção, se venha a verificar que estas prevalências são na realidade ainda mais elevadas.

Algumas situações mais invulgares foram igualmente detetadas no conjunto de esqueletos do CSA. Em particular, encontraram-se dois casos de DISH nos indivíduos 19 e 20

(Barnes, 1994), (Figuras 83 e 84). Além disso, um caso de lombarização da S1 – acompanhada de sacralização da Co1 – foi encontrado no indivíduo 2312 (Figura 33). Outra condição de natureza congénita foi observada no indivíduo 26 – uma vértebra lombar supranumerária (Figura 34). Em relação a evidências de traumatismo além dos nódulos de Schmorl, foi também observada uma fratura remodelada na fíbula esquerda do indivíduo 19 (Figura 35).

A orientação dos esqueletos do CSA seguiu o eixo longo da estrutura da ermida e, na maioria dos casos, essa orientação foi de Noroeste para Sudeste – da cabeça para os pés – muito provavelmente em função da localização do altar. No entanto, cinco inumações não obedeceram a este critério e apresentavam uma orientação inversa. Três delas correspondiam a homens (indivíduos 9, 19 e 23), uma correspondia a uma mulher (indivíduo 20) e a restante tratava-se de um provável homem (indivíduo 24). Ao nível etário, todas as categorias de adultez estão também representadas nestes cinco indivíduos.

Os esqueletos foram todos depositados em decúbito dorsal, com exceção do indivíduo 11 – um adulto médio do sexo masculino. Foi encontrado em decúbito lateral, deitado sobre o seu lado esquerdo. O crânio estava ausente e o resto do esqueleto estava coberto de cal. Este é por isso um enterramento desviante, pelo menos tendo em consideração que difere de todos os outros presentes na Ermida de São Francisco. As razões para esse desvio à norma são desconhecidas.

A possível atribuição destes indivíduos à Ordem Terceira Franciscana é uma hipótese a ter em conta. A Regra Franciscana (*MemorialePropositi* de 1221) impunha um estilo de vida despojado aos seus membros. Na realidade, os artefactos associados aos enterramentos são escassos, circunstância que parece ir de encontro a esse requisito. Em teoria, um cemitério da Ordem Terceira Franciscana seria essencialmente composto por indivíduos maioritariamente adultos. No cristianismo em geral, crianças muito jovens não são moralmente responsáveis pelos seus pecados e um dos requisitos para aceder à ordem era ter uma boa conduta moral e dar sinais claros de vocação. De facto, nenhum não-adulto foi encontrado, algo que pode ser considerado relativamente anómalo num cemitério católico convencional. Finalmente, representantes de ambos os sexos foram detectados, o que constitui o cenário teoricamente esperado num cemitério da Ordem Terceira Franciscana. Apesar de nenhum destes indicadores ser absolutamente esclarecedor acerca da hipótese acima levantada, também não parecem invalidar que este corresponda a um local de inumação desta ordem.

Figura 55
Esqueleto 2 em plano
ortogonal.



Figura 56
Esqueleto 3 em plano
ortogonal.



Figura 57
Esqueleto 4 em plano
ortogonal.



Figura 58

Esqueleto 5 em plano ortogonal. O esqueleto 6 surge em segundo plano.



Figura 59
Esqueleto 6 em plano
ortogonal.



Figura 60
Esqueleto 7 em plano
ortogonal.



Figura 61
Esqueleto 8 em plano
ortogonal.



Figura 62
Esqueleto 9 em plano
oblíquo.



Figura 63
Esqueleto 10 em
plano ortogonal.



Figura 64
Esqueleto 11 em
plano ortogonal.



Figura 65

Esqueleto 12 em plano ortogonal.



Figura 66
Esqueleto 13 em
plano ortogonal.



Figura 67
Esqueleto 14 em
plano ortogonal.



Figura 68
Esqueleto 15 em
plano ortogonal.



Figura 69
Esqueleto 16 em
plano oblíquo.



Figura 70
Esqueleto 17 em
plano ortogonal.



Figura 71
Esqueleto 18 em
plano ortogonal.



Figura 72

Esqueleto 19 em plano oblíquo (imagem composta). Em primeiro plano, surge o esqueleto 20.





Figura 73

Esqueleto 20 em plano ortogonal. O esqueleto 19 surge em segundo plano.

Figura 74
Esqueleto 21 em
plano oblíquo.



Figura 75
Esqueleto 22
(composto apenas
por ossos da perna
esquerda) em plano
ortogonal.



Figura 76
Esqueleto 23 em
plano oblíquo.



Figura 77
Esqueleto 24 em
plano oblíquo.



Figura 78
Esqueleto 25 em
plano ortogonal.



Figura 79
Esqueleto 26 em
plano ortogonal.



Figura 80
Esqueleto 27 em
plano ortogonal.



Figura 81
Esqueleto 28 em
plano ortogonal.



Figura 82
Esqueleto 29 em
plano ortogonal.



Figura 83
Esqueleto 19
apresentando um
caso de DISH.

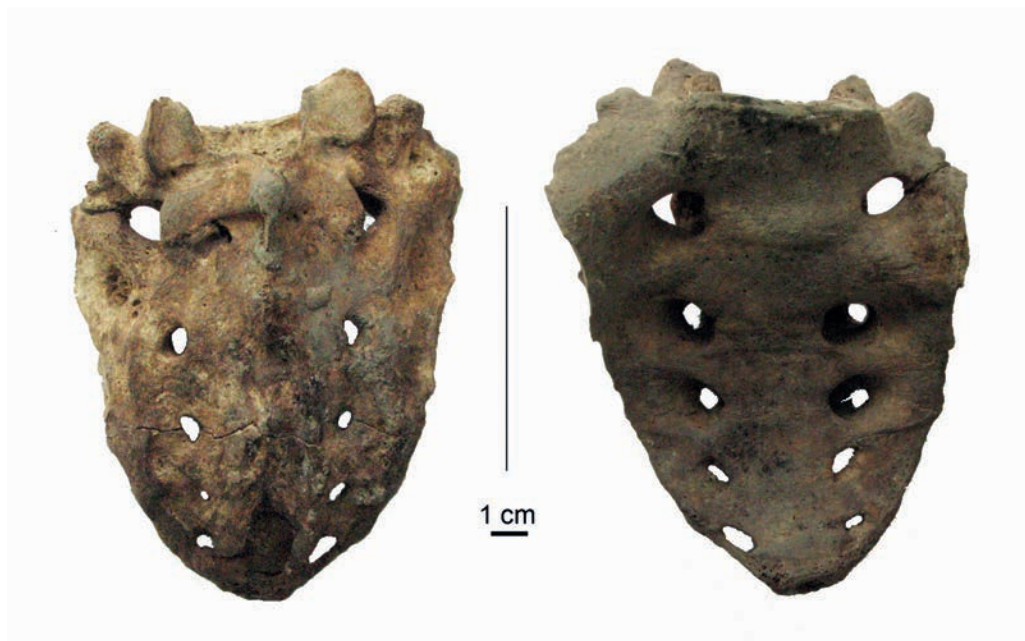


Figura 84
Esqueleto 20
apresentando um
caso de DISH.



Figura 85

Esqueleto 23
apresentando um
caso de lombarização
da S1 e sacralização
da Co1.

**Figura 86**

Esqueleto 26
apresentando um
caso vértebra lombar
supranumerária.



Figura 87
Esqueleto 19
apresentando um
calo ósseo na fíbula
esquerda.



7.5. Comentários Finais

Apesar de todas as condicionantes inerentes a uma intervenção desta natureza, a escavação da área onde se veio a edificar o Centro de Saúde de Alhandra permitiu identificar, analisar e registar diversos vestígios coerentes e em excelente estado de conservação das mais antigas ocupações da antiga Vila e sede de concelho de Alhandra.

Importa aqui sublinhar o papel que este tipo de intervenções preventivas tem para o acautelar da destruição de quaisquer vestígios de índole patrimonial que pudessem vir a existir no subsolo. Esta, se devidamente planeada e acautelada durante a fase de delimitação da obra não têm que colidir ou ser por si só um real entrave ao andamento da execução dos projetos sempre complexos de engenharia.

A escavação em área e em profundidade até aos níveis de base, numa área de cerca de 530 metros quadrados, permitiu reconstituir os ritmos de ocupação humana nesta área da Vila de Alhandra (ver planta final dos trabalhos, figura 88).

A primeira fase de ocupação detetada neste espaço corresponde à edificação em meados do século XVI de uma série de compartimentos de planta quadrangular de cariz habitacional (figura 89). Perante as evidências estratigráficas é possível distinguir diferentes fases e pavimentações destas habitações ao longo do século XVII e XVIII. Estes edifícios são efetivamente desativados e desmantelados em inícios do século XVIII, para a edificação da ermida de São Francisco.

Todo o espaço é então regularizado, criando-se um aterro na área da ermida e no seu exterior. É neste nível de regularização que se vão posteriormente abrir as valas de sepultura da necrópole associada a este espaço sacro (ver figura 91).

A edificação da ermida marca a segunda fase de ocupação deste espaço. Verifica-se algum cuidado com a sua edificação criando-se fortes alicerces que assentam e cortam os níveis geológicos de margas esverdeadas. Contudo este esforço de pouco serviu, pois o edifício acabou por colapsar com o cataclismo de 1755.

Foi contudo possível, escavar e salvaguardar pelo registo arqueológico a totalidade da planta da ermida de São Francisco. Esta, apesar de conservada apenas ao nível dos alicerces, permitiu reconstituir a sua volumetria, e vislumbrar as suas funcionalidades ou espaços (ver figura 92).

Estamos perante uma planta relativamente simples, com uma área interna de 183,10 metros quadrados. O espaço da ermida dividia-se em dois, estando o corpo do templo separado do altar, por duas estruturas que interpretamos como os alicerces de um arco.

Apenas na área que designamos como ambiente 3, foi possível identificar e escavar um espaço de necrópole. Na área do altar, talvez pelo curto espaço de utilização deste edifício, não se chegaram a efetuar enterramentos.

Paralelamente a este edifício religioso identificaram-se a sul e a norte estruturas coetâneas mas com distintas funcionalidades.

A sul foi possível escavar a totalidade uma pequena habitação setecentista, que tinha duas portas. Uma virada à Rua de São Francisco, e outra para o ambiente 2 que deveria ser um pátio ou quintal.

A norte registou-se uma situação mais complexa. A análise atenta das estruturas e da estratigrafia permitiu afirmar, que existiria um espaço aberto de circulação que comunicava com a Rua de São Francisco. É neste espaço, que deveria eventualmente comunicar com uma entrada lateral da ermida, que se identificou uma segunda área de necrópole.

Esta área de circulação comunicava com dois compartimentos paralelos à ermida e algo posteriores a ela. Podiam ser interpretados como espaços de apoio ao edifício reli-

gioso eventualmente a sacristia.

Como referimos, a ermida de São Francisco terá ficado muito arruinada com o terramoto de 1755, não tendo sido reconstruída. Permaneceu assim em estado de ruína até meados do século XX. Francisco Câncio em 1939 refere-nos que à data o templo de São Francisco se encontrava “em plena ruína e abandono.” Acrescentando, “a igreja nada tinha de notável.”, (Câncio, 1939, p. 351).

Concluída a escavação e face à manifesta impossibilidade de compatibilizar a preservação destes alicerces com o novo projeto, as estruturas foram desmanteladas com acompanhamento arqueológico.

A memória deste espaço religioso encontra-se hoje marcada no atual Centro de Saúde, pois os vestígios da antiga fachada, foram integrados no novo edifício. Aliás a entrada no novo Centro de Saúde faz-se precisamente pela antiga porta devidamente restaurada (ver imagem nº 93).

O curto período de funcionamento da Ermida de São Francisco resultou na sua reduzida utilização funerária. Não houve por isso uma ocupação intensiva do espaço e as inumações circunscreveram-se apenas a algumas áreas enquanto outras permaneceram intocadas. Ainda assim, o número de indivíduos detetado indica que terá ocorrido neste local pelo menos cerca de uma inumação por ano em média ($30/34 = 0,88$).

Os objetivos da presente intervenção arqueológica foram totalmente atingidos. A salvaguarda dos restos humanos presentes na área de construção do futuro Centro de Saúde de Alhandra foi conseguida na totalidade. O registo do contexto e das informações de natureza osteológica foi também bem-sucedida e a reconstituição *a posteriori* do sítio e da série de esqueletos nele presente está assegurada pela documentação recolhida. Apenas os esqueletos fortemente afetados pelos trabalhos relacionados com a obra constituem exceção a esta regra.

A potencialidade desta coleção de restos humanos é muito considerável. Apesar do número de indivíduos não ser grande nem representativo de uma população natural, pode ainda assim permitir inferências importantes acerca das populações vivendo nas regiões limítrofes ao Rio Tejo durante o período pré-Terramoto. Na sua maioria, os esqueletos encontram-se em bom estado de preservação e constituirão por isso um excelente objeto de futuros estudos. O seu valor será exponenciado em análises de amplo espectro que, além desta, incluam outras coleções de esqueletos humanos do mesmo contexto crono-cultural.



Figura 88
Planta final da
escavação.

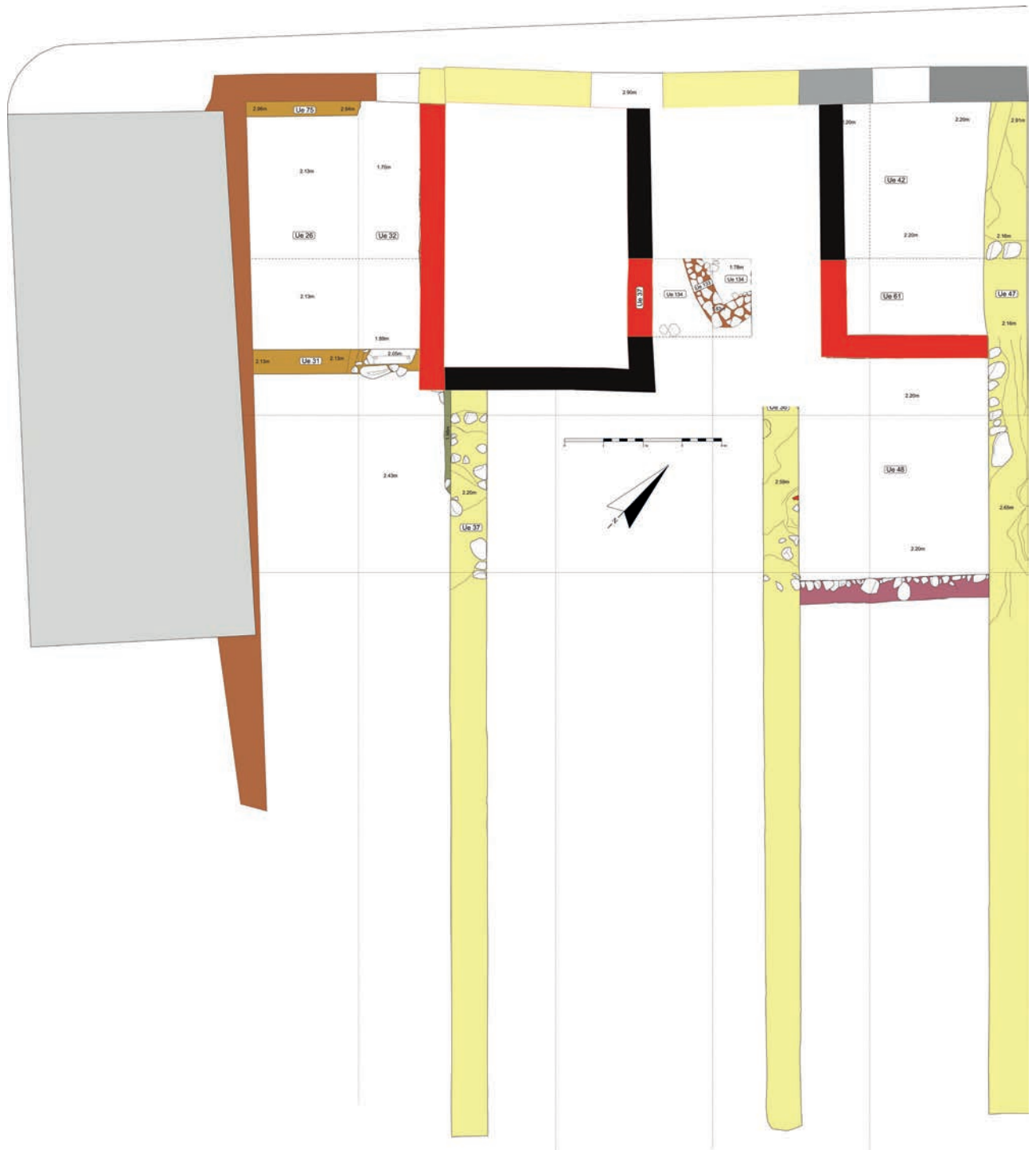


Figura 89
 Planta da primeira
 fase de ocupação.
 A encarnado muros
 mais antigos, a negro
 tentativa de leitura do
 espaço.

Figura 90
Planta final da escavação. Com interpretação da leitura dos espaços correlacionados com a ermida de São Francisco.

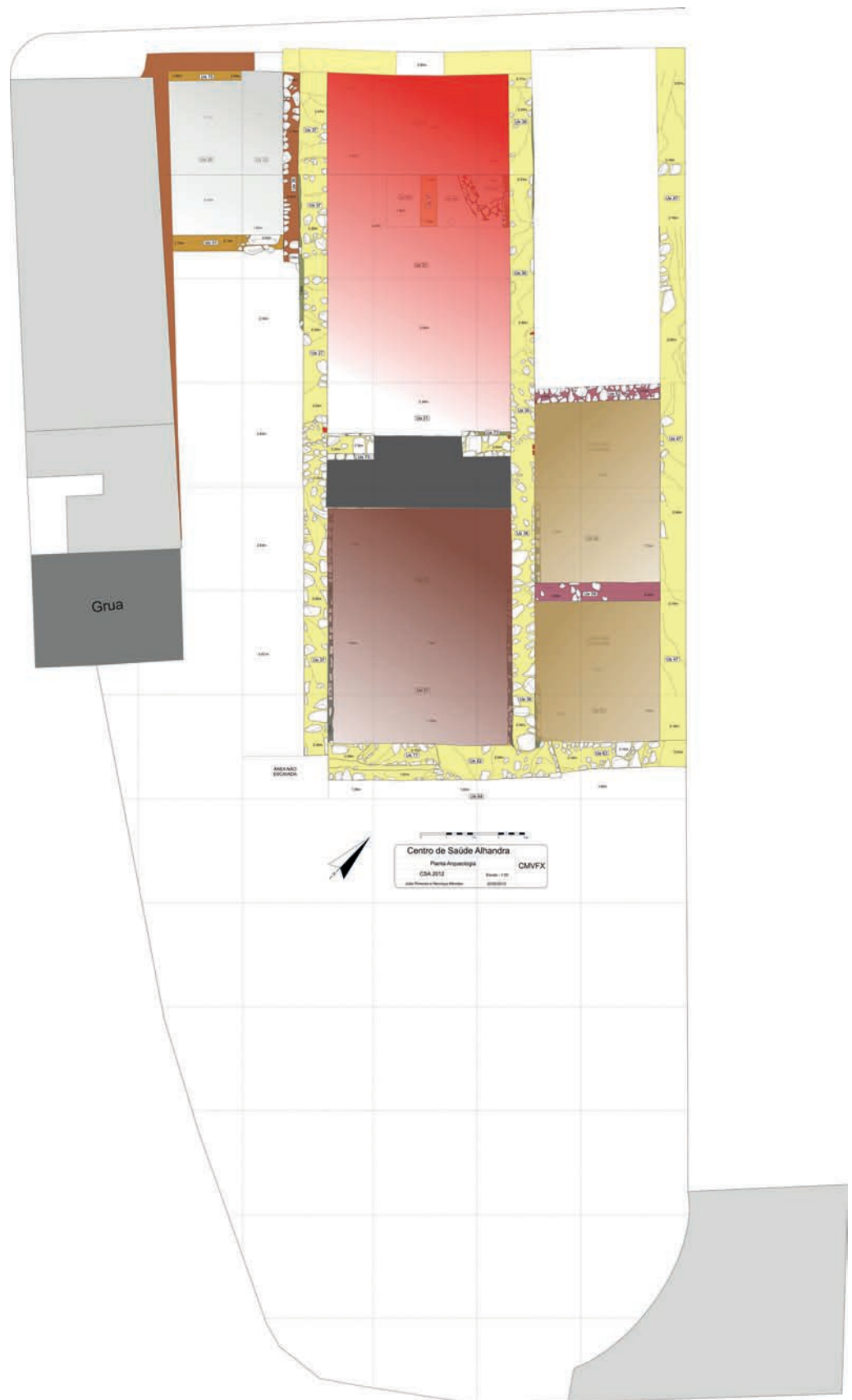




Figura 91
Planta final da
escavação. Com
implantação da área
de necrópole.



Figura 92

Pormenor da planta da escavação, com implantação da área de necrópole no final dos trabalhos.

Figura 93

Pormenor da atual fachada do Centro de Saúde de Alhandra.



8. Bibliografia

- ALBERT, A.M.; MAPLES, W.R. (1995) - Stages of epiphyseal union for thoracic and lumbar vertebral centra as a method for age determination for teenage and young adult skeletons. *Journal of Forensic Sciences* 40(4), p. 623-633.
- BARNES, E. (1994) - *Developmental defects of the axial skeleton in paleopathology*. Niwot, Colorado: University Press of Colorado.
- BARKER, P. (1986) - *Understanding archaeological excavation*. B. T. Batsford Limited. London.
- BARKER, P. (1989) - *Techniques of archaeological excavation*. Courier International Ltd. B. T. Batsford Limited. London.
- BROOKS, S.; SUCHEY, J.M. (1990) - Skeletal age determination based on the *os pubis*: a comparison of the Acsádi-Nemeskéri and Suchey-Brooks methods. *Human Evolution* 5(3), p. 227-238.
- BUCKBERRY, J.L.; CHAMBERLAIN, A. T. (2002) - Age estimation from the auricular surface of the ilium: a revised method. *American Journal of Physical Anthropology* 119, p. 231-239.
- CAMACHO, C. (1994) - A região de Vila Franca de Xira no tempo dos Descobrimentos In *Histórias do Tejo*. Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, p. 25-41.
- CAMACHO, C.; CALAIS, C.; NUNES, G. (1996) - A presença romana no concelho de Vila Franca de Xira: Investigar, divulgar e animar In *Actas das primeiras jornadas sobre romanização dos estuários do Tejo e do Sado*. Publicações Dom Quixote. Lisboa, p. 179-191.
- CÂNCIO, F. (1939) - *Ribatejo Histórico e Monumental*. Vol. III. Junta da Província do Ribatejo.
- CATARINO, H. (2000) - O Castelo de Povos (Apontamentos sobre o período Islâmico em Vila Franca de Xira), *Vila Franca de Xira. Tempos do Rio, Ecos da Terra*. Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, p. 43-51.
- COSME, J.; VARANDAS, J. (2010) - *Memórias Paroquiais (1758-1759)*. Vol. II. Alcaria-Alijó. Lisboa. Caleidoscópio.
- DUDAY, H. (2006) - L'archaéothanatologie ou l'archaéologie de la mort. In: *Gowland R, and Knüsel C, editors. Social archaeology of funerary remains*. Oxford: Oxbow Books. p 30-56.

- FEREMBACH, D.; SCHWIDETZKY, I.; STLOUKAL, M. (1980) -Recommendations for Age and Sex Diagnoses of Skeletons. *Journal of Human Evolution*. 9, p. 517-549.
- HARRIS, E. C. (1989) – Principals of archaeological stratigraphy. 2nd edition, London-San Diego: Academic Press.
- JACINTO, M. J. (2012) -*Relatório preliminar dos trabalhos arqueológicos. Centro de Saúde de Alhandra. Sondagens de diagnóstico*. Era Arqueologia. Policopiado.
- MENDONÇA, M. (2000) - Estimation of height from the length of long bones in a Portuguese adult population. *American Journal of Physical Anthropology* 112, p. 39-48.
- MURAIL, P.; BRUZEK, J.; HOUET, F.; CUNHA, E. (2005) -DSP: a tool for probabilistic sex diagnosis using worldwide variability in hip-bone measurements. *Ulletins et Mémoires de la Société d'Anthropologie de Paris*. 17(3-4), p. 167-176.
- PARREIRA, R. (1986) - Inventário do Património Arqueológico e Construído do Concelho de Vila Franca de Xira: Notícia da parcela 404-1. *Boletim Cultural, CIRA. Vila Franca de Xira*. N.º 2, p.73-81.
- PARREIRA, R. (1987-88) - Inventário do Património Arqueológico e construído do concelho de Vila Franca de Xira. Notícia da parcela 390-6. *Boletim Cultural, CIRA. Câmara Municipal de Vila Franca de Xira*. N.º 3, p. 96-105.
- PIMENTA, J.; MENDES, H. (2007) - A escavação de um troço da estrada romana *Olisipo-Scalabbis*, em Vila Franca de Xira. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. Vol. 10. Número 2, p. 189-228.
- PIMENTA, J.; MENDES, H.(2007a) - Relatório de Prospecções Arqueológicas no Âmbito do Projecto “Conhecer o Património de Vila Franca de Xira”. Município de Vila Franca de Xira. Divisão de Património e Museus.
- PIMENTA, J.; MENDES, H.(2011) – Relatório dos trabalhos arqueológicos na área do futuro centro de Saúde de Alhandra. Município de Vila Franca de Xira. Divisão de Património e Museus.
- PIMENTA, J.; MENDES, H. (2016) –*Carta Arqueológica de Vila Franca de Xira*. Câmara Municipal de Vila Franca de Xira. Centro de Estudos Arqueológicos de Vila Franca de Xira (CEAX).
- SCHAEFER, M.; BLACK, S.; SCHEUER, L. (2009) -*Juvenile osteology: a laboratory and field manual*. London: Academic Press.
- SCHEUER, L., BLACK, S. (2000) -*Developmental Juvenile Osteology*. London: Academic Press.
- SILVA, A.M. (1995) - Sex assesment using the calcaneus and talus. *Antropologia Portuguesa*. 13, p. 107-119.
- SOUSA, C. O. de. (2008) -*Os Membros da Ordem Terceira de São Francisco de Assis de Vila Rica: Prestígio e Poder nas Minas (Século XVIII)*. Juiz de Fora: Dissertação de Mestrado em História apresentado à Universidade Federal de Juiz de Fora.
- VAUCHEZ, A. (1995) -*A espiritualidade na Idade Média Ocidental (séculos VIII A XIII)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed..
- MARTINS, W. de S. (2009) -*Membros do Corpo Místico: Ordens Terceiras no Rio de Janeiro (c.1700-1822)*. São Paulo: Edusp.
- UBELAKER, D. (1989) -*Human Skeletal Remains*. Washington: Taraxacum.
- WALDRON, T. (2009) -*Paleopathology*. Cambridge: Cambridge University Press.
- WASTERLAIN, S.N.; CUNHA, E. (2000) - Comparative performance of femur and humerus epiphysis for sex diagnosis. *Biométrie Humaine et Anthropologie*. 18(1-2), p. 9-13.

➤ **Materialidades quotidianas de Idade Moderna em Alhandra. Os contextos arqueológicos da escavação do Centro de Saúde**

TÂNIA MANUEL CASIMIRO
(IHC/IAP FCSH-UNL)

RESUMO

O lugar do actual Centro de Saúde de Alhandra foi alvo de duas intervenções arqueológicas. Durante as escavações ali efectuadas foram recuperados diversos elementos de cultura material associados às mais diversas vivências quotidianas. As cerâmicas vermelhas, vidradas e faianças são as mais abundantes, mas outros elementos vítreos, metálicos e de osso foram igualmente recuperados. Os materiais correspondem a uma ocupação entre os meados da primeira metade do século XVII e os inícios do século XVIII.

ABSTRACT

Two archaeological excavations were made in the site where the Centro de Saúde de Alhandra was to be located. During those excavations several material culture elements were found related to very different daily life aspects. Redwares, lead glazed wares and tin glazed wares, glass objects, metallic and bone objects were found on the site. These objects correspond to a domestic occupation dated from the first half of the 17th century to the very early 18th century.

1. Introdução

A intervenção arqueológica do espaço onde se encontra actualmente o Centro de Saúde de Alhandra incidiu sobretudo, mas não exclusivamente, nos vestígios da ermida ali edificada em 1721. No entanto, grande parte da cultura material associada ao contexto já ali se encontrava anteriormente com evidências que remontam, pelo menos, a meados do século XVII, reflectindo actividades quotidianas domésticas. Arqueologicamente foi possível identificar vestígios de habitações anteriores ao edifício religioso (ver resultados da intervenção e análise da sua planta e estratigrafia neste volume). Os objectos que aqui apresentamos, apesar de terem sido recuperados um pouco por toda a área da escavação, e não associados a um contexto doméstico em particular, reflectem os quotidianos de uma população que habitou aquele espaço pelo menos durante cerca de um século.

Os objectos estudados neste trabalho correspondem ao espólio recuperado nas três intervenções arqueológicas ali desenvolvidas. Uma primeira de diagnóstico, por parte da equipa da Câmara Municipal, a segunda, da responsabilidade da Empresa ERA Arqueologia, e uma terceira, efectuada pelo Gabinete de Arqueologia da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, que já enquadrou uma intervenção em área. O espólio encontra-se depositado no Centro de Estudos Arqueológicos da Câmara Municipal de Vila Franca de

Xira. A colecção total corresponde a 1703 fragmentos de cerâmica. A cerâmica vermelha conta com 886 fragmentos, a vidrada verde e melada corresponde a 285 fragmentos e a faiança a 532 exemplares. Aqueles foram individualizados por categorias, separados por função e contabilizados. O NMI foi calculado, numa primeira fase, com base na individualidade de cada peça e, numa segunda, através do número de fragmentos de bordo, asas e fundos (tabela 1).

Apesar do elevado número de objectos cerâmicos não é possível inferir qual o número de pessoas que ali habitava, ou sequer se aquelas viveriam todas na mesma casa ou se em habitações distintas. Uma pergunta que continua a ser muito pertinente, mas ainda sem resposta, será quantas panelas, tachos, pratos ou púcaros teria uma casa durante a Idade Moderna em Portugal? E de que forma a capacidade económica de cada família influencia o número de objectos? Para já apenas podemos avançar com algumas hipóteses. Contudo, o estudo dos objectos permite inferir acerca dos seus hábitos domésticos, capacidade económica e mesmo distinção social.

Apesar de arqueologicamente terem sido reconhecidas algumas estruturas construídas já no século XVIII, a cultura material existente no local possível de datar dessa altura é muito reduzida pelo que temos de questionar se essas estruturas cumpriram ou não as funções de habitação doméstica. A grande parte da colecção corresponde a cronologias que podem ser balizadas entre a primeira metade do século XVII e inícios do século XVIII.

Correspondendo a um conjunto de materiais reconhecido como utilizado por habitantes de uma ou diversas casas é então importantes interpretar a funcionalidade destes objectos e compreender a razão da sua presença e a forma como foram usados. Como seria de esperar os objectos cerâmicos correspondem à maior parte da colecção. Contudo, alguns fragmentos de vidro, metais e mesmo osso, mostram que algumas actividades também se desempenhavam recorrendo a outro tipo de objectos. A atribuição tipológica dada a estes objectos foi feita de acordo com os estudos que têm sido feitos nos últimos anos por diversos autores (Fernandes, 2012; Bugalhão e Coelho, 2017; Casimiro e Gomes, no prelo).

Relativamente às importações, louça por norma considerada importante na interpretação da capacidade económica de qualquer ambiente doméstico elas correspondem exclusivamente a importações orientais que serão abordadas num artigo à parte (Henriques e Casimiro, este volume). A única excepção a considerar trata-se de um fragmento de louça berettina azul sobre azul (Fig. 4 H). Esta foi durante anos considerada uma importação italiana (Liguria) ou espanhola (Sevilha). Contudo sabemos neste momento que Lisboa produziu igualmente esta louça durante o século XVII, pelo que não é possível afirmar com certeza a sua origem (Ferreira, *et al.*, 2018). Neste sentido não iremos considerar como uma importação e apenas como um prato correspondente à louça usada à mesa.

2. Para cozinhar

A grande parte da cerâmica recuperada nesta intervenção arqueológica insere-se no que é comumente interpretado como louça de cozinha utilizada na preparação e confecção de alimentos.

Curiosamente, e ao contrário do que acontece por norma nos contextos arqueológicos de Idade Moderna, a forma mais frequente não são as panelas, mas os tachos (Fig. 1 A, B). Esta é a designação dada a esta forma nos livros de receitas dos séculos XVII e XVIII identificando peças que servem essencialmente para fazer refogados e estufados. As cerâmicas

associadas a esta tipologia têm forma hemisférica, com paredes altas, assentes em fundo plano. As asas são horizontais com secção subcircular ou pegas triangulares, forma recorrente a partir da segunda metade do século XVI, ou horizontais. Peças semelhantes têm sido identificadas em diversos sítios arqueológicos, sobretudo em Lisboa e cidades circundantes em contextos modernos (Diogo e Trindade, 1998; Cardoso e Rodrigues, 1999).

A segunda forma mais frequente são as panelas (Fig. 1 F-J). Apresentam formas globulares, com colo alto e duas asas equidistantes, verticais ou horizontais, assentes em fundos planos. A sua funcionalidade é por norma associada a cozeduras, algo que confirmamos quando lemos os livros de receitas onde as panelas são quase exclusivamente associadas a cozidos ou ensopados, seja de carne, peixe ou legumes, podendo, no entanto, ser mencionadas igualmente em refogados.

Arqueologicamente são peças muito frequentes e em alguns contextos arqueológicos domésticos as mais numerosas. Formas semelhantes são encontradas na área da grande Lisboa, mas também por todo o país (Diogo e Trindade, 1998; Casimiro, 2011; Barbosa, *et al.*, 2009; Fernandes e Carvalho, 1997; Gomes e Gomes, 1998; Gomes *et al.*, 2013; Rego e Macias, 1993; Rodrigues *et al.*, 2013).

As frigideiras (Fig. 1 D) são parcamente mencionadas e associadas sempre a fritos ou ao acto de frigar, mas também podem ir ao forno. Apresentam formas hemisféricas, paredes mais baixas que os tachos e pegas triangulares ou um cabo tubular.

Todas estas formas seriam tapadas com tampas ou testos (Fig. 2 G, H), ainda que o diâmetro dos testos identificados se adapte mais às panelas que aos tachos ou frigideiras. Os testos identificados apresentam a característica forma tronco cónica, com fundo plano, bordo com lábio de perfil semicircular e pequena pega na parte superior, com formas afins recolhidas em abundantes contextos arqueológicos (Diogo e Trindade, 1998; Casimiro, 2011; Barbosa, *et al.*, 2009; Fernandes e Carvalho, 1997; Gomes e Gomes, 1998; Gomes *et al.*, 2013; Rego e Macias, 1993; Rodrigues *et al.*, 2013).

De notar em todos os documentos a referência a tigelas que iriam ao fogo, que suspeitamos terem a forma de uma frigideira sem asas, comumente designadas de caçoilas na literatura arqueológica (Fig. 1 C, E). A sua funcionalidade é variada visto que serviam para fritar, estufar ou mesmo ir ao forno

Nos livros de receitas dos séculos XVII e XVIII surgem vulgarmente designados os alguidares e as bacias utilizados para funcionalidades semelhantes pelo que a diferença entre estas duas formas poderia ser apenas no tamanho (Fig. 3). Aparecem associados à preparação de enchidos quer com superfícies foscas ou vidradas, ao temperar da carne, lavagem de frutas e legumes, entre outras utilizações. São peças muito frequentes na colecção de Alhandra oscilando a sua dimensão entre os grandes objectos com cerca de 80 centímetros de diâmetro e as peças mais pequenas com cerca de 30 centímetros de diâmetro no bordo. Os recipientes de maiores dimensões possuem as paredes internas vidradas a verde enquanto os de menores dimensões podem ser brunidos ou ter as paredes internas vidradas a verde ou melado.

A presença de fogareiros é atestada através de pequenos fragmentos daquelas peças. Eram utilizados na confecção de alimentos como forma de manter um fogo brando (Casimiro, *et al.*, 2017). Os fogareiros são peças muito comuns em contexto arqueológico desde a Idade Média com diversos objectos recolhidos em Lisboa, Almada, Cascais ou Palmela em contextos modernos (Casimiro, 2011; Cardoso e Rodrigues, 1999; Fernandes e Carvalho, 1998).

3. Para comer

Na louça de mesa destaca-se a faiança portuguesa, visto que a louça com vidrado de chumbo corresponde apenas a cerca de 20 pratos e uma dúzia de taças (Fig. 2 I). As peças possuem vidrado verde e amarelo. Os pratos são troncocónicos com fundo em ônfalo e as taças hemisféricas ou carenadas, características das peças na cronologia em apreço (Casimiro *et al.*, 2018)

As faianças são peças que cronologicamente podem ser datadas entre meados da primeira metade do século XVII e inícios do século XVIII. Esta atribuição cronológica é feita com base nas suas características decorativas.

As formas mais frequentes são os pratos e as taças ou escudelas. Seguindo a lógica de atribuição de funcionalidade que utilizamos para a louça de cozinha estes objectos são mencionados nos Livros de Receitas com a função da servir e consumir alimentos (Casimiro e Gomes, no prelo). Os pratos são os mais frequentemente mencionados seguidos pelas taças ou escudelas. Por norma não existem tipos de formas associados a receitas específicas, mas quase todos os alimentos servidos em pratos são associados a fatias de pão que se põem na base do prato (Casimiro, *et al.*, 2017). Se este fosse o caso da alimentação que se efectuava em Alhandra então a decoração que existe nestes objectos estaria ocultada durante a refeição. Os pratos e taças em cerâmica fosca são raros não ascendendo a dez exemplares pelo que a maioria das refeições era efectuada nestas faianças decoradas.

A maior parte das peças recuperadas corresponde a taças e pratos produzidos ainda na primeira metade do século XVII, a partir de 1630. Destacam-se as decorações vegetalistas com as grandes folhas, fetos e pétalas, sendo das peças mais frequentes encontradas em ambientes domésticos de meados do século XVII (Fig. 4 C, D, G, I). Associadas a estas destacam-se as decorações de influência oriental onde no centro dos pratos surgem paisagens bucólicas onde se identificam rochas, peónias ou camélias (Fig. 4 A, B). Igualmente desta cronologia reconhecem-se alguns fragmentos decorados com o que se convencionou designar de pequenas espirais (Fig. 4 F), uma decoração característica da primeira metade do século XVII que tende a desaparecer a partir de 1640 (Casimiro, 2013).

De cronologia mais tardia, pós 1660, reconhecem-se os pratos e taças decorados com semicírculos concêntricos no bordo enquanto o interior do fundo apresenta uma decoração vegetalista já muito estilizada (Fig. 5 A-E). É também nesta cronologia que as peças decoradas com manganês ocupam o seu espaço nos ambientes domésticos com decorações como rendas, aranhões e contas que convivem com decorações exclusivamente a azul (Fig. 5 H, I, J).

As peças com decoração exclusiva a manganês são mais raras e apenas um prato foi identificado (Fig. 5 K). A sua cronologia é já pós 1700 e difícil de confirmar se pertencente a alguma das casas que ali existiu ou se ali foi parar depois de alguma terraplanagem. Foram recuperadas duas peças integralmente brancas, uma taça e um prato (Fig. 5 F-G) que tipologicamente correspondem igualmente a produções já de inícios do século XVIII.

Não surge nenhum prato de grandes dimensões dos que por norma são associados à decoração dos elementos domésticos. A louça aqui identificada corresponde a pratos e taças de tamanho comum, a louça de todos os dias, cujo valor seria facilmente suportado por um grupo associado a uma classe média. Esta conclusão encontra-se em sintonia com a quantidade de porcelanas aqui identificada, que sugere igualmente a existência de uma classe média.

4. Para beber e guardar líquidos

A designada louça de água encontra-se igualmente presente nesta colecção. Corresponde essencialmente a cântaros, garrafas, jarros e púcaros. Ainda que alguns destes recipientes pudessem conter outros líquidos são por norma associados ao armazenamento e consumo de água. Os cântaros são peças bojudas, de colo alto, assentes em fundo plano e com uma ou duas asas equidistantes (Fig. 2 C, D). As garrafas e jarros são peças mais pequenas, igualmente assentes em fundo plano mas apenas com uma asa. Destingue-os o colo e o bordo. Enquanto as garrafas apresentam gargalo mais estreito (Fig. 2 E), os jarros possuem por norma um gargalo largo com um bico trilobado. As garrafas surgem algumas vezes com a superfície externa vidrada.

Os púcaros eram usados para beber água (Fig. 2 A, B). Arqueologicamente são dos achados mais frequentes em contextos modernos de norte a sul do país, tendo sido produzidos em diversas localidades, mas com formas muito semelhantes de norte a sul. Correspondem a peças de pequena dimensão, bojudas e com colo alto com uma pequena asa. Ocasionalmente surgem decorados com decorações plásticas ou digitados e modelados. A sua utilização é transversal a todos os grupos sociais pelos que são péssimos indicadores das camadas sociais de determinados grupos, ainda que as peças modeladas tendam a surgir sobretudo em contextos mais abastados. Na presente escavação apenas quatro fragmentos deste tipo de púcaros foram identificados revelando novamente que não estamos perante um contexto de elevada capacidade económica ou distinção social (Vasconcellos, 1921; Casimiro e Newstead, no prelo).

Foi encontrado um gargalo de uma bilha (Fig. 2 F) que corresponde a uma forma muito utilizada em meados do século XVI, mas que começa a cair em desuso em meados do século XVII. A sua função é por norma associada ao armazenamento de azeite.

Surgem ainda fragmentos de potes, a maioria não vidrados, com as mais variadas dimensões (Fig. 2 K). A sua função era o armazenamento de todo o tipo de produtos.

Os vidros são raros neste contexto. Alguns fragmentos de garrafa foram identificados, mas cujo estado de fragmentação não permitiu a identificação de uma forma específica. Estas garrafas eram muitas vezes utilizadas para guardar vinho ou outras bebidas alcoólicas. Uma asa azul em vidro sugere tratar-se de um copo ou jarro, com duas asas (Fig. 6 A). Tais peças não sendo muito frequentes nos contextos arqueológicos têm surgido ocasionalmente em locais como Carnide, muito embora a maioria em vidro transparente (Boavida, 2017a)

5. Para medir

Dois fragmentos de base correspondem ao que por norma se associa a peças destinadas a medir (Fig. 2 J). Tais peças são comuns nos contextos arqueológicos domésticos, crê-se que utilizadas na cozinha para medir os produtos alimentares utilizados nas receitas. Surgem em diversos tamanhos representando os sistemas de medidas em vigor (Casimiro e Valongo, 2019).

6. Para “usar” à noite

Os vasos de noite são uma presença constante nas colecções cerâmicas identificadas em contexto doméstico, sobretudo a partir do século XV. São peças altas e robustas com forma cilíndrica, assentes em fundo plano e bordo extrovertido com duas asas equidistantes. Surgem em cerâmica vermelha fosca ou vidrados em ambas superfícies tanto em verde como amarelo. Na presente colecção foram identificados apenas exemplares não vidrados.

7. Para rezar

Um pequeno fragmento de uma pia de água benta foi identificado (Fig. 4 E) neste lugar. Atendendo à existência de uma igreja naquele local este parece ter sido um achado sem qualquer tipo de interpretação extraordinária. No entanto, tipologicamente esta peça corresponde a uma produção muito anterior à construção do edifício religioso, pelo que é possível que a sua utilização não tenha ocorrido no espaço religioso, mas sim numa das casas que ali existia durante o século XVII. A utilização destes objectos em ambientes domésticos não é desconhecida ou sequer rara. Eles corresponderiam à materialização de uma religiosidade doméstica. No recipiente desta pia estaria efectivamente água benta possivelmente comprada ou adquirida junto de um pároco ou mesmo alguma rede comercial especializada nesses produtos.

8. Para usar

Surgiram igualmente diversos pequenos objectos que classificámos de uso pessoal. A relação dos seus utilizadores com estas peças seria de uma proximidade incrível e eles reflectem actividades quotidianas básicas tais como vestir e calçar, mas igualmente o adornar do corpo através de um anel.

Duas fivelas de diferentes dimensões correspondem a objectos utilizados ou nos sapatos ou na roupa. O aparecimento de fivelas nos contextos arqueológicos é comum, sobretudo em contextos domésticos, visto que quando partidas teriam de ser substituídas. Corresponderiam a uma das formas mais utilizadas de prender roupa e acessórios (Boavida, 2017b).

Foram encontrados dois botões, um em osso e outro em metal. O botão em osso corresponde ao tipo de botões mais frequente encontrado em Portugal (Vieira *et al.*, no prelo). Um disco em osso é recortado de um osso longo e um pequeno orifício aberto no centro desse disco. Durante o século XVII estes botões eram feitos com métodos tradicionais e possivelmente nas proximidades visto que não seria precisa muita mestria para os efectuar. Um botão em liga de cobre apresenta-se como uma peça mais elaborada. Corresponde a uma peça octogonal com as faces polidas. Ao contrário do botão em osso que seria utilizado numa peça de vestuário com menos destaque este botão em metal poderia ter pertencido a um casaco ou uma peça de vestuário exterior.

Também em metal foi recuperado um dedal. São igualmente objectos comuns, por norma associados à presença feminina nos contextos domésticos visto que o acto de costurar é associado aos elementos do sexo feminino (Fig. 6 F). São igualmente comuns em contextos domésticos ao longo da Idade Moderna.

Um anel de vidro negro foi recuperado (Fig. 6 G). Peças deste tipo, sobretudo frag-

mentados, são ocasionalmente achados no país e encontrados com diversos tamanhos o que sugere que eram objectos utilizados tanto por adultos como por crianças (Boavida, 2015). O vidro era frequentemente utilizado em jóias tais como anéis e pulseiras, possivelmente substituindo o metal que poderia ser mais dispendioso.

Uma pequena conta em vidro azul foi identificada (Fig. 6 H). Apareceu isolada pelo que não é possível inferir acerca da sua utilização. Contas em vidro aparecem frequentemente nos contextos arqueológicos modernos. Por norma são associadas a objectos de adorno pessoal, tais como brincos, podendo no entanto ter pertencido a artigos religiosos tais como terços ou rosários.

Estes pequenos objectos de adorno podiam ser guardados dentro de uma das duas caixas em faiança encontradas na escavação. São objectos incomuns nos contextos arqueológicos modernos e a sua funcionalidade seria a de guardar pequenas coisas.

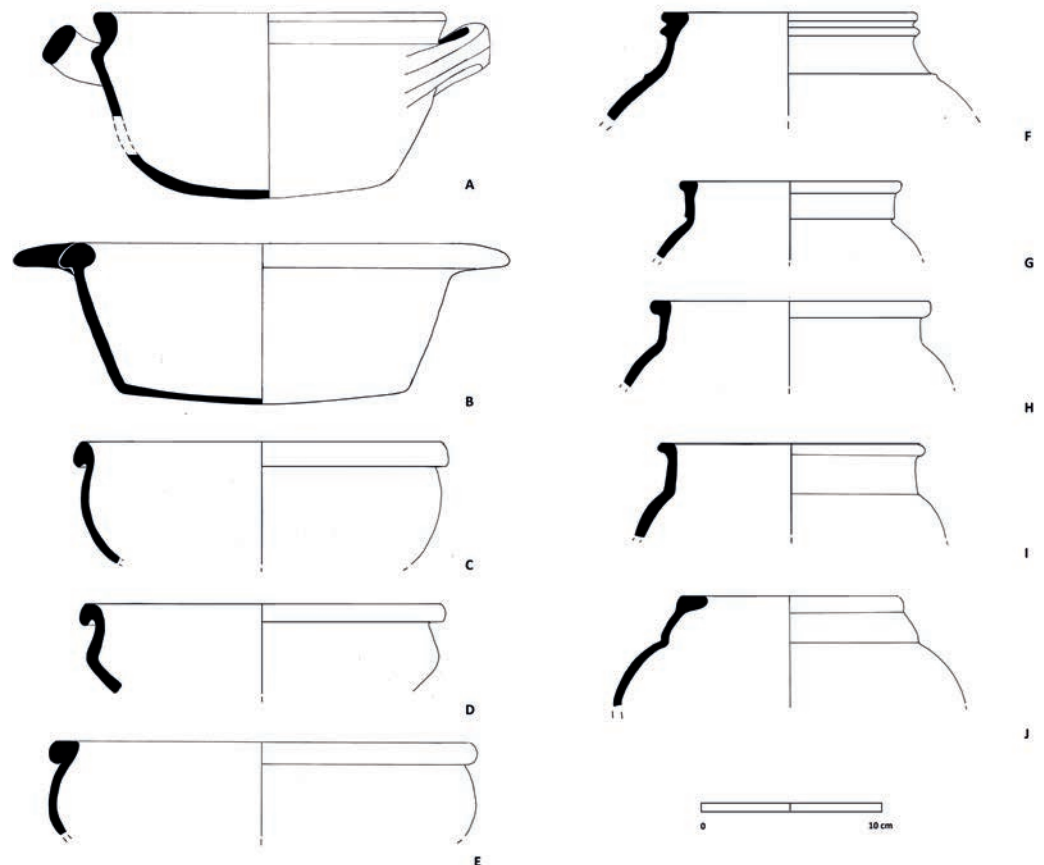


Figura 1
Louça vermelha.

Figura 2
Louça vermelha e
vidrada.

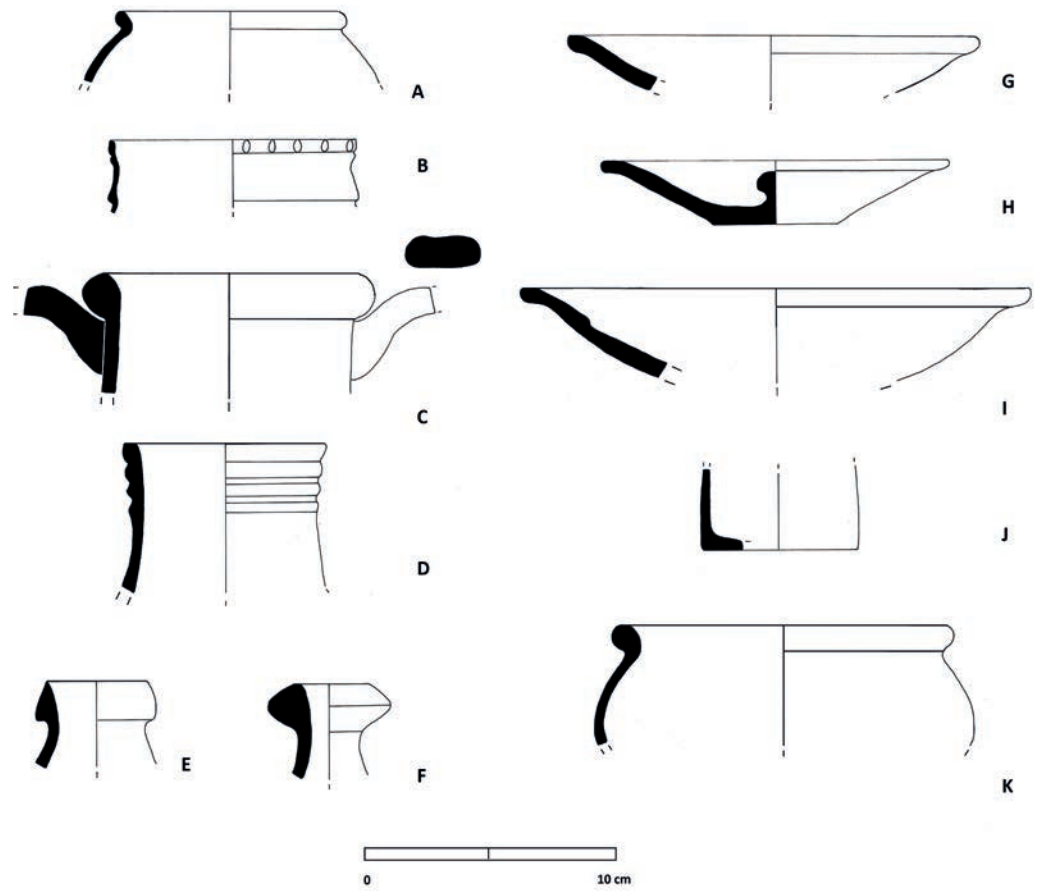
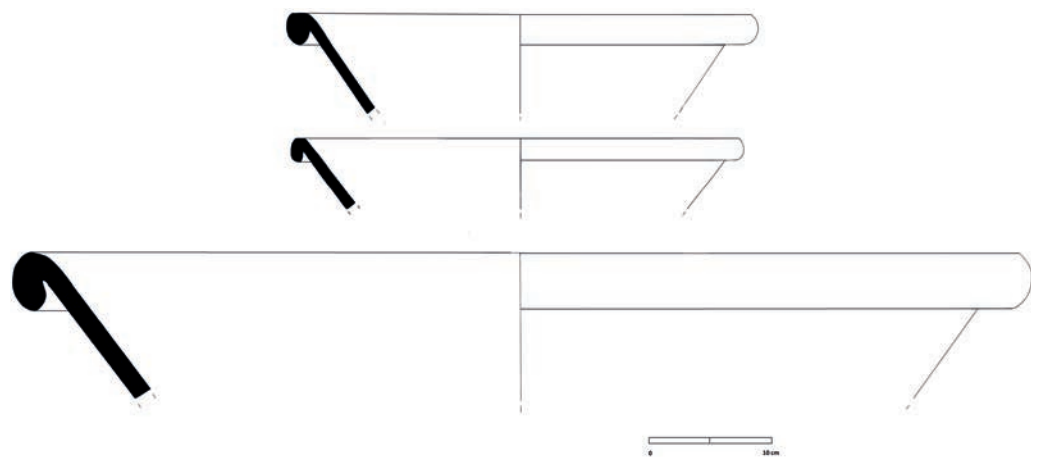


Figura 3
Louça vermelha e
vidrada.



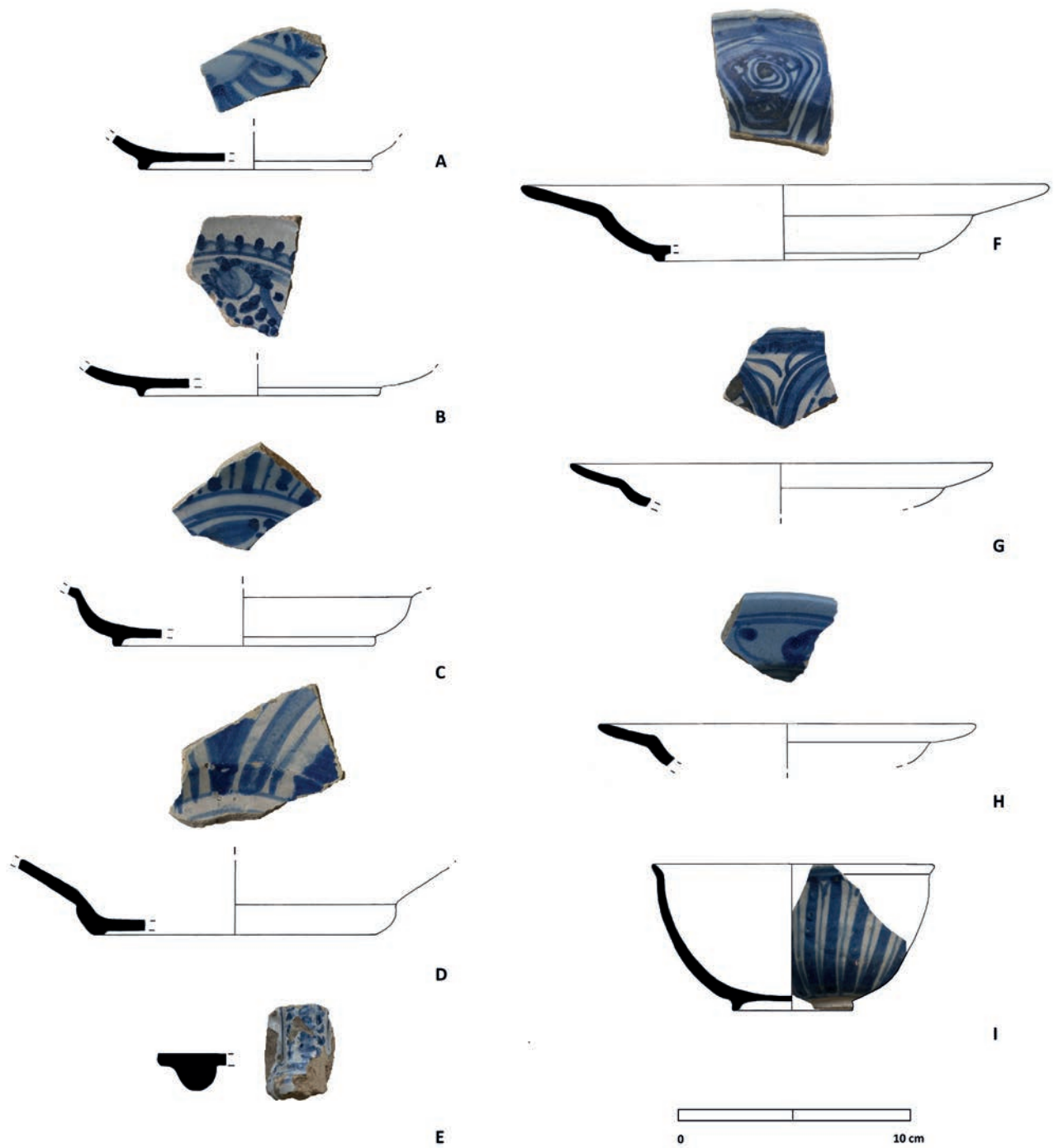


Figura 4
Faiança.

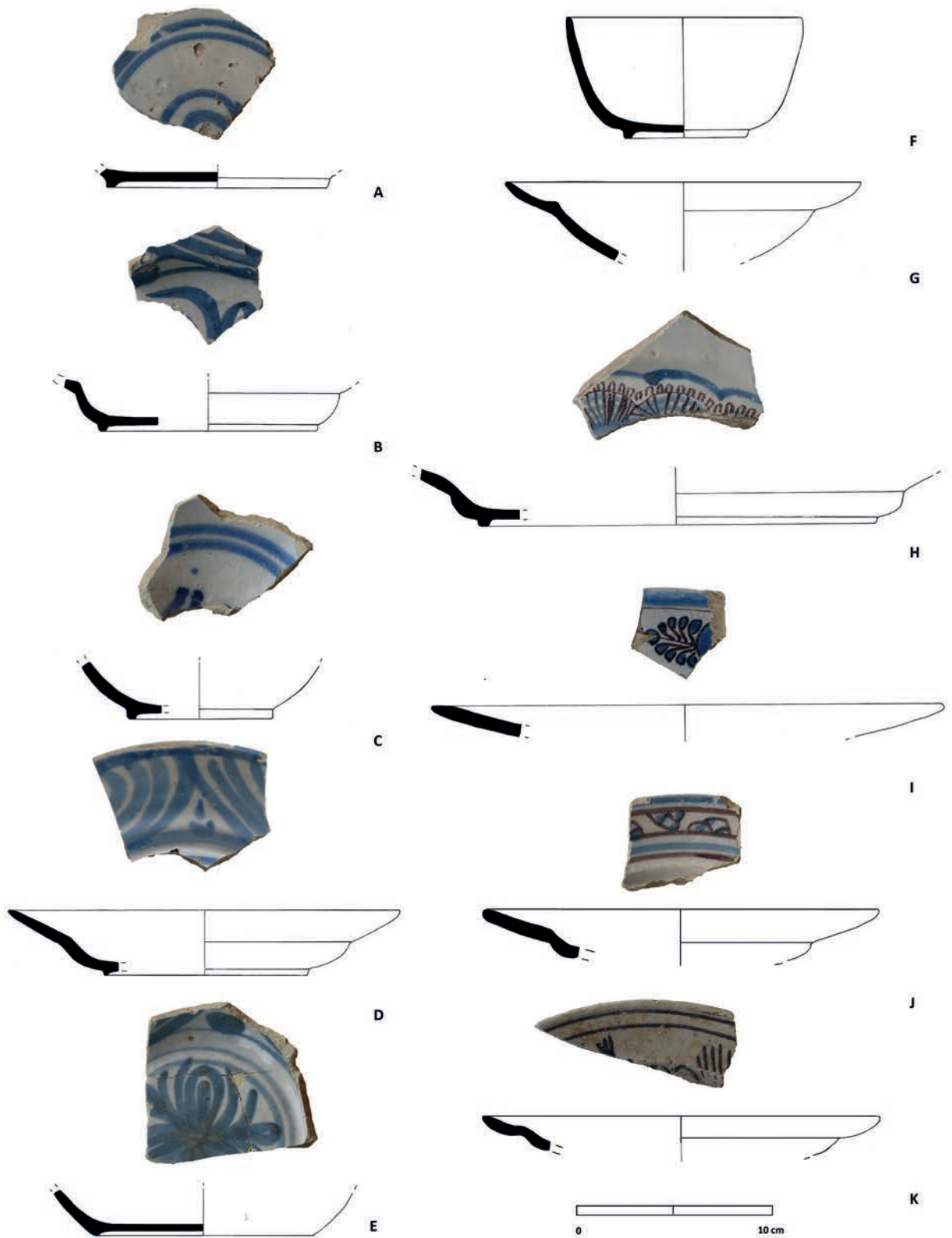


Figura 5
Faiança.

Figura 6
Metais e vidros.



Forma / Fragmento	Bordo	Parede	Fundo	Asa	Total Frg.	NMI
Louça vermelha						
Panela	102	15	18	21	156	42
Caçoila/tigela de fogo	90	15	2		26	22
Frigideira	12	6	13		31	8
Tacho	122	40	5	18	185	58
Alguidar	7	16	8		31	5
Testo/tampa	21	1	1		24	18
Púcaro	5	11	5	25	46	14
Garrafa	1	13	3	5	22	4
Bilha	1				1	1
Cântaro	41	42	39	71	193	33
Fogareiro	6	15	6	4	31	5
Talha	2		1		3	2
Medida			2		2	2
Vaso de noite	2	2	4	1	9	3
Indeterminado		126			126	
Louça vidrada						
Alguidar	19	13	6		38	9
Pote	4	22	1		27	11
Prato	26	32	12		70	21
Taça	17	11	9		37	12
Faiança						
Prato	119	244	86		449	88
Taça	46	92	42		180	50
Caixa	2				2	2
Pia Água Benta		1			1	1

9. Conclusão

Os materiais recuperados na escavação arqueológica do espaço do Centro de Saúde de Alhandra correspondem ao que seria expectável encontrar associado a um contexto doméstico. A demolição das casas que ali existiam para a edificação da igreja em 1721 não apagou os vestígios dessa ocupação prévia.

Os quotidianos ficaram registados através da louça que se utilizava todos os dias para cozinhar, preparar alimentos, comer, beber e outras actividades que ali se desenvolveram.

A análise da colecção mostra que estamos perante um grupo que podemos classificar quase como uma classe média, conclusão retirada através dos objectos que possuíam. Ainda que não apareçam peças de grande valor económico as actividades quotidianas desenvolviam-se sem aparentemente haver carência de recipientes. A presença de apenas um número reduzido de importações e apenas porcelana chinesa (ver Henriques e Casimiro este volume), cujo valor em Portugal era relativamente reduzido, corrobora esta afirmação.

A louça de mesa corresponde na íntegra a produções de Lisboa. A louça vermelha ainda que possa tratar-se de produções locais ou de áreas próximas é muito semelhante ao que nestas cronologias tem sido identificado em Lisboa e na área do Vale do Tejo testemunhando a hipótese de uma identidade regional na produção cerâmica que tem vindo a ser defendida desde cronologias mais recuadas (Casimiro *et al.*, 2018).

10. Bibliografia

- BARBOSA, T.; CASIMIRO, T. M.; MANAIA, R. (2009) – A late 15th century household pottery group from Aveiro (Portugal), *Medieval Ceramics*, 30, p. 119-136.
- BOAVIDA, C. (2015) – *Do Castelo do tempo. Arqueologia em Castelo Branco*, Castelo Branco: Sociedade de Amigos do Museu Francisco Tavares Proença Júnior.
- BOAVIDA, C. (2017A) – Entre copos e garrafas: os vidros do Largo de Jesus (Lisboa), in: *Diz-me o que comes... Alimentação antes e depois da cidade*, Lisboa: CAL/SGL, p. 131-137.
- BOAVIDA, C. (2017B) - Dos objectos inúteis, perdidos ou esquecidos. Os artefactos metálicos do largo do coreto (Carnide, Lisboa) in: *Arqueologia em Portugal – 150 Anos*, Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, p. 1821-1834.
- BUGALHÃO, J.; COELHO, I. (2017) – Cerâmica Moderna de Lisboa: uma proposta tipológica, in A. Caessa, C. Nozes, I. Cameira e R. B. Silva (coord.), *1 Encontro de Arqueologia de Lisboa: Uma Cidade em Escavação*, Lisboa: CAL/DPC/DMC/CML, p. 107-145.
- CARDOSO, G.; RODRIGUES, S. (1999) – Tipologia e cronologia das cerâmicas dos séculos XVI, XVII e XIX encontradas em Cascais. *Arqueologia Medieval*, 6. Porto: Edições Afrontamento/Campo Arqueológico de Mértola, p. 193-212.
- CASIMIRO, T. M. (2011) – Estudo de espólio de habitação setecentista em Lisboa. *O Arqueólogo Português*, S.5 – 1. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia/Imprensa Nacional – Casa da Moeda, p. 689-726.
- CASIMIRO, T. M. (2013) – Faiança portuguesa: datação e evolução crono-estilística, *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 16. Lisboa: Direcção-Geral do Património Cultural, p. 351-367.
- CASIMIRO, T.M.; BOAVIDA, C.; DETRY, C. (2017) - Cozinhar e comer: cerâmicas e alimentação em Carnide (1550-1650), in: *Actas do Encontro Diz-me o que comes... Alimentação antes e depois da cidade*, Lisboa: Centro Arqueologia de Lisboa, p. 105-116.
- CASIMIRO, T.M.; BOAVIDA, C.; SILVA, T.; NEVES, D. (2018) - *Ceramics and Cultural Change in Medieval (14th-15th century) Portugal: The case of post- Reconquista Santarém*, *Medieval Ceramics*, 37, p. 21-35.
- CASIMIRO, T.M.; GOMES, J.P. (NO PRELO) – Formas e sabores: alimentação e cerâmica nos séculos XVII e XVIII, *A mesa dos sentidos*, Coimbra: DIATA.
- CASIMIRO, T.M.; HENRIQUES, J.P.; FILIPE, V.; BOAVIDA, C. (2018) – Lead glazed ceramics in Lisbon (16th-18th centuries), in: Pereira, S.; Marlucci, M.; Rodrigues, J. (eds) *GlazeArt2018. International Con-*

- ference Glazed Ceramics in Cultural Heritage*, Lisboa: LNEC, p. 268-282.
- CASIMIRO, T.M.; NEWSTEAD, S. (NO PRELO) - 400 Years of water drinking in Portugal, *Ophiussa*, 3
- CASIMIRO, T.M.; VALONGO, A. (2019) – Size does matter. Early Modern Measuring Cups from Lisbon, in: Matejkova, K; Blazkova, G (eds.) *Europa Post-Medievalis*, Oxford: Archaeopress, p.
- DIOGO, A. D.; TRINDADE, L. (1998) – Intervenção arqueológica na Rua João do Outeiro, n.º 36-44, na Mouraria em Lisboa, in *Actas das 2.as Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós -Medieval, Métodos e Resultados para o seu Estudo*. Tondela: Câmara Municipal de Tondela, p. 257-266.
- FERNANDES, I. (2012) – *A loiça preta em Portugal. Estudo histórico, modos de fazer e usar*, 2 volumes, Tese de doutoramento em História apresentada à Universidade do Minho
- FERREIRA, L.F.; MACHADO, I., CASIMIRO, T.M; PEREIRA, M.; SANTOS, L., (2018) - Blue on Blue 16th-17th century Portuguese Ceramics, *Archaeometry*, volume 60, p. 1-18
- FERNANDES, I.; CARVALHO, A. R. (2003) – A loiça seiscentista do Convento de São Francisco de Alferrara (Palmela), in *Actas das 3.as Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós Medieval, Métodos e Resultados para o seu Estudo*. Tondela: Câmara Municipal de Tondela, p. 231-252.
- GOMES, M. V.; GOMES, R. V. (1998) – Cerâmicas dos séculos XV a XVIII, da Praça Cristóvão Colombo no Funchal, in *Actas das 2.as Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós -Medieval. Métodos e Resultados para o seu Estudo*. Tondela: Câmara Municipal de Tondela, p. 315-348.
- GOMES, R. V.; GOMES, M. V.; ALMEIDA, M.; BOAVIDA, C.; NEVES, D.; HAMILTON, K.; SANTOS, C. (2013) – Convento de Santana (Lisboa). Estudo preliminar do espólio da fossa 7, in Arnaud, J. M.; Martins, A.; Neves, C. (eds.) *Arqueologia em Portugal – 150 anos*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, p. 1057-1065.
- REGO, M.; MACIAS, S. (1993) – Cerâmicas do século XVII do Convento de Sta. Clara (Moura). *Arqueologia Medieval*, 3. Porto: Edições Afrontamento/Campo Arqueológico de Mértola, p. 147-159.
- RODRIGUES, J.; BOLILA, C.; FILIPE, V.; HENRIQUES, J. P.; RIBEIRO, I. A.; SIMÕES, S. (2013) – As cerâmicas da Idade Moderna da Fortaleza de Nossa Senhora da Luz, Cascais, in Teixeira, A.; Bettencourt, A. (coord.) *Velhos e Novos Mundos. Estudos de Arqueologia Moderna*, 2 (ArqueoArte 1). Lisboa: Centro de História de Além-Mar da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa e Universidade dos Açores, p. 865-876.
- VASCONCELOS, C.M. (1921) – *Algumas palavras a respeito de púcaros de Portugal*, Coimbra: Imprensa da Universidade.
- VIEIRA, V.; CASIMIRO, T.M.; FILIPE, V.; DETRY, C. (NO PRELO) - Vamos falar com os nossos botões. Uma oficina do século XIX na Mouraria, in: *Fragments de Arqueologia, Extrair e Produzir... Dos primeiros artefactos à Industrialização*, Lisboa: Centro Arqueologia de Lisboa.



➤ Cerâmica oriental em Alhandra. Objectos da escavação do Centro de Saúde

JOSÉ PEDRO HENRIQUES

(COTA 80.86 / IAP, FCSH-UNL)

TÂNIA MANUEL CASIMIRO

(IHC/IAP, FCSH-UNL)

RESUMO

A escavação do espaço do futuro Centro de Saúde de Alhandra identificou vestígios de ocupações domésticas que podem recuar ao século XVII. Associadas a esses materiais foram encontrados 11 fragmentos de porcelana. A sua produção, ainda do século XVI, e a raridade de alguns dos seus objectos merece uma discussão detalhada.

ABSTRACT

The excavation of the site where the Centro de Saúde de Alhandra was to be located identified the remains of domestic occupations dated from early 17th century to early 18th century. Among all the ceramic remains there were eleven sherds of Oriental ceramics. Its production, dating in some cases from the 16th century and the rarity of some of these artefacts led to a separate study.

1. Introdução

O conjunto de cerâmicas orientais recuperado na intervenção arqueológica do espaço onde se localiza actualmente o Centro de Saúde de Alhandra corresponde a onze objectos, dez pratos e uma taça. Exceptuando um dos pratos, cuja decoração é policroma, os restantes recipientes são todos decorados a pintura azul-cobalto sob vidro translúcido. O mesmo prato é igualmente a única excepção relativamente ao país de origem. A sua produção vietnamita distingue-o das restantes peças, de origem chinesa.

Cronologicamente estas peças foram produzidas e adquiridas entre meados do século XVI e os inícios do século XVIII. Antes da construção da igreja, em 1721, existiam ali algumas casas cujos habitantes consumiram diversos tipos de recipientes, incluindo produções orientais.

A presença de cerâmica oriental, sobretudo oriunda da China é comum ao longo do Vale do Tejo. Lisboa, a capital do reino é, até ao momento, a cidade em Portugal onde maior número de objectos se conhecem (Henriques, 2012; Ferreira, et. al, 2017; Gomes et. al, 2015; Casimiro et. al, 2017). No entanto em localidades mais pequenas tais como Almada (Sabrosa, 2019), Vila Franca de Xira (Henriques e Casimiro, 2018), Abrantes (Delfino e Portocarrero, 2014, 90) ou Santarém (Carneiro, 2000), começa a ser reconhecida a sua presença e estudada a sua importância.

O presente artigo é parco em palavras, mas grande em importância. Trata-se do estudo do primeiro conjunto de peças orientais recuperadas em Alhandra demonstrando a capacidade económica e consequente distinção social dos seus habitantes. A colecção de objectos

orientais corresponde, na sua maioria, ao que seria expectável identificar naquele contexto, semelhante a colecções já identificadas noutros contextos das proximidades. Apesar de não muito abundante os habitantes de Alhandra teriam capacidade económica para consumir alguns objectos exógenos. Não se identificou mais nenhuma importação naquele contexto arqueológico pelo que as peças orientais correspondem à totalidade da cerâmica não portuguesa.

As evidências

2. O prato vietnamita

Uma das peças mais antigas e certamente a mais extraordinária desta colecção trata-se de, por ora, exemplar único em contextos arqueológicos portugueses ou mesmo Europeus. É uma produção vietnamita polícroma que, tal como nas produções chinesas, o azul surge pintado sob o vidrado, enquanto o esmalte vermelho e verde surgem pintados sobre o vidrado e fixados durante uma segunda cozedura. De referir, que ao contrário das produções policromas chinesas contemporâneas deste objecto, nomeadamente os *doucai* e *wucai*, a pintura a verde surge realizada através de pingos esbatidos com forma circular, sem qualquer tipo de contorno, característica das produções policromas vietnamitas (Fig. 1 A). O fragmento de fundo de prato, apresenta a cabeça de uma carpa que nada entre flores aquáticas. O tardo encontra-se em reserva, onde é possível observar a oxidação dos minerais ferruginosos existente na pasta, garantindo-lhe uma coloração laranja-acastanhada bastante característica. Peças destas são raríssimas e a sua exportação para a Europa não seria frequente. A peça recuperada em Alhandra é muito semelhante aos objectos recuperados no naufrágio *Hô An*, que se acredita ter naufragado nos finais do século XV, identificado na Costa do Vietname (Guy, 2000; 2005). A produção destas peças foi efectuada nos fornos do Delta do Rio Vermelho, possivelmente de Chu Dau (Stevenson et. al, 1997). A carpa simboliza a boa sorte, a longevidade, a coragem, a resistência, a perseverança, a virilidade, a fecundidade, a intelectualidade, a sabedoria e é um dos animais mais simbólicos que se encontram na louça produzida no oriente, muito frequente na louça chinesa da mesma cronologia.

A profícua policromia desta peça constitui uma excepção no registo arqueológico de cerâmica oriental em Portugal, onde o azul e branco predomina para esta cronologia, e essa característica contribuiu, certamente, de forma decisiva para a sua aquisição.

A importação de cerâmica vietnamita para a Europa revela-se praticamente inexistente, exceptuando a referência a um pote, sem qualquer consideração sobre a sua origem, referido num inventário datado de 1595 do Castelo de Zwinger, em Dresden, como tendo sido oferecido pelo Grão Duque de Florença ao Príncipe Elector da Saxónia em 1590 (Guy, 2005, p. 115). Apesar do referido pote ser característico de uma produção de finais do séc. XV, a sua circulação como presente entre membros destacados da aristocracia, ou comercial entre indivíduos economicamente menos abastados, prolonga-se bastante no tempo, o que configura uma plausível forma de aquisição para o prato de Alhandra, dada a pouca expressividade qualitativa do restante conjunto em análise.

3. Porcelana chinesa

O restante da colecção é de porcelana chinesa, produzida durante a dinastia Ming, sobretudo nos reinados Jiajing e Wanli, com dois objectos que podemos já balizar na dinastia Qing.

A peça em melhor estado de conservação trata-se um prato (Fig. 2 A). O interior do fundo apresenta uma paisagem bucólica, com flores deixadas em reserva. A estas associam-se dois gamos dos quais só reconhecemos as patas. São peças produzidas na segunda metade do século XVI e muito frequentes nos contextos arqueológicos nacionais com exemplares semelhantes recuperados na escavação arqueológica da Rua da Judiaria em Almada (Sabrosa, 2019, p. 76).

Regularmente exportados para o sudeste asiático e para Portugal, os pratos com a representação de objectos simbólicos na aba, tais como pêssegos e folhas, um dos oito emblemas budistas, símbolo de bom auspício, capaz de afastar a doença e os maus espíritos, encontram-se representados neste conjunto por dois exemplares. De um deles sobreviveu uma parte do bordo (Fig. 1 B), do outro apenas um fragmento da aba.

Igualmente contendo um gamo, do qual apenas se observa a representação dos quadris, apresentamos um outro prato produzido na mesma cronologia (Fig. 2 B). O gamo significa no mundo oriental a longevidade, prosperidade e fertilidade pelo que é um animal frequentemente representado.

Decorações vegetalistas são frequentes na porcelana Chinesa pelo que os restantes objectos (Fig. 1 C; Fig. 2 C) enquadram-se dentro das produções da segunda metade do século XVI.

A única taça desta colecção (Fig. 1 D) trata-se de um pequeno recipiente hemisférico decorado com elementos vegetalistas, ainda que a pequena dimensão do fragmento que sobreviveu não nos permita inferir muito sobre a mesma. Na superfície externa a linha do bordo encontra-se delimitada por duplo traço. Trata-se de uma produção da segunda metade do século XVI.

Peças semelhantes foram recuperadas em contexto de naufrágio de dois navios portugueses na costa sul-africana. O suposto São João, naufragado em 1552 junto de Port Edward e o que foi reconhecido como o São Bento, em 1554, em Msikaba (Maggs, 1984; Auret e Maggs, 1982).

A dinastia Qing inaugura-se com o reinado do Imperador Shunzhi (1644-1661), mas é no reinado de Kangxi (1662-1722) que a produção de porcelana vai conhecer um novo desenvolvimento. Este imperador vai proceder à reconstrução da cidade de Jingdezhen, tentando desta forma voltar a transformar este centro no mais importante abastecedor do mercado europeu e médio oriental, que durante o período antecedente se tinha abastecido sobretudo com produções das províncias do sul da China e do Japão.

Dois pratos desta cronologia foram recuperados nesta escavação, possivelmente utilizados ainda nas casas que ali existiam antes de a Ermida ter sido edificada. Um dos fragmentos corresponde a um fundo (Fig. 2 D) decorado com motivos cruciformes enquadrados por duplo círculo. O outro trata-se de um fragmento de pequenas dimensões do fundo de um outro prato. São peças encontradas com frequência nas intervenções arqueológicas de inícios do século XVIII, mas sobretudo nos contextos associados ao terramoto de 1755 e consequentes movimentações (Casimiro et. al, 2019; Ferreira et. al, 2017).

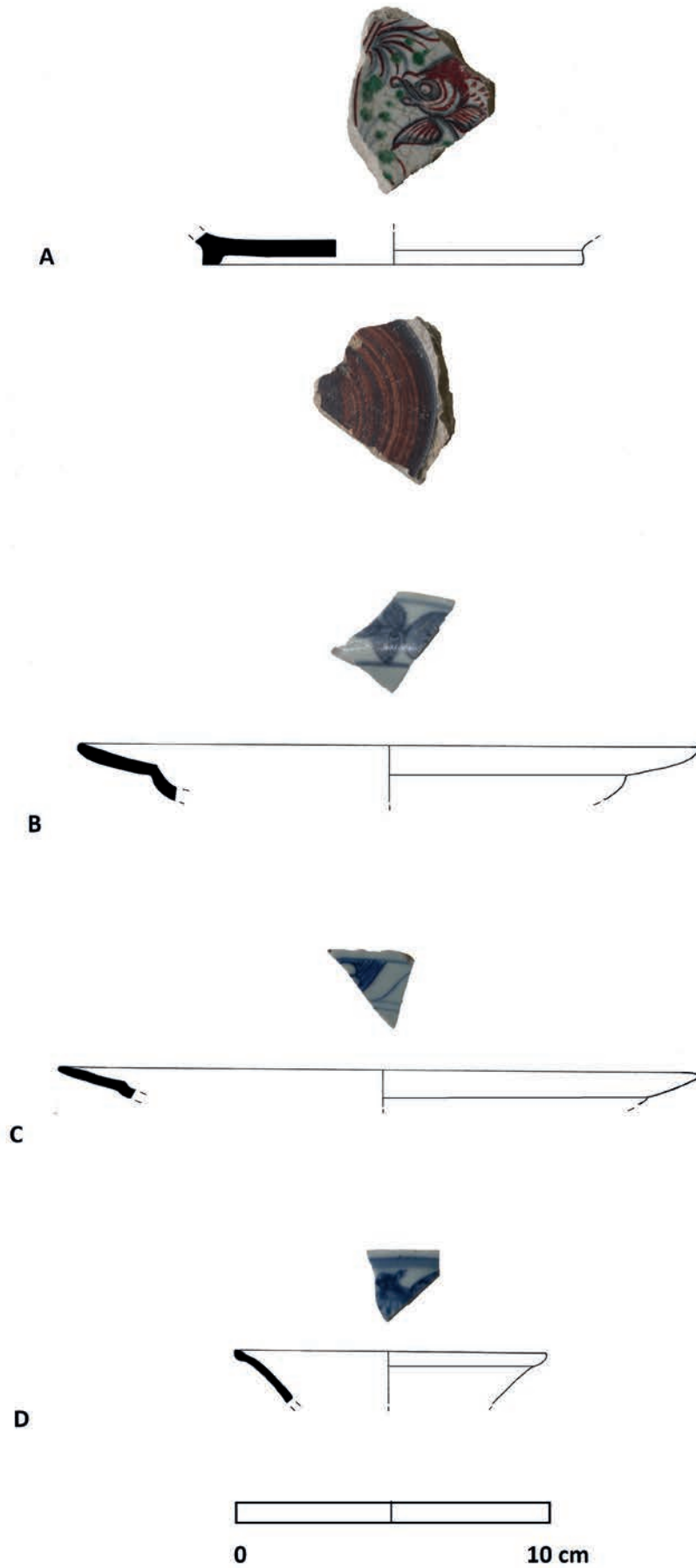


Figura 1

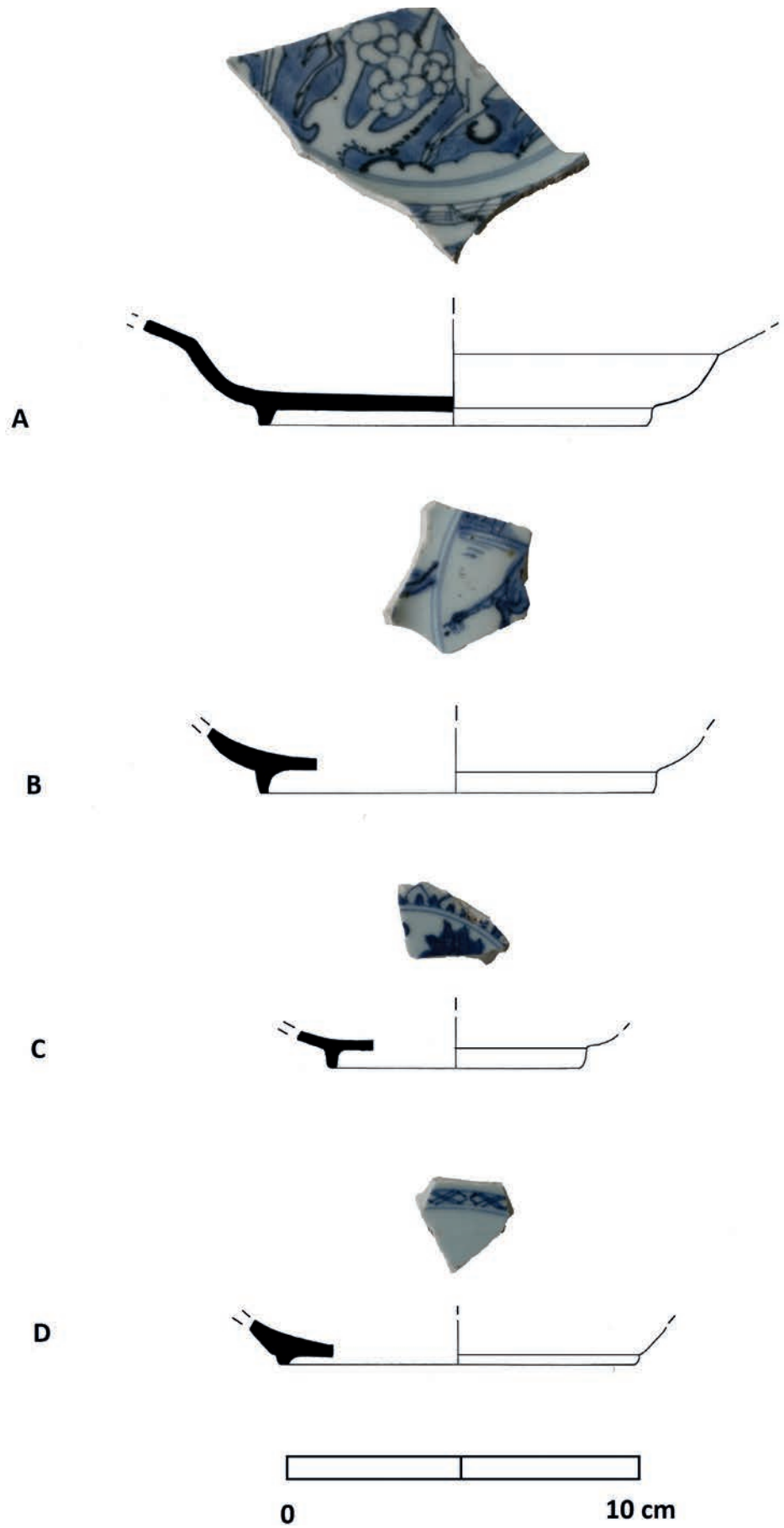


Figura 2

4. Conclusão

A análise da colecção de porcelana recuperada em Alhandra revelou tratar-se, apesar da sua pequena dimensão, de um conjunto formado ao longo de quase 200 anos, obtido e utilizado por diferentes gerações. As peças mais antigas correspondem a produções que podem recuar a meados do século XVI, de época Jiajing, quando a porcelana já é frequentemente consumida em Portugal, sobretudo nos contextos urbanos, ganhando destaque como elemento de distinção social e altamente apreciada por quem tinha capacidade económica para a consumir. É o momento de maior importação destes objectos e nos ambientes domésticos irá substituir, quase por completo, importações espanholas e italianas, tornando-se, possivelmente, mais fácil de adquirir.

Quando enquadrámos as onze peças aqui identificadas, e tendo em atenção a sua relação com a restante colecção, revelam que estamos perante uma comunidade que, apesar de não possuir a capacidade económica de nobres ou mercadores endinheirados já possuiria capacidade de adquirir algumas peças, algo característico do que poderíamos considerar uma classe média.

A aquisição de porcelana na zona da grande Lisboa não seria certamente difícil a partir do segundo quartel do século XVI quando o número de exemplares começa a aumentar nos circuitos comerciais, em muito devido às regulares cargas oriundas da China.

O aparecimento deste material praticamente em todos os contextos arqueológicos possíveis de datar entre os séculos XVI e XVIII em Portugal mostra como a aquisição não estava apenas reservada às elites. No entanto, estes objectos, mesmo que de fácil aquisição continuavam a ocupar um lugar de destaque no ambiente familiar. Enquanto as peças mais pequenas, tais como os pratos e taças, serviriam certamente para o consumo de alimentos, já os objectos de maior dimensão e aparato poderiam ter outra funcionalidade e simbolismo para os seus proprietários. O prato vietnamita poderia ter tido esta função decorativa. A ausência destes objectos de outras escavações arqueológicas em Portugal não nos permite compreender que reflexo social e económico poderia conferir aos seus proprietários, mas claramente era uma peça rara.

Outra das vantagens deste trabalho é que foi possível realizar um estudo comparativo com a restante colecção. A porcelana corresponde a uma ínfima parte dos objectos adquiridos e a uma percentagem residual no total da louça de mesa. Neste sentido podemos debater a importância económica, social e mesmo cultural que estes onze recipientes teriam. São objectos que satisfazem a necessidade dos seus consumidores por peças exógenas, aquelas que apenas algumas décadas antes tinham servido à mesa das elites mais distintas. A maior parte da colecção pode ser atribuída a produções Ming do século XVI, momento áureo do comércio luso-oriental e quando a sua aquisição seria relativamente fácil, mesmo em Alhandra. Por outro lado, a maior parte dos outros recipientes cerâmicos correspondem sobretudo a produções do século XVII, sobretudo à primeira metade daquela centúria, pelo que as porcelanas devem ter continuado a ser utilizadas entre gerações.

A identificação destas produções em contexto de abandono de uma área habitacional nos inícios do século XVIII, pode ser reveladora não só da manutenção de objectos de cronologia mais recuada, evidência que já foi por nós abordada noutros trabalhos, mas também pela evidente fraca representatividade de produções cronologicamente mais próximas da data de abandono daquele espaço, podendo, de alguma forma, marcar a flutuação da condição económica daquelas populações ao longo daqueles quase 200 anos.

5. Bibliografia

- AURET, C.; MAGGS, T. (1982) – The Great Ship São Bento: remains from a mid-sixteenth century Portuguese wreck on the Podoland coast, *Annals of the Natal Museum*, Vol. 25(1), p. 1-39.
- CARNEIRO, A. (2000) – O Mundo a azul e branco. Porcelanas e faianças da Casa do Brasil (Santarém) in: Custódio, J. (coord.) *Casa do Brasil/Casa Pedro Alvares Cabral*, Santarém: Câmara Municipal de Santarém, p. 61-76.
- CASIMIRO, T.M.; BOAVIDA, C.; MOÇO, A.M. (2017) – Louça “de fora” em Carnide (1550-1625). Estudo do consumo de cerâmica importada, in: *Actas do I Encontro de Arqueologia de Lisboa – Uma Cidade em Escavação*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, p. 56-67.
- CASIMIRO, T.M.; HENRIQUES, J.P.; FILIPE, V.; NEVES, D. (2019) – Pottery Use and Social Inequality in Mid-18th century Lisbon. An Initial Approach, in: Matejkova, K; Blazkova, G (eds.) *Europa Post-Medievalis*, Oxford: Archaeopress, p. 1-18.
- DELFINO, D.; PORTOCARRERO, G. (2014) – *8000 anos a transformar o barro. Cerâmicas do miao*, Abrantes: Câmara Municipal de Abrantes.
- FERREIRA, S.; NEVES, C.; MARTINS, A.; TEIXEIRA, A. (2017) – Fragmentos de mesa nobre e de uma cidade em transformação: Porcelana chinesa num contexto de terramoto na Praça do Comércio (Lisboa). *I Encontro de Arqueologia de Lisboa: Uma Cidade em Escavação*. p. 459-477.
- GOMES, M. V., GOMES, R. V., CASIMIRO, T. M. (2015) – Convents, monasteries and porcelain: a case study os Santana Convent. Lisbon in: Buxeda I Garrigós, J.; Madrid I Fernandez, M.; Iñáñez, J (ed.), *Global Pottery 1. Historical Archaeology and Archaeometry for Societies in Contact*. BAR International Series 2761, Oxford: Hadrain Books, p. 93-101.
- GUY, J. (2005) – The Hoi n (Cu Lao Cham) Shipwreck Cargo and Asian Ceramics Trade. In: Cheng, P., Li, G., Wan, C. K. (eds.), *Proceedings of the International conference: Chinese export ceramics and maritime trade, 12th-15th centuries*. Xianggang: Zhonghua shu ju. p. 105-125
- HENRIQUES, J. P. V. (2012) – Do Oriente para Ocidente: Contributo para o conhecimento da porcelana chinesa nos quotidianos de época moderna. Estudo de três contextos arqueológicos de Lisboa, in: Teixeira, A.; Bettencourt, J. (eds), *Velhos e Novos Mundos. Estudos de Arqueologia Moderna*, Lisboa: Centro de História de Além-Mar, p. 919-932.
- HENRIQUES, J.P.; CASIMIRO, T.M. (2018) – Pelo Tejo acima: dois séculos de porcelana em Vila Franca de Xira, *Cira Arqueologia*, 6, p. 254-269.
- LOPES, G.; ROQUE, C.; (2012) – A intimidade palaciana no século XVII. Objectos provenientes de um esgoto do Paço dos Lobos da Gama (Évora), in: Teixeira, A.; Bettencourt, J. (eds), *Velhos e Novos Mundos. Estudos de Arqueologia Moderna*, Lisboa: Centro de História de Além-Mar, p. 201-208.
- MAGGS, T. (1984) – The Great Galleon São João: remains from a mid-sixteenth century wreck on the Natal South Coast, *Annals of the Natal Museum*. Pietermaritzburg. Vol. 26(1), p. 173-186.
- SABROSA, A. (2019) – *De Macau a Lisboa. Na Rota das Porcelanas Ming*, Lisboa: ICGRAEM.
- STEVENSON, J.; GUY, J.; CORT, L. (1997) – *Vietnamese ceramics: a separate tradition*, Chicago: Art Media Resources Ltd



➤ Cachimbos de cerâmica provenientes da escavação do Centro de Saúde de Alhandra

JOÃO PIMENTA

CENTRO DE ESTUDOS ARQUEOLÓGICOS DE VILA FRANCA DE XIRA – CEAX/ UNIVERSIDADE DE LISBOA – FACULDADE DE LETRAS – UNIAHQ (CENTRO DE ARQUEOLOGIA)

RODRIGO BANHA DA SILVA

CAL-CENTRO DE ARQUEOLOGIA DE LISBOA-DPC/CML, FCSH-UNL E CHAM-NOVA

RESUMO

Apresentam-se o conjunto de fragmentos de cachimbos em cerâmica, provenientes da escavação da antiga ermida setecentista da ordem terceira de São Francisco. O estudo destes singulares artefactos permitem abordar uma das alterações impactantes nos hábitos quotidianos das comunidades europeias produzidos pelo processo de descobrimento e expansão dos séculos XV e XVI, o consumo de tabaco.

ABSTRACT

We present in this paper a set of ceramic pipe fragments from the excavation of the former seventeenth century hermitage of the Third Order of San Francisco. Studying these unique artefacts allows us to address one of the impactful changes in the daily habits of European communities produced by the process of discovery and expansion of the fifteenth and sixteenth centuries, the consumption of tobacco.

1. Introdução

O cachimbo integra-se num conjunto muito restrito de artefactos arqueológicos, cuja forma está diretamente interligada com a sua utilização, tendo uma única funcionalidade, no caso o consumo por inalação do fumo do tabaco.

Esta característica transforma-o numa fonte privilegiada para o estudo da dinâmica do consumo do tabaco. Neste sentido também, a escassez de fontes documentais e iconográficas para a história deste hábito vem reforçar a relevância da abordagem arqueológica dos fragmentos de cachimbo, por se tratar da única informação disponível com alguma expressão quantitativa.

De um ponto de vista arqueológico, por outro lado, o alto grau de conhecimento dos ritmos dos principais centros produtores, especialmente britânicos e holandeses, transformam os fragmentos de cachimbo dotados de forninho e/ou marcas em *artefactos datantes*, isto é, numa classe de materiais arqueológicos que autoriza atribuições cronológicas mais finas aos contextos onde são recolhidos.

2. Análise da amostragem

Na intervenção arqueológica do Centro de Saúde de Alhandra que é apresentada de forma circunstanciada no presente volume, identificou-se um significativo conjunto de trinta e cinco fragmentos de cachimbos, dos quais trinta e dois conservam exclusivamente parte da zona mesial da haste e três correspondem à zona do forninho.

Estes encontram-se dispersos pela totalidade da área intervencionada, correspondendo ao corpo da antiga ermida setecentista da ordem Terceira de São Francisco, encontrando-se particularmente bem documentados no ambiente 3, UE 21, de onde aliás foram recolhidos os três fragmentos de forninho e quinze das hastas.

Optámos por uma caracterização macroscópica das pastas dos exemplares exumados, tendo em conta os dados disponíveis acerca dos centros produtores e dos conjuntos estudados da cidade de Lisboa. Tendo essa análise revelado dois grupos de fabrico:

Grupo 1 - Trata-se de uma pasta bastante homogeneia, constituída por uma argila de caulino bastante depurada e com um acabamento cuidado resultando nas suas superfícies polidas ou brunidas. É o grupo mais numeroso representado por trinta e duas hastes e um forninho, figura 1, n.º 1 e n.º 4 a 34. Este tipo de fabrico é o mais comum nas produções, britânicas, Holandesas e Francesas, tendo em conta que a qualidade das pastas de caulino, fornecia uma melhor degustação dos tabacos consumidos. No entanto o tipo de acabamentos, a forma e a marca do exemplar n.º 1 parece indicar estarmos perante um conjunto com uma proveniência bastante precisa, dos grandes centros produtores holandeses.

A análise da marca que a fornalha n.º 1 apresenta sob o pedúnculo, constituída pelo numeral 12 sob uma coroa, e a sua comparação com os dados disponíveis acerca dos centros produtores, permite identificar este, como proveniente do principal centro produtor de cachimbos ao longo do século XVIII, a cidade holandesa de Gouda, cujos estudos atingiram um alto grau de precisão na definição de cronologias e no conhecimento da dinâmica dos diferentes artesãos fabricantes, constituídos em corporação (DUCO, 1982, 1987 e 2003). Diversos fabricantes utilizaram esta marca nos seus cachimbos desde o ano de 1715 a 1870, (Duco, 2003: 188), contudo tendo presente a análise conjunta dos conjuntos cerâmicos e a sua associação estratigráfica é plausível estarmos perante uma marca de *Cornelis Verhoef*, activo entre 1715-1720/6 (ou já com a sua viúva, *Classe Spiering*, entre esta última data e 1730), ou *Pieter Peuselaar*, que produziu cachimbos em Gouda entre 1731 e 1748 (ou já com a sua viúva, *Pieternelle Jongkind*, no lapso 1748/9), ou então perante o fabricante que lhes sucede *Abraham van der Spelt* que produz de 1749 a 1773 (Duco, 2003: 188). No que diz respeito à cronologia do presente conjunto, a conjugação do seu acabamento, das marcas e da análise da medida do diâmetro do orifício das hastes identificadas (Binford, 1962) parece apontar para uma cronologia de fins da primeira metade do século XVIII, o que parece confirmar a datação dos contextos onde foram exumados

Grupo 2 - Corresponde a produções de barro vermelho. Constituídas por uma pasta de matriz calcária composta por abundantes elementos não plásticos constituídos por quartzos rolados e micas douradas. Pelas características da pasta, observáveis macroscopicamente, deverá tratar-se de uma produção local ou regional, hipótese que, a despeito de requerer confirmação mediante a sujeição a resultados de análises laboratoriais, se encontra hoje atestada por descartes de exemplares defeituosos no quadro de uma olaria na zona da Graça, em Lisboa (informação oral de Filipe Oliveira, a quem se aproveita para agrade-

cer a autorização da divulgação). Este tipo de fabrico corresponde aos exemplares já publicados de outras escavações na cidade de Lisboa, nomeadamente Hospital Real de Todos os Santos (Martins, 1988), Rua dos Correiros, Rua das Pedras Negras, Casa dos Bicos e, mais recentemente, no Caminho de Ronda do Castelo de São Jorge (Calado, Pimenta e Silva, 2003). A escassa representatividade destas produções leva a que se suponha que estas não se destinariam ao fabrico em grandes quantidades e com intuito comercial em larga escala, mas sim que tencionavam satisfazer uma procura de quem não teria acesso às produções ditas de maior qualidade (Pimenta, Calado e Silva, 2008).

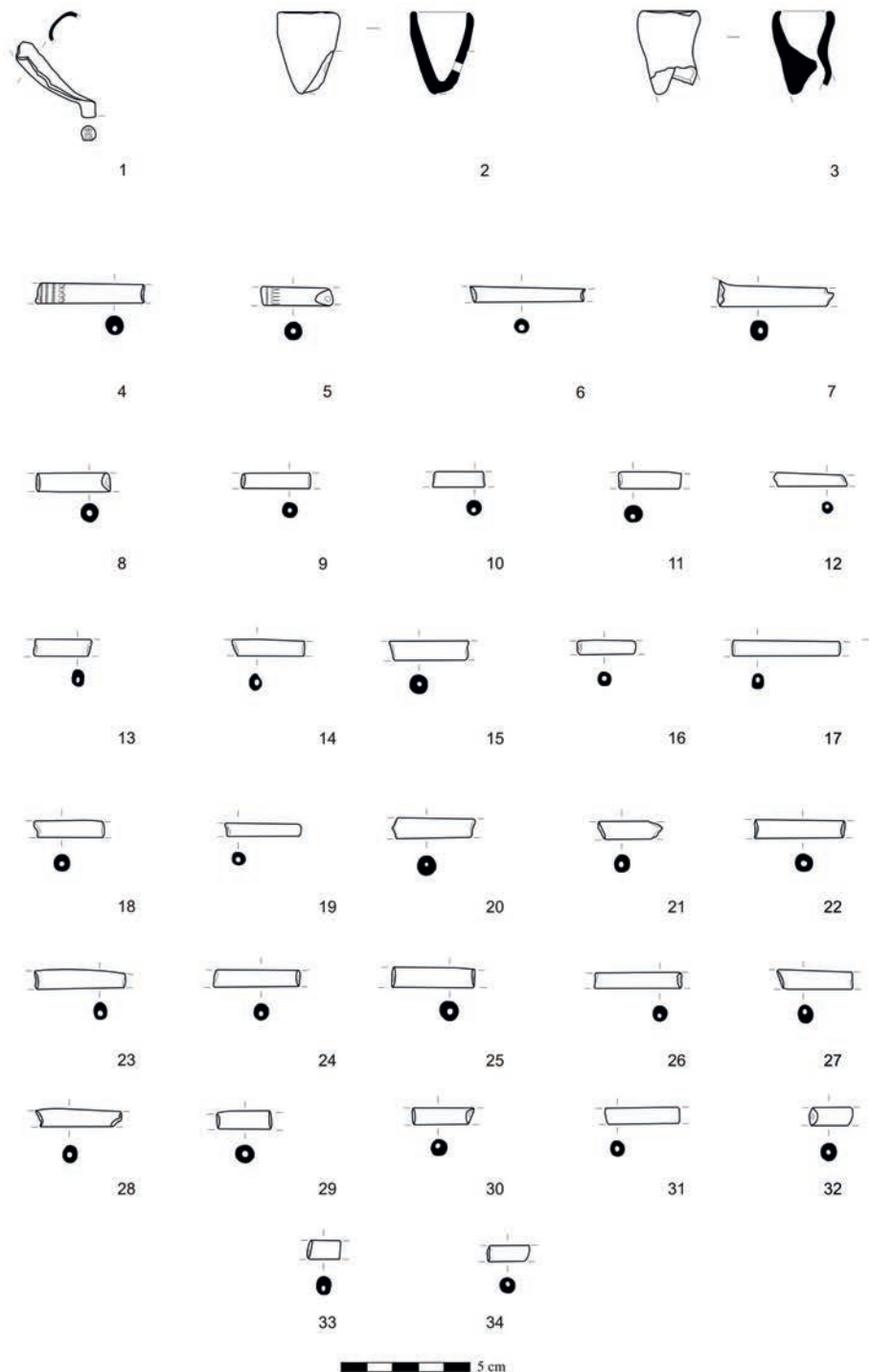


Figura 1
Desenhos do conjunto de cachimbos de argila recolhido na escavação do Centro de Saúde de Alhandra.

Figura 2

Fotografia do forninho de cachimbo holandês da cidade de Gouda com marca.



Figura 3

Pormenor da marca 12 coroado produzido na cidade de Gouda.

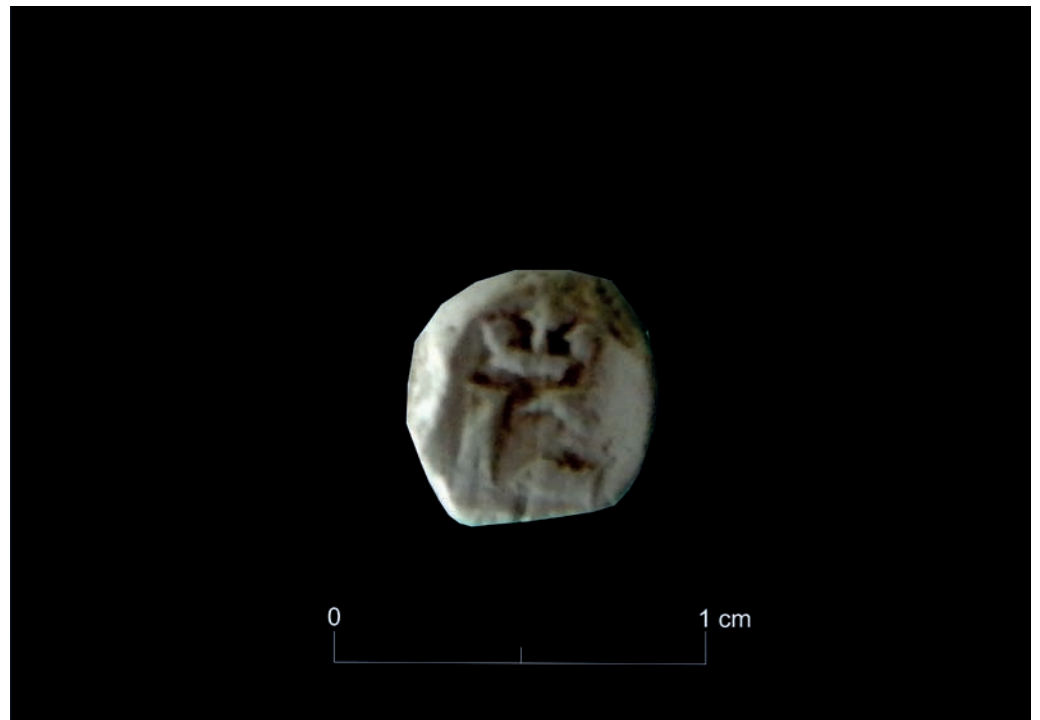
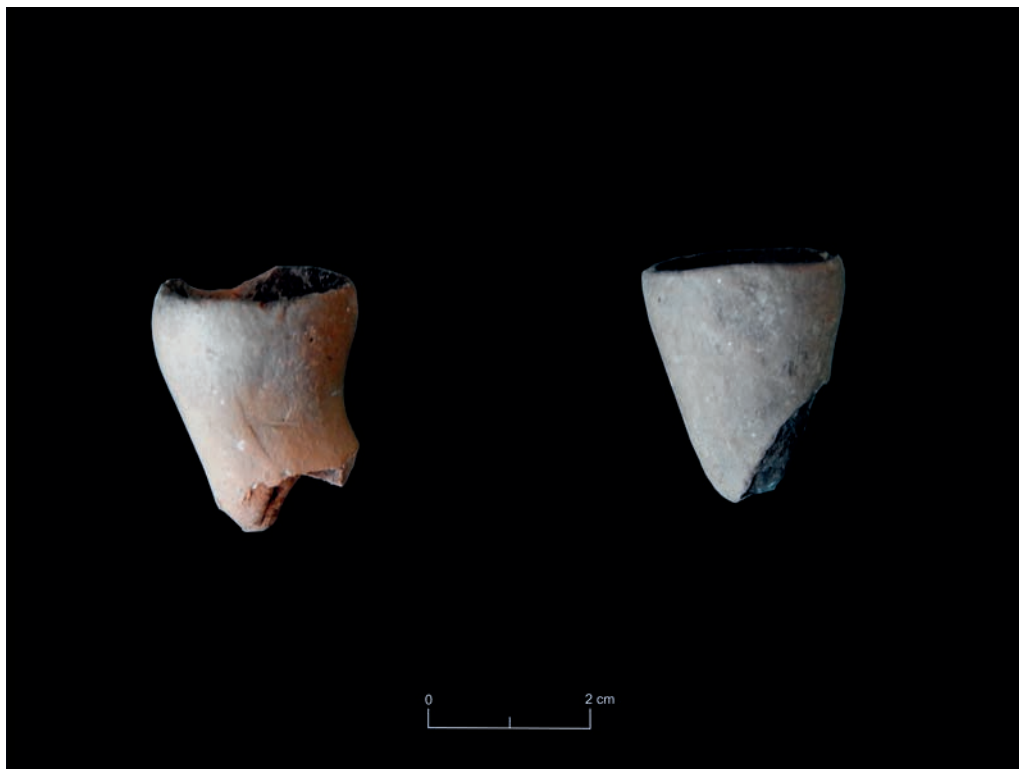


Figura 4

Imagem dos dois
fornilhos de argila
vermelha e de
provável produção do
vale do Tejo.



3. Comentário final

O consumo de tabaco em cachimbo constitui uma das principais alterações nos hábitos europeus produzidos pelo processo de descobrimento e expansão dos séculos XV e XVI.

Prática das populações autóctones da América Central e do Sul, os primeiros ocidentais que a adquiriram foram objeto de espanto e admiração: um dos participantes das primeiras viagens ao continente americano, Rodrigo de Xerxes, ao retornar com esse hábito a Ayamonte (Andaluzia, Espanha), sua terra natal, foi por isso acusado de actos de bruxaria e pacto com o Diabo pela Santa Inquisição (Levardy, 1994, pág. 18).

Apesar da presunção da importância de Portugal na difusão do tabaco e do cachimbo, o seu papel é ainda pouco conhecido e estudado. Sabemos, porém, que segundo o testemunho de 1525 de Pierre Grignon, o hábito de fumar era já comum em Lisboa, e que inclusive isso influenciava os marítimos estrangeiros que por aí passavam (Idem, pág. 19). O nome então dado na capital ao fumo era “petum”, termo indígena brasileiro para o tabaco, o que lhe denuncia a origem (Mello, 1983).

O papel de Lisboa na divulgação da planta do tabaco foi fulcral: Jean Nicot Villemain, nomeado em 1559 embaixador do rei Francisco I de França, na corte portuguesa, tomou conhecimento através do seu amigo então Guarda-Mór do Reino, Damião de Gois, de uma estranha planta, entrando em contacto com as suas características salutares nos jardins do humanista no Castelo de São Jorge (Levardy, 1994), tendo eternizado o seu nome, com a posterior designação científica que lhe atribuiu: “*Nicotiana Tabacum*”.

A expansão da plantação de tabaco, como uma das produções a serem exploradas nos novos territórios, foi tão rápida que, já em 1600, se verificava a sua introdução no Japão (Martins, 1988), tendo-se generalizado a sua exploração, sendo logo claro a diversidade da qualidade dos tabacos consoante a sua variante regional e de fabrico.

Para as sociedades europeias dos séculos XVII e XVIII, o tabaco era uma planta medicinal de efeitos inúmeros e eficazes, sendo inclusive alvo de estudos e de publicações tendo em conta a sua utilização farmacopeia. Como o de Issac el Zevirius em 1626, "Tabacologia –Descrição do tabaco e Nicotiniana na Medicina, cirurgia e farmácia". Por essa razão, não é de estranhar o seu achado em contextos arqueológicos como os do Hospital da Confraria do Espírito Santo dos Pescadores e Mareantes de Sesimbra, do Hospital Real de Todos-os-Santos, em Lisboa e do Hospital Militar de São João de Deus, no Castelo de São Jorge em Lisboa.

Outro aspeto a ter em consideração é o de que o consumo do tabaco em cachimbo suplantou, progressiva e facilmente, o de tabaco enrolado ao longo do século XVII, devido aos problemas de embalagem e transporte que prejudicavam a qualidade do produto no seu trajecto marítimo.

Nesse momento emergem então os grandes centros produtores de cachimbos em argila, entre os quais se destacou o da cidade de Gouda (Holanda), aliás representado entre os achados em análise. Não é por acaso que os principais centros de fabrico de cachimbos se ubicaram em território das principais potências marítimas dos séculos XVII e XVIII, simultaneamente detentoras das principais extensões de plantação de tabaco nas suas possessões ultramarinas: os Países Baixos e a Inglaterra.

O papel deste objecto no tráfico comercial deste período parece relevante, sendo comum a sua presença em contextos arqueológicos dos principais portos marítimos, onde desempenhava o papel de mercadoria de troca a par de outras manufacturas, tratando-se de um dos produtos que permitia uma maior obtenção de mais-valias (Silva e Guinote, 1998).

O cachimbo, porém, vem revelando uma muito menor penetração em ambientes rurais e menos cosmopolitas. Este facto poderá relacionar-se com os contornos sociais do consumo, dado que de um ponto de vista documental está atestado o seu alto grau por grupos muito específicos, como sejam os pescadores, os mareantes e os militares.

O conjunto proveniente da Ermida de São Francisco de Alhandra deverá ser entendido à luz destes conhecimentos, assim, muito embora o conjunto não seja numeroso, possui uma expressão quantitativa que deverá ser ponderada em relação com a dimensão do espaço escavado.

Por outro lado, encerra uma grande homogeneidade cronológica e de origem, dado que os atributos dos fragmentos permitem situá-los no século XVIII, encontrando-se melhor representadas as importações do norte da Europa com as típicas argilas de caulino.

Estas observações, apesar de limitadas pela impossibilidade de adscrição a um grupo social específico dos contextos arqueológicos onde foram recolhidos, permite enfatizar o certo cosmopolitismo que transmite este conjunto de Alhandra, o que confere com os contornos históricos do local de porto do Tejo com fortes ligações ao mundo naval.

4. Bibliografia

- AA.VV (1993) - *Hospital Real de Todos-os-Santos*. Lisboa. Câmara Municipal de Lisboa.
- ALEXANDER, L. T. (1983) - Clay Tobacco Pipes from the Caleb Pusey House. *The Archaeology of the clay Tobacco Pipe*. VIII-AMERICA. B.A.R. International Series. 175, p.195-234.
- ALEXANDER, L. T. (1983) - More Light on the theory of dating clay Pipes by Measuring Steam Hole Diameters. *The Archaeology of the clay Tobacco Pipe*. VIII-AMERICA. B.A.R. International Series. 175, p.235-244.
- BINFORD, L. R. (1962) - New Method of calculating dates from Kaolin Pipe stem fragments. *Southeastern Archaeological conference News Letter*. Vol. 9. n.º 1. Cambridge.
- CALADO, M., PIMENTA, J., SILVA, R.B. (2003) - Cachimbos de cerâmica provenientes da escavação do Caminho de Ronda no Castelo de São Jorge em Lisboa”, *Património Estudos*. 5. IPPAR, Lisboa, p.83-95.
- CALADO, M., PIMENTA, J., FERNANDES, L.; MARQUES, A. (2013) – Os cachimbos cerâmicos do Palácio Marialva. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Volume 16, p. 383-392.
- DUCO, D. H. (1982) - *Merken van Goudse pijpenmakers 1660-1940*. Uitgeversmaatschappij DeTijdstroom Lochem/Popringe.
- DUCO, D. H. (1987) - *Die Nederlandse Kleipijp, Handboek voor dateren en determineren*. Pijpenkabinet-Leiden.
- DUCO, D.H. (2003) - *Merken en merkenrecht van de pijpenmakers in Gouda*. Amsterdam, Pijpenkabinet.
- HARRINGTON, J. C. (1954) - Dating stem fragments of Seventeenth and Eighteenth century clay tobacco pipes. *Archaeological Society of Virginia Quarterly Bulletin*. Vol.9. n.º 1, p. 9-13.
- HIGGINS, D. A. (1997) - The identification, analysis and interpretation of tobacco pipe from wrecks. In *Artefacts from Wrecks*. edited by Mark Redknap, p. 129-136.
- KAIJSER, I. (1980) - Clay pipes from three eighteenth century wrecks in Sweden. *The Archaeology of the Clay Tobacco Pipe*. IV. Edit by Peter Davey. B.A.R. International Series. 92.
- LECRAIRE, A. ; et LECRAIRE, M. (1986) - *Naissance de la Pipe en Terre a Saint-Quentin - la Poterie*. Tome I. Tradicion et Activité.
- LECRAIRE, A. ; et LECRAIRE, M. (1986) - *Naissance de la Pipe en Terre a Saint-Quentin - la Poterie*. Tome II. Fabricacion et Production.
- LEVARDY, F. (1994) - *Our Pipe Smoking Forebears*. Druckhaus oberpfalz. Germany.
- MARTIN, C. J. (1983) - A Group of Pipes from The Dutch East Indiaman Kennemerland –1664. *The Archaeology of the Clay Tobacco Pipe*. X. SCOTLAND. B.A.R. British Series. 178. Oxford, p. 211-224..
- MARINS, M. (1988) - Três cachimbos de Barro do Hospital de Todos-os-Santos. Lisboa - *Revista Municipal*. 2ª Série. n.º 23. 1º Trimestre de 1988, p.16-18.
- MARTINS, M. (1995) - Um Fragmento de tubo de Cachimbo da Secção II, Contexto n.º 8 do Moinho de Alfragide (MV-21.07) (AMADORA). In *Actas das 2.ª Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval*. Tondela ,p. 365-366.
- PIMENTA, J.; CALADO, M.; SILVA, R.B. (2008) – Cachimbos de cerâmica provenientes das escavações do Caminho de Ronda no Castelo de São Jorge em Lisboa. *Actas das 4.ª Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval*. Tondela. 2000, p. 335-353.
- PINTO, M. ; FILIPE, I.; MIGUEL, L. (2011) - Cachimbos de caulino provenientes do mercado da Ribeira: Contributo para a história sócio-económica da Lisboa Moderna. *Apontamento de Arqueologia e Património* – 7, p. 41-47.
- RODRIGUES, F. M. (1994) – Hospitais Militares. In *Dicionário da História de Lisboa*. Direcção de Francisco Santana e Eduardo Sucena. Lisboa 1994, p. 446-449.
- RITTER, J. ; DAVEY, P. (1980) - Clay pipes from Chester. *The Archaeology of the Clay Tobacco Pipe*. III. Edit by Peter Davey. B.A.R. British Series. 78.
- SILVA, R.B.; GUINOTE, P. (1998) - *O quotidiano na Lisboa das Descobrimentos*. Grupo de Trabalho do Ministério de Educação paras as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses. Lisboa.

